



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

ANTÓNIO GENTIL MARTINS
A BIOGRAFIA COMO MÉTODO PARA O ESTUDO DO ARQUIVO PESSOAL

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

TOMÁS CANTINHO CUNHA

2023

Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre, orientada pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva e pelo Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Mello

Sumário

Lista de Figuras.....	4
Agradecimentos	5
Resumo	6
Introdução	8
1 Escrever a verdade dos Heróis: Uma visão da Biografia	11
1.1 Sobre a História e os «Grandes Homens».....	12
1.2 Sobre a Biografia	18
1.3 Sobre a Autobiografia	29
2 Métodos, Técnicas e a procura de um caminho.....	35
2.1 Biografia – Quantos trilhos?.....	36
2.2 Investigação Documental e Arquivo Pessoal – Encontrar a Pessoa entre os Papéis	45
2.3 Entrevista – e entre vistas: para o objeto de estudo e para dentro	51
3 Estudo Biográfico: António Gentil Martins.....	59
3.1 <i>Patriarcha</i>	60
3.2 António Augusto da Silva Martins	62
3.3 Francisco Soares Branco Gentil.....	69
3.4 Madalena Gentil da Silva Martins	71
3.5 O outro lado da medalha.....	73
3.6 O estudante.....	77
3.7 Internatos e especialização.....	79
3.8 A viagem ao Reino Unido.....	81
3.9 Retorno a Portugal	85

3.10 Uma nova visão da Criança	86
3.11 O Sublime e o Humanismo Católico	87
3.12 Associativismo.....	91
3.13 O lado familiar	93
3.14 Inovações	96
3.15 O despertar político e o 29 de abril.....	100
3.16 Do Caos à Ordem.....	104
3.17 Raízes Antigas e Hipócrates	111
3.18 Independência, debate e soluções	116
3.19 O Professor e as suas considerações sobre o ensino.....	132
3.20 Responsabilidade do Médico e do Líder.....	146
3.21 Uma Filosofia da Vida.....	148
3.22 Considerações sobre a Medicina.....	150
3.23 Homenagens.....	151
3.24 As boas separações	154
3.25 E depois da reforma?	157
3.26 Sobre o espírito desportivo e seu o futuro	163
3.26 Vida para além da Medicina: A lira, o disco e as considerações estéticas	168
3.27 <i>Memento Mori</i>	174
4 Como ordenar esta <i>vida</i> ? Proposta para uma macroestrutura de um quadro classificação	176
Conclusão: A mimese, o passado e as largas costas	183
Referências.....	189
Fontes.....	189
Estudos.....	200

Apêndices.....	213
A - Entrevista 1 – 18/01/2023.....	213
B - Entrevista 2 – 25/01/2023.....	235
C - Entrevista 3 – 01/02/2023.....	251

Lista de Figuras

Figura 1 - Gentil Martins (à direita na figura) como seu pai (representado à esquerda) (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 23).....	68
Figura 2 - Taxa da mortalidade infantil em Portugal desde 1960 a 2021 (Pordata, 2023)	83
Figura 3- Taxa de mortalidade infantil em Portugal de 1910 a 2013 (M. J. Moreira & Henriques, 2016, p. 21)	84
Figura 4 - Exemplo de uma das relações hierárquicas na proposta de uma Macroestrutura de classificação para a organização do arquivo pessoal de António Gentil Martins.....	179
Figura 5- Representação Gráfica da nossa proposta de Macroestrutura funcional ao nível dos papéis e funções de António Gentil Martins.....	180

Agradecimentos

Estenderei os agradecimentos aos meus pais e avós e ao meu *Männerbund*, por toda a ajuda a lidar com esta tarefa.

Ao Professor Doutor António Gentil Martins, que com toda a sua disponibilidade e paciência me deu a sua *Vida* a escrever.

Ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, que é a prova da ideia cartesiana do Homem ser fundamentalmente máquina, uma força motriz imparável.

Ao Professor Doutor Gonçalo Sampaio e Mello, um cavalheiro e um aristocrata da Alma.

Resumo

Este estudo, desenvolvido sob a forma de dissertação de mestrado na área da Ciência da Informação, trata da *vida*, ou biografia, de António Gentil Martins, médico, bastonário da Ordem dos Médicos, atleta olímpico e figura pública, tentando entender de que modo o objeto de estudo é representativo de um tempo e de um espaço.

Tem como objetivos específicos: criar um estudo biográfico de António Gentil Martins; identificar as diferentes facetas (papéis e funções) do biografado; avaliar o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal; e elaborar uma macroestrutura para um quadro de classificação para posterior organização e representação do arquivo pessoal. Estes objetivos específicos apontam, por sua vez, para o mais geral, o de conhecer o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal.

Procura-se apreender, num leque amplo e multidisciplinar, qual a natureza da biografia como género. Nesse sentido, procede-se a uma revisão de literatura acerca do conceito de biografia, uma formulação de uma filosofia da História a partir do género, incluindo as problemáticas em torno da autobiografia.

Utiliza-se o estudo biográfico, a investigação documental e a técnica de entrevista (de vida) como métodos para a investigação, mas também para organização do seu arquivo pessoal.

Conclui que, para um entendimento holístico de um arquivo pessoal, é necessário o seu enquadramento contextual, tendo com ele desenvolvido uma macroestrutura de classificação a partir da investigação previamente desenvolvida.

Palavras-Chave:

António Gentil Martins. Arquivo Pessoal. Biografia. Classificação. Entrevista. Investigação Documental.

Abstract

This study, developed as a master's dissertation in Information Science, deals with the *life*, or biography, of António Gentil Martins, physician, President of the Portuguese Medical Association,

Olympic athlete, and public figure, attempting to understand how the object of study is representative of a time and a space.

Its specific objectives are: to create a biographical study of António Gentil Martins; to identify the different facets (roles and functions) of the biographee; to evaluate the biographical study as a method for the organization of the personal archive; and to elaborate a macrostructure for a classification framework for further organization and representation of the personal archive. These specific objectives point, in turn, to the more general one, that of knowing the biographical study as a method for the organization of the personal archive.

The aim is to understand, in a broad and multidisciplinary range, what is the nature of biography as a genre. To this end, a literature review is carried out on the concept of biography, a formulation of a philosophy of history based on the genre, including the problems surrounding autobiography.

Biographical study, documentary research and the (life) interview technique are used as methods for research, but also for organizing his personal archive.

One concludes that for a holistic understanding of a personal archive, its contextual framework is necessary, and with it she has developed a macrostructure of classification from the research previously developed.

Keywords:

António Gentil Martins. Biography. Classification. Documentary Research. Interview. Personal Archives. Personal Papers.

Introdução

Conhecemos o Dr. António Gentil Martins num café perto de sua casa, servido por figuras de um país distante, mediado pela presença de um dos nossos orientadores deste trabalho. Uma figura impressionante, formal, desce as escadas do seu prédio albergando no peito uma série de *pins* de várias organizações que apoia ou formou, talvez como medalhas de guerras passadas. Cordial e cortês, dá-nos uma aula de uma hora sobre o funcionamento do mundo, do SNS, das Olimpíadas, dos problemas, do que se passou no passado deste país, um que pela nossa tardia chegada, nunca viemos a conhecer. Quando se deu a nossa entrada nesta gigantesca História coletiva, já a batalha se tinha dado como finada, os vencedores políticos tinham escrito a História, tudo o que tinha acontecido teria sido exatamente como devia.

Então, porque é importante documentar, no fundo, o lado que perdeu a História? Argumentaríamos antes de mais que as discussões nunca acabam verdadeiramente, há sempre vozes contrárias, tudo pode e deve ser discutido, em democracia não nos parece evidente haver respostas definitivas e sacrais. As conquistas de uns são as derrotas de outros, e uma visão de «paz perpétua» aplicada ao espaço público e à política é no mínimo ingénuo, e ao limite intelectualmente desonesta – estaríamos aí perante uma paz podre.

Para além desta defesa da multiplicidade de vozes no debate público, evidencia-se uma necessidade de discutir o funcionamento da Saúde no nosso contexto. Tendo passado pelas tensões dos últimos anos, tanto por motivos externos como internos, a Saúde é hoje alvo de grande debate, a reforma do SNS é tratada na comunicação social e por comentadores políticos, de tal forma que se estende a reformas estruturais no próprio Programa de Governo (Governo da República Portuguesa, 2022)¹. Se apenas abordarmos uma determinada visão sobre o SNS no espaço público, correremos o risco de não ter a participação de todo um segmento da sociedade portuguesa. A consciência de que existe mais do que uma solução possível para os problemas que nos assolam demonstra também que todos os lados merecem, no fundo, o seu «dia ao sol», e que uma abordagem justa sobre estas discussões terá de incluir essa visão contrária.

¹ Quando questionámos António Gentil Martins acerca desta proposta das reformas estruturais pelo Governo, fomos confrontados com um seu desarmante e cínico (no seu sentido mais clássico, de Diógenes) “Blá blá blá” (Apêndice B)

No entanto, não nos basta ter esta outra leitura dos acontecimentos. Como veremos nas páginas seguintes é necessária a existência de figuras simbólicas². Representantes, se quisermos, de partes das nossas sociedades. Arriscar-nos-íamos a defendê-los como Heróis, mas evidentemente mesmo perante esta lógica, estes não se defrontam apenas contra vilões. Heitor perde contra Aquiles, mas nem por isso é menos respeitável e representante. Os Mártires são mortos, mas ganham vitórias morais, demonstrando que para a cultura as próprias «derrotas» podem tomar estranhos caminhos paralelos. Perante estes grandes representantes, temos aí as nossas comunidades, o melhor das nossas criações. Poderá até ver-se o carácter dos modelos como os do próprio povo, os seus valores, as suas formas de ver.

Porquê esta *Vida*, e não uma outra qualquer? Por todos os motivos antes descritos, mas também este: É uma *Vida* que merece ser contada, e lida. Não apenas para os nossos objetivos académicos, para a organização da informação, para o contar da História ou para a estruturação da nossa própria identidade. E se nos formamos em comunidade com o exemplo (e contraexemplo) dos outros, o contar das histórias é a forma de crescermos, de nos refletirmo-nos e de sermos. Sobre os detalhes desta história teremos as páginas seguintes, mas com o aviso que tentaremos sempre compor um retrato de todo um contexto, quadro esse que diz tanto acerca de António Gentil Martins quanto diz de nós.

A natureza deste trabalho implica uma determinada estrutura e questionamento na forma também de uma pergunta de partida. Quisemos saber, no fundo, de que modo é que António Gentil Martins é representativo de um tempo e de um espaço? Para melhor apreendermos a resposta a esta grande pergunta propusemo-nos também, como objetivo mais geral, a conhecer o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal. Isto porque será a «biografia» que nos abrirá portas, que nos fará conhecer o homem e o seu contexto, que nos permite organizar e estruturar o mundo e a informação que, por vezes, surge de uma explosão do caótico numa aparente desordem.

Por estes motivos, escolhemos organizar a dissertação da seguinte forma: teremos depois desta introdução uma revisão da literatura acerca do género «biografia»; segue-se um capítulo mais centrado nas questões metodológicas em que voltaremos à biografia, mas desta vez a tentar olhá-

² Para o leitor interessado na questão do símbolo como algo de uma importância magnânima na formulação do mito, veja-se como exemplo o capítulo de Julius Evola relativamente ao preconceito literário existente sobre as várias interpretações e recontagens da história do Santo Graal (Evola, 1996). É possível que o símbolo seja mais do que a visão moderna nos impele.

la como método, abordando também alguns dos outros métodos que iremos utilizar na nossa investigação; em seguida, teremos o nosso estudo biográfico; e, por fim, teremos uma proposta de macroestrutura de quadro de classificação na qual também teceremos considerações sobre a biografia como forma de organização de um arquivo pessoal; na conclusão, tentaremos responder à nossa pergunta de partida, e aferir se atingimos os nossos objetivos, abrindo novas portas a futura investigação.

1 Escrever a verdade dos Heróis: Uma visão da Biografia

[...] century after century, decade after decade, year after year, biographers have continued with this truth-telling task – working in the belief that to tell the truth about one individual is, symbolically, to tell the truth about a whole society.

(Hamilton, 2014, p. 233)

1.1 Sobre a História e os «Grandes Homens»

No motor da imparável locomotiva da História, independentemente de esta poder representar uma visão pessimista ou otimista de uma ideia de progresso, temos uma força motriz, uma figura irrequieta que haverá enquanto houver existência humana. Esta é a figura do aristocrata, o único. Mas este aristocrata não deve ser visto à luz da decadência moderna de figuras quase caricaturais, mas talvez no seu sentido mais clássico de *Aristoi* (referimo-nos aqui ao rótulo nobiliárquico da Grécia antiga, no entanto este rótulo teria uma conotação um pouco mais profunda, de superioridade, tanto moral como de capacidades) Não querendo forçar o leitor à nossa visão, que poderá ser algo redutora, destas elites, escolhemos oferecer as nossas leituras da aristocracia, recomendando uma definição bastante recente (tendo em conta a ancestralidade do tópico em questão) e com maior amplitude:

Aristos, do grego, significa excelente, *kratos* significa poder. *Nobilitas*, do latim, designa ou é sinónimo de notoriedade, distinção, elevação. Ora, em todas as comunidades humanas bem constituídas existiu sempre um grupo mais ou menos reduzido de pessoas e de famílias que, configurando uma aristocracia ou reputando-se como tal, procurou governar, seja concentrando o poder nas suas mãos seja influenciando decisivamente na marcha dos negócios públicos. Tal grupo [...] consignou sempre ter na sua base a *virtude*. (Mello, 2019, pp. 15–16)

Talvez seja, por esse motivo, redutor olhar para esta perene minoria de um ponto de vista exclusivamente materialista e moderno. O autor recorda-nos desta dimensão, que se aproxima até do plano espiritual na linhagem. Daí se dá a importância do *princeps nobilitatis*, aquele que escolhe o combate ao rasgão hediondo do fluxo da vida – a morte. Este combate tende à sua projeção no futuro através dos que lhe seguirão. Esta outra nobreza na sucessão não seria originária, mas sim “hereditária, não é já inédita mas transmitida” (Mello, 2019, p. 16). Mas como nos é explicitado no mesmo texto, estas duas correntes são ramos de uma mesma árvore, podendo inclusive depois ganhar três formas primordiais, constantemente presentes nas maneiras como nos organizamos socialmente: os “Heróis” os “Sábios” e os “Santos” (Mello, 2019, p. 18). É também sobre estas figuras que falaremos nas seguintes páginas.

A premissa filosófica que sustenta o nosso pensamento aqui apresentado é visto atualmente como algo caduca, influenciada por uma visão romântica. Valerá por isso a pena questionarmo-nos acerca do porquê desta leitura, e se faz sentido continuar a explorá-la.

Está em voga, hoje em dia, pensar-se que a História deve ser lida dos pontos pequenos (um bom exemplo é a Microhistória explorada por Magnússon & Szijártó, 2013), mas também que ela poderá ser entendida e explorada pela voz e visão do subalterno. Isto não deve invalidar, no entanto, uma História de grandiosidade (seja de eventos ou de homens), e aí está também o valor das biografias. Ao limite, estas podem ser as representações de existências específicas para níveis maiores, da experiência pessoal para a realidade coletiva. Isto não só significa que o exemplo biografado seja desse universo da “pequenez”, mas sim que seja representativo de algo. Se queremos formular, eventualmente, narrativas totais, claro que teremos de incluir o todo, e este incluiria por sua vez, as figuras maiores, também.

Colocando, por momentos, a ideia de biografia à parte, este pensamento da História dos grandes homens é moderno, mas não revolucionário, mas acaba por ser também a forma como pensámos coletivamente desde a antiguidade. Basta ler, de Homero³ aos cronistas medievais, aqueles que nos contam as histórias de outrem, raramente as fazem a partir do ínfimo, mas sim cantando os feitos e louvando os “grandes homens”. A ideia da valorização do não heroico, ou até da desvalorização do mesmo, é na realidade tão recente que até nos causa choque na segunda parte do século XX; como por exemplo na leitura da queda de Ícaro, de William Carlos Williams (W. C. Williams, 1963, pp. 7–8), formulada como *quasi* protagonismo do humilde agricultor que o vê cair, e a natureza que continua igual. Podemos dizer que o heroísmo na cultura é também morto como Ícaro nesta nova visão, já tão pouco notório, engolido sem emitir grande barulho pela imensidão das águas. Perante duas guerras mundiais, que heroísmo seria possível? Não foram os grandiosos também violentos colonizadores? Não foram eles também os definidores das narrativas

³ Ironicamente, a maior e quicá melhor crítica antiga à mundivisão Homérica vem da pena de Platão, na sua *República*. Como nos explicita o tradutor e comentador de uma recente 5ª edição, Elísio Gala, nas suas notas de rodapé: Platão formula uma espécie de “variação não histórica do mito das idades do homem simbolizadas por metais (ouro, prata, bronze, ferro), apresentado por Hesíodo em *Os Trabalhos e Os Dias* [...] onde se acrescenta a idade dos heróis.” (Nota de Tradutor n.º 139 Platão, 2021, p. 164). No fundo, a crítica consiste numa apreciação do valor dos heróis homéricos a partir desta proposta mitológica, chegando à conclusão de que as hierarquias não estão suficientemente estratificadas, que os heróis homéricos são de “prata” e não de “ouro”. No fundo, que falta uma maior nobreza a esta mundivisão dos poetas.

históricas? E não voaram os heróis demasiado próximos do sol? Estamos, portanto, perante a crise de valores que abala os próprios alicerces das nossas formas de ver e pensar.

Todas estas visões, anteriormente parcelas da “contracultura” tornam-se correntes dominantes na cultura com o pós-modernismo. Perante a subversão de padrões, morais e desejos, o heroico torna-se *anti*, e passível, ou até recomendável de ser questionado e desconstruído⁴. As figuras definidoras de cultura quase têm de ser representadas pelos seus prismas opostos, nem que seja apenas para reavaliar o seu relativo peso na cultura⁵. Por outro lado, aqueles a quem nunca foi garantida uma História passam a ter o novo estatuto aristocrático, e possivelmente com alguma razão. Não consideramos irrelevante que se conte os outros pontos da História, a dos oprimidos ou dos lados perdedores. A nossa leitura é feita um pouco ao conselho de Walter Benjamin, de escrever neste caso a História a contrapelo (Benjamin, 2017), e hoje não há nada mais contrapelo do que um retorno. Consideramos que podemos valorizar as vozes dos muitos sem menosprezar aquela que é a realidade dos acontecimentos, os episódios basilares, os acontecimentos únicos, quiçá milagrosos para os que creem, que nos lembram que conseguimos por vezes encontrar um caminho da Humanidade. A base epistemológica para este trabalho, e a sua visão sobre a História é a de uma teoria histórica do grande homem, baseada fundamentalmente nas teses sobre heroísmo de Thomas Carlyle⁶ (Carlyle, 2002), mas também nas suas conceções sobre a História. Podemos claramente ver o desenvolvimento teórico da Biografia como género literário nas novas visões que incluem um contexto mais repleto, mas é a nossa crença que a estória não invalida a História e que a ideia de um «Representante» do seu tempo não invalida esse tipo de figuras (representadas nos seus melhores exemplos) no entendimento de um espaço e tempo.

⁴ Poderíamos direccionar para vários textos, sem querer dizer com isto que este fenómeno não é já algo transversal na cultura fora os mesmos. Apenas a título de exemplo, podemos apontar para Filice (2017) e Linenthal (1980), mas também, para além dessas perspetivas, várias visões da desconstrução do heroísmo como associado ao masculino e noções de virilidade a partir de um ponto de vista feminista, ou, em alguns casos, até próximo do androfóbico. Lembro ao leitor que nada implica que «o Herói» deva ser necessariamente um homem ou apenas admirado por homens. Apesar da teoria se chamar do «Grande Homem», é claro que muitas figuras femininas foram instrumentais como heroínas, desde mártires sacrificiais até à combativa Joana D’Arc.

⁵ Talvez um dos melhores exemplos seria uma recente biografia de Churchill (Ali, 2022), ou a criativa visão que Reza Aslan nos apresenta de Jesus Cristo (Aslan, 2014). A notar também que o mercado editorial e o público ainda se comportam como se de facto importassem mais estas vidas de maior relevo («Grande Homens»), mesmo se forem para ser “desconstruídas”, visto que estes são exemplos particularmente mediáticos no género.

⁶ Ao nível terminológico, pode talvez problematizar-se os conceitos em questão. Se de facto estes termos; «O Grande Homem» ou «Heróis» serão porventura “termos obsoletos e perigosos” (Loriga, 2011, p. 14) como nos é dito de forma até um pouco moralista, temos de admitir uma visão até de uma potencial violência intelectual nestas páginas.

A concepção que utilizamos a partir de Carlyle contém já uma série de pressuposições filosóficas, e quiçá culturais, que teriam de ser explicadas à partida. Para este pensador, a História está na raiz de toda a ciência, mas também se expressa como o primeiro produto distinto da espiritualidade humana (Carlyle, 1970, p. 91). Ela é partilhada por todas as civilizações em todos os seus estados de desenvolvimento, como o autor o coloca:

History has been written with quipo-threads, with feather-pictures, with wampum-belts; still oftener with earth-mounds and monumental stone-heaps, whether as pyramid or cairn; for the Celt and the Copt, the Red man as well as the White, lives between two eternities, and warring against Oblivion, he would fain unite himself in clear conscious relation, as in dim unconscious relation he is already united, with the whole Future, and the whole Past. (Carlyle, 1970, p. 91)

Ela é, portanto, a mais antiga expressão do que pode ser chamado de “Pensamento”. Para este autor, a História é-nos inata, surge-nos como algo herdado. Mas Carlyle, apesar dos seus modos algo ultrapassados para a forma como hoje conceptualizamos o mundo, já nos apresenta a História como Narrativa. Essa Narrativa deixar-nos-ia perdidos no tempo caso desaparecesse (Carlyle, 1970, p. 91). Segundo as suas palavras, sem ela “evaporaríamos”.

Considerar-se-ia todo este exercício algo paralelo ao nosso entendimento do trabalho teórico aqui desenvolvido, não fosse o caso de próximo salto dado por Carlyle:

Social Life is the aggregate of all the individual men's Lives who constitute society; History is the essence of innumerable Biographies. But if one Biography, nay, our own Biography, study and recapitulate it as we may, remains in so many points unintelligible to us; how much more must these million, the very facts of which, to say nothing of the purport of them, we know not, and cannot know! (Carlyle, 1970, p. 93)

A História surge, então, como biografia, ou melhor, biografias. Imensas pequenas partes que acabarão por compor um mosaico maior, mais importante do que as partes que a constituem. Será algo contraditório que o mesmo homem que cria a própria ideia do «Grande Homem» veja também

assim a História? Não nos parece. Acrescentaríamos apenas que há ainda na sua conceção do mundo algo que o leitor atual lhe pode escapar, uma visão de hierarquia, ou como o autor vai colocando ao longo da sua obra, uma “*Heroarchy*” (Carlyle, 2002). Como nos recordaria Carlyle, aquele que desconstrói e rejeita primariamente qualquer hierarquia seria por saber que não funcionaria nela, que teria uma posição que não lhe seria agradável, e isto fala mais da sua minoridade do que da minoridade da estrutura em si⁷. Pois talvez esta nossa visão contemporânea muito combativa dessa mais básica estrutura natural nos diga muito acerca de quem somos hoje. Se está em voga a crítica, a desconstrução e toda uma miríade de visões que podem ser disruptivas, admitimos que talvez as também devamos aplicar a nós mesmos e às nossas novas formas de ver, pois de outra forma corremos também o risco de nos tornarmos as caricaturas que criamos de visões do passado.

A não esquecer que as próprias teses sobre o Heroísmo de Carlyle são compostas por palestras que são também biografias de um carácter por vezes abstrato e filosófico, é certo, que tornam a estas ideias basilares de Carlyle – estes Heróis representam-nos no nosso melhor. Para além de Carlyle, temos uma visão até bastante próxima e contemporânea de Ralph Waldo Emerson, que inclusive utiliza uma esquemática muito similar e, em alguns casos, até biografa os mesmos Heróis como Shakespeare ou Napoleão (Emerson, 2004).

Se há, como defendido por alguns autores mais recetivos às ideias da «banalidade do mal» (Arendt, 1964) uma certa ideia de descrença nas grandes narrativas por causa de uma História despersonalizada (Loriga, 2011, p. 12), talvez a resposta para o problema que se estende à História a partir da segunda metade do século anterior seja, de facto a Biografia. E esta resposta pode não só vir do retorno do indivíduo à História, mas também, talvez, a uma certa sublimação estética da própria História: não na formulação de mentiras ou distorcer dos factos, mas quiçá na demonstração da sua beleza – parece-nos que isto só poderia ser feito de uma forma algo transdisciplinar, ou como colocam alguns autores, pelo “filho bastardo da historiografia e a

⁷ Recordamos que esta mesma crítica, de outra forma e em outro contexto, englobando na sua visão também uma ideia de força literal para além da figurada, é também formulada por Yukio Mishima num dos seus mais enigmáticos livros “Sol e Aço”: “O cinismo que encara todo o culto do herói como coisa ridícula está sempre tingido por uma sensação de inferioridade física. Sempre é o homem que se sabe falto de atributos heroicos aquele que fala do herói com desprezo [...]” (Mishima, 1986, p. 40). No fundo, o heroísmo poderá suscitar uma natural reacção aqueles que se imaginam incapazes de feitos. Achamos relevante apresentar também esta visão pelas conquistas físicas e desportivas de António Gentil Martins e do seu pai. No fundo, um Herói não existe sem corpo.

literatura”(Haan & Renders, 2014, p. 15). É até fundamentalmente nesta personalização da História que vemos situações de emancipação política e criação de imaginários nacionais pós-coloniais⁸ (Haan & Renders, 2014, p. 18) ao invés de uma fuga dos acontecimentos, ou o branqueamento histórico.

No entanto, como nos recorda Jacques Le Goff, na introdução à sua biografia de São Luís, a biografia (histórica) é, no fim de contas, das mais difíceis formas de fazer História (Le Goff, 2009, p. XXI), e portanto, para se conseguir formular uma visão, que seja funcional desta mesma “Filosofia da História” a partir da biografia, o seu entendimento e análise são fulcrais.

⁸ De uma forma algo irónica, a formulação da mitologia nacional para estas jovens nações pode implicar, mais uma vez, um retorno a um certo romantismo como cânone. Calculamos que para ele seria sempre necessário pelo menos um Herói fundacional, ou seja, pelo menos uma biografia seria necessária para se estabelecer essa visão de uma Nação. Por outro lado, para uma visão da biografia como o estabelecimento de narrativas transnacionais é também possível e utilizado, veja-se (Schweiger, 2012).

1.2 Sobre a Biografia

A biografia, algumas vezes vista como um género literário menor por alguns historiadores (Schubert, 2018, p. 196), não deixa de ser uma boa forma de apreendermos os acontecimentos como eles de facto foram e contextualizarmo-nos historicamente. A lembrar que se sabe tanto do mundo pelas descrições de grandes eventos como em Tucídides, como pelas descrições de natureza mais pessoal e biográfica de Plutarco, por esse mesmo motivo.

Faz talvez sentido começar com um exercício etimológico sobre o próprio conceito. Sabemos que “biografia” surge da junção de palavras do grego antigo de “escrita” e “vida”. Há aqui um grau de ambiguidade; estará o biógrafo a escrever apenas uma vida ou a Vida? Conseguiremos apreender uma através da outra? Mas mesmo estas origens são mais complexas do que parecem, pois, apesar de haver imensos exemplos de biógrafos ao longo da Antiguidade e da Idade Média, os académicos dividem-se sobre quando se pode dizer que “começa” a biografia, inclusive como termo:

Although it is a Greek compound, the word ‘biographia’ was first used in the sixth century, long after the flourishing of classical civilization [nota de rodapé referente à primeira utilização documentada do termo pelo filósofo neo-platónico Damásio (circa 462-538)]. In that period of flourishing, in which Plutarch and Suetonius wrote works that would become part of the biographical canon, the terms ‘bios’ (Greek) and ‘vita’ (Latin) were the most widely used terms for biographical texts. [...] ‘Vita’ survived into the seventeenth century as the dominant term for the description of a life, before the modern ‘biography’ overtook the Latin word. The subjects of vitae were people with special talents or exceptional destinies, such as politicians, kings, and royalty. In the Middle Ages, vitae of bishops, abbots and saints also appeared – later often designated hagiographies. (Haan & Renders, 2014, p. 12)

Por outro lado, temos a leitura “Moderna”:

O termo “biografia só aparece ao longo do século XVII, para designar uma obra verídica, fundada numa descrição realista, por oposição a outras formas antigas de escrita de si que idealizavam o personagem e as circunstâncias de sua vida

(tais como o panegírico, o elogio, a oração fúnebre e a hagiografia) (Loriga, 2011, p. 17)

A citação parece referir-se à utilização documentada do termo no seu conceito mais moderno:

The word ‘biography’, in the sense of a history of a private life (not necessarily a booklength volume), was first used by John Dryden in 1683 in a preface to his English translation of Lives by Plutarch. It was Thomas Fuller who, in his 1662 work, The History of the Worthies of England, used the word ‘biographist’ for the first time. (Renders, 2014b, p. 34)

Depois de seu grande desenvolvimento numa primeira fase iluminista, cujo pináculo será a vida representada de Samuel Johnson⁹ (Boswell, 2018), a biografia dá o seu primeiro grande salto ao nível conceptual. Anteriormente apenas eram próprias para reis e santos, mas nesta nova era de luzes os padrões modificavam-se e a importância relativizava-se também, passando por um processo de democratização, pelo menos relativamente a quem fosse passível ser biografado. Não haveria para Johnson, por exemplo, vidas que não valessem a pena ser contadas, no sentido em que todas as narrativas ofereceriam alguma utilidade (Loriga, 2011, p. 19). Este entendimento não é bizarro considerando a visão enciclopédica da altura, e também tendo em conta que este homem, talvez o objeto de uma das mais completas biografias alguma vez escritas, foi também quem fez o dicionário da língua inglesa em 1755. Mas se, por um lado, se aponta para esta fase como o surgimento da biografia como a conhecemos hoje, por outro alguns autores apontam para uma falta de estudo e análise dos períodos que vão entre a época medieval tardia e o início da modernidade (Haan & Renders, 2014, p. 13), e um certo menosprezo por tudo o que surgiu previamente ao período “Boswelliano”.

Por outro lado, temos também a ideia de que a biografia vem de um certo instinto humano comemorativo – uma espécie de forma de celebrar vidas: “[...] the universal desire to keep alive the memories of those who by character and exploits have distinguished themselves from the mass of mankind.” (S. Lee, 1911, p. 7) Esta visão está intimamente ligada ao jornalismo e ao desenvolvimento desse tipo de imprensa, e não está conectada a uma visão académica da mesma,

⁹ Atualmente já traduzida para Português do Brasil na sua totalidade em 3 volumes numa ambiciosa edição de autor, ou mais corretamente de tradutor, de José Filardo.

ou a uma visão da biografia crítica ou interpretativa, nem sempre autorizada. Muito pelo contrário, várias vezes estas biografias eram “encomendadas” (Renders, 2014b).

O seguinte paradigma que teremos é do seu estabelecimento, se quisermos: “durante o século XIX que a biografia se impõe como ofício de pleno direito - graças a John Forster, John Morley, James Parton, Charles-Augustin Sainte-Beuve.” (Loriga, 2011, p. 20)¹⁰. Como reação ao estabelecimento deste género, temos em meados do mesmo século a figura de um estilo irreverente, que utiliza a sua escrita como uma rutura com os valores e tradições da altura, Starchey. O seu propósito é o de desmascarar a História:

O que trata de fazer na coletânea Vitorianos eminentes, em que escolhe quatro pessoas passavelmente antipáticas (o cardeal Manning, Florence Nightingale, o doutor Amold e o general Gordon) para fustigar as principais instituições vitorianas: o evangelismo, o humanitarismo, o sistema educacional e a política colonial britânica. Com esse desígnio, abala duas regras usuais da tradição biográfica. Em primeiro lugar, a ideia de uma homenagem necessária: em suas poucas obras (só escreveu quatro), nenhuma alusão à virtude, à grandeza, à virilidade. Em segundo, a primazia do público: Strachey atribui mais importância à personalidade do que às ações e às obras (em seu texto, Vitória é mais mulher do que rainha). Esta é uma ruptura notável que concerne igualmente ao domínio psicológico: o que importa verdadeiramente não é mais o momento da ação, mas aquele que o precede. (Loriga, 2011, pp. 24–25)

Mas é também na adição do elemento psicológico que se dá um certo processo de desacreditação no todo do próprio género. Algumas obras passam a ser intrusivas para além de pormenorizadas (Loriga, 2011, pp. 26–27), especialmente quando comparadas, por exemplo, com o decoro minucioso que vemos na biografia de Johnson (temos todos os detalhes da sua vida pública, e os nomes quando violam a privacidade dos visados, até por conversas que possam ser vistas como embaraçosas, são censurados). Curiosamente, não só se consegue ler os diferentes valores e

¹⁰ Abordaremos em maior profundidade o desembocar ideológico desta corrente uns parágrafos mais adiante quando falarmos do biografismo.

mudanças culturais nas vidas dos biografados, mas também na própria forma como as biografias são escritas e o que tentam comunicar e representar.

O sociólogo Pierre Bourdieu escreve também sobre a biografia, introduzindo questões da fragmentação do indivíduo e, ao limite, a confusão hipermoderna da experiência da não-linearidade histórica/biográfica (Bourdieu, 1986). Não podemos deixar de considerar que o autor formula uma teoria da biografia a olhar também para os padrões culturais que são erigidos a partir de uma visão literária, e que pode apontar para uma visão algo influenciada por alterações de valores, mas também estéticas deixadas evidentes nos fenômenos dos romances vanguardistas que são também, de alguma forma, autobiografias. Pelo seu carácter mais abstrato, de certa forma, pelo menos na sua relação com o tempo e a linearidade de acontecimentos, a teorização parece encaixar perfeitamente em autobiografias (muito) romanceadas como as obras de Céline ou Joyce. Mas se por um lado o romance descreve a fragmentação, a biografia num certo sentido, para Bourdieu, é algo mais do foro do documental, da confirmação da existência “oficial”, a ser equiparada talvez com a carta de condução – algo que afirme a existência:

Tout permet de supposer que le récit de vie tend à se rapprocher d'autant plus du modèle officiel de la présentation officielle de soi, carte d'identité, fiche d'état civil, curriculum vitae, biographie officielle, et de la philosophie de l'identité que le sous-tend, que l'on s'approche davantage des interrogatoires officiels des enquêtes officielles [...] s'eloignant du même coup des échanges intimes entre familiers et de la logique de la confiance qui a cours sur ces marchés protégés.
(Bourdieu, 1986, p. 71)

Pela tentativa de oficialização, ou criação de um curso de vida (narrativo) de vidas impossivelmente lineares, de descrição de uma série de acontecimentos cuja única coisa que têm em comum é a relação com um indivíduo, a resposta de Bourdieu é que estamos perante uma experiência do absurdo. Mas é apenas um absurdo se não estabelecermos mais redes, se não formularmos as conexões com o resto da sociedade (Bourdieu, 1986). Faz talvez, por isso, algum sentido pensar que a biografia, se a fizermos como Bourdieu tenta demonstrar, pode também existir num universo próximo da sociologia.

Hoje em dia, apesar de ter passado pelo mesmo estigma para grande parte dos historiadores, de críticos literários ou até escritores, a biografia tem também o seu percurso, desembocando na pós-moderna «nova biografia» dos anos 90 do século passado, incluindo todas as problemáticas e tensões contemporâneas, desde as relações raciais às de género, trazendo para as mesmas a visão de uma História “do ínfimo” como mencionado anteriormente (Banner, 2009, p. 580).

Independentemente do seu desenvolvimento ao longo do tempo, é interessante ter em conta não só a sua flexibilidade como género, como também uma informalidade desde o início. Nunca houve uma só forma de biografar, o que faz com que resulte em resultados muito diferentes e únicos, todos eles biografias:

[...] desde a origem, um género híbrido e compósito. [...] Equilibrando-se sempre entre verdade histórica e verdade literária, sofreu profundas transformações ao longo do tempo - quanto à escolha e à elaboração dos fatos e do estilo narrativo. É portanto difícil estabelecer regras gerais. [...] Sem dúvida, numerosos biógrafos privilegiaram uma narração cronológica seguindo as escansões biológicas da existência: o nascimento, a formação, a carreira, a maturidade, o declínio e a morte. Mas isso não implica que a biografia deva necessariamente repousar sobre uma trama cronológica. Basta pensar em Plutarco, que coloca toda a ênfase no carácter e nas qualidades morais do personagem, e não em sua vida. Ou em Lytton Strachey, que prefere uma narração sintomática, apoiando-se essencialmente nos momentos-chave (as conversões, os traumatismos, as crises económicas, as separações afetivas). Não existe nenhuma regra formal nesse domínio, nem mesmo a respeito das características individuais. (Loriga, 2011, p. 18)

Citamos Banner numa tentativa de explicitar talvez o que a biografia poderá trazer para o estudante ou simplesmente ao curioso que a leia, incluindo novos entendimentos críticos e importantes do mundo que estes possam buscar:

“[...] in a present-day world fraught with peril, my students are looking for role models after whom to pattern their own lives. They are searching for a critique of the contemporary culture [...] in which they often feel trapped [...]. Reading

biographies enables them to generate such critiques and such understandings.”(Banner, 2009, p. 585)

Não querendo ter uma leitura exagerada de Banner, pedimos ao leitor que note esta ideia de um *role-model*, alguém sobre o qual se deve modelar uma vida, alguém para seguir. A notar, acima de tudo, a proximidade que há com o Herói de Carlyle. É uma figura, portanto, que comanda inspiração e que nos chama, e por isso queremos ler a sua história. Ao biógrafo, pode também caber exaltar a natural *curiositas* do leitor, um desejo complexo.

Ao limite, a este leitor pode até apontar-se um elemento de curiosidade negativo e mesquinho no saber-se da vida do próximo, algo que pode afastar os mais sérios académicos (Sogno, 2016, p. 74). Mas é nesta descoberta em que ele se prende também, é neste desenrolar do novelo da história pessoal que se pode aprender acerca da época, da política, do contexto, do território, de como vivíamos¹¹. No fundo, o biógrafo pode ter de usar e manejar o fascínio pelo segredo, pelo mistério da vida do próximo, mas a corda bamba na qual se suporta corre o risco de um intriguismo. De facto, Scharnhorst até nos recorda, numa abertura de um dos seus textos, um provérbio do século XIX: que Deus tinha criado os homens e as mulheres, e que mais tarde o diabo tinha criado os biógrafos (Scharnhorst, 1999, p. 345). É, portanto, natural que o biógrafo seja visto como uma figura com pouca seriedade. Já longe estamos dos tempos em que o último sobrevivente das batalhas cantaria épicos, e mais nos aproximamos do universo da literatura cor-de-rosa, das “alcoviteiras” e de qualquer outro curioso pelas vidas pessoais das pessoas a serem escritas.

Estas visões de desacreditação do género não são apenas próprias do início da biografia de tons mais psicológicos dos meados do século XIX, que tomam o maior desagrado de relevantes personalidades do mundo literário como Walt Whitman, Paul Valery ou mesmo Charles Dickens (Loriga, 2011, p. 26), mas estendem-se ao longo do tempo, sendo que um bom exemplo é a de uma crítica particularmente acídica de Terry Eagleton¹², que acaba por explorar as dinâmicas do voyeurismo na biografia inglesa. Nas suas palavras:

¹¹ Encontra-se uma boa explanação desta tensão entre o desenvolver-se da vida do biografado *versus* uma visão do biografado como representante de um contexto em Dujardin (2013, pp. 200–201).

¹² Crítica a uma biografia sobre uma das mais interessantes figuras da sátira anglo-saxónica, Jonathan Swift. Um leitor atento não deixará de considerar que esta pode ser uma irritação que derive quiçá das suas colisões políticas com a autora ou o biografado.

[T]he English mania for biography rages on. As a nation, we seem less interested in ideas than in the sexual habits of those who had them. [...] A lot of biography is a kind of high-brow nosiness [...] The ingrained anti-intellectualism of English biography is much in evidence [...] (Eagleton, 1998)

Talvez seja por isso que Dujardin nos vai recordando, ao longo do seu trabalho, de exemplos também de uma elegância pessoal, por parte do biógrafo. Mais especificamente da ideia de guardar o indizível, de encobrir ou obscurecer informações, talvez demasiado pessoais para o bom funcionamento de famílias ainda vivas, mas acima de tudo, como exemplificado através do esforço por Peeters de contar a vida de Derrida, de se conseguir escrever com “tato” (Dujardin, 2013, p. 193). Mas podemos, ou talvez até devamos, problematizar esta ideia: se o biógrafo, como o artista de retratos, faz todos os possíveis para pintar o sujeito na sua “melhor luz”, em seu melhor perfil e menorizando os potenciais defeitos, não corremos também o risco de uma certa desonestidade? Não é possível, então, que demasiado tato se possa traduzir também na perda de legitimidade?

Possivelmente de uma forma inesperada, a biografia, sendo particularmente apreciada durante séculos fora da academia, vê hoje um inesperado retorno que lhe devolve uma certa seriedade: “[...] something strange has happened. It looks as if the great interest in a genre that has been made respectable especially by non-academics – biography – is being embraced by the academic world in order to humble it.” (Renders & Haan, 2014, p. 2). Respondendo às questões do parágrafo anterior, talvez uma aproximação à academia, com novos meios de fazer biografias, novas formas de apurar os factos dos acontecimentos, e conseqüente uma maior legitimidade, passamos a uma biografia de natureza mais crítica, na qual a verificação confirme a honestidade do biógrafo. Falamos então da emergência de um novo paradigma para a biografia que pode, por sua vez, passar o crivo da boa consideração académica, o do *Life Writing*:

Growing out of several developments in the 1970s and 1980s, Life Writing emerged in the 1990s as a research field that gave a central place to the investigation of personal documents: autobiographies, memoirs, diaries, letters, travel accounts, and autobiographical novels. Even though Life Writing as a label for a specific research direction was first conceived in the English-speaking academic world, it has since been adopted by scholars worldwide. Those involved in Life Writing research are largely grounded in literary theory, Cultural

Studies and research approaches that focus on identity, linguistics and memory.
(Haan, 2014, p. 177)

Ganha, deste modo, sentido olhar para a figura de biógrafo como um escritor, um criador de narrativas, e até um académico. Mas será que a biografia é apenas uma forma de escrever? Reis lembra-nos, numa história transversal de formas de se fazer análise textual, que a biografia pode ser, para além de algo a escrever-se, também uma forma de ler. O biógrafo então é também um leitor, e de certa forma um modo de ver obras, contextos, autores e homens. Faz então sentido também ver, para além da biografia, o que o autor nos explica que é o “biografismo”. Antes de mais, é apresentado como uma perspectiva dentro da análise textual, perspectiva essa que é formulada pela primeira vez por Sainte-Beuve. Na sua base está a ideia que “um certo temperamento corresponderia forçosamente a uma determinada obra” (C. Reis, 1981, p. 64). Ela consiste também na exploração detalhada da vida do autor para o entendimento, também ele mais pormenorizado e completo, da sua obra. Nesta visão, o leitor teria de buscar todo o tipo de informação mais pessoal relativa ao escritor, usando todos os meios possíveis na composição do seu retrato. A partir daqui seria exequível encontrar projeções pessoais do autor na obra, mas de certa forma também fazendo esse caminho oposto, de encontrar a faceta pessoal antes do escritor. Como Reis denota, torna-se evidente, como grande parte dos seres biografados, que muitos escritores não apreciaram esta perspectiva quando surgiu, não só pela observação, mas também por correntes biografistas mais exclusivistas. Mas, como Reis explicita, se por um lado há um certo desgosto dos escritores por estes críticos, por outro, há uma espécie de «enamoramento» dos biografistas pelos seus autores (C. Reis, 1981, p. 66). Perante a ausência de uma melhor expressão, estamos perante um certo amor não correspondido em formato literário. Ainda na sua relação com os escritores, é natural o biógrafo ser representado como vingativo, inútil, incapaz de ser um escritor “a sério”, movido por lucro, em muitas instâncias replicando também a forma como os críticos literários são representados na literatura (Renders, 2014b, p. 30). Imagine-se então a relação que os escritores teriam com biógrafos que são também críticos literários!

Ainda dentro de uma visão próxima da crítica literária, será talvez importante colocar a mesma questão que Virginia Woolf levanta relativamente ao processo de escrita da biografia: Será que ela

é também uma forma de arte? A sua resposta é que se trata de uma “jovem arte” se for esse o caso, mas também que seria a mais restrita de todas as artes.

He has his proof ready to hand. Here it is in the preface in which Smith, who has written the life of Jones, takes this opportunity of thanking old friends who have lent letters, and “last but not least” Mrs. Jones, the widow, for that help “without which,” as he puts it, “this biography could not have been written.” Now the novelist, he points out, simply says in his foreword, “Every character in this book is fictitious.” The novelist is free; the biographer is tied. (Woolf, 1970, p. 188)

Preso ao real, o biógrafo não tem a liberdade criativa de um autor de ficção, e se tiver, é um mau biógrafo. Mas de facto, com todas estas limitações, Woolf demonstra como Starchey, mas também os primeiros grandes biógrafos tratam o género como “craft” (Woolf, 1970), expressão que nas suas múltiplas traduções pode significar também “arte”.

Mas as problemáticas levantadas por Woolf chegam a um problema ainda mais essencial; é que segundo a autora, estes factos aos quais o biógrafo está restrito não são a mais pura e exata das ciências, formulando então o real trabalho e obrigação deste escritor:

But these facts are not like the facts of science — once they are discovered, always the same. They are subject to changes of opinion; opinions change as the times change. What was thought a sin is now known, by the light of facts won for us by the psychologists, to be perhaps a misfortune; perhaps a curiosity; perhaps neither one nor the other, but a trifling foible of no great importance one way or the other. [...] Thus the biographer must go ahead of the rest of us, like the miner’s canary, testing the atmosphere, detecting falsity, unreality, and the presence of obsolete conventions. His sense of truth must be alive and on tiptoe. (Woolf, 1970, pp. 194–195)

Será, assim, na visão de Woolf, praticamente obrigatório que o biógrafo seja também crítico do presente, de alguma forma uma figura inconformada. Hoje, talvez, dir-se-ia que para combater o fenómeno do «presentismo». Na sua conclusão, Woolf coloca o biógrafo não como artista, mas como artesão, retomando a ideia de “craft”, mas que de forma alguma lhe retira a importância

daquele papel de discernir o que é a verdade (Woolf, 1970). O problema pode até ser formulado mais claramente como o fez Sabina Loriga: a “impossibilidade estética de conciliar factos com a ficção” (Loriga, 2011, p. 32)¹³.

Podemos, ainda assim, colocar o problema ao contrário, e perguntar se à biografia pertencem, ou podem pertencer, as qualidades para ser uma obra científica ao invés de uma obra artística (sendo que a nossa posição não tenha de ser necessariamente que uma anule a outra, mas a aceitação de naturezas originárias algo distintas). Tendo reunindo algumas características necessárias para a obra de carácter científico que enumeramos a seguir, chegamos à conclusão que nada, nestas características, exclui a biografia necessariamente: [1] “As frases que apareceram numa obra científica são quase sempre exclusivamente autênticos juízos [...] reivindicam [...] a pretensão da verdade.” (Ingarden, 1965, p. 360); [2] Estruturalmente, trata relações objetivas puramente intencionais – «transparentes», em que se evita duplas significações (Ingarden, 1965, p. 361); [3] O valor estético é um luxo, algo desnecessário, que poderia ou não lá estar (Ingarden, 1965, pp. 361–362); [4] Os elementos esquemáticos no texto servem para orientar o entendimento do conteúdo transmitido (Ingarden, 1965, p. 362); E por fim, [5] a revelação das qualidades metafísicas é evitada neste tipo de obras, exceto quando fosse estritamente necessário, sendo apenas válido quando uma dessas qualidades “em si mesma pertence ao tema do resultado do conhecimento adquirido e transmitido ou pelo menos o auxilia na sua transmissão” (Ingarden, 1965, p. 362). É, portanto, evidente que a biografia pode pelo menos ter a forma de uma obra científica, e seguir os seus trâmites. A questão fundamental, no fundo, é apenas se essa biografia mais puramente científica seria prazerosa de ler.

Grande parte das biografias são feitas sobre pessoas que padecem e entram nos anais da História, mas esse não é sempre o caso. Nas vezes em que se tem de biografar alguém vivo, o autor encontra uma série de oportunidades, mas também de problemas. Para além do equilíbrio que tem de estabelecer, já discutido anteriormente, entre a proteção da vida privada e o contar da história, terá também de resolver problemáticas que derivem de questões como de direitos de autor, uma maior

¹³ De qualquer das formas, esta visão de busca da verdade não deve invalidar uma potencial verdade da literatura ficcional, ou seja, outro tipo de verdade. Uma verdade possivelmente mais ligada ao espírito humano do que aos acontecimentos factuais. Para uma exploração destas matérias veja-se Vizinzezy (1992). Para além dessa perspetiva, o problema da verdade na crítica literária também tem sido explorado e debatido. Veja-se Barthes (1978). Ainda, para além do problema da verdade na obra literária, também há o debate sobre a sua existência real ou idealizada – o que acaba por ser adjacente (Ingarden, 1965, p. 26).

dificuldade em acesso aos arquivos privados, etc. (Dujardin, 2013, p. 198). Mas nesse caso, o dissecador de uma entidade que ainda pulsa com vida não se fica por aí:

[...] a escrita de uma biografia dedicada a uma personalidade ainda viva impõe uma metodologia específica, oferece grandes oportunidades, mas também pode, em certos casos, levar a armadilhas intransponíveis, especialmente se a carreira da pessoa em questão foi objeto de controvérsias vivas, ou mesmo de processos judiciais. (Dujardin, 2013, p. 198)

Imagine-se então que o biografado é ativo no espaço público, com pretensões da sua modificação, com objetivos na arena das ideias ou até da política. Mesmo podendo ser uma fonte de grande confiança para a informação a ser utilizada, a figura poderia, ao limite, ter objetivos até na sua própria representação, sem falar na representação dos factos acontecidos e no próprio processo da escrita ou no debate sobre esse trabalho caso seja seu contemporâneo. Isto tudo sem contar com o facto da vantagem do historiador perante o contemporâneo na formulação de uma narrativa, é que o historiador já sabe como a narrativa em questão acaba (Dujardin, 2013, p. 199), e esse é um luxo que não é partilhado.

1.3 Sobre a Autobiografia

Reconhecemos a necessidade de abordar também a questão da autobiografia em relação ao presente de estudo, acima de tudo por dois motivos. Muita da informação à qual tivemos acesso é apoiada na obra autobiográfica de António Gentil Martins e no seu *curriculum vitae*, e, por bem de uma correção académica, será preciso problematizar um pouco a própria natureza desse tipo de escrita, para além de demonstrá-la como proveniente de uma parte interessada em representações específicas de si mesmo. Por outro lado, é também relevante abordar a natureza da autobiografia no sentido de apreender uma visão de autorrepresentação, que não existe apenas no livro *Ser Bom Aluno Não Chega* (A. G. Martins & Reis, 2015), mas também na própria natureza dos arquivos aos quais tivemos acesso, de natureza pessoal, que acabam sempre por ter uma base subjetiva do próprio sujeito que se documenta a si mesmo (ainda que esta preocupação não se manifeste tão obviamente no que toca ao arquivo em questão). Se a biografia tem interesse no estabelecer-se, ou na criação de uma representação de um indivíduo, imagine-se a gradação adicional da autobiografia. Aí dá-se o fenómeno adicional da autoconstrução.

De notar que, nas suas origens, temos as clássicas *apologias* e também os vários confessionais, sendo que a prima grandiosa obra deste género é *As Confissões* (Santo Agostinho, 2004). Podemos ter aqui uma dinâmica interessante da autobiografia como o expiar-se de uma vida, o separar-se dela para abraçar um perdão sobre a mesma, em plena humildade.

Uma questão levantada pelo tratamento de Reis sobre o biografismo coloca também toda uma série de outras problemáticas mais aproximadas ao narrador dúplice na (auto)biografia. Como tratar então o romance biográfico, onde o biógrafo transforma o biografado (muitas vezes o mesmo) em personagem e a vida em ficção? (C. Reis, 1981, p. 67) Inclusive até se pode colocar o problema da sinceridade por incompatibilidades fundamentais, como exemplificada nas *Confissões* de Rousseau¹⁴ (C. Reis, 1981, p. 68). A lembrar as circunstâncias políticas e sociais onde algumas “*Confissões*” autobiográficas são escritas, é talvez também necessário ter em conta o papel que a autoridade exerce sobre a forma como o narrador terá de se expor a si próprio perante o espaço público, e consequentemente ser desonesto. Recordamo-nos do exemplo das *confissões* de Bakunine, escritas em frias masmorras russas, denunciando todas as suas ideias e ímpetos

¹⁴ Problemática explorada em maior profundidade no prefácio do próprio livro de Rousseau por Jorge de Sena (Sena, 1988).

revolucionários. A ter em conta a sua dedicação a quem o prendeu, o menos magnânimo Czar Nicolau I (Voegelin, 1946). Escusado será dizer que não se pode fiar em que todas as confissões tenham o mesmo zelo e desejo de expiação de Santo Agostinho, ou que nem todos os revolucionários que se arrependem na prisão o fazem com a mesma honestidade de Dostoievski e as suas personagens. Apesar do exemplo mais extremado apresentado nestas páginas, o leitor talvez se deva questionar nas formas mais subtis em que o autobiografado se possa dar ao luxo de “mentir” ou omitir sobre tantas outras matérias, pelo bem do bom funcionamento da sua vida.

Acima de tudo, para o desenvolvimento do estudo em questão, é necessário ter em conta a tensão entre o testemunho do autobiografado num dos casos, e do biógrafo no outro. A verdade é que não se pode, como biógrafo, ignorar o testemunho mais basilar de uma vida própria, vista de si mesma. Colocando a questão de outro prisma, devemos perguntar-nos: “Como é que um historiador se pode privar do testemunho do assunto principal que é tratado no seu livro?” (Dujardin, 2013, p. 192).

E nunca se deve esquecer, acima de tudo, que se trata de uma vida a ser experienciada, e a escrever-se a si mesma. É uma formulação de escrita que ainda pulsa de vida, algo que é um outro gigantesco detalhe a ser tido em conta quando se analisam obras desta natureza. Talvez a melhor representação desta problemática na História da Literatura se dê no *Dom Quixote de la Mancha*, sobre Ginés de Passamonte, como lembramos ao leitor:

[...] Saiba que eu sou Ginés de Passamonte, cuja vida está escrita por estes polegares.

- Diz a verdade – disse o comissário -, que ele mesmo escreveu sua história, que não tem mais que desejar, e deixa empenhado o livro no cárcere por duzentos reais.

- E penso tirá-los de lá – disse Ginés -, ainda que custe esses duzentos ducados.

-Tão bom é ele? – disse Dom Quixote.

- É tão bom – respondeu Ginés -, que mau ano será para *Lazarillo de Tormes* e para todos quantos do mesmo género se tenham escrito ou escreverem. O que a vosmecê sei dizer é que trata de verdades e que são

verdades tão lindas e donairosas que não pode haver mentiras que se lhes igualem.

- E como se intitula o livro? – perguntou Dom Quixote.

- *A Vida de Ginés de Pasamonte* – respondeu o mesmo.

- E está acabado? – perguntou Dom Quixote.

- Como pode estar acabado – respondeu ele -, se ainda não está acabada minha vida? (Cervantes, 2017, p. 216)

Mas talvez a literatura permita alguma flexibilidade, mesmo no que toca à escrita da própria vida. *A História de Sinué*, um dos mais antigos poemas épicos do mundo, datado de 1940 a.C. (ainda assim com 2000 anos de diferença do ancião Gilgamesh) proveniente do antigo Egipto, é já uma autobiografia (dependendo como aceitarmos a verdade no mito e vice-versa), e também resolve o problema de Cervantes da escrita da vida continuada. Apontaremos para uma edição crítica e tradução de Parkinson, com a adição que se trata de uma compilação de poemas antiquíssimos e sem autores confirmados (Autor desconhecido, 1997). Sinué começa a biografar-se a partir do próprio túmulo, já dando a crer ao leitor que este é um épico póstumo de si mesmo. A não esquecer que no glossário do estudo deste poema, a definição de autobiografia tem uma característica única – esta é uma inscrição sepulcral comemorativa. Nesta autobiografia pré-Clássica, o autor tentaria explicar as suas virtudes e o seu caminho, e como estas se manifestariam na sua vida e carreira (Autor desconhecido, 1997, p. 297). Como nos dizem outros escritos antigos sapienciais, "não há nada de novo debaixo do sol" e voltaremos constantemente a esta ideia de que problemas de hoje já foram problemas de antes, e que biógrafos muito criativos já nos ofereceram várias respostas. Talvez a autobiografia apenas se resolva do ponto de vista do autor a cantá-la da cripta depois da sua partida.

Possivelmente, na exploração da ideia anterior, o mais importante a reter é que uma autobiografia é um testemunho, e felizmente quase nunca o único. E nessa pluralidade de testemunhos podemos fazer algo tão simples como, por exemplo, confrontá-los nas suas diferenças. Nesta e em outras biografias dá-se o caso de se conseguir fazer o benéfico confronto, ou pelo menos a comparação, entre arquivos pessoais relativos ao sujeito e outros testemunhos também, sejam eles orais ou

escritos (Dujardin, 2013). Será, portanto, muitas vezes obrigando a subjetividade pessoal desse testemunho a passar pelo crivo de uma segunda expressão mais fria e, quiçá, burocrática dos documentos objetivos que se conseguirá edificar uma verdade mais completa. Onde estiverem duas narrativas muito conflituosas, talvez aí consigamos ver os traços mais basilares e psicológicos de determinado sujeito, sem contar com os pequenos defeitos e gafes humanas de confusões de datas ou nomes. No entanto, se por um lado, conseguimos entender que não bastam os testemunhos das partes interessadas, por outro, temos também de admitir que a utilização de arquivos pessoais na formulação de uma biografia, apesar de ser uma condição necessária, não é suficiente, e que a sua qualidade pode ser muito variável (Dujardin, 2013, p. 199).

Se a biografia pode tanto ser um modo de escrever, como de ler, ou até como análise psicológica ou sociológica, confissão de natureza espiritual, arte ou artesanato, problematização do real, autorrepresentação, projeção para o mundo, e toda uma série de outras formas de criar conhecimento e escrever História, fará talvez sentido abordá-la com algo além do género literário e que possa formular nas suas inúmeras facetas muitos pontos de interesse a serem estudados que certamente não ficarão contidos na sua totalidade neste pequeno texto.

Apesar da possível modificação, entende-se que certos formatos são perenes, independentemente do paradigma apropriado à época e a qualquer nova visão científica e de conhecimento. Com isto queremos dizer que não se deixarão de escrever vidas tão cedo, e mais do que uma realidade paradigmática a escolher-se de uma qualquer forma de *escrita de vida*, é importante deixar claro que esta realidade existiu anteriormente e independentemente da sua “salvação” académica e tem também um futuro. Não pretendemos fazer um trabalho atual, mais do que fazer um trabalho que esteja ultrapassado também. Uma boa biografia, talvez como qualquer boa obra, pode ter um contexto, e representar tempo, mas não deve estar estanque no tempo (no sentido em que não se deve “datar” exclusivamente com os valores e perspetivas do seu presente). É preciso, no entanto, ter em conta, como nos demonstram vários autores, que a biografia, não sendo como a literatura que pode aproximar-se da imortalidade, é um trabalho que não resiste ao tempo da mesma forma. É um trabalho muito mais mortal (Renders, 2014a, p. 170; Woolf, 1970).

Sobre o caso específico biografado neste trabalho; temos de clarificar que temos o luxo de poder aceder a uma autobiografia sobre o homem estudado, mas como conseguimos demonstrar, muitas vezes os relatos em primeira pessoa carecem da verdade completa, eles podem (propositadamente ou não) ocultar certas parcelas da realidade, não nos dar uma perspetiva totalizante dos acontecimentos, e muitas vezes podem ter alguma dificuldade na introdução da crítica. Iremos apoiar-nos neste trabalho escrito pelo próprio, mas tentar fazê-lo com a distância crítica que nos permita uma apreensão mais panorâmica possível. Para além disso, iremos também procurar outras fontes e documentação paralela que possam elucidar com maior pormenor toda a história desta vida. Recordo ainda que o objeto desse estudo está vivo, recordando todas as complexidades anteriormente exploradas.

Da nossa parte, no trabalho apresentado mais adiante, como humildes narradores, conta apenas tentar demonstrar, da melhor e mais compreensiva forma possível, a natureza dos factos e do

homem. Infelizmente cabe-nos até certo ponto fazer julgamentos, fazer escolhas conducentes a uma visão sobre uma vida, apreciar o que é de maior ou menor relevância, mas apenas para tentar demonstrar que no âmago destas figuras documentadas há narrativas, força vital, e uma conjuntura que esclarece a própria História. Por haver pessoas com vidas excepcionais, é relevantíssimo que haja biografias. Esperamos, acima de tudo, que perante este labor muito complicado, e agora apreendendo melhor o que é e como se fez ao longo do tempo uma biografia, que consigamos ser justos a uma vida, e que a possamos representar o melhor possível, como ela merece, em toda a sua complexidade e importância contextual e representativa de uma situação. Mas sempre buscando a verdade, a verdade de um homem e a verdade de um tempo. Escrever a verdade dos seus heróis, é também escrever-se sobre a sua sociedade.

2 Métodos, Técnicas e a procura de um caminho

O presente estudo visa detalhar a forma como o nosso trabalho de investigação se foi estabelecendo. Aqui ditamos o seu caminho, e os vários métodos e técnicas utilizados. Será dividido em 3 subcapítulos: um primeiro sobre a biografia como método de investigação; um segundo sobre investigação documental com um maior enfoque no arquivo pessoal; e finalmente um terceiro sobre a entrevista. Desta forma, explicitando todos os potenciais caminhos pelos quais enveredámos, esperamos elucidar o leitor acerca do teor e forma dos resultados do nosso trabalho.

Antes de avançarmos ao caminho dos vários subcapítulos que constituem esta metodologia, faz sentido recordar alguma da informação essencial deste trabalho. A nossa questão de partida: “de que modo é que António Gentil Martins é representativo de um determinado tempo e de um espaço?”.

Apontando os nossos objetivos mais específicos, que ainda não foram mencionados: 1- criar um estudo biográfico de António Gentil Martins; 2- identificar as diferentes facetas (papéis e funções) do biografado; 3- avaliar o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal. 4- Elaborar uma macroestrutura para o quadro de classificação para posterior organização e representação do Arquivo pessoal.

Retornando, por sua vez, ao elemento que permite juntar todos estes objetivos e a questão, a biografia, voltaremos agora a recordar o mais geral dos objetivos: conhecer o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal, porque como veremos, nas próximas páginas, como género apenas não bastará.

2.1 Biografia – Quantos trilhos?

Depois de termos explorado um pouco do que é a Biografia como gênero em capítulos anteriores, faz talvez sentido explorá-la também no seu sentido de utilização acadêmica como método, para que se apreenda como se aplica neste caso.

A entrada enciclopédica para métodos de pesquisa qualitativa da SAGE aponta para uma influência, tanto em gênero, como em método, de várias áreas na biografia, como a História, Literatura, Antropologia, Sociologia, Psicologia, e Educação (Miller, 2008, p. 61). E, portanto, nesta análise poderemos ter em conta que certas visões do método poder-se-ão aplicar facilmente, por exemplo, ao mundo do ensino, e talvez menos à nossa investigação. Apesar disso, torna-se evidente um certo poder da multidisciplinariedade – ou seja, o que o método pode dar às várias disciplinas como uma ferramenta abrangente, mas também a própria abrangência destes corpos de conhecimento que terão flexibilidade para também aceitá-lo. Mas estas várias visões vão criar também o que Miller chamou de variações conceituais da própria biografia, que enumera como: história de vida, história de vida (uma grande diferença entre estas primeiras duas), escrita de vida, narrativa, história oral, memória, biografia ficcionalizada, e formas de biografia que aplicam uma intersubjetividade que esvanece as fronteiras entre o “eu” e outro e que influenciam qualquer representação de uma vida (Miller, 2008, p. 61).

Voltando um pouco atrás para o seu escopo, enquanto método, temos a seguinte proposta por Miller:

[Biography] involves not only gathering data about a specific individual, either living or deceased, but also interpreting these data in order to create a representation or portrayal of particular aspects of the subject's life and times. As well, biography and biographical methods currently are subject to questions that frame debates in a variety of disciplines regarding the possibility or impossibility of any one truthful retelling of any individual's life; the influence of the researcher's historically and socially situated autobiographical contexts, discourses, and perspectives on constructions and depictions of the biographical subject; memory and its shifting contextual influences; and the role of the reader. (Miller, 2008, p. 61)

É talvez então relevante a exploração de uma problemática, algo que demonstre a diferença entre biografia género e método: o nosso manual aponta para neste tipo de pesquisa qualitativa, o investigador deva, no fundo, explicar os motivos de escolha do seu biografado (Miller, 2008, p. 61). Aqui parece-nos haver uma certa tensão entre estas duas biografias, pois quem lê uma biografia mais antiga, com menos pretensões académicas ou de investigação, vai talvez também notar que esta justificação é poucas vezes dada. A figura tende a ser «grandiosa suficiente» para que não se tenha de explicar o interesse que nela há. Ao limite, a justificação encontrar-se-á na própria biografia. Mas esta explicação será evidente com a “viragem biográfica” que se apresentará nas seguintes páginas.

É nos também dito que os investigadores devem procurar a informação que considerem pertinente em repositórios e arquivos, quem deverão entrevistar para complementar esta investigação acerca da do biografado (no nosso caso, faremos uma entrevista ou uma série de entrevistas ao próprio biografado, do género que exploraremos noutra subcapítulo deste capítulo), e também investigação documental de várias outras fontes como de jornais, revistas, cartas, etc. (outra vertente que desenvolvemos também). Por fim, é-nos também dito que poderá haver na biografia também uma dinâmica de investigação participante ou de observação não-participante, se o biografo quiser investigar mais a fundo, por exemplo, antigos locais de trabalho do biografado, ou outros contextos no qual haverá de ter vivido e participado (Miller, 2008, p. 61).

Num livro academicamente relevante para as ciências sociais e a utilização da biografia é nos dito que seria equiparável, uma certa “viragem da biografia”, a uma mudança paradigmática, como apontadas por Thomas Kuhn (Chamberlayne et al., 2000, p. 1; Kuhn, 1960). As *Vidas* de ontem não são exatamente as mesmas que as Biografias críticas académicas dos dias de hoje, nem terão os mesmos propósitos. Mas como os autores nos explicam, não só na biografia se notaram modificações paradigmáticas, como também estas são vistas e percecionadas até um certo ponto na própria comunidade académica e na forma de se criarem estes corpos de conhecimento. Pois se o Positivismo pode hoje talvez ser visto criticamente, também as perspetivas modernas como o construtivismo passam a ser passíveis de ser criticadas, e pode ser que a biografia tome o lugar de excelência para as ciências sociais nos tempos pós-modernos. Os autores, aplicando a sua investigação à área das ciências sociais falam do surgimento de autores que problematizam as

interligações entre humanos e o seu desenvolvimento sociopolítico, mas também de uma busca de novas ferramentas que lhes permitam apreender estas complexas relações. Mais do que isso, as próprias complexas teias e diferentes “dimensões de realidade viva”. Visões de uma História do quotidiano, do reconectar estas vidas muito efetivas:

It is this concern to link macro and micro levels of analysis which explains, it seems to us, the burgeoning interest and development in biographical methods. For biographies, which are rooted in an analysis of both social history and the wellsprings of individual personality, reach forwards and backwards in time, documenting processes and experiences of social change [...]. biographical methods, with their long and diverse genealogy [...], provide a sophisticated stock of interpretive procedures for relating the personal and the social. (Chamberlayne et al., 2000, pp. 1–2)

Evidentemente, à medida que leituras algo vitalistas passam a ter alguma presença na forma de pensar atual, (ver-se o caso, por exemplo, de Deleuze (Colebrook, 2010), de Foucault (Maureira Velásquez & Tirado Serrano, 2019), das várias visões filosóficas relativas ao corpo, por exemplo das perspetivas pós-modernas feministas (Russo, 2020)), que as *vidas* possam retomar como até uma forma enquadrada no pós modernismo de ver e pensar o mundo. Este retorno à vida efetiva pode também simbolizar uma maior importância do corpo, das vidas, da organicidade nos seus pontos mais exatos: os corpos e vidas de pessoas.

É relevante ter em conta que em correntes anteriores da História Oral já existiu, no surgimento desta época contemporânea, o relevo e utilização de métodos «história-vida» (que poderemos dizer que se trata de métodos biográficos) para a utilização de conceitos como de “empoderamento”. Mais do que isso, é notória a importância da autorreflexão e da História «de si» na História oral (Thompson & Bornat, 2017a). Mas deixar também claro que desde a década de 90 do passado século que o método biográfico é inclusive utilizado ao nível de decisores e políticas, confirmando no fundo a sua importância política para além da crítica (Chamberlayne et al., 2000, p. 2). Havendo antecedentes para a utilização destes métodos tanto na História oral (Thompson & Bornat, 2017b),

evidenciando a utilização de testemunho pessoal ao longo das épocas, como também no «método humanístico» da sociologia (Chamberlayne et al., 2000, p. 3)

As transformações académicas tendem a acompanhar as modificações paradigmáticas culturais, históricas e políticas. Perante a queda da «cortina de ferro», dá-se a ideia, talvez ironicamente muito situada num momento histórico, que a própria História teria acabado (Fukuyama, 1992), que teria sido «ganha» pelas visões liberais e quiçá algo aburguesadas de um Ocidente que nunca mais sentiria a necessidade de se modificar em termos políticos ou produtivos. Mas este liberalismo já não é o ascendente e produtor de Adam Smith, quão mais uma conspeção potencialmente decadente, proveniente de uma visão possivelmente ingénuo de um Império «de mil anos» que se considera vitorioso, mesmo com os bárbaros nos portões¹⁵. As grandes narrativas, teriam, portanto, caído por terra, e a biografia, que em boa verdade se constituiria sempre como uma narrativa mais pequena, teria mais uma vez espaço de expansão. A História do «H grande» teria sido enterrada, passemos então a uma nova visão que nos permita avançar:

[...] this renewed interest in biography owes much to the decline in structuralist approaches to history. It also points to a renewed interest in narrative and to a recognition of the value and importance of stories as a way of depicting and explaining the past. But the current interest in narrative has of course come at the same time as an extended critique has been developed about many large-scale historical theories and accounts which are now themselves seen as ‘grand narratives’ offering a particular version of the past rather than serious theoretical or historical insights. (Caine, 2010, p. 124)

E é visível como os especialistas e pesquisadores biográficos a partir da década de 90 abordam as descrições históricas. Há cada vez mais a tentativa da descrever pessoas com atores históricos (ou formados pela história), cujas biografias são necessárias para apreender as suas ações históricas em contexto (Chamberlayne et al., 2000, pp. 7–8). Não só é esse o caso como se pode inclusive dizer que a um nível metodológico, a biografia constituiu avanços académicos na História, como

¹⁵ Diga-se de passagem, que esta ideia de Fukuyama só é revolucionária no sentido de *Revolutio* da revolução à origem de órbita dos planetas, ou seja, de voltar ao início. Neste caso de ideias prévias como descritas em (Anderson, 1992)

no caso dos estudos de áreas mais privadas das vidas, como nas questões de parentalidade e de nascimentos (Cowman, 2012, p. 92).

É relevante ter em conta que para o historiador, não se aborda apenas a questão da única biografia, mas sim também visões da biografia coletiva como método, ou seja, muitos historiadores usam como método as várias vidas em oposição da utilização de apenas uma, de forma a produzir uma narrativa coletiva. Esta biografia coletiva tem o seu percurso e história, e inclusive tem também sido «resgatada» mais recentemente graças a novas interpretações na disciplina da História como a história feminina, a social e também formas de história política (Cowman, 2012, p. 92).

No caso das ciências sociais, a viragem para a biografia também tem em conta uma nova dimensão psicológica/psicanalítica (Chamberlayne et al., 2000, p. 8). Mais do que essa dimensão íntima, poderá constituir também numa manutenção e explicitação de identidade¹⁶:

Narratologists who work in gerontology argue that storying, storytelling and narrative maintenance play an important role in personal adjustment in later life. Seen in this way, biographising becomes a normal human activity, contributing to the maintenance of identity, the presentation of self and the passing on or transference of key cultural and personal elements: even a guarantee of immortality at the end of life (Chamberlayne et al., 2000, p. 9)

Mas existe também na sua leitura, se se desenvolver esta realidade sem atenção às suas problemáticas metodológicas, uma dimensão de engano e invenção. Isto é grave, pois sem esta dimensão de seriedade corremos o risco de criar narrativas belas e de grande interesse que poderão nem sequer se aproximar da realidade dos acontecimentos:

Under this regime of pseudo-knowledge, as the oxymoronic concept of ‘narrative truth’ suggests, the researcher’s account and understanding of the life-history narration only needed to be ‘coherent and attractive’ and

¹⁶ Sobre exatamente esta tensão e problema relativo à identidade e intimidade na questão da autorrepresentação (muito ligada à biografia também) veja-se o debate apresentado num subcapítulo sobre os arquivos pessoais entre (Hobbs, 2001; McKemmish, 1996)

need not worry about its historical truth. (Chamberlayne et al., 2000, p. 9)

E nesse caso, faz então todo o sentido abordar exatamente a forma e aplicação do método nas ciências sociais, como nos explica o autor de maneira sobejamente didática:

Biographical analysis is, by definition, person-centred, and perhaps for this reason a tendency to link research to application and to establish a connection with social policy outcomes should not be unexpected. An approach which seeks to understand the link between individual agency and wider social structures and processes has relevance for professional practice, highlighting as it does the lived experience of empowering policies or of poverty and social exclusion. This ‘applied’ tendency contributes in relation to issues of process, difference and outcome. Each of these has implications for practice and policy which are highly significant. (Chamberlayne et al., 2000, pp. 22–23)

Seria natural, mediante estas leituras de conexão ao social e a políticas de imaginar esta extensão do sociológico ao mais “geral” do Homem, a Antropologia. É verificável nesse caso também, o uso deste método na figura dos Antropólogos de *life history* (Crapanzano, 1984), que partilham de visões muito próximas com a «viragem biográfica» nas ciências sociais.

Por todos estes motivos e modificações, o biógrafo hoje é, portanto, forçado a uma exploração até das suas escolhas, e à sua justificação. A ter em conta as dimensões políticas desta escolha e a sua justificação para o trabalho que estará a desenvolver. É então claro que os investigadores deverão enumerar as razões para a seleção de um particular objeto da sua investigação (Miller, 2008, pp. 61–62). Mais do que isso, o investigador deve ser honesto com os seus leitores, mas acima de tudo consigo mesmo. Segundo este autor o biógrafo deverá gastar algum tempo, examinando as motivações para as suas escolhas, incluindo o grau de ligação ou de não-ligação ao seu objeto escolhido, tendo também em conta a influência da sua própria vida e contextos na representação desta escrita de vida. Estas escolhas e influências estendem-se ao que se define como “representável” e relevante no trabalho final, e devem partir de uma posição autorreflexiva e

honestas. Já não estamos perante uma *Vida*, com um narrador onisciente ou completamente transparente e sem posição (Miller, 2008, p. 62). Estas posições evidenciam-se nas suas escolhas e no retrato que é consequentemente criado.

Renders aponta para uma aposta em tornar a biografia “mais método” do que género de forma a tornar mais sério também o biógrafo. A ideia de que todas as anedotas sobre este tipo de escritor, adágios cómicos e visões negativas derivam da perspectiva que estes trabalham sem uma teoria e um método que os fundamente. Aliás para este autor é até evidente que a teoria é tão menosprezada que muitos biógrafos apenas tomam conhecimento desta quando acabam de fazer as suas biografias (Renders, 2014c, p. 222). Talvez o que justifique as confusões teóricas dos que tentam um estudo biográfico se deva ao facto de a biografia não ter métodos, mas ser em si um método (Renders, 2014c, p. 223), algo que pode colocar alguma confusão a um investigador. Mas é, no entanto, evidente que o método terá as suas técnicas que exploraremos. Será necessário também ter em conta que não é por se aplicar a biografia como método que as interpretações dos acontecimentos e os resultados não possam também ser variados e até opostos em alguns casos (Renders, 2014c, pp. 224–225). Ainda no pensamento do autor sobre o método, coloca-se uma interessante questão sobre o método biográfico:

The biographical method offers us the possibility to ask specific research questions and come to different results that way. The umbrella question of every biographer is: does our knowledge of the personal life of a certain individual add anything to the understanding of his public achievements? (Renders, 2014c, p. 223)

Algo que evidencia o propósito de tornar a biografia, não só género, mas método. O seu propósito, no fundo, é criar um qualquer entendimento mais sólido daquilo que são os acontecimentos e a História. Como Renders acaba o texto, temos a metamorfose da figura do biógrafo, já não como um “Judas traidor” mas sim como um historiador (Renders, 2014c, p. 226).

Mas, acrescentaríamos que independentemente de ser tratada mais como um «método» ou como um «género», as problemáticas da biografia tendem a manter-se, e não devem ser vistas como resolutas apenas por haver um cunho científico. Lembramos que muitas vezes o cunho da ciência (ou seja, a sua marca na biografia) não é o crivo da ciência, e não bastará haver uma prestidigitação

com uma série de conceitos retirados de corpos de conhecimento, nem a utilização de jargão, para que uma coisa se torne magicamente verdade. Entendemos que para uma biografia ser académica nesse sentido tem de passar primeiro pelo questionamento basilar a todos os pontos do académico que a escreve, e a sua problematização. Nesta problematização entra, evidentemente, o seu questionamento filosófico e ético. Para além de Dujardin, numa obra à qual escolhemos dar enfoque ao longo do nosso trabalho, queremos também destacar na problematização ética da biografia o artigo: *Who Owns the Dead: Biography, Archives and Ethics* (Wyatt-Brown, 2005), lembrando-nos que a possibilidade de controlo que o biografo exerce, especialmente depois da morte do biografado, é imensa, e não pode ser descurada e pensada levemente. Os biógrafos e arquivistas aqui surgem, na expressão utilizada, como os proprietários dos mortos, talvez como Hades ou um esclavagista das almas no vale da *Geena*. Teremos de admitir que apesar de o género ser considerado «passageiro»¹⁷ até por alguns dos mais relevantes teóricos e biógrafos, as escolhas feitas poderão repercutir-se na eternidade.

Mas, retornando a uma problematização anterior¹⁸, parece-nos também haver uma diferença entre a propagação de enganos e a formulação mitológica – uma realidade que é altamente questionável segundo padrões modernos, mas que deverá sempre ser tida com alguma flexibilidade quando abordamos obras de carácter pré-científico. Talvez num final ataque à rasteira mentira, e simultânea defesa do mito, diremos o seguinte: quantos de nós não teremos acreditado num baixo Napoleão? E quanto do nosso entendimento do mundo não terá sido formulado a partir dessa ideia, em conceitos como o «complexo napoleónico»? Quantos de nós não o vemos em algumas figuras mais ditatoriais, agressivas ou territorialmente expansivas? Não será a baixa estatura mitológica de Napoleão uma verdade independentemente da sua média estatura para a época de quase um metro e 70 centímetros¹⁹? Queremos mesmo, como cultura, abdicar completamente das «nobres mentiras» platónicas, que não só manterão uma certa harmonia na psique social, mas que poderão também ser verdades mais profundas acerca de nós mesmos? Teríamos nós o nosso país sem o plano mitológico (ou até propagandístico (Lobo, 2011)) dos mitos poéticos de Bandarra e do Sebastianismo? Poderá talvez ser o caso que uma afirmação não seja uma verdade científica, mas

¹⁷ Veja-se, por exemplo, a ideia de Virginia Woolf (1970), que afasta a biografia da literatura evidenciando o carácter imortal da arte e o carácter mais perecível do *craft* biográfico.

¹⁸ Apresentada na Introdução, mas também no subcapítulo 1.1 «Sobre a História e os «Grandes Homens»».

¹⁹ Diga-se de passagem, que mesmo nos dias de hoje não seria propriamente uma figura minúscula.

que seja simultaneamente uma «realidade» num outro plano de existência. Todas estas considerações poderão ser mais profundas do que o trabalho que nos propomos apresentar, mas acreditamos que terão de ser feitas na mesma, porque queremos biógrafos e historiadores com uma completa consciência do seu trabalho.

2.2 Investigação Documental e Arquivo Pessoal – Encontrar a Pessoa entre os Papéis

Colocando a ênfase agora nas específicas técnicas, e retornando aos manuais de metodologia, vemos que aquilo que se poderá traduzir para “materiais de arquivo” é de grande importância no método biográfico. Que os investigadores devem procurar estas informações em repositórios, bibliotecas universitárias e públicas, mas também em coleções especiais e arquivos (Miller, 2008, p. 62). Em princípio cada país terá o seu arquivo e bibliotecas nacionais, especiais centros de documentação e bibliotecas de investigação.

Acerca destes “materiais de arquivo”, poderíamos dizer que estamos no campo da pesquisa a partir de documentos, algo que introduz alguns problemas de nomenclatura:

Ao tentarem nomear o uso de documentos na investigação científica os pesquisadores pronunciam palavras como pesquisa, método, técnica e análise. Então teríamos as seguintes denominações: pesquisa documental, método documental, técnica documental e análise documental. (Sá-Silva et al., 2009, p. 3)

Em muitas instâncias é replicada aqui a ideia de se edificar uma visão sólida a partir de documentos não utilizados previamente (Sá-Silva et al., 2009, p. 3). Acerca da relevante questão se a investigação documental se constitui como método ou técnicas, somos confrontados com a seguinte leitura - ela é nenhum deles: “[A] pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (Sá-Silva et al., 2009, p. 5)

Os autores aqui em questão também criam uma divisão entre pesquisa bibliográfica e documental (Sá-Silva et al., 2009, p. 5), na qual teremos de admitir que problematizamos de certa forma. Se por um lado, estes testemunhos bibliográficos são acedíveis e talvez até previamente estudados por outros (e consequentemente nem seriam documentos em sentido estrito), isso não significa que não possam ser mais um testemunho complementar, como é o caso de um livro autobiográfico,

por exemplo. Ao limite estaremos a utilizar aqui um procedimento misto, mas nem por isso ele é menos confiável²⁰.

Relativamente ao que será considerado um arquivo pessoal, se o aceitarmos como tal e incluirmos outros testemunhos de autorrepresentação de António Gentil Martins como o seu *Curriculum Vitae* (ou seja, um documento produzido pelo próprio, sem valor probatório legal ou científico, mas com grande importância como um testemunho a abordar) e até a autobiografia, poderá fazer sentido problematizar um pouco esta modalidade de arquivos.

Uma das primeiras coisas que se torna evidente na literatura científica é que a relevância do estudo de arquivos pessoais é constante e crescente na área da ciência da informação (Silva, 2020, p. 92), como também para a própria escrita da História (Iumatti & Nicodemo, 2018) e dos estudos literários (Silva, 2020, p. 98). Talvez esse desenvolvimento se deva ao seu menosprezo ao longo do tempo, graças a uma “defesa da ausência de organicidade nestes conjuntos informacionais, como a própria natureza subjectiva do seu potencial informacional.” (Carvalho, 2018, p. 9). Os preconceitos de hoje não são os mesmos, e já o arquivo pessoal é estudado por vários motivos, inclusive para ajudar a diagnosticar doenças com grande distância espacial e temporal (E. Lee, 2019). É nos dito, também, que a teoria não tem acompanhado a importância efetiva do arquivo pessoal (Silva, 2020, p. 93), demonstrando no geral o interesse da sua exploração ao nível académico. Para além disso, também se verifica que não são amplamente abordados no que toca ao campo da avaliação documental, apesar de algumas mudanças recentes que se vislumbram como positivas (Pollard, 2001).

Talvez devemos começar por tentar definir o que é um arquivo pessoal, tentativa que poderá ser algo ingrata:

a própria definição de arquivo pessoal não se verifica devidamente consolidada, aspecto que reforça a pluralidade de termos e significados.
A inexistência de uma definição sólida e consensual de arquivo pessoal

²⁰ Será necessário inclusive ter em conta o relativismo atual à volta da definição de documento, a fé (ou progressiva falta dela) mediante novos paradigmas após o positivismo, se o documento é uma realidade escrita e oficial ou pode ter outras formas, se este constitui prova jurídica ou científica, etc. para estas questões ver (Buckland, 1997; Sá-Silva et al., 2009; G. L. Williams, 1984)

reside no facto de este ser um tópicio de investigação emergente
(Carvalho, 2018, p. 12)

O *Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers* define-o como os documentos privados acumulados ou pertencentes a um indivíduo (Bellardo & Bellardo, 1992). Por outro lado, Silva, baseando-se numa definição anterior (L. M. V. de Oliveira, 2012) completa com a ideia de que: “o arquivo pessoal consiste na informação produzida, acumulada, e gerida por um indivíduo, ao longo da sua vida, no decurso das suas funções e papeis sociais” (Silva, 2020, p. 94).

Historicamente, o início do arquivo pessoal estava ligado à prática da aceitação destes documentos por instituições da memória como coleções, manuscritos, e papéis pessoais (Silva, 2020, p. 93). Os séculos que tinham antecedido o período oitocentista, os arquivos pessoais estavam sob o domínio aristocrático e eclesiástico, com a exceção talvez de alguns estudiosos *philosophes* (Z. M. C. Pereira, 2018, p. 349). Apesar da modificação das estruturas políticas, para outras, ainda assim a prática ou até a possibilidade de um arquivo pessoal foi, durante o século XIX e grande parte do século XX algo reservado a figuras de maior relevância no estabelecimento de um *status quo*. Mudavam as estruturas, mas o modelo seria igualmente estratificado nesta questão (Pereira, 2018, pp. 347–348).

Talvez ainda hoje se sinta esta estratificação no que toca ao exemplo dos arquivos pessoais, com autores a mostrar reservas a deixá-los em arquivos, lembrando-nos que as instituições são também as suas práticas de leitura (Eichhorn, 2015; Scott, 2011, p. 146), e sujeitos à “má interpretação” do sujeito documentado. Diga-se de passagem, que a reação das instituições à abertura aos arquivos pessoais ou até dos teóricos nem sempre foi a de uma estrutura particularmente aberta, horizontal e equitativa no que toca à adoção deste tipo de documentação, com as implicações de eternidade que teriam de ser tomadas como o “temor de Deus” (Mearns, 1957, p. 313).

A instituição era o caminho para uma imortalidade. Estava a representar modelos sólidos e fortes de grandes narrativas nacionais, mas gradualmente algo mudou. É perante ambas as Grandes Guerras que o relato e documento pessoal demonstram a sua importância perante o receio da perda de registos generalizados (Silva, 2020, p. 95). Um pouco por todos os países do mundo ocidental esta consciência é criada (Silva, 2020, pp. 95–97). No fundo, até nos poderíamos questionar se

não estará também aqui em causa a falência de que já mencionámos de uma visão de grandes narrativas para a história e a cultura. O micro passa a ganhar o seu espaço na batalha pela narrativa (Magnússon & Szijártó, 2013), e talvez os registos mais pessoais entrassem também nessa leitura do mundo a partir do destes pontos mais pequenos. Talvez até pela desconfiança demonstrada anteriormente pelas leituras institucionais dos seus arquivos pessoais, e tomando a responsabilidade sobre a sua própria narrativa e ordem é que surgem hoje modelos de organização para os arquivos pessoais que cada um poderá fazer em casa. Estamos perante uma revolução, mas não sem qualquer risco (Dang-Nguyen et al., 2018; Knapp, 2020).

Num mundo cada vez mais lido à luz das identidades, Sue McKemmish no seu ensaio de importância histórica na área, demonstra-nos como o arquivo pessoal poderá ser também uma fonte de identidade (McKemmish, 1996). Na sua base está a ideia de documentação como testemunho. É também de interesse demonstrar que esta identidade primária do indivíduo parte depois para o coletivo. A prova “de mim” torna-se na prova “de nós” (Carvalho, 2018, p. 36; McKemmish, 1996, p. 175), talvez como comunidade, talvez como instância ainda maior. Estamos perante o que Silva intitulou:

um renovado olhar da história, e mormente à história da vida privada, com enfoque em sentimentos, hábitos e comportamentos, que vem elegendo de uma forma especial, entre outros documentos, diários íntimos, anotações, correspondência pessoal, agendas, encontrados nos arquivos de escritores, artistas e políticos (Silva, 2020, pp. 101–102)

Esta visão abre portas a muito mais possíveis teorizações acerca do papel destes mesmo arquivos. Silva faz o esforço de contabilizar 7 problematizações à volta dos arquivos pessoais: [1] como autobiografia; [2] arquivo como guardião da memória, reorganização constante de informação poderá constituir um reordenamento da própria vida como *inventio* (construção) de identidade; [3] arquivo pessoal como afirmação da subjetividade; [4] como o retorno ao privado; [5] como o obviar dos papéis sociais e da existência do auto-documentado; [6] como elemento psicológico até na representação menos honesta de si, ou seja, o representarmo-nos como gostaríamos de ser vistos; [7] e por fim como um direito (Silva, 2020, pp. 100–101).

A ter em conta que esta dimensão do arquivo pessoal se estende para o seu próprio estudo e reordenamento. Passam a ser objeto de estudo dentro da ciência de informação, para além de outras dimensões da academia. Criam-se trabalhos teóricos com o propósito de inserção de arquivos pessoais nas várias instituições, ou então apenas sobre um arquivo pessoal específico, mas: “procurando sobretudo estudar o seu produtor e o contexto de produção da informação acumulada, para nessa sequência se proceder à elaboração de um quadro de classificação, desejavelmente facetado, de modo a melhor poder organizá-lo e representá-lo [...]” (Silva, 2020, p. 99). Passa a ser evidente que por um lado para se organizar uma vida, tem de se entender uma vida, e este entendimento deverá advir da representação que essa vida terá de si mesma. Faz sentido talvez abordar, primeiro, o arquivo pessoal como autobiografia, e segundo, o entendimento dessa autorrepresentação como fulcral para classificar essa mesma vida já antes representada.

Dujardin apresenta-nos o modelo de biografia científica exatamente como um estabelecido a partir deste tipo de arquivo (Dujardin, 2013). Demonstra, por um lado, uma série de questionamentos à volta do próprio ato de biografar a partir destes testemunhos, como também a sua legitimidade académica. Esta associação é hoje tão evidente que se torna hoje difícil fazer-se uma biografia sem fontes deste género, apesar de não ser impossível (Butlin, 2021).

É, no entanto, relevante ter em conta que nem todos os esforços biográficos virão “de fora”, ou seja, que muitas vezes o biógrafo seria aquele que produz a própria documentação. Se falamos de edificações identitárias, autorrepresentações e projeções psicológicas, como não ler toda a experiência de auto-documentação como uma forma de se escrever a si mesmo e criar uma narrativa para a própria vida, nem que seja acidentalmente? Se por um lado McKemmish olha para o arquivo pessoal como a criação de um “eu social” (necessariamente mais “artificial” projetando-se para fora), Hobbs aponta para uma visão psicológica e íntima. Este “eu íntimo” distancia-se da frieza das organizações (Hobbs, 2001).

Uma final questão apontada por Hobbs é a da veracidade, ou não, deste testemunho (Hobbs, 2001, p. 129), se há o potencial da falsificação, alteração dos factos ou mesmo se há alguma ficção. Não saberemos se haverá essa dimensão da mentira necessariamente, mas sabemos que haverá sempre uma dimensão narrativa, e recordando Dujardin, talvez não devamos menosprezar importantes testemunhos apenas por esse motivo. Evidencia-se, no entanto, a obrigatoriedade de ter vários testemunhos, como nos aponta o próprio, para a confirmação de uma narrativa mais completa

(Dujardin, 2013). Mas farsa à parte, e voltando um passo atrás, é talvez no ser documentado, entre o “eu social” de McKemmish e o “eu íntimo” de Hobbs onde se pode encontrar a pessoa entre os papéis.

2.3 Entrevista – e entre vistas: para o objeto de estudo e para dentro

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (Richardson, 2012, pp. 207–208)

Outra técnica apontada por Miller para o método da Biografia seria a entrevista, tanto com o biografado, no caso de este ainda estar vivo, como de outros testemunhos próximos. Neste caso, o acesso é tudo, tanto ao biografado como a pessoas próximas, e será talvez necessária a marcação de várias entrevistas em alturas diferentes, ou mais extensas, para se aceder a mais e melhores testemunhos. O biógrafo deve tentar marcar este tipo de entrevistas e evitar que estas sejam feitas à distância, também para a interpretação de comunicação não-verbal. Mas se esta técnica é válida e de grande interesse, ela também constitui os seus perigos, ou seja, é também uma técnica de participação ativa. Nesta participação, tanto do entrevistador como do entrevistado, estamos perante a edificação de diferentes versões do mundo; “often unpredictable event in which both interviewer and participant are constructing versions of what can get told within the contexts of their interactions as well as representations of self and other” (Miller, 2008, p. 62).

Note-se que o biógrafo aqui não é isento, e que mesmo se criar uma entrevista estruturada ou semiestruturada, muito organizada e passível a ser aperfeiçoada antes do seu acontecimento, que qualquer investigador qualitativo deve ter em atenção esta sua própria representação na entrevista e confronto com o entrevistado, e problematizar tudo, inclusive a forma como conduz as entrevistas e as questões colocadas. Deve colocar a hipótese que as suas perspetivas pré-concebidas (mas também os seus preconceitos, tendências, expectativas sobre a investigação e a narrativa que pode já ter tomado forma no seu pensamento) podem influenciar toda a natureza da entrevista e conseqüentemente do próprio testemunho que busca. Para além de todas estas problemáticas é importante que os investigadores tenham em atenção formas em que os participantes possam simultaneamente guiar e “criar um tom” à entrevista na sua interação com aquele que a conduz. Isto é particularmente relevante no que toca aquilo que o entrevistado querará revelar ou não, e no que se sentirá confortável em fazê-lo, como se posicionam acerca de

determinadas perguntas, como os significados e ideias mudam ao longo dos tempos, mas também as potenciais diferenças contextuais e históricas entre as duas partes (Miller, 2008, p. 62).

Há na segunda fase da entrevista uma conseqüente análise dos dados, como em grande parte destes métodos qualitativos. No entanto, estes dados não são vistos pelo biógrafo como tais, mas sim como “substâncias” que podem contribuir para o processo de recriação de uma vida (Miller, 2008, p. 62). Nos casos dos biógrafos, a leitura destes dados não é microscópica, mas sim panorâmica e mais geral, afastando-se de certo modo de leituras a partir de dados codificados. Este tipo de dados pode ser utilizado, mas apenas relacionando-os com uma visão mais geral do que é a vida em questão a ser recriada (Miller, 2008, p. 63).

Utilizaremos no desenvolver deste trabalho uma (ou várias) entrevistas de natureza semiestruturada, ou mais exatamente como definido por «entrevista não diretiva». O seu propósito seria ter uma série de temas *à priori* para apresentar ao entrevistado, sem ter necessariamente questões numa ordem muito estratificada ou predefinida. Nesta forma de entrevista é relevante que o entrevistado não deva ser dirigido até certas afirmações ou posições, por exemplo, ao longo da entrevista. Apenas guiado de tema em tema consoante o fluxo natural da conversação. Ele deverá manter-se interessado acerca dos temas abordados (Richardson, 2012, p. 210). Como nos é dito no mesmo texto: “O entrevistado deve ter liberdade de falar, deve poder abordar o tema na forma que ele quiser. O entrevistador não deve fazer perguntas específicas, deve permitir análise detalhada, manifestar interesse e prestar atenção do começo ao fim” (Richardson, 2012, p. 210) pode utilizar-se certas «pistas» verbais ou não de interesse, como a utilização de locuções, acenos, etc. É também importante que não se exponham “reações pessoais avaliativas ou interpretativas” (Richardson, 2012, p. 211) que de alguma forma possam fazer o entrevistado ficar constrangido ou desconfortável. Talvez das realidades mais difíceis de transpor será uma muralha de silêncio, mas até esta tem toda a sua importância, como nos recorda o autor:

Um problema particular da entrevista não diretiva são os silêncios difíceis de suportar, mas não se deve tentar interrompê-los, salvo em casos excepcionais. Durante o silêncio, o entrevistador deve mostrar-se absolutamente interessado na situação do entrevistado, pois, geralmente, este se detém a refletir. - Existem diversos tipos de silêncios. Aqueles que se produzem quando o entrevistador tem muito que dizer, mas está pensando como dizê-lo, aqueles que se produzem quando o individuo

quer dizer algo, mas não sabe como dizê-lo, e- aqueles que se produzem quando o entrevistado não tem nada para dizer. O último tipo de silêncio é totalmente improdutivo; o entrevistador deve intervir para continuar com a conversa. (Richardson, 2012, p. 211)

Um segundo aspeto deste tipo de entrevistas é a possibilidade de o entrevistador pela primeira vez conduzir com maior precisão, tentando levar o entrevistado a desenvolver alguns pontos que tenham sido levantados de forma espontânea anteriormente (Richardson, 2012, p. 211). Nestes temas deve-se escutar, tentar entender se o entrevistado os quer desenvolver ou se apenas os mencionou de passagem por outro motivo qualquer, apreender se é de interesse que estes outros temas se desenvolvam na sua investigação ou não, e nesse sentido fazer, no momento, este tipo de escolhas.

Num terceiro aspeto temos a facilitação do processo da própria entrevista (Richardson, 2012, p. 211), ou seja, quando o entrevistado porventura se «perde», quando volta a falar de questões e temas já abordados ou outros que sejam pouco centrais para a entrevista, o entrevistador pode retomar outros temas, esclarecer posições etc. Em quarto lugar, torna-se claro a partir desta forma de entrevistar quais exatamente o que é importante para o entrevistado, passando também a entender um pouco melhor as suas posições e “o que ele quer dizer, suas atitudes implícitas, o que realmente interessa ao sujeito” (Richardson, 2012, p. 211). Por fim, achamos relevante problematizar uma questão final relativamente à entrevista «não diretiva»:

a entrevista não diretiva é uma técnica muito poderosa, particularmente para detectar atitudes, motivações e opiniões dos entrevistados. Exige, todavia, muita atenção e preocupação do entrevistador para evitar que se transforme em algo tedioso e frustrante. Deve-se evitar atitudes autoritárias ou paternalistas, o entrevistador deve manifestar-se cooperador e disposto a esclarecer dúvidas. Jamais deve manipular o entrevistado. (Richardson, 2012, p. 212)

A nossa única posição ao nível de aprofundamento desta modalidade de entrevista seria, até que ponto é que a ausência completa de direção ou até de «manipulação» é exequível? Ou seja, não

estaremos já a dirigir a entrevista quando selecionamos temas? Não estaremos já a conduzir o entrevistado quando o incentivamos a falar? Quanto mais quando o incentivamos a falar acerca de específicos temas. Para estas questões apenas temos as respostas que nos parecem evidentes – todas as escolhas que envolvem o entrevistador já são condução até um certo ponto, talvez ao limite faça sentido admitir que esta forma de entrevistar poderá produzir uma «condução» mais subtil e melhores resultados pela sua «mão leve».

Dando um pequeno passo atrás, apontando para as necessidades de entendimento dos processos da própria modificação da entrevista ao longo do tempo, notamos que passa por uma teorização de si mesma (Cicourel, 1964), e uma série de “viragens” e avanços (dependendo do ponto de vista do leitor) tal qual os objetos dos últimos dois subcapítulos²¹. É relevante na contextualização do trabalho em questão também para apresentar um dos caminhos que a entrevista tomou: o que se chama hoje o *Life Story Interview*:

The life story interview provides a practical and holistic methodological approach for the sensitive collection of personal narratives that reveal how a specific human life is constructed and reconstructed in representing that life as a story. (Atkinson, 2012, p. 116)

Simplificando, esta seria uma entrevista biográfica, com o propósito da formulação de uma narrativa que nos permita entender o contexto e a vida da pessoa que está a ser entrevistada. A ideia da entrevista em si é na reconstrução da vida do entrevistado. Como método, diz-nos Atkinson, “dá a primazia à voz do contador de histórias, e valoriza os significados subjetivos contidos nestas histórias” (Atkinson, 2012, p. 116), mas se quisermos ser algo problemáticos, Atkinson acaba por não explicitar nesta afirmação quem é verdadeiramente este contador de histórias, se o entrevistador ou o entrevistado²². Mesmo com pouca estrutura ou intervenção, é evidente que o entrevistador acrescenta sempre algo, têm um ângulo a expor, mesmo quando as perguntas deixam espaços por preencher ou (aparentemente) pouco direcionadas; como apontaria

²¹ Aconselhamos para o entendimento mais completo desta história da entrevista (Platt, 2012).

²² Em boa verdade, no seguimento do texto é amplamente claro que o «contador de histórias» é sempre equacionado com o entrevistado, mas mantém-se a problematização – não será que através das escolhas ou do tratamento e curadoria da informação que o entrevistador não é também tão «contador de histórias» quanto o entrevistado?

um autor a escrever sobre perguntas «em aberto» seria melhor “deixá-los falar” (Rapley, 2001, p. 310).

Acerca da exploração deste tipo de entrevista, entendemos através de Atkinson que esta é maioritariamente utilizada nas áreas de Psicologia, Gerontologia, Sociologia, Antropologia, estudos de *Folklore*, História, Educação, Literatura, Religião, Filosofia e Áreas Interdisciplinares (Atkinson, 2012), mas que para além disso há também uma teorização sólida já estabelecida acerca do seu processo, que entendemos não contrariar necessariamente a forma menos estruturada que pretendemos seguir:

A life story interview involves the following three steps: (1) planning (pre-interview)—preparing for the interview, including understanding why a life story can be beneficial; (2) doing the interview itself (interviewing)—guiding a person through the telling of his or her life story while recording it on either audiotape or videotape; and (3) finally, transcribing the interview (postinterview)—leaving questions and comments by the interviewer, and other repetitions, out (only the words of the persons telling their story remain, so that it then becomes a flowing, connected narrative in their own words). One might then give the transcribed life story to the person to review and check over for any changes he or she might want to make in it. Once the final draft of the life story has been read and approved by the storyteller, then the interviewer or researcher can respond to the life story in the form of a personal reaction, substantive interpretation, or theoretical analysis. (Atkinson, 2012, pp. 120–121)

Queremos retomar esta ideia da autorização e modificação da entrevista, quando Atkinson nos diz que seria possível ou até recomendável a modificação da entrevista para clarificação, e deixar claro que passámos também por este processo de «devolver» as transcrições ao entrevistado para que não haja uma pobre representação das suas palavras e que se corrija a própria entrevista. Tendo passado por esse processo, queremos garantir ao leitor que estas correções apenas melhoraram e ampliaram a informação, permitindo-nos ter um entendimento mais holístico e completo de uma vida. É normal que um entrevistado não se recorde, por exemplo, de nomes ou datas, ou que use

expressões coloquiais quando outras mais exatas funcionariam melhor no texto lido. Este processo é perfeitamente válido segundo este teórico da entrevista da história de vida. Escolhemos também, ao longo da entrevista, colocar clarificações de certos episódios e figuras que facilitassem a sua leitura, incluindo clarificações feitas antes e depois das entrevistas pelo biografado.

Um dos benefícios deste tipo de entrevistas é o revelar de uma dimensão mais íntima de um entrevistado, visto que as pessoas gostam na sua maioria, invariavelmente, de falar de si mesmas e da sua história (Atkinson, 2012, p. 120). Mas é também relevante entender que os benefícios deste estilo de entrevista não são apenas para o entrevistador, mas também para o entrevistado, como nos explicita o teórico:

1. A clearer perspective on personal experiences and feelings is gained, which brings greater meaning to one's life.
2. Greater self-knowledge, a stronger self-image, and self-esteem are gained.
3. Cherished experiences and insights are shared with others.
4. Joy, satisfaction, and inner peace are gained in sharing one's story with others.
5. Sharing one's story is a way of purging, or releasing, certain burdens and validating personal experience—it is in fact central to the recovery process.
6. Sharing one's story helps create community and may show that we have more in common with others than we thought.
7. Life stories can help other people see their lives more clearly or differently and perhaps be an inspiration to help them change something in their life.
8. Others will get to know and understand us better, in a way that they hadn't before.
9. A better sense of how we want our story to end, or how we could give it the "good" ending we want, might be gained. By understanding our

past and present, we also gain a clearer perspective of our goals for the future. (Atkinson, 2012, p. 120)

Mas a ter em conta também que é um processo que em alguns casos poderá ser doloroso (Atkinson, 2012, p. 120) e portanto problemático, algo que deve pesar na escolha do investigador.

Há para além destas questões uma série de escolhas que o biógrafo tem de fazer, tanto no processo da escrita como da análise e interpretação. Que ênfase dar às suas influências e perspetivas prévias, orientações teóricas e epistemológicas, mas também realidades tão pessoais como o seu contexto, ao limite a sua autobiografia. O que deverá ter primazia? Estas decisões acabam por ter relevância na forma como recolhemos informação, como entrevistamos, como lidamos com a nossa participação ou não participação observante, e em todas a investigação documental. Talvez a porção mais difícil deste tipo de trabalho é o elemento autorreflexivo (Miller, 2008, p. 63).

Conduzidas as entrevistas, escolhemos transcrevê-las e deixá-las como apêndices a este trabalho. Elas tomaram um formato semiestruturado, cada uma com uma duração diferente: a primeira de cerca de uma hora e meia (Apêndice A), a segunda de cerca de uma hora (Apêndice B), e a terceira com pouco menos de uma hora (Apêndice C). As transcrições foram editadas por dois motivos principais: o primeiro é o de facilitar a leitura. Retirámos algumas marcas de oralidade, algumas pausas para pensamento, reestruturámos algumas frases para serem mais bem compreendidas, etc. Isto tudo porque, para além de ser um documento académico, acreditamos que estas entrevistas deveriam ter esse esforço corretivo de forma a serem mais prazerosas de ler. O segundo motivo, apontando já a uma das problemáticas de Dujardin, foi o de proteger a privacidade do biografado, da sua família, e de outros. Mesmo contando as vidas dos outros, cabe-nos como biógrafos, certas escolhas complexas sobre matérias do foro privado que talvez não mereçam estar, pelo menos por enquanto, no espaço público. E se é verdade que nem todos os biógrafos ou teóricos partilham essa visão, também é verdade que todos temos, até certo ponto, o direito à privacidade.

Resumindo, este capítulo, relativamente ao estudo biográfico, utilizamo-lo para a criação desta maior narrativa sobre o ser documentado, que por si representará um contexto. A não esquecer que nesta vida escrita se estabelece também um modelo para uma vida organizada, pois contar uma história é só organizar os seus eventos, acontecimentos, acidentes, problemas e vitórias. É de

grande importância conhecer-se uma vida para depois se poder ordená-la ao nível escrito, mas também documental (por exemplo, com um quadro de classificação).

Mas o documento, o arquivo, institucional ou não, teve o seu caminho, como vimos e explorámos no segundo subcapítulo. É talvez nestas instâncias investigativas que consigamos abordar mais exatamente o «homem documentado», e os testemunhos basilares que não deveremos ignorar, as suas autorrepresentações, a visão que projeta de si, propositada ou não, e essas verdades escondidas que necessitam de uma visão atenta. Toda esta realidade a partir do testemunho «em papel» é uma grande parcela do nosso caminho.

Mas estes testemunhos não são, felizmente, os únicos aos quais nós temos acesso, pela boa fortuna de conseguir também aceder a entrevistas com o próprio objeto do nosso estudo. É por isso que a incluímos como caminho nesta nossa investigação através da sua modalidade «não diretiva» com a tentativa de criar uma *Life Story interview*. Mas não se deve propor e fazer uma entrevista sem a consciência das suas dinâmicas e problemáticas, algo que desenvolvemos no subcapítulo apropriado. Corremos, portanto, o risco de, sem ou com autorreflexão, aprender tanto de nós mesmos quanto dos objetos de estudo, isto porque *entre vistas* implica mais do que uma visão.

Mas esta visão de importante autorreflexão é tomada, ou deveria ser, em todos os pontos de todos os caminhos, ou nas problematizações do biógrafo acerca da natureza do seu trabalho, ou das problematizações relativas às representações do ser documentado, tal qual a forma como e os motivos que nos fazem conduzir entrevistas de determinadas maneiras. Talvez mais um caminho aqui escondido seja constantemente o da problematização eterna, o da consciência mais profunda. Um final caminho do constante e inquietante pensamento do Outro, dos caminhos e de si.

3 Estudo Biográfico: António Gentil Martins

Honra um médico pelos seus serviços nas honrarias dele,

Pois O Senhor criou-o também a ele.

Pois junto do Altíssimo existe cura;

E <o médico> receberá um presente do rei.

O conhecimento de um médico empinará a cabeça dele;

E diante de nobres será admirado.

O Senhor criou fármacos a partir da terra;

E um homem prudente não os ignorará.

[...] Por meio deles <o médico> curou e tirou a dor <do paciente>. [...]

Livro Eclesiástico, 38:1-7; Bíblia: traduzida do grego (Frederico Lourenço, Trad.) (2018) (Quetzal Editores)

3.1 *Patriarcha*

Ler sobre um grande homem é ler sobre a natureza de todos os homens, mas com a agravante de uma tentativa própria de alcance do sublime. Podemos ver na parcela de prefácio da coautora do livro *Ser Bom Aluno Não Chega* (do próprio indivíduo a ser biografado nestas próximas páginas), Marta Reis, que esta visão da busca pelo sublime está muito conectada à busca pelo patriarca, pela tentativa de chegar à grandiosidade dos modelos do Dr. Gentil Martins: “O filho quis ser assim completo, assim perfeito.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 20). Mas talvez fará mais sentido, neste caso, ouvirmos do próprio, numa descrição do seu caminho e seus modelos: “Assumi sempre a imagem do meu pai como modelo de vida, já que se distinguiu pelo valor, pela honra, pela humanidade, pela arte, pela Medicina e pelo Desporto. Quem tem um modelo assim?” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 23).

Há, na natureza da boa gênese, uma raiz, mas não é raro que de uma família muito consolidada, e das elites, que o fruto possa ser complacente, preguiçoso, que se coloque à sombra de conquistas passadas. Este não foi o caso de António Gentil Martins. Nascido a 10 de julho de 1930, em casa, na freguesia da Lapa, o protagonista desta história passou pela tragédia pessoal muito antes de poder tomar consciência da mesma. Ainda não tinha 3 meses quando perdeu o pai, António Augusto da Silva Martins. Pouco depois da morte de seu pai, foi viver para a Avenida António Augusto de Aguiar, junto ao parque Eduardo VII, onde ficou até ir estagiar para Inglaterra.

A imagem desta figura parental formulou uma forte impressão no filho, que apesar de ser criado sem o pai, seguiu as suas pisadas de formas distintas. Na verdade, para cada criação, há uma forma originária, mas é claro também que para cada forma originária há sempre uma vida e criação nova. Vale a pena, mesmo fugindo ao drama edipiano, recordar numa epopeia antiga, quando Atena se dirige a Telémaco, Filho de Odisseu: “Poucos são os filhos semelhantes ao pai: / a maior parte são piores; só raros são melhores que o pai” (Homero, 2018, p. 92). Não fosse a superação do pai já uma realidade difícil pelo contexto familiar de Gentil Martins, ela é sempre árdua independentemente do filho, e com Gentil Martins não foi diferente. Citando-o acerca da morte do seu pai: “Tinha 38 anos e fez na sua curta vida mais do que eu alguma vez farei, por muito que tenha ambicionado ser como ele.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 25).

Parece-nos que para compreender a figura do filho, teremos também, invariavelmente de tentar entender a figura do pai. No entanto, esta figura estende-se para além do literal pai, até a uma

figura mais abstrata de um patriarca – um símbolo da família – e um labor que deve ser seguido através das gerações: “O meu pentavô, o meu bisavô, o meu avô, o meu tio-avô, o meu padrinho, o meu pai – todos foram médicos.”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 35). O Grande Patriarca será na realidade uma dinastia. A pressão para atingir esta excelência no plano da Medicina estaria lá mesmo sem a imagem única do pai.

Para além destas figuras patriarcais que lhe estão mais cronologicamente próximas, entendemos que há uma extensão da prática medicinal nesta família, como apresentado no seu *Curriculum Vitae* com orgulho:

bisneto de Abílio Pinto de Mascarenhas (Professor de Obstetrícia na Faculdade de Medicina de Lisboa), sobrinho neto de José Soares Branco Gentil (Professor de Obstetrícia da Faculdade de Medicina de Lisboa), [...] irmão de Francisco Gentil Martins (Cirurgião, ex-Director do Centro de Lisboa do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil e ex-Presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro), sobrinho e afilhado de Mário Paxiuta e Quina (Pediatra) e primo direito de Mário Gentil Quina, (Professor de Medicina Interna da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa).” (A. G. Martins, 2020, p. 1)

Ao limite, temos até a figura do seu antepassado, Francisco Soares Franco, cirurgião da corte portuguesa, que lendariamente se operou a si próprio olhando-se ao espelho, excisando um cancro na pele do nariz. Foi também fundador da Sociedade das Ciências Médicas em Lisboa, em 1823, tendo também escrito um tratado de dois volumes sobre anatomia, um de 7 volumes sobre agricultura, um livro de filosofia, e ainda um de poesia (Martins & Reis, 2015, p.35). Alguma desta informação, incluindo o traçado genealógico até Francisco Gentil, pode ser visto no *Website* institucional da Universidade de Coimbra, na secção de História da Ciência (Universidade de Coimbra, 2023). E quem diz um antepassado pode buscar outro, como Pedro Nunes, matemático português, inventor do nónio (Martins, 2020, p. 1).

3.2 António Augusto da Silva Martins

António Augusto da Silva Martins nasceu a 4 de abril de 1892, em Abrantes, na freguesia de São Miguel do Rio Torto (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 11). O seu pai, João Augusto da Silva Martins, era um relevante industrial moageiro na zona²³. A sua mãe, Esperança Augusta da Silva Martins, faleceu cedo, a 3 de outubro de 1930 apenas aos 38 anos de idade (notaremos este pormenor de morbidez se repetirá no seu filho, na sua morte jovem também aos 38 anos). António Augusto foi acompanhado na sua criação por três irmãos: Henrique Augusto da Silva Martins, que foi presidente da Câmara Municipal de Abrantes, João Augusto Martins Júnior²⁴, uma figura também de grande relevo histórico, tendo liderado a revolta de Almada a 2 de fevereiro de 1926 (R. Lopes, 2007)²⁵, e também Manuel Augusto da Silva Martins (Médico).

É descrito como “franzino e de constituição delicada” (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 11), algo que remediou com uma radical transformação corpórea, através da prática de muito desporto. Na verdade, algumas das suas fotografias da prática de ginástica parecem autênticas estátuas de Arno Breker²⁶. Em 1913, Henrique de Vilhena, na altura seu Professor na Faculdade, levou-o para uma expedição científica no Arquipélago de Cabo Verde. É-nos descrita uma imagem de carácter quase cinematográfico de António Martins a ler o seu livro de Anatomia, montado num jumento, descobrindo a ilha de Santiago, depois de fazer elevações numa árvore com as pernas à volta “do bicho” (esta parte poderá eventualmente ser mitológica, mas como sabemos, há uma grande diferença entre mito e mentira) levantando-o do chão para grande contentamento seu e espanto aflitivo do burro (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 14).

²³ Diga-se, de passagem, que a sua moagem foi alvo de investigação no âmbito da arqueologia industrial, estando presente em vários quadros, mas também com uma descrição da fábrica (R. M. M. Cunha, 2013, p. 207 (anexos)). Esta descrição proporciona-nos um importante detalhe da vida desta família: A fábrica antes da mudança do regime para a 1ª república tinha sido chamada pelo seu dono de “Moagem Afonso XIII”, sugerindo uma simpatia pelo monarca espanhol e possivelmente pelo monarquismo no geral. Dois anos depois da instauração da República, a fábrica muda de nome para “Companhia de Moagem de Abrantes”. Este pormenor sugere que João Augusto da Silva Martins estaria desalinhado com as tendências republicanas dos moageiros industriais da altura e que, possivelmente, seria uma família com um patriarca mais conservador.

²⁴ Irmão que será decisivo numa problemática relativa a Rosa Casaco, que abordaremos mais à frente.

²⁵ Sobre esta figura, não conseguimos encontrar nenhuma biografia crítica ou muito aprofundada, mas os poucos pormenores da sua vida dão-nos o retrato de uma pessoa interessantíssima – diretor do jornal *O Libertador*, preso político, chefe da coluna da Escola de Artilharia de Vendas Novas com a qual orquestrou a revolta de Almada (R. Lopes, 2007). Propúnhamos ao leitor e académico mais ambicioso que desenvolvesse a sua *Vida* no futuro.

²⁶ Para os descrentes, recomendamos o estudo das fotografias presentes na sua biografia (I. M. J. G. Martins, 2016)

Falamos, portanto, de um impressionante espécimen físico. Ao que parece, nos seus primeiros tempos como estudante era fraco, “um dos alunos mais desatentos.” (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 12), mas veremos depois o quanto se transformará neste campo também. Observamos que tinha tido resultados exemplares em várias provas desportivas enquanto estudava (tendo o que era, à época, na Faculdade de Medicina de Lisboa, a classificação mais elevada de sempre de 18 valores (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 27). E valerá a pena lembrar estas provas:

12 títulos de campeão de Portugal, e dez recordes nacionais em lançamento do peso, do disco, do dardo, do salto em altura, do salto em comprimento e do salto em largura. Teve 28 títulos de campeão de Portugal e 11 recordes em carabina de precisão, arma livre, pistola de velocidade. Foi o primeiro no Campeonato do Mundo na modalidade de espingarda de guerra, na posição de pé, em 1928 [único ano em que não houve provas de tiro nos Jogos Olímpicos], e olímpico em 1920 e 1924, nestes Jogos em duas modalidades diferentes: tiro à bala (onde conseguiu como primeiro atleta português o sexto lugar, em 1924) e no lançamento do disco. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 26)

Resta dizer destas conquistas olímpicas que nesses jogos de 1920 ficou em nono lugar em pistola livre (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 32) e nos de 1924 ficou em oitavo lugar de pistola automática (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 29).

Para além da listagem que o Dr. Gentil Martins faz das vitórias desportivas do seu pai, Marta Reis lembra-nos que António Augusto da Silva Martins foi de facto o português mais completo de sempre ao nível desportivo (admitindo que ainda não conseguimos confirmar o número específico de medalhas, pela sua quantidade, deve ter-se em conta a variedade de modalidades e as posições que António Augusto ocupou. Podendo ou não ser o “mais medalhado”, António Gentil Martins ainda hoje defende esta posição de que é o mais completo atleta português da História), para além de todas as suas outras conquistas na sua curta vida (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 20). Morreu num acidente a 3 de outubro de 1930 numa prova de tiro, passatempo do qual era grande apreciador e desportista prolífico. Era, evidentemente, um homem que atesta que a transformação e grandiosidade num homem é possível, através de um esforço heroico, pois só esse estilo de esforços cria heróis.

António Augusto era de uma antiga leva de homens, curadores e combatentes, bem versados nas humanísticas, sendo que na altura o curso de Filosofia era também obrigatório para se aprender Medicina. Vinha de uma geração de médicos que eram formados para serem homens completos e pensantes (replicando talvez um pouco o próprio Hipócrates), trazendo com eles o humanismo e o pensamento para além da mera técnica.

Muita da geração de António Augusto, no entanto, encontrar-se-á perdida na Grande Guerra, perante a destruição de vidas a uma escala verdadeiramente hipermoderna, com crueldades nunca antes vistas, que inclusive serão proibidas em todos os conflitos seguintes. É nesta estranha colisão entre a modernidade dos meios e uma visão de aristocracia guerreira, que temos novas figuras heroicas como Ernst Jünger, ou o agora mítico “Soldado Milhões” (Galope, 2014), mas também um dos patriarcas desta história, que ao saber que o batalhão português n.º 23 iria ser enviado para a frente de combate, se ofereceu como médico voluntário, embora já fosse campeão de tiro. Em 1918, foi convidado pelo seu sogro, o Professor Francisco Gentil, do qual também falaremos nesta narrativa, para integrar o Instituto Português de Oncologia (IPO). Apesar de este ser um nobre trabalho, António Augusto foi mobilizado para a Guerra. (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 10). Acabou por participar “na ofensiva final dos Aliados nas Ardenas, incorporado como tenente-médico” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 27). Tendo inclusive merecido a medalha de 1.ª Classe da Cruz de Guerra e também, postumamente, o grande colar da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito. Podemos ver como se distinguiu com bravura em combate contra as tropas inimigas

Não nos podemos, no entanto, olvidar da sua aptidão para os estudos, a academia e a Medicina. O Dr. Gentil Martins lembra-nos que António Augusto, na altura do seu falecimento, já era doutorado, e preparava-se para lecionar como professor na Faculdade de Medicina de Lisboa (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 27). Até ao nível da inovação, António Augusto desenvolve a cirurgia estética antes de esta ser reconhecida em Portugal, idealizando um novo método para a correção do lábio leporino (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 57), tendo trabalhado ao lado de Egas Moniz, colaborando com o nosso prémio Nobel de Medicina (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 75).

Estas colaborações com Egas Moniz valerão também a pena serem alvo de um maior destaque. Tendo acedido a uma autobiografia do cientista português, conseguimos confirmar o grau de proximidade e amizade entre ambos, mas também a natureza do seu trabalho. Egas Moniz tece-

lhe grandes elogios. Dá-se a circunstância que as «pinças de Martins», desenvolvidas por António Augusto Martins, se tornam essenciais para a execução do trabalho de Egas Moniz (Moniz, 1949; A. Oliveira, 2003). A pinça, que permitiu o novo método da angiografia a partir de 1927, foi pensada e executada também graças a António Augusto Martins, que também efetuou a primeira injeção com êxito como nos informa o próprio Egas Moniz no seu livro *Confidências de um Investigador Científico* (Moniz, 1949). Acontece que ainda hoje se pode visitar e encontrar este afamado objeto também na coleção do Museu Egas Moniz (Melo, 2017). Mas o que é talvez mais notório é o tipo de projeção que poderia ter ocorrido a António Augusto:

[...] desejando compensar António Martins da sua dedicação e valioso auxílio, disse-lhe que, atendendo ao resultado obtido, ele, como cirurgião geral, poderia tomar a iniciativa da arteriografia dos membros [...] aceitou com agrado a minha ideia, mas não encontrou no seu Serviço o ambiente propício. Não viram interesse nesse meio de diagnóstico, que aliás parecia evidente, e António Martins não pode realizar o seu intento. (Moniz, 1949, p. 55)

As glórias foram, anos depois, para Reynaldo e Cid dos Santos, pois esses tiveram a oportunidade de desenvolver este tipo de inovação.

Mas esta frutífera relação não se ficou por aí, havendo ainda bastante por explorar. O último seu exemplo desta ligação com Egas Moniz, que apresentamos apenas para oferecermos um retrato exato do homem, é da sua visita à Suécia para fazer a primeira angiografia cerebral fora de Portugal, que se realizou no Hospital Karolinska em 1929 (A. G. Martins, 2017c). Mas esta operação apenas foi permitida porque António Martins se tinha deslocado a Estocolmo para um concurso de tiro. Ao encontrarmos informação desta natureza, começamos a estabelecer uma imagem muito forte de um homem muito específico, em que os detalhes passam a formular a fantasmagoria desta figura que ainda hoje «assombra», num certo sentido, António Gentil Martins, como um Herói capaz de tudo.

Uma vida excecional não pode ser, de forma justa, resumida em tão poucas palavras, havendo ainda muito a dizer acerca de António Augusto e da forma como condicionou um modelo a seguir por parte do Dr. Gentil Martins, mas tentaremos projetar algumas «imagens soltas», episódios

representativos do que António Augusto representa para o filho. Um dos episódios que o Dr. Gentil Martins refere no seu livro autobiográfico foi como o seu pai se desapontou com a Maçonaria (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 27), talvez de alguma forma o ocorrido possa ter condicionado Gentil Martins a não se juntar também quando convidado por Ramon La Féria, que tinha ocupado “o Hospital [Polido Valente] de metralhadora em punho” no 25 de Abril de 1974 (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 28)²⁷. Outro episódio de interesse revela a apetência para o improviso de António Augusto, que mais tarde veremos Gentil Martins a replicar, quando nele lemos o filho a narrar com grande orgulho uma operação feita pelo pai no qual este dá o próprio sangue a meio de uma operação, algo que apenas se soube no dia seguinte graças à visita clínica do Diretor de Serviço de Cirurgia. A ter em conta que até à altura nunca tinha sido feita uma transfusão, a partir de uma veia do pé, enquanto o próprio estava a operar, o que o obrigava, como cirurgião, a ter uma das mãos livres (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 28) . Um grande feito que António Augusto não fez por divulgar. Mas esta capacidade de improviso vinha também com uma excelsa preparação, exemplificada nas suas anotações, inclusive no campo de tiro, em que tudo era objeto de apontamento e análise (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 28) Obvia-se aqui uma grande lição, que não é só no espontâneo, mas também na preparação que se atinge o grande resultado de uma vida. Ainda vale a pena acrescentar que António Augusto foi até generoso nas intervenções cirúrgicas feitas para o instituto do seu futuro sogro, o Professor Francisco Gentil. A dada altura António Augusto passa a evitar fazer alguns destes trabalhos, que eram lucrativos. O motivo? Seria substituído frequentemente por um colega que quiçá precisasse mais do dinheiro para poder casar. Esta demonstração de generosidade é também uma relevante demonstração da amizade de António Augusto.

Muito mais se poderia acrescentar sobre António Augusto, referindo as suas propensões artísticas para as aguarelas que o filho descreve como “verdadeiras obras de arte de anatomia” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 27) disponíveis ainda hoje no Museu da Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Para além de desenhos de anatomia, explorou o retrato, tanto de outros,

²⁷ A sua distância, no entanto, não se estende a todas as sociedades mais discretas e privadas. Sabemos que Gentil Martins foi orador convidado de um jantar do Rotary Club, em 15 de Abril de 2014 (Joaquim Ribeiro, 2014, p. 6), e que também participou como orador de uma outra iniciativa dos rotários relativo ao dia dos avós (RibeirinhasTV, 2012). Para além do mais, temos documentos que comprovam a sua participação num jantar à sua homenagem em 2005 (Governadoria do Distrito Rotário 1960, 2005), e a receção de um prémio “Rotary por Excelência Profissional” feito no contexto da celebração do centenário do clube (Glenn E. Estess Sr., 2005).

como o autorretrato (I. M. J. G. Martins, 2016, p. 71). Podia ainda referir-se os múltiplos elogios de grandes personalidades e médicos da altura. Entre estas figuras, temos o Tenente-Coronel José Agostinho, e o Dr. Egas Moniz (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 29), mas também um grandiosíssimo elogio de alguém que se tornaria Presidente-Rei²⁸.

O jovem Gentil Martins aprendeu muito cedo a documentar, para além de replicar, a sua figura parental: “Ao longo da vida compilei tudo o que tantos disseram sobre ele [...] Guardei as suas medalhas e armas [...]” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 26). Este seguimento dos seus passos aconteceu do desporto à vida profissional, mas também à mimese do próprio carácter e até à sua presença física.

O meu pai empenhou-se na procura de soluções para malformações congénitas, e eu, quando abracei a carreira cirúrgica, inconscientemente ou não, procurei fazer o mesmo e trazer para Portugal técnicas até então inexistentes e que podiam melhorar o tratamento dos doentes. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 29)

O meu pai foi um homem organizado e metuculoso, e eu procurei viver assim, por entender que há mais frutos quando trabalhamos afincadamente. O muito que se disse sobre ele antes, e depois da sua morte, ajudou-me a contruir uma cartilha de vida. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 30)

Talvez o exemplo mais paradigmático desta mimese seja a fotografia que o jovem Gentil Martins tirou, numa pose igual a uma imagem antiga do pai, quase para demonstrar ao mundo que é esta representação à qual Gentil Martins almeja desde a mais tenra idade.

²⁸ “Sidónio Pais, aparentemente inimigo político do seu sogro Francisco Gentil (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 66), e posteriormente Presidente da República, referia-se-lhe como “o espírito mais brilhante que tinha até então surgido na Universidade de Coimbra.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 26).

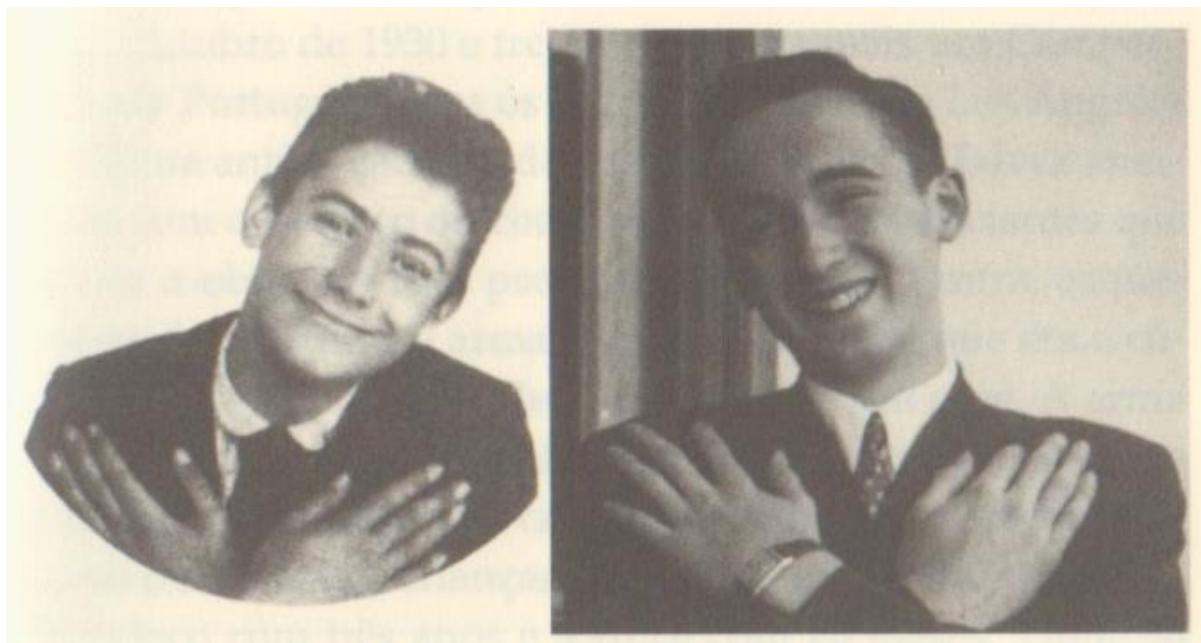


Figura 1 - Gentil Martins (à direita na figura) como seu pai (representado à esquerda) (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 23)

3.3 Francisco Soares Branco Gentil

É de grande importância também lembrar que o seu avô materno seria o fundador e diretor do Instituto Português de Oncologia (IPO), Francisco Soares Branco Gentil. Mais tarde, Francisco Gentil passa também a ser diretor da Faculdade de Medicina na Universidade de Lisboa. Nas suas palavras, descrevendo a sua relação com o avô: “Quando o meu pai morreu, tínhamos a figura masculina do meu avô, na altura um homem muito ocupado no Instituto Português de Oncologia, austero, mas muito humano, que nos recebia e a quem tratávamos com grande respeito.” (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 35–36). Temos ainda uma visão de admiração através de alguns comentários do próprio sobre a importância do avô como criador do IPO e da Liga Portuguesa Contra o Cancro, como também impulsionador de cuidados humanos aos pacientes, como visitas domiciliárias de médicos/enfermeiros: “[Francisco Gentil] mestre da humanização dos cuidados.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 65). Algo que se torna evidente na própria expressão do avô, na elevação mais alta possível do paciente: “O Doente é o rei.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 65).

Vemos que Francisco Gentil priorizava o atendimento acima de tudo, pois temos uma descrição do Dr. Gentil Martins que o encapsula, pelo menos na imagem que o neto cria dele²⁹: “Personalidade contraditória, ele é ainda recordado como um médico, paciente, de inesgotável ternura e dedicação com os seus doentes. Aliava à disciplina férrea uma inextinguível humanidade” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 66). Teve ainda um papel importante para a profissão da enfermagem com a criação da Escola Técnica de Enfermeiras, e para além disso também teve grande peso na criação do próprio voluntariado hospitalar (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 67). Nesta Escola, exigia-se na altura o 7.º ano do liceu, e foi onde a irmã de Gentil Martins, Alice, obteve o diploma de enfermeira.

É evidente que se tratava de um homem de visão, como nos conta Gentil Martins, quando da permissão do avô para formar uma ala de pediatria no IPO, numa altura em que seria inédito fazer algo do género, não só em Portugal, mas no resto do mundo: “permaneci como consultor no Instituto [IPO], até hoje. Aliás, a criação da unidade pediátrica foi mais uma prova de como o professor Francisco Gentil «via longe e via diferente», como afirmou Fernando Namora.” (A. G.

²⁹ Esta descrição completa-se com um interessante comentário sobre a sua vertente mais política, que deixamos de lado neste trabalho, incluindo proteções institucionais/pessoais e inimizades (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 66).

Martins & Reis, 2015, p. 71).³⁰ Nunca se tinha concentrado todos estes esforços num único hospital. Mas para além disso, esta visão incluía uma conceção social bastante aberta e vanguardista, pois quando o jovem Gentil Martins (ainda estudante de medicina) fez voluntariado, associado ao Padre Abel Varzim, do qual nos ocuparemos uns capítulos à frente, na tentativa de recuperação de prostitutas, convenceu a dada altura o seu avô a dar emprego a uma das mulheres reabilitadas, “o que ele fez, como seria de esperar.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 79).

Num final e enternecedor episódio, nota-se também a empatia de Francisco Gentil e a sua pedagogia perante a primeira perda de um paciente, quando o Dr. Gentil Martins tinha apenas 24 anos. Desorientado e sem saber como lidar com esse primeiro grande golpe, o inesperado falecimento de um paciente que não seria evitável: “fui ter com o meu avô à procura de conselho, ainda a quente, a pensar em desistir de ser médico” – o conseqüente conselho do avô – “Não há nenhum médico que nunca tenha perdido um doente, por muito bom que seja.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 87). Francisco Gentil surge, por isso, no seu imaginário como uma figura muito humana, que ensina, que tem uma mente disponível à mudança, e que nos momentos necessários sabe também acalmar.

³⁰ Queremos recordar ao leitor que este “até hoje”, de António Gentil Martins, já foi há algum tempo e encontra-se desatualizado. António Gentil Martins diz-nos que, depois de ter sido diretor da Unidade, passou para Serviço de Oncologia Pediátrica Médico-Cirúrgica até passar a diretor do Serviço de Cirurgia Pediátrica no Hospital D. Estefânia.

3.4 Madalena Gentil da Silva Martins

Para além disso, na criação de Gentil Martins não houve apenas esta figura fantasmática de um pai (ou uma série de pais). Frequentemente, lemos o nosso objeto de estudo a elogiar a sua mãe, e o esforço que ela teve na sua criação. Aliás, talvez fosse impossível Gentil Martins ter o peso do pai no seu carácter sem a sua mãe: “Cresci sem pai. Não senti falta de uma figura masculina, já que a imagem do meu pai esteve sempre presente no meu espírito, transmitida através da minha mãe.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 30). Esta Matriarca, que segundo o autor, sempre fez luto ao pai (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 30), lutou arduamente na sua vida para que nada faltasse à família. Ela própria é retratada como uma figura única para a época. Francisco Gentil, o seu pai, na altura professor na Faculdade de Medicina, por vicissitude dos tempos, não a permitiu seguir uma carreira na medicina. Teve, não podendo desenvolver esses estudos, uma educação clássica; “aprendendo piano, pintura, bordados, costura, cozinha e línguas, sobretudo alemão e francês” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 31). Mais tarde desenvolveu também o gosto pela aprendizagem também da língua inglesa, algo que em muito ajudou Gentil Martins e o irmão.

Madalena Gentil da Silva Martins conseguiu proporcionar ao filho uma vida confortável através de muito trabalho e alguma ajuda do avô. Com as suas habilidades no campo das línguas foi fazendo traduções, mais tarde pôs em prática a sua visão solidária praticando também voluntariado na Liga Portuguesa Contra o Cancro (trabalho esse que lhe valeu uma medalha pelos seus 50 anos de serviço, entregue em cerimónia solene pelo Presidente da República). Este tipo de voluntariado durou até à propecta idade de 88 anos. Após um atropelamento que a deixou incapacitada, nunca mais recuperou o suficiente para voltar a essa atarefada vida de sacrifício pelo próximo (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 31).

O retrato que Gentil Martins nos dá da sua infância e adolescência é um de uma confortável classe média: “Vivíamos bem, mas sem grandes luxos.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 32). Uma história que nos explicita a forma como viviam está no grande esforço da mãe de tentar sempre providenciar as desejadas prendas natalícias aos seus filhos, citando o próprio quando descobre que o lendário Pai Natal de facto era a sua mãe:

[...] fazendo-me ter vergonha do tanto que lhe pedíamos. Esta descoberta sensibilizou-me e enterneceu-me profundamente, porque então compreendi os sacrifícios que ela fazia para tentar satisfazer os nossos

pedidos [...] Passei a ser mais comedido e nunca gastei muito. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 39).

Desta forma, Gentil Martins adquiriu o valor da frugalidade. Acima de tudo, o que a mãe acaba por transmitir ao filho é uma específica visão de rigidez de carácter e justiça, aquilo que o Dr. Gentil Martins nos define como, para além de uma ética de trabalho, os “princípios da solidariedade”, baseados na ideia do respeito ao próximo, a importância da verdade e de ser honesto quanto às próprias convicções e a tolerância (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 32). Para além de uma vida confortável, ajuda nos estudos através do ensino do inglês e a transmissão destas máximas que depois serão basilares para a sua forma de ser e pensamento, a relação entre a mãe e o filho é prolongada e pacífica. O Dr. Gentil Martins vive com a sua mãe até ao seu casamento. Uma outra imagem que demonstra o carinho presente entre ambos é de Gentil Martins, já adulto, ainda a receber copos de leite que a sua mãe entregava no seu consultório, denotando também a tendência prolongada dos seus cuidados (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 32). Através do livro de Maria José Costa Félix, conseguimos confirmar toda esta informação e ainda adicionar:

A mãe, que adorava Medicina, fora proibida pelo pai de ser médica – pela simples razão que no princípio do século passado não era suposto uma senhora ter essa profissão. Limitara-se por isso a aprender línguas (alemão, francês...), tocar piano, bordar, cozinhar... «Foi uma médica frustrada, que, no entanto e curiosamente, acabou por casar com um médico, ter dois filhos médicos, [e] uma filha enfermeira. E posteriormente [a filha] foi [também] psicóloga.» (Félix, 2013, p. 127)

3.5 O outro lado da medalha

As famílias têm vários lados, e como nos coloca António Gentil Martins numa das suas entrevistas: “Eu não era muito popular, pelo menos” (Apêndice C), num lado da família. Mas para explicar este problema, temos de recuar até 1 de março de 1915, em Abrantes. Nesse dia, nasceu António Rosa Casaco, que foi uma relevante figura na Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), e que mais tarde chefiaria a brigada que terá cometido o homicídio do General Humberto Delgado e da sua secretária Arajaryr Campos³¹.

Rosa Casaco nasceu de pai incógnito, mas basta uma superficial pesquisa na *Internet* para entender que existe um debate sobre quem era efetivamente o seu pai. Desde «batalhas» pela verdade sancionada na *Wikipédia*, até à blogosfera, parece que há um desejo de entender qual a real parentalidade de António Rosa Casaco³².

Gentil Martins defende, não só na sua biografia como também na nossa entrevista, que o seu pai era tio de Rosa Casaco (como é deixado muito claro ao longo da sua entrevista ao longo do apêndice C) e não pai:

[...] houve um jornalista do *Expresso* chamado José Pedro Castanheira [...] Dizia que Rosa Casaco era filho do meu pai, mas não era, ele era sobrinho do meu pai, filho do João Augusto Júnior Martins. E inclusivamente, esse jornalista do *Expresso*, até errou o nome do meu pai, chamava-lhe António Martins Júnior. Ora, Júnior. era só o meu tio João. O filho do meu avô João passou a ser Júnior. Então, o jornalista referia “António Martins Júnior.”, mas nunca existiu nenhum António Martins Júnior. O que aconteceu é que o meu tio João teve dois filhos ilegítimos antes do casamento, um desses dois filhos era Rosa Casaco. Então vinham com grandes coisas que o meu pai era o pai do Rosa Casaco. E não era... (Apêndice C)³³

³¹ Sobre este episódio e outros, relativamente a Rosa Casaco, existem alguns recursos, nomeadamente “A história da PIDE” (Pimentel, 2007), e até uma autobiografia (Rosa Casaco, 2003).

³² Para o esclarecimento da perspetiva de Gentil Martins, recomendamos vivamente que se leia o Apêndice C, que contém, no fundo, toda a polémica do seu ponto de vista.

³³ O que está aqui em causa também é a incorreção do jornalista no nome do pai de Rosa Casaco e uma possível confusão de nomes que poderá ter criado este equívoco.

Como é evidente, não é de o escopo desta investigação fazer um estudo genealógico, ou apurar a origem de Rosa Casaco, mas apenas usamos esta informação para demonstrar que houve, e talvez ainda haja, uma certa tensão com o “outro lado” da família, e uma série de questões que poderão até ser insolucionáveis.

Ora, sabemos que é provocador, até certo ponto, abordar este tema desta forma, e não queremos insinuar que existisse algum tipo de “normal” relação familiar entre Rosa Casaco e António Gentil Martins, mas ao abordar este assunto vamos entendendo um pouco mais acerca de outras situações, tanto familiares como até históricas. Recolhemos uma série de notas acerca de uma conversa após as entrevistas que nos permitiu um maior entendimento do assunto. É preciso clarificar que António Gentil Martins nunca tinha conhecido pessoalmente Rosa Casaco, até ser convidado para o casamento da sua filha. Importante também será dizer que até lá também desconhecia as relações familiares que tinha com Rosa Casaco. Também é interessante tomar nota que António Gentil Martins nos disse que respeitava a sua coerência em posições que seriam complicadas de tomar no período que se seguiu ao 25 de Abril, nomeadamente acerca da PIDE (isto, não estando em causa as suas posições pessoais de concordância ou discordância). No fundo, Rosa Casaco manteve-se coerente à sua posição, como Álvaro Cunhal e Salazar, e sente que isso é de respeitar.

Para além disso, esta discordância relativamente à parentalidade de Rosa Casaco permitiu-nos explorar mais um pouco a visão de António Gentil Martins acerca dos acontecimentos fatídicos que envolveram o General Humberto Delgado, mas também a sua figura:

Também tenho uma outra coisa que também as pessoas normalmente não sabem. É que quando o Rosa Casaco foi buscar o Humberto Delgado (na designada *Operação Outono*), o Rosa Casaco não queria que ele fosse morto. Rosa Casaco queria que ele fosse apresentar-se cá a Salazar. Humberto Delgado já estava bastante doente nessa altura. E também é bom pensar-se que o Humberto Delgado só se virou contra o Salazar quando ele não lhe deu o lugar que ele queria nos Estados Unidos, porque até aí o Salazar era formidável! Depois, quem matou... Quer dizer, o Rosa Casaco não sabia que Casimiro Monteiro e Tienza levavam ilegalmente armas... quer dizer, já previsto [para matar]... Portanto, ele viu-se de repente, perante membros do grupo que fizeram os disparos

com silenciador e mataram Humberto Delgado e depois mataram a senhora que o acompanhava [...]. Mas ele não sabia sequer que eles tinham levado as pistolas.

T: Então ele não sabia que se ia matar Humberto Delgado, ele pensava que seria uma recolha?

AGM: Não, ele não sabia... Não, era pior! Ele tinha certeza que não era para isso, era para o entregar a Salazar. Simplesmente houve um membro do grupo, penso que Tienza, que disparou e matou Humberto Delgado, sem ter indicação nenhuma para isso, oficialmente. E mais, eles tinham deixado as armas formalmente na fronteira, e quem levou as armas tinha levado as armas ilegalmente, porque provavelmente... isto já são suposições, não se pode garantir... já iam preparados para matá-lo mesmo. Só que ele, Rosa Casaco, é que não. Ele que era o diretor, que era o chefe, e que se considerou, inclusivamente, aldrabado, e colocado numa situação em que eu não sabia o que é que havia de fazer, e que achou que a melhor maneira era disfarçar. Porque não tinha nenhum argumento para matar o homem. Ele tinha como missão oficial ir buscá-lo, não matá-lo. Só que haveria alguém no conjunto... São mais considerações... Era um «tipo» que era da PIDE, mas seria do Partido Comunista [...] Bom, isso é uma história complicada. Nem vale a pena entrar muito porque não há provas... aliás, tendo Rosa Casaco manifestado o seu descontentamento, Casimiro Monteiro ter-lhe-á dito: “Inspetor, não se meta nisto. Isto não é consigo.” (Apêndice C)

Queremos recordar que, não sendo especialistas nesta matéria, ou neste episódio, e sendo algo particularmente polémico na nossa história, podemos quiçá acrescer ao entendimento de Gentil Martins acerca do General. Para o leitor curioso valerá a pena ler o livro do próprio Humberto Delgado *Da Pulhice do Homo Sapiens* (Delgado, 1933), para um retrato realmente misantrópico da nossa espécie. Custa-nos a crer, depois da nossa leitura, que o General fosse a amigável figura que marcasse o advento da liberdade democrática que nos contam nas aulas de História, nalgumas passagens recordando o «derrotismo» filosófico de Oswald Spengler, e noutras o anticlericalismo

radical de alguns jacobinos (a própria capa tem uma dedicatória a Marat). Valerá também a pena, quiçá, ver o apoio de Rolão Preto, líder dos camisas azuis, à sua campanha em 1958. Talvez tropeçemos numa conclusão, que a ideologia e a política não são fenómenos “limpos” e higienizados, que talvez haja demasiada bruma num homem para se entendê-lo completamente, e que acima de tudo, quando estes são feitos mártires, talvez ganham características que antes não teriam.

3.6 O estudante

A vida escolar e académica do Dr. Gentil Martins começou cedo, com a pré-primária no Colégio Alemão de Lisboa, percurso ainda assim interrompido por uma infeção renal. Após essa interrupção, iniciou a escola primária no conforto do lar com a sua mãe e a ajuda de uma professora primária (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 38–39). Concluiu esse ciclo no Colégio Infante de Sagres (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 39) na 3.^a e 4.^a classes (A. G. Martins, 2020, p. 1). Completou o ensino secundário no Liceu Normal de Pedro Nunes (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 40) entre 1940/1946, acabando com a média de 16 valores (A. G. Martins, 2020, p. 2), tendo nessa altura integrado na Mocidade Portuguesa³⁴, algo que será relevante nas suas conquistas desportivas e extracurriculares (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 41). Um dos incentivos para as suas boas notas era a presença no quadro de honra, que isentava o pagamento de propinas, algo que ensinou cedo Gentil Martins a ser um distinto estudante e árduo trabalhador (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 39). Gentil Martins conseguia, ainda assim, juntar duas grandes partes da sua vida que eram muito difíceis de conciliar; os seus estudos e as suas atividades desportivas. Numa entrevista passamos a ter uma ideia do estoicismo que o permite:

Por muito importante que seja qualquer actividade humana, o equilíbrio psicológico e emocional de um indivíduo exige que ela não se torne num processo obsessivo. Apesar de reconhecer a necessidade duma dedicação enorme ao estudante de Medicina e ainda mais ao futuro Médico, parece-me que é igualmente essencial que o homem como tal tenha outros interesses. De resto não podemos esquecer que uma boa forma física é importante a um bom estudante. (António Gentil da Silva Martins, personal communication, 1983, p. 138)

Mais tarde, licenciou-se em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina de Lisboa, com 23 anos, mais uma vez mantendo a sua média de 16 valores (A. G. Martins, 2020, p. 2). Quando terminou o curso em julho de 1953, foi trabalhar para o IPO do avô, mas como médico voluntário. Somente dois anos depois, passou a receber um salário apenas quando já demonstrado o seu valor,

³⁴ Para o aprofundamento acerca da mocidade portuguesa, veja-se o estudo de Calado (2022).

através da relevante participação numa conferência médica (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 47). É relevante ter em conta que o seu avô lhe tinha dito que apenas receberia quando mostrasse que o merecia. A partir do ano seguinte ao da conclusão da licenciatura em Medicina e Cirurgia e até 1955, fez simultaneamente o curso de Ciências Pedagógicas na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 2). Enquanto aluno, tornou-se presidente da associação dos estudantes da Faculdade de Medicina “lutando para que a associação se limitasse a ajudar e a defender os estudantes, e não a fazer política.”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 47). Algo que também demonstra muito do seu pensamento e ação na esfera pública, uma busca contínua pela independência dos órgãos e instituições. Cimentando essa crítica, para além de ter liderado a associação de estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa (1952-1953), integrou a Comissão Interassociações dominada pela União de Estudantes Comunistas que, segundo a sua opinião, estava mais preocupada com assuntos partidários do que com interesses dos alunos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 107).

3.7 Internatos e especialização

Candidatou-se, em 1954, ao Internato Geral dos Hospitais Civis de Lisboa, a única carreira médica existente na altura. Com muito poucas vagas para entrada, é colocado, pois apesar de uma pobre prova escrita, teve uma boa prova clínica que permitiu a sua entrada. Acabando o Internato Geral, iniciou então o Internato Complementar de Cirurgia Pediátrica nos Hospitais Civis de Lisboa (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 48). A escolha pela pediatria não deixou de passar também pela sua relação com as crianças:

Olhando para trás, se calhar o que sobretudo pesou foi gostar mais de lidar com crianças do que com adultos. As crianças são mais espontâneas, mais afectivas, mais verdadeiras. Acontece-me ficar preocupado se vejo uma criança triste, pois poderá estar doente. Quando vejo uma criança alegre e bem-disposta sinto-me mais tranquilo e acredito que nada terá de grave. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 48)

Mas pode até admitir-se uma certa influência da sua irmã Alice também nesta escolha. Ela era professora de enfermagem pediátrica, que por sua vez se casou com um pediatra, completando-se assim uma equipa multidisciplinar.

Um dos motivos pelo qual se sentiu impelido a tratar crianças teve também que ver com a ideia de que um “[...] cirurgião pediátrico fazia um pouco de tudo [...]” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 51), o que significava que esta escolha iria também a obrigá-lo a aprender e a praticar muito mais do que com uma outra especialização. Isto denotava, portanto, que a polivalência da natureza do seu trabalho e a falta do desenvolvimento de estudos em Portugal na altura o iriam forçar a estudar no estrangeiro. O atento António Gentil Martins entendeu, através da literatura científica, o quão subdesenvolvido estava o ramo da pediatria cirúrgica (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 50). Conseguiu uma bolsa de estudo do *British Council* para ir estudar com aqueles que considerava “[...] os melhores cirurgiões pediatras do Reino Unido [...]” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 51). Esta escolha criou uma situação curiosa na família (mas já mais tarde, depois do retorno de António Gentil Martins do estrangeiro), pois o seu irmão Francisco, que se tornou médico antes de António Gentil Martins (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 39), era também cirurgião: “dividíamos o mundo

cirúrgico ao meio. Acima dos 16 anos operava ele, abaixo dos 16 anos operava eu.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 40).

Em 1957 foi admitido como Interno do Internato Complementar de Cirurgia Pediátrica no Hospital de D. Estefânia. Depois disso, tornou-se também voluntário dos Hospitais Cíveis de Lisboa, no Serviço de Cirurgia Pediátrica do Hospital de D. Estefânia, e mais tarde Interno do Internato complementar dos Hospitais Cíveis de Lisboa no Serviço 4 do mesmo Hospital, entre 1960 e 1966 (A. G. Martins, 2020, p. 2). Seguindo estes internatos, fez o 1.º Curso de Cirurgia Minimamente Invasiva nos Hospitais Cíveis de Lisboa, acabando com 17 valores (A. G. Martins, 2020, p. 2). Numa descrição dos seus tempos iniciais como médico, refere o Banco de S. José, trabalhando de manhã no Hospital D. Estefânia, tendo urgências de 24 horas, tardes no IPO e os fins de tardes no seu consultório privado. Regressou do Reino Unido após 1960, já com bastante mais treino e independência. Ser interno na altura era algo que entende como prestigiante, mas particularmente trabalhoso (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 49).

3.8 A viagem ao Reino Unido

Saiu de Portugal, e da casa de sua mãe, pela primeira vez em 1956, praticando o inglês durante três meses em Edimburgo, fazendo a sua estadia na casa de uma afável família escocesa, os Skinners (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 51). Apreendemos o saudosismo de Gentil Martins nas suas descrições destes habitantes dum “pequeno castelo, junto a uma ponte sobre um rio” numa imagem idílica e interessante de um outro contexto muito diferente do que conhecia – “Foi como viajar para outro mundo”. Um outono vermelho e laranja com o conforto total da sua hospitalidade (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 51). Apreciou a ideia, pelo menos, da independência, apesar das saudades. Elas não o impediram de ficar lá, sem férias ou retorno a Portugal, durante 3 anos, algo que Gentil Martins considerou “uma simples questão de prioridades.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 52). De facto, com os estudos e trabalhos que se acumulavam, seria muito difícil o retorno. Nos três meses em Edimburgo, fez o curso de preparação para o exame de cirurgião do Real Colégio da Cirurgiões de Inglaterra, e o tempo restante foi usado no *Great Ormond Street Hospital for Children* em Londres para ganhar experiência como observador no *Hospital for Sick Children* (HSC) de Londres, e também um pequeno curso de uma semana sobre psiquiatria infantil, na Universidade de Ipswich (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 52).

Não se sentindo ainda preparado para voltar a Portugal, ficou no Reino Unido num cargo que corresponderia em Portugal ao médico-internista – *house surgeon* (HSC Londres), durante seis meses, tendo sido escolhido por Sir Denis Browne entre 20 candidatos. Por não ter tido desde logo lugar disponível e a pedido de Sir Denis Browne³⁵, trabalhou 3 meses no *Royal Myrtle Street Children’s Hospital*, em Liverpool. Mais tarde trabalhou também como *registrar*, o que correspondia a assistente na carreira médica em Portugal, no *Alder Hey Children’s Hospital* onde adquire conhecimento que seria relevante para a sua prática em Portugal, tendo também a sorte de poder acompanhar, no período entre 1958 e 1959, a criação nesse Hospital, inédito no mundo, de um serviço para queimados pediátricos e outro de cirurgia neonatal.

No entanto, o seu desejo passava pelo retorno à terra materna, não querendo “roubar o lugar a nenhum inglês!” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 54). As suas novas valências incluíram a

³⁵ Passou a trabalhar com Sir Denis Browne, o médico da corte inglesa e considerado um dos maiores, senão o maior, dos cirurgiões pediatras a nível mundial. Sobre Sir Denis Browne encontramos um pequeno, mas interessante, artigo de contextualização biográfica para os interessados (Nakayama, 2018).

aprendizagem de anestesia em crianças, especificamente recém-nascidos, também outros conhecimentos de reanimação, mas acima de tudo teve muito espaço e independência de ação, o que lhe permitiu adquirir maior crescimento, em termos práticos e profissional (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 56).

Depois de todo este desenvolvimento técnico, o Dr. Gentil Martins decidiu retornar à sua pátria, sabendo as tarefas hercúleas que enfrentava. Apesar de ter sido convidado a ficar em Inglaterra pela Dra. Isabella Forshall³⁶, António Gentil Martins reconheceu a necessidade de voltar a Portugal, sentindo o quanto havia por desenvolver. Também aproveitou para treinar cirurgia plástica com David Mathews. Foi convidado para dar continuidade ao mais conhecido cirurgião plástico da altura, Dr. Mario Gonzales-Ulloa³⁷, mas recusou (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 58). Este conhecimento era para ser usado para Portugal, mesmo a custo da recusa de uma proposta que significaria muito dinheiro e prestígio. Vale a pena talvez comparar as realidades, do mundo anglo-saxónico e luso, e ver os seus relatos de ambos os sítios:

No banco de S. José, as salas de operações davam para o corredor. Abria-se a porta, espreitava-se lá para dentro... Pouco faltava para se entrar com a roupa de rua e tudo. [Nessa época] a tecnologia era bem mais rudimentar, nomeadamente para o diagnóstico, que era sobretudo clínico [...] Não havia pequenos quartos, com poucos doentes, mas sim grandes enfermarias. E não existiam senão camas de ferro; só muito mais tarde surgindo as camas articuladas. (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 48–49)

Por outro lado, temos também as suas considerações sobre meios e as hierarquias em terras Inglesas:

Lá, não havia nem doutor nem professor: éramos simplesmente membros de uma equipa médica. Foi das primeiras coisas que notei. Em Portugal, havia muito a ideia do «grand professeur», resquícios da tradição francesa e sinal da hierarquia dentro da própria instituição. Lá, éramos quase todos tratados ao mesmo nível, do grande chefe ao mais novo. Mas

³⁶ Importante figura na sua formação, relevante também para uma nova visão da criança na Medicina.

³⁷ Também foi o proprietário do Hospital Dalinde da Cidade do México (Papadopulos, 1995)

a grande diferença no serviço de saúde inglês e nos hospitais era, e sempre foi, a organização. Tinham tudo bem orientado e nada parecia faltar. (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 52–53)

O subdesenvolvimento, no entanto, não se ficava apenas pelos meios, hierarquias e ordem, mas também pela própria visão sobre os pacientes, e especialmente sobre as crianças. Como o próprio Gentil Martins nos lembra, “a medicina nem sempre valorizou os cuidados à criança, é uma conquista do século passado”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 56)³⁸.

Vale talvez a pena enquadrar esta realidade ao nível gráfico, para demonstrar esta evolução desde a década de 60 do século passado que no seu pico correspondia a 88,8% em 1961 até ao dia de hoje de 2,4% (Pordata, 2023).

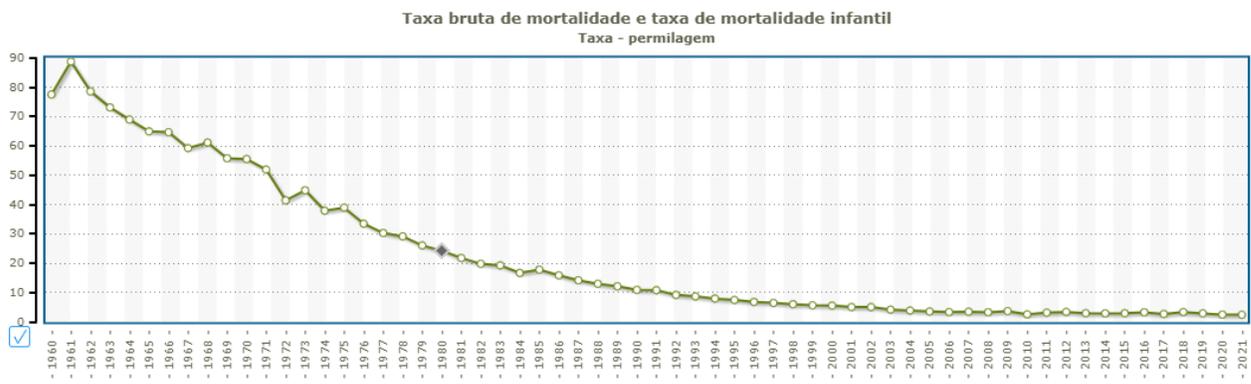


Figura 2 - Taxa da mortalidade infantil em Portugal desde 1960 a 2021 (Pordata, 2023)

Mas torna-se também claro, talvez por uma possível utilidade política que as estatísticas tendem a ser alvo, que se olharmos de forma mais geral, o trabalho foi até maior. Basta-nos ver o caminho desde 1910 (com o seu pico assustador de 164,1% na década de 1920 (M. J. Moreira & Henriques, 2016, p. 21)) que infelizmente não conseguimos encontrar através dos dados oficiais da Pordata:

³⁸ Desenvolveremos mais um pouco esta modificação conceptual da “criança” no capítulo relativo ao pensamento de Gentil Martins.

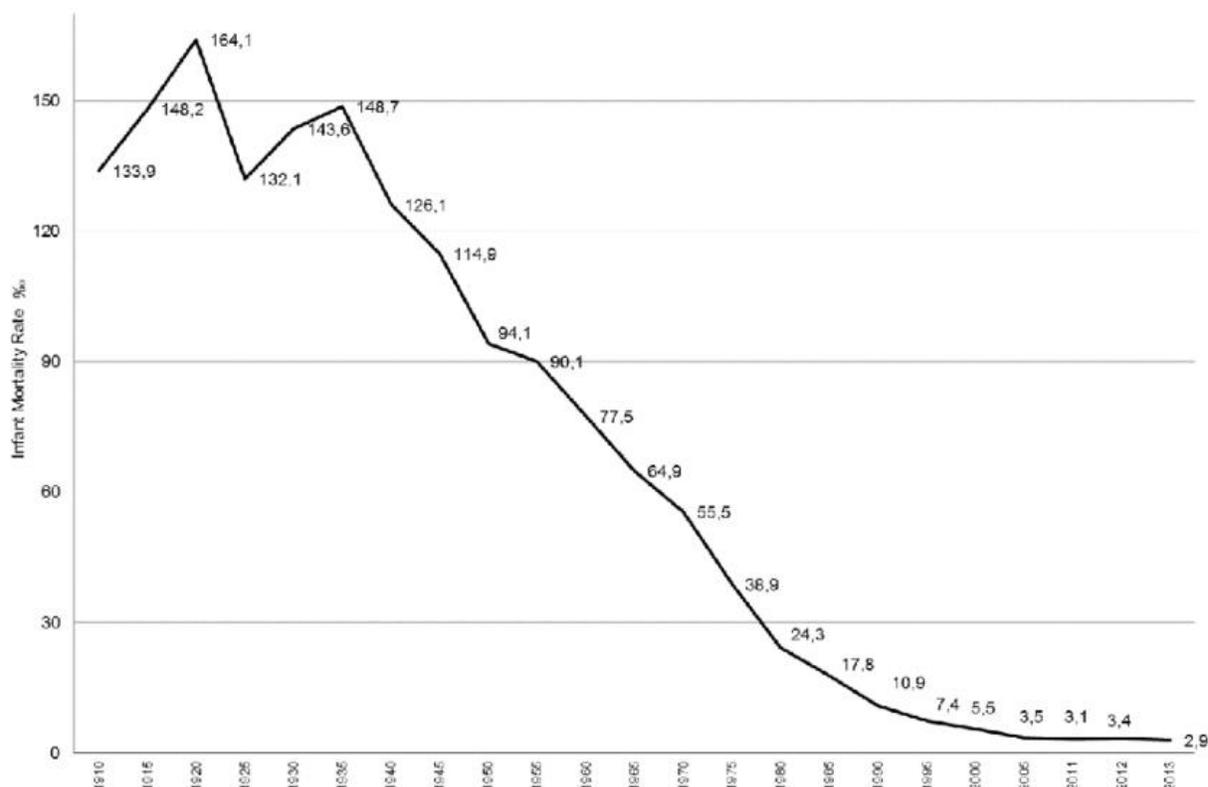


Figura 3- Taxa de mortalidade infantil em Portugal de 1910 a 2013 (M. J. Moreira & Henriques, 2016, p. 21)

Quiçá combatendo moinhos, queremos demonstrar que estas melhorias não são preconizadas necessariamente apenas na segunda metade do século XX, e que houve também um caminho anterior de recuperação que veio a ser iniciado a partir de 1935. Como António Gentil Martins nos lembra regularmente, a Saúde em Portugal não nasceu com o «despacho Arnaut», e existe todo um caminho até durante o regime que é hoje visto por muitos como uma «Idade das Trevas». Independentemente das visões do leitor, é de reconhecer esta grande modificação da sociedade portuguesa.

3.9 Retorno a Portugal

O Dr. Gentil Martins regressou a Portugal, em dezembro de 1959. Apesar de um interessante convite para a formação de um serviço de cirurgia cardiotorácica pediátrica efetuado pelo Dr. Manuel Machado Macedo, que tinha acabado de se formar nos Estados Unidos, com quem formaria equipa, escolhe enveredar pela variedade maior do serviço pediátrico (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 68). Ficou no Centro de Lisboa do Instituto Português de Oncologia e no Hospital D. Estefânia (que apenas deixa já na reforma, no ano 2000). Tornou-se chefe de serviço de cirurgia pediátrica no Hospital D. Estefânia em 1966, diretor do serviço em 1986, e em 1996 passou a ser diretor do Departamento de Cirurgia, que manteve até à sua (muito obrigada) reforma. O mesmo sucedeu com o seu cargo de Professor Convidado de Cirurgia Pediátrica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Lisboa (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 69).

Por outro lado, como já mencionado brevemente no subcapítulo referente ao seu avô Francisco Gentil, regressando também ao IPO, criou em 1960 a primeira unidade multidisciplinar de oncologia pediátrica a nível mundial, algo inexistente na altura até nos hospitais mais avançados do mundo na área da pediatria, mas que hoje é felizmente prática comum (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 70). Desta forma, os pacientes não teriam de ser transportados para outro Hospital para serem operados.

3.10 Uma nova visão da Criança

Como nos recorda o Dr. Gentil Martins: “A medicina nem sempre valorizou os cuidados à criança, é uma conquista do século passado”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 56). Esta ideia não estava só presente em Portugal, quando Gentil Martins retorna à pátria depois de estudar no Reino Unido, ela é algo transversal fora algumas boas exceções. No coração deste tratamento dos jovens pacientes está uma visão cultural, algo que confirmamos na análise dos estudos de infância, para a criação de um conceito cultural da criança que na realidade é muito moderno (Ariès, 1962). A criança era vista, até muito recentemente, como um pequeno adulto, algo que não era propriamente condutivo a um tratamento médico especializado e direcionado. Para além do mais, vale a pena pensar-se o «infante» nas suas formulações culturais mais originárias. Como nos recorda numa nota de rodapé o tradutor de Santo Agostinho, J. Dias Pereira, depois do autor fazer um curioso trocadilho a partir de etimologia: “Sempre dado às questões etimológicas, S. Agostinho lembra neste passo que *Infância*, *Infante*, vem do verbo *fari* que se traduz por dizer ou falar. Assim *in-fans* (*Infante*) é o que não fala.” (Santo Agostinho, 1995, p. 1583). Se não fala por não conseguir, ou por não o deixarem, é um outro debate, mas, diga-se de passagem, que esta visão pode não ser particularmente caridosa segundo os nossos padrões atuais – vê-se a criança apenas como um adulto mudo.

Tendo chegado a Portugal, a luta de Gentil Martins focou-se no fortalecimento dos cuidados pediátricos como tinha sido feito no Reino Unido, tendo em conta que em Portugal era raro um tratamento distinto para a criança-doente. Tinha-se criado uma visão sobre os pacientes-crianças no Reino Unido do pós-segunda Guerra Mundial encabeçada pela Dra. Isabella Forshall, que acaba por ser a inspiração do Dr. Gentil Martins nestas matérias. Para além da diferenciação técnica, também se teve de batalhar pelos direitos das próprias crianças. Se a escola inglesa é relevante, o Dr. Gentil Martins pede-nos também para não nos esquecermos do importante contributo da escola francesa, que até lhe era anterior, graças aos esforços do Dr. Louis Ombrédanne. Acima de tudo, temos de ter em conta que o progresso feito nesta frente é verdadeiramente notável quando comparado com o que havia (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 57), e no caso nacional, muito se deve a Gentil Martins. Estas mudanças são visíveis não só no tratamento das crianças, mas também nas legislações nacionais e internacionais, como é o caso da legislação europeia.

3.11 O Sublime e o Humanismo Católico

Uma interessante ideia é explorada no prefácio de Daniel Serrão para a autobiografia do Dr. Gentil Martins:

A meu ver, o que marca, radicalmente, António Gentil Martins como homem é a sua contante preocupação, manifestada desde muito novo, em atingir a perfeição [...] porque o esforço para a atingir estrutura a sua forma de ser homem. [...] direi que competia consigo para se forçar a ser perfeito, sempre se corrigindo, com humildade, até que o resultado pretendido, a perfeição, fosse atingido. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 10)

Esta ideia explica, por um lado, uma séria de vitórias atingidas ao longo da vida, mas também algo mais profundo. Na continuação desta ideia, entendemos que esta realidade se estende desde o desporto, à proficiência técnica e cirúrgica, como também à própria forma de tratamento do Outro, como informado pela matriz Católica Romana do seu pensamento e ética. No fundo, este atingir da perfeição seria a sua forma de se conectar com ela. É neste respeito e tratamento do próximo que temos o aspeto mais humanista de toda a sua perfeitibilidade, quase como se a sua família fosse extensível a toda a espécie humana: “[...] como se aqueles pequenos seres doentes e frágeis fossem seus filhos.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 12).

Quem olha para este médico corre o risco de ver os ecos da Escola Ibérica da Paz e a base do Direito Humano (A. Moreira, 2019, p. 777), o surgimento dos Hospitais (Guinam, 2004), as estruturas católicas que hoje são frequentemente vistas como caducas e obsoletas, mas que na verdade foram também forças de um amor e uma caridade revolucionária que se traduz no tratamento do Outro.

Vê-se nas práticas médicas de Gentil Martins o melhor da Igreja, e nunca se deve esquecer que a própria figura de Cristo deu o exemplo do cuidado médico, quer se acredite ou não nos milagres descritos pelos evangelistas sinópticos, o leitor acreditará sem dúvida no arquétipo do que ajuda,

do tratador, ao limite do modelo do curandeiro³⁹. Este ponto de vista Católico vai inclusive informar a sua ação política e social, tendo começado desde a sua juventude, com a sua formação no Patronato de S. Sebastião da Pedreira, onde fez a sua primeira comunhão e crisma (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 30).

Uma das figuras de importância no seu percurso é a do padre Abel Varzim (já mencionado também de passagem no subcapítulo referente a Francisco Gentil) fundador da *Acção Católica Portuguesa*, com quem Gentil Martins formou a Liga Portuguesa Contra a Prostituição (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 78). Nessa associação desenvolveu voluntariado na reabilitação de prostitutas, algo que considerou "um trabalho muito humano" (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 79). Esta experiência de voluntariado enquanto estudante de Medicina "foi essencial para perceber o que viria a ser central na minha profissão – a pessoa." (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 79).

Outra figura de grande importância com quem teve a boa fortuna de travar conhecimento já quando era Presidente da Associação Médica Mundial, foi o próprio Papa João Paulo II, pelo qual demonstra respeito e reverência, especialmente "pela sua mensagem de defesa da família." (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 123), uma sólida visão de família que Gentil Martins defende na própria existência, com os seus 8 filhos, 27 netos e 2 bisnetos (pelo menos até à data de escrita desta parcela do nosso texto).

Frequentemente, apresenta-nos nas suas memórias rasgos de uma visão marcadamente de influência cultural e religiosa da humanização de cuidados na esfera total da sociedade, algo que parte das relações mais básicas e familiares até todo o corpo social:

[...] a humanização da saúde não é mais do que uma forma sectorial de como entendo que devemos encarar os outros, na generalidade da nossa acção como seres humanos. Não é mais do que uma atitude de solidariedade que deve ser a base da nossa inserção na comunidade e das

³⁹ Sobre esta figura antiga do médico já muita tinta correu. As leituras místicas de tendências «pereniais» equacionam a figura do médico com o xamanismo, ou seja, anteriores às práticas das religiões organizadas, e se o trabalho do místico seria primeiro uma cura de si próprio, então invariavelmente haveria uma componente "medicinal" da prática religiosa (Eliade, 2002). Consideramos de grande interesse o estudo da história das religiões para um entendimento cultural da figura do «médico». Lembramos, para além das épocas anteriores à Europa cristã, a íntima ligação entre a medicina e a alquimia durante a época medieval (Falk, 2020) e renascentista (Bendiner, 1989).

políticas [...] aprende-se sobretudo no seio da família, e em primeira mão com o amor dos nossos pais. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 77)

Acima de tudo, temos um homem falível, que tenta atingir essa relação com o divino. A sua vocação, no entanto, é a Medicina:

Sempre fui católico, e muito jovem, como já contei, cheguei a pensar ir para padre [...]. E afinal fiquei na Medicina, onde tantas pessoas buscam salvação e confiam em nós como se fossemos infalíveis, o que infelizmente não é verdade. Existe um certo paralelismo nesse pedido de cura. Acontece que nós temos de responder e não somos deuses. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 149)

Parece até que a Igreja, em algumas instâncias, surge como uma outra figura da ordem, criadora no campo dos valores e morais. Como António Gentil Martins nos coloca numa das entrevistas:

T: [...] calculo que deva ter sido muito difícil ter crescido sem uma figura parental.

AGM: Não, até certo ponto não porque todas as dúvidas que tinha, tudo que eu precisava, a minha mãe “cobria”, e esclarecia as minhas dúvidas. Por outro lado, também tive uma formação católica, e nessa formação também houve alguma influência, evidentemente. Há determinados princípios também na religião católica, a pessoa pode ser católica ou não ser, mas de qualquer modo, os princípios básicos são seguros. Se as pessoas cumprem é uma coisa, agora que os princípios estão certos, eu acho que os princípios e as regras estão certos, se as pessoas depois as violam e não as cumprem, isso já é outro assunto. Infelizmente acontece, mas somos seres humanos e todos nós fazemos disparates de vez em quando.

T: Considera-se um Católico «praticante»?

AGM: Considero-me um Católico «praticante»... Aliás, isso está escrito em todo o lado, mas... Agora, que também tenho os meus pecadinhos? Com certeza, quer dizer, não há ninguém que não. Por isso é que uma pessoa tem de se confessar [riso]. E normalmente vai-se confessar justamente pelas coisas que pensa que possa ter feito mal. Não, normalmente não é com a intenção de fazer mal, mas fazem-se seguramente coisas, más. É tentar evitar fazer o mal o máximo possível.

T: Entendo, e acho que é evidente, que as suas posições acerca da Vida têm muito a ver com o juramento de Hipócrates. Mas terão, se calhar, também alguma influência do seu catolicismo? Possui uma visão da Vida também que deriva da visão que a Igreja tem?

AGM: São níveis diferentes. Eu penso que a Igreja tem determinadas regras e eu acredito nas regras ou não acredito, mas penso que regras estão certas. Se as pessoas cumprem ou não, isso é outro problema. [...] É evidente que a Igreja não vai dizer que se possa matar uma pessoa, quer dizer: “é legítimo, agora mate lá uma pessoa”... com certeza que não. (Apêndice C)

No fundo, da Igreja retiramos um *Nomos*, uma série de leis dos bons costumes sociais, mas não a responsabilidade pela Vida que o médico tem. Para isso teremos de caminhar um pouco mais à frente para o subcapítulo que explora a ligação entre Gentil Martins e um seu mestre clássico – Hipócrates.

3.12 Associativismo

Em simultâneo com a prática da Medicina, formou também as Sociedades Internacionais de Oncologia Pediátrica (SIOP, integrando a sua comissão científica em 1979/1980) e de Cirurgia Oncológica Pediátrica (IPSO), do qual também fez parte das direções, e dos quais foi fundador e membro de Honra, tendo sido também membro da Comissão Executiva, entre 1994 e 1996 do IPSO esta é por sua vez uma ação que continua a obra dos antecessores dinásticos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 170).

Tendo sempre tido gosto pelo mundo associativo, em 1964 foi fundador da Sociedade Portuguesa de Cirurgias Pediátricas (da qual foi Presidente de 1975 a 1984, e depois entre 1991 e 1994) no Hospital D. Estefânia (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 107). Ajudou também a fundar e fez parte da direção da Federação Mundial de Associações de Cirurgias Pediátricas em 1964 (WOFAPS) (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 169), de que uma divisão de cirurgias ao nível nacional fez com que a Sociedade Portuguesa a que Gentil Martins presidia saísse da organização, mas na altura da escrita da sua autobiografia, estava convencido que haveria uma reunificação (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 108). Hoje, podemos ver a Associação Portuguesa mais uma vez na lista da WOFAPS (WOFAPS, 2022).

A não esquecer o trabalho de associativismo na sua segunda paixão na Medicina, A cirurgia plástica, Gentil Martins que tinha sido fundador, tornou-se Secretário-Geral da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica Reconstructiva e Estética (SPCPRE), de 1964 até 1968. Tornou-se depois também Presidente desta organização, de 1968 até 1974 (SPCPRE, 2022). (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 169). Vale a pena recordar também que Gentil Martins, no seu trabalho associativo, foi Presidente da Liga Portuguesa contra o Cancro e também Fundador do Instituto do Apoio à Criança (1983).

Em 1994, fundou com Ana Corrêa Nunes a *Acreditar* -Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro (algo que conseguimos também confirmar através do testemunho de Madalena d'Orey, outra fundadora (através de e-mail M. d'Orey, personal communication, February 2, 2015)), e tornou-se também *deputy* da direção da *Confederação internacional de Pais de Crianças com Cancro* (não tendo uma posição de maior destaque pela boa fortuna de não ter tido um filho com a doença). Hoje, a *Acreditar* dinamiza o grupo dos Barnabés, “constituído fundamentalmente

por antigos doentes agora já curados.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 74). A *Acreditar* surgiu de um convite e reencontro, no fundo, entre uma mãe de pacientes, e o Dr. Gentil Martins:

[...] fui convidada pelo Dr. Gentil Martins a participar com ele em Valência – Espanha, num encontro de associações de pais de crianças com cancro de todo o mundo do qual viria depois a nascer o ICCCPO-Confederação Internacional das Associações de Pais das Crianças com Cancro. Foi neste encontro também e em simultâneo que nasceu a *Acreditar* [...] da qual sou fundadora e ex-presidente. (A. Corrêa Nunes, personal communication, March 7, 2015)⁴⁰

Em 2002-2003, tornou-se ainda Presidente da Sociedade Portuguesa de Hematologia/Oncologia. Também em 2002, fundou e coordenou o Cavitop, O Centro de Apoio a Vítimas de Tortura, Portugal (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 171). Ele foi ainda fundador da associação Raríssimas e da Associação Terra dos Sonhos (2007), Presidente da Assembleia Geral da Liga dos Amigos do Hospital de D. Estefânia, Membro da Plataforma para a Defesa de um Hospital Pediátrico em Lisboa e também membro de Honra da Assistência Médica Internacional (AMI) (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 174).

⁴⁰ Hoje a ICCCPO é designada como Childhood Cancer International (CCI) (Jurecek, 2023)

3.13 O lado familiar

Na altura em que tenta recomeçar a sua vida profissional e associativa em Portugal, com 33 anos, dois anos depois de voltar de Inglaterra, conhece a mulher que se haveria de tornar a sua esposa, Maria Guilhermina Ivens Ferraz Jardim da Silva Martins. Estando ela responsável na altura pelo seu sobrinho ainda bebé, sendo que os pais da criança estavam em Angola dado a mobilização do pai, deu-se o acaso do conhecimento. Acaso talvez impulsionado até por outras acidentais companhias mais antigas, as mães de ambos eram colegas na Cáritas, instituição de que a sogra de Gentil Martins teria sido fundadora⁴¹ e na qual Madalena Martins tinha sido voluntária. Ainda que pudesse ser pouco comum um homem na altura casar com essa idade, isso não demoveu Gentil Martins, que valorizava a juventude da sua noiva perspetivando-a como uma vantagem para a constituição de uma família (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 133).

Mas para entender o porquê de Gentil Martins ter talvez, demorado um pouco até tomar a sua decisão relativamente ao matrimónio, teremos de voltar um pouco atrás. O Dr. Gentil Martins compõe o seu retrato enquanto jovem como “[...] um rapaz caseiro, sem grandes noitadas.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 39). Apesar de muitos amigos, tinha uma atenção diferente à saúde e hábitos, talvez também pela sua paixão pelo desporto. Precisava de mais repouso, melhor alimentação, etc. Evitava o sal devido a uma doença de rins, por exemplo. Para além disso, mesmo na sua fase mais rebelde, indo aos concertos de *Rock’n’Roll* na fervilhante cidade de Liverpool, na altura em que aparecem conjuntos como os *Beatles*, nunca descreve nada como uma ampla vida social noturna, e pelas próprias descrições dos espetáculos: “Nunca me demorava muito tempo, já que não era de beber, nem metia facilmente conversa com estranhos.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 59). Na faculdade, era comum que os colegas brincassem com ele relativamente ao seu aparente perpétuo celibato e desapego amoroso⁴². A ter em conta, por parte do jovem Gentil Martins que algum do seu desinteresse se pudesse dever a uma certa desconfiança pelo sexo oposto, de que o benefício da outra parte se devesse a ser apenas um «bom partido» e que não correspondessem ao seu objetivo, que era o casamento para toda a vida (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 60).

⁴¹ Referimo-nos a Maria Fernanda de Almeida Ivens Ferraz, uma figura de grande relevo na história da Cáritas.

⁴² Estas troças incluíram um poema no seu livro de curso pela autoria do seu amigo João Ernesto Martins, cuja leitura valerá a pena para os mais curiosos (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 59–60).

Dito tudo isto, consta no entanto que tivesse tido uma parceira na altura da pré-adolescência, entre os 12 e os 16 anos, de ascendência francesa, mas que de facto a única real namorada que teve na sua vida toda seria a sua futura esposa (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 60–61). Foi talvez um processo tão moroso que o próprio considerou que talvez pudesse nunca acontecer, de facto: “[...] cheguei a pensar que ia ser difícil encontrar alguém para mim e, por outro lado, alguém que me quisesse”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 61). Estas preocupações foram dissolvidas com a entrada de Maria Guilhermina na sua vida. Não só nos referimos a um casamento para a vida como uma mãe de uma numerosa família (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 135)⁴³.

D. Maria Guilhermina Ivens Ferraz Jardim, como nos conta uma sua pequena biografia no Anuário da Nobreza em Portugal, nasceu em Cascais, a 11 de julho de 1939, na freguesia de Santa Maria de Sintra (Instituto Português de Heráldica, 1985, p. 572). No mesmo documento é-nos dito que há nesta linhagem a ascendência do Conde de Valenças, “Título em duas vidas criado por el-Rei D. Luís I” (Instituto Português de Heráldica, 1985, p. 570)⁴⁴. Maria Guilhermina é a quarta filha de Luís-Ricardo Hintze Ribeiro Jardim, 3.º conde de Valenças, com D. Fernanda Mendes de Almeida Ivens Ferraz (Instituto Português de Heráldica, 1985, pp. 571–572).

Namorando há um ano, o Dr. Gentil Martins foi chamado para a tropa, para depois ser mobilizado como médico para a Guerra de Ultramar. Não iria como combatente: “tinha sido dispensado do serviço militar aos 18 anos por causa de um defeito congénito na coluna que me impedia de carregar pesos.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 134). Mas, em 1962, foi mobilizado, e por isso decidiram casar-se em 16 de janeiro de 1963: “foi o dia mais feliz e mais esperado da minha vida.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 134) De forma prática e talvez pouco romântica, após 3 dias da lua-de-mel em Mafra, Gentil Martins apresentou-se ao serviço no dia 19. Ao fim de 3 semanas foi suspenso do seu serviço devido a problemas de coluna. Mas pouco depois todos do seu curso que

⁴³ A visão de família do Dr. Gentil Martins não se fica, no entanto, apenas pela prática pessoal. Defensor da criança, e da própria instituição “família” (em defesas públicas que lhe possam até ter causado alguns inconvenientes). Esta defesa é espelhada também numa das relações sociais que estabelece, por exemplo, com o Comité “Ano Internacional da Família”(D. Duarte de Bragança, 2004).

⁴⁴ Relativamente aos condes de Valenças, também conseguimos confirmar e complementar algumas destas informações na obra *Nobreza de Portugal* (Zuquete, 1984). Verdade seja dita que todas as conquistas e méritos desta família mereceriam a sua própria obra. Recomendamos aos mais curiosos a leitura destes documentos.

tinham sido convocados nesse ano foram também dispensados; houve um lapso de antecipação da chamada.⁴⁵

Maria Guilhermina não era, no entanto, apenas uma distinta esposa e mãe. Através dos seus talentos artísticos e sentido estético, vai ajudando Gentil Martins a compor os seus trabalhos científicos, apresentações (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 134), logótipos e emblemas para organizações e associações (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 135). Nomeadamente os vários diplomas da Ordem dos Médicos e o emblema da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Plástica⁴⁶ (da qual Gentil Martins foi um dos fundadores).

De facto, perante uma relação destas, o que custa ao Dr. Gentil Martins é ter estado tão concentrado em trabalho, luta política, vida associativa e outras ocupações que o afastaram durante algum tempo do seio familiar. Fala dos 10 anos na Ordem dos Médicos como uma barreira, e arrepende-se de não ter apoiado mais a esposa na criação dos filhos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 136). No fundo, o que o afastou mais foi a realidade e a ação política, sobre a qual nos diz, pelo desgaste e cansaço: “Durante 10 anos foi como se tivesse desaparecido” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 137). Hoje, custa-lhe a solidão e a perda da sua esposa (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 137).

⁴⁵ Por causa disso, escreveu-nos, num dos comentários à nossa biografia, brincando que a lua de mel foi passada em «Máfrica», um neologismo composto com África e Mafra, denotando também um pouco das condições desta viagem.

⁴⁶ Acerca deste emblema, podemos dizer que é particularmente belo para o nosso biografado, ou como ele o coloca, será um dos mais bonitos que já viu. Este comentário *en passant* veio também de uma das reações ao nosso estudo biográfico.

3.14 Inovações

Retornando aos seus duros labores, Gentil Martins apresenta também uma grande inovação em 1969, hoje amplamente praticada, de quimioterapia pré-operatória dos tumores do rim das crianças. Outra ideia também hoje usada, uma quimioterapia diferente prescrita em maior número de casos, a da remoção apenas das zonas com tumores dos rins, em vez de uma remoção completa do órgão. Este é um dos exemplos que demonstram que batalhou em algumas instâncias as ideias pré-concebidas destas instituições e protocolos internacionais (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 71). Esta não seria a única, tendo em conta que também contestou um protocolo internacional sobre o tratamento das lesões testiculares em doentes com leucemias linfoblásticas⁴⁷. Ironicamente estas posições difíceis acabaram também por lhe oferecer um acidental protagonismo, visto que terá tido cerca de 350 pedidos de publicações também graças a estas posições. Torna-se evidente que o gosto pelas novas visões e pela inovação não se esgota aí:

Sempre gostei muito de inovar e por isso idealizei várias técnicas que me têm dado grande satisfação, nomeadamente no caso das atresias vaginais e de hipospadias [...], plastias mamárias, reconstrução do umbigo, certas deformações cranianas, substituições de tumores dos ossos dos membros ou da face, e muitas outras tornando-se injustificado referenciá-las aqui na totalidade. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 94)

Talvez fique mal ao próprio referi-las a todas num livro de sua autoria, mas o nosso estudo seria incompleto se não as incluíssemos todas de forma mais pormenorizada apenas como listagem, incluindo as que já foram referenciadas:

Tratamento da Plagiocefalia. /Técnica para exenteração orbitaria. /Substituição total da pele da face num só tempo./Tratamento do Noma./Reconstrução mandibular com costela moldada./O tratamento do peito escavado pela técnica da "espetada"./Correcção de hipoplasia mamária, com retalho contra-lateral./Mamoplastia com retalho transversal (reposicionamento – Siamesas). /Modificação da Técnica de

⁴⁷ Esta informação é proveniente de um dos seus comentários ao nosso estudo biográfico.

Lima Basto para a gastrectomia total. /Esófago-coloplastia./A quimioterapia pré-operatória nos tumores de Wilms. /A nefrectomia parcial nos tumores de Wilms Unilaterais./Onfaloplastias./Tratamento do Mielomeningocelo-prevenção da medula fixada./Reconstrução primária total em [sic] extrofia vesical./Neo-bexiga rectal./Gluteoplastia para a incontinência fecal./Retalho muscular para reparação de fístula sagrada./Técnica modificada para excisão dos tumores pré-sagrados./Correcção funcional e Estética nos teratomas sacro-coccigeos./Abordagem sagital posterior para os rabdomiosarcoma vaginais./Vaginoplastia com os pequenos lábios./Separação de gémeos siameses onfalo-isquiópagos (técnica modificada)./O tratamento dos Hipospadias pela Técnica de Denis Browne modificada./O tratamento da megauretra com hipospádias/O tratamento do pénis sepulto e com fimose/O tratamento de estenose da uretra posterior com retalho prepucial./ O tratamento de amputação parcial do pénis./O tratamento das fimoses pela técnica do enxerto em malha./A operação do tripé nos sarcomas da porção inferior do fémur./ Tetrpartiçãõ do tendão de Aquiles após excisão muscular anterior./ Tratamento do encurvamento congénito da tibia” (A. G. Martins, 2020, pp. 13–14)

Em 1966, conseguiu criar um serviço de pediatria oncológica totalmente autónomo no IPO, e não apenas uma simples unidade como iniciara em 1960. Este esforço contava com a colaboração da irmã, Alice Gentil Martins, e da enfermeira Nilza Ralha. A ideia, emprestada dos novos conceitos preconizados por Isabella Forshall e Peter Rickham, seria tratar as crianças como crianças e não como meros pacientes, mas António Gentil Martins começava por tratá-los como pessoas. Isto implicava que os pacientes podiam trazer as suas roupas de casa, que fossem tratados pelos seus nomes e não pelos números das suas respetivas camas, que teriam acesso a uma dietista que lhes permitisse ter uma correta e agradável alimentação, e que pudessem manter o seu brinquedo favorito. Tendo em conta que o IPO estava ligado à Liga Contra o Cancro e tendo os meios, podia haver melhores condições de voluntariado (que António Gentil Martins classificou como “excelentes”, esforço ao qual depois se juntou o voluntariado da Associação *Acreditar*). Havia

também assistência psicológica para as crianças e reuniões semanais de médicos, enfermeiros, e assistente social com os pais (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 72).

Já no seu trabalho paralelo no Hospital D. Estefânia, as preocupações e realidades eram diferentes: “[...] sempre foi mais difícil avançar com ideias novas”, como o próprio admite (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 73). Após 1974 foi eleito presidente da Assembleia Geral de Trabalhadores e delegado sindical. Conseguiu «salvar» de serem “saneados” dois diretores de serviço conhecidos⁴⁸. Lutou por várias causas enquanto lá esteve, desde apoio psicológico para os doentes até à necessidade de apoio de estomatologia. A Assembleia Geral foi inclusive incumbida pelo Conselho de Administração de elaborar um plano de segurança do Hospital, que depois acabou por nunca ser usado ou posto em prática. Tentou também, na altura, fazer uma sala de recobro cirúrgico e promover a ideia da “cirurgia minimamente invasiva e o desenvolvimento da cirurgia do ambulatório.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 73). Foi, entretanto, e com o apoio do diretor do serviço 4, o Dr. Luciano de Carvalho, possível desenvolver uma unidade de cuidados intensivos para a cirurgia neonatal e outra unidade de queimados. Na unidade neonatal, refere, “fomos pioneiros na ventilação pós-operatória nas atresias do esófago, com um então ainda rudimentar aparelho, o Bird Mark 4” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 73). Como Diretor do Departamento de Cirurgia, tentou ficar com a responsabilidade sobre as suas urgências, mas a administração preferiu que ficasse antes a cargo da pediatria médica (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 73).

Nunca houve a hipótese no Hospital D. Estefânia, enquanto lá esteve, que os pais pudessem ter a presença que o Doutor desejava, acompanhando as crianças em todos os momentos se possível. Esta presença seria nomeadamente já no bloco operatório e no início da anestesia até aos pacientes adormecerem com a anestesia hospitalar. No entanto, isto foi sempre prática comum no seu

⁴⁸ Sobre os «saneamentos», vale a pena recordar aos leitores mais jovens, ou desconhecedores do fenómeno, estes foram prática comum na instauração da 3ª República portuguesa. A prática não se ficou pelo Hospital D. Estefânia, Gostaríamos de recordar talvez o mais notório exemplo de vários alunos da Faculdade de Direito de Lisboa, pedindo por “execução pública dos responsáveis pelo fascismo” (Mello, 2013, p. 386), que após o 25 de Abril conseguiram sanear vários Doutores e licenciados que não se alinhavam com o novo regime (uma listagem completa destes saneamentos encontra-se em Mello (2013, pp. 396–416). Talvez com estes exemplos possamos aprender algo com a história, ou pelo menos esperar que o regime seguinte seja mais caridoso com alguns dos nossos grandes intelectuais e profissionais.

consultório privado e no IPO com os seus doentes, recordando-nos a visão panorâmica e futurista do seu avô⁴⁹ (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 74).

⁴⁹ Lembra-nos Gentil Martins da citação de Fernando Namora sobre Francisco Gentil.

3.15 O despertar político e o 29 de abril

Sobre a sua ação política, Gentil Martins foi, e continua a ser, uma figura que gerou alguma discussão, mas que ainda assim, ou talvez até por isso, é incontornável na História contemporânea do nosso país. Sempre se considerou apartidário, sempre valorizou a sua independência e a das instituições⁵⁰, e adiciona que, durante o Estado Novo, viveu “alheado da política” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 107). Gentil Martins estava, acima de tudo, preocupado em ser um bom médico, mas com o 25 de Abril de 1974 sentiu a necessidade de agir:

se não fossem as perturbações do Pós-25 de Abril, também na Medicina, nunca me teria metido na Ordem. Exigiu de mim uma actividade pública e política que, se me trouxe alguma satisfação, também me trouxe muitos dissabores [...]”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 108).

Estes “dissabores” faziam-se notar na vida pessoal/familiar, durante 10 anos de luta política, mas até no tratamento dos doentes nos seus eventuais atrasos. De facto, para a personalidade e o carácter de Gentil Martins, que leva o juramento de Hipócrates quase ao nível do sagrado, estas conjugações deverão ter sido muito complicadas.

Mas é, por outro lado, inegável que as posições de Gentil Martins ganham um carácter altamente político independentemente das suas considerações acerca da sua ação política e independência, lembrando a leitura «Schmittiana» que, perante a modernização das sociedades, a política torna-se total (o que tanto pode tanto ser lido como direcionada a um totalitarismo, ou também como o tudo «tornar-se político», isto é, tudo fazer parte do escopo da decisão política especialmente quando todos decidimos sobre ela (Schmitt, 2020)). A própria tomada de posições num contexto privado, ou seja, prévio à ação pública, tem a sua natureza política, e, portanto, poderá não ser absolutamente correto dizer-se que qualquer tipo de potencial agente perante a coisa pública, a sua administração, melhoria e modificação, seja distante do «político». É-nos de certa forma algo evidente que a própria criação, mundivisão e conseqüente fundamento moral de António Gentil Martins é católica, como dito ao longo deste trabalho em várias instâncias. Há uma complexa relação entre o catolicismo e o regime do Estado Novo, tanto no seu apoio, como nas suas

⁵⁰ Sobre esta matéria, aconselhamos a leitura do Apêndice C.

oposições de vários quadrantes políticos (Santos, 2014), evidenciando uma pluralidade de pensamento dentro do mundo religioso, mas também a complexidade dos laços políticos e das ideologias que alicerçam as nossas formas de pensar e ver. Talvez estas realidades estejam demasiado próximas para serem vistas pelos próprios agentes, algo que merece o benefício da dúvida, mas que não devem estar sujeitos à miopia dos investigadores. Podemos arriscar e talvez afirmar que, neste sentido, António Gentil Martins é representativo de um segmento da sociedade católica portuguesa, que apesar de neste caso representar uma tendência algo liberal (que não é de todo obrigatória, como se pode ver tanto nas teorizações integralistas e iliberais (Lloyd-Jones, 2003) derivadas da *Action Française*, de Maurras (Maurras, 1913; Sutton, 2002; mas também o seu contraditório Prévotat & Mayeur, 2002) como distributivistas de Belloc e Chesterton (Mathews, 2010; Todd, 1949), ou até do outro lado da «barricada» política nas visões da teologia da libertação e catolicismo de esquerda mais e menos radical do pós-guerra (Horn & Gerard, 2001)) pode também, por vezes, opor-se a propostas revolucionárias, vendo a maior narrativa acerca do 25 de Abril de 1974 com alguma desconfiança. Basta lembrar a grande influência do padre Abel Varzim, como já mencionado anteriormente, para termos em conta que toda uma escola do catolicismo “social” do pós-guerra (Santos, 2014, pp. 312–313) possa ter influenciado grandemente o ponto de vista de António Gentil Martins. A lembrar que Abel Varzim, próximo de visões de uma defesa do operariado católico, é também, a dada altura, um defensor do corporativismo Salazarista como o caminho para a justiça social, teve até uma incursão como membro da União Nacional. A partir de 1948, dá-se o seu «corte» com o regime e sistema político vigente, tornando-se uma voz crítica (Cerejo, 2000).

Nos dias que se seguiram à Revolução dos Cravos, é muito evidente que sentia uma grande tensão e receio pela família⁵¹. Convocou-se nessa altura uma assembleia no dia 29 de abril, no Hospital D. Estefânia, assembleia essa que não tinha grandes simpatias pelo Dr. Gentil Martins:

[...] uma assembleia selvagem [...] para a qual foram convidados só os amigos, o que eu não era propriamente, até por ser católico e de um anticomunismo convicto. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 109).

⁵¹ Vejam-se as suas considerações sobre essa mesma altura em A. G. Martins e Reis (2015, p. 108).

Nesta reunião, decide-se que a Ordem dos Médicos era para se extinguir, tendo em conta o seu carácter, que os revolucionários rotularam de “fascista” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 109).

Gentil Martins passa a encabeçar a oposição a estas ideias do “29 de Abril”. Como o arquétipo de um Rei relutante, torna-se o acidental líder daquilo que designa como os «ordenalistas». Na base destes debates estava uma determinada ideia do médico como trabalhador, e os seus consequentes direitos. A Ordem, por sua vez, não se via apenas a defender os direitos dos médicos, como também os dos doentes. Para Gentil Martins, haveria até um precedente teórico para esta ideia da Ordem no Decreto-Lei 29.171, de 24 de novembro de 1938 (Presidência do Conselho, 1938), o qual integrava o Sindicato dos Médicos na própria Ordem dos Médicos. Para os «ordenalistas», a Ordem teria ambas as funções.

Por estes conflitos essencialmente ideológicos, houve, durante um ano e meio, uma luta entre os sindicalistas e essa oposição (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 110). Deu-se o assalto à Ordem, a minoria dos sindicalistas (5,3% dos médicos) conseguiu durante algum tempo ocupar a Ordem e “derrubá-la”, mas a situação foi revertida em 1976. Tudo isto após um projeto de tratado sindical liderado por António Gentil Martins, e que previa a realização de um plebiscito que permitiria aos médicos decidirem se queriam uma Ordem com representação sindical ou não. Falamos de uma Assembleia que segundo, António Gentil Martins, se dividiu em 800 contra 200, na qual um «homem de pistola» surge. Uma pessoa conectada aos médicos revolucionários e que é figura pública hoje, declarando estar armado, acaba por ter umas afirmações infelizes e inclusive ameaçadoras (como nos diz António Gentil Martins, mas também outras testemunhas que lá estavam nessa noite)⁵². É dito a António Gentil Martins que este iria destruir tudo o que lhes tinha sido tão difícil conquistar (Veja-se Apêndice B). Sobre esta figura, é-nos dito que passa a ter uma posição de relevo e prestígio em anos recentes, tendo alcançado pelo menos um lugar de grande importância em dois diferentes governos e de «cores diferentes», mas, diga-se, de passagem, como dizer que não a um homem com uma arma? Se ainda empregar os mesmos métodos achamos muito difícil julgar os nossos decisores. Sobre estas tendências mais violentas perante as quebras dos regimes, não há revoluções sem os seus excessos, e mesmo tomando as ações das pessoas,

⁵² Apontamos também para o relato de Fernando Pádua deste mesmo episódio, que apresentaremos no capítulo “Independência, debate e soluções”. Este Relato confirma o ocorrido a partir de um outro testemunho. Por este motivo, não temos dúvida da veracidade do episódio.

entusiasmadas pela radical dinâmica política da multidão⁵³, em boa-fé, é de facto algo bizarro confrontarmo-nos com esta realidade basilar da política, cuja raiz é a violência e a sua ameaça. Como refere o pensador da soberania e conhecido contrarrevolucionário Joseph de Maistre:

Observou-se com muita razão que é a Revolução francesa que conduz os homens, mais do que os homens a conduzem a ela. Esta observação é da maior justiça e [...] aplicável a todas as grandes revoluções [...]
(Maistre, 2010, p. 93)

Todas as trocas de poder, no caso da representação dos médicos se fazem a partir de tomadas de Assembleias Gerais na sede da Reitoria da Universidade de Lisboa. Da mesma forma que os sindicalistas tomaram o poder, os «ordenalistas» replicaram, no dia 7 de fevereiro, fazendo com que Gentil Martins presidisse a Assembleia Geral do Sindicato Médico, e tendo uma maioria na Assembleia de mais de dois terços (800/200, como mencionado anteriormente)⁵⁴ (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 111).

⁵³ Sobre a questão da psicologia de multidões, sentimo-nos obrigados a recomendar a impressionante obra de Gustave le Bon recentemente traduzida e publicada em Portugal (Le Bon, 2020).

⁵⁴ Para uma descrição do próprio sobre como retomou o poder sobre a Ordem, veja-se Martins e Reis (2015, p. 112). Para além dessa leitura, apontamos também para as suas considerações ao longo das nossas entrevistas nos Apêndices A, B e C.

3.16 Do Caos à Ordem

A Partir de 1977 e até ao ano de 1986, liderou a Ordem dos Médicos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 170). É, talvez, importante demonstrar como, ao contrário de algumas outras figuras públicas, que aplicam rapidamente o seu desejo da parentalidade a um determinado órgão do Estado ou instituição, António Gentil Martins demonstra uma grande humildade no seu percurso na Ordem dos Médicos e na sua transformação. Quando é questionado se se sente o pai da Ordem dos médicos, temos uma sóbria leitura dos acontecimentos:

Não, não me sinto o ‘pai’. Sinto-me uma pessoa extremamente importante [na história da Ordem], mas se não tivesse tido um grupo a comungar das mesmas ideias, nunca tinha feito nada. A Ordem não é um trabalho individual, a Ordem é um trabalho de grupo muito grande. Tem é de ter uma mística, um ideal. (A. G. Martins, personal communication, June 2000, pp. 24–25)⁵⁵

Ao tomar a liderança da Ordem, foi confrontado com “[...] liberdades excessivas e a evidente demagogia pós-revolução[...].” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 112) referindo-se às forças revolucionárias. Os estatutos já pouco significavam, nem era necessário concluir o curso, segundo o próprio, uma vez que para ser médico bastavam umas assinaturas (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 113).

A Ordem dos Médicos passou a fazer representação sindical para os médicos, mas esta participação não era obrigatória, visto que Gentil Martins consistentemente defendeu que os médicos podiam juntar-se aos sindicatos que quisessem, e se assim o desejassem. Não se deu, no entanto, reconhecimento político da Ordem apesar da esmagadora maioria de apoio dos médicos. Passou a haver conflitos entre a Ordem dos Médicos e o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), sem falar já da incompatibilidade com a FNAM que abordaremos também neste trabalho. Gentil

⁵⁵ Queremos sublinhar a utilização das expressões nesta citação para propor uma visão algo antiga e *quasi* religiosa da medicina ou do trabalho do curandeiro. O leitor que repare, para além da muita evidente “mística”, na mais subtil expressão “comungar”. Não acreditamos que António Gentil Martins tenha necessariamente uma experiência esotérica do que é o trabalho de curar, mas não deixamos de reparar na curiosa utilização de algumas expressões.

Martins chega a integrar o SIM (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 113), até porque «no papel» não havia nada na sua primeira ata documentada que fosse contrário aos seus princípios:

A comissão pró-sindical assim constituída [recordamos ao leitor que em 1976 esta era uma assembleia sindical] para os efeitos já designados terá como objectivos:

1º Lançar as bases de um sidicato [sic] médico fiel aos princípios do sindicalismo democrático.

2º Preparar um anteprojecto de estatutos.

3º Promover a assembleia constituinte do Sindicato.

4º Defender desde já os legítimos interesses dos médicos com escrupuloso respeito das normas deontológicas da classe.

5º Rejeitar todas as formas de organização sindical que procurem manipular, com objectivos politico-partidários, a classe médica. (Acta n.º 1 da Comissão Pró-Sindical Do Sindicato Independente dos Médicos, 1979)

Mais tarde, diz-nos que se afasta quando esse sindicato ataca a Ordem (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 113). Uma das questões que lhe colocámos, quando tivemos essa oportunidade, teria que ver com os motivos dessa divergência. António Gentil Martins esclareceu-nos que, no fundo, teria de integrar no sindicato para conseguir retomar a Ordem (Anexo A).

Já estabelecido na Ordem, António Gentil Martins participou ativamente no debate para a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) até 1979, até porque estava incluído nos novos Estatutos da Ordem a defesa de um SNS: “só que, para a Ordem, seria um modelo diferente e no qual existisse liberdade de escolha, quer do médico quer da instituição, o que o modelo actual não permite.”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 114). Para Gentil Martins, o plano de António Arnaut “era obviamente irrealista e mesmo demagógico”(A. G. Martins & Reis, 2015, p. 116). A Ordem propôs um modelo alternativo e imprimiu 100 mil exemplares de um “pequeno livro”, que demonstrava que o mesmo seria um modelo que se basearia mais na liberdade de escolha do paciente e de base contractual,

que se assemelharia, até certo ponto, à ADSE, através de um financiamento de um seguro nacional de saúde obrigatório (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 117). Este seguro seria pago enquanto a pessoa estaria ainda saudável, e que fosse de certa forma proporcional aos seus rendimentos, para poder depois beneficiar quando fosse afligido por alguma doença. Sabemos, no entanto, que este modelo como SNS não chegou a ser aplicado. Conseguimos ter acesso a uma cópia desta edição de 32 páginas, intitulada *Um Sistema Nacional de Saúde*, que, para além das várias explicações, contém também desenhos e caricaturas de Augusto Cid. É de facto um exemplo notável da explicitação do modelo proposto, colocando em conflito o que é uma noção de medicina estatal e outra de medicina convencionada. Infelizmente, não temos grande forma de a datar, para além de referências ao ano de 1981, não se tratando de uma publicação convencional de livro, mas sim um esforço mais próximo de um folheto/panfleto didático (Ordem dos Médicos, n.d.).

Já depois da instituição do SNS, o país (e António Gentil Martins) passou a ter outro problema em mãos, o do estatuto trabalhador do médico. Estes eram os únicos profissionais do Estado que ainda não tinham um acordo coletivo de trabalho, nem tinham por isso nenhuma garantia de emprego. Teoricamente, qualquer médico poderia ser afastado do seu cargo a qualquer momento (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 121). Por estes motivos, dá-se uma grande greve em 1979, que Gentil Martins descreve como uma “greve ética” dos médicos, não cancelando nenhuma intervenção médica urgente, de forma a que os direitos dos trabalhadores não suplantassem os direitos dos doentes (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 122).⁵⁶

Durante a greve, Gentil Martins recebeu ameaças de morte e por isso foi-lhe oferecida proteção pelo Presidente da República General Ramalho Eanes, agradecida, mas recusada, como também foi a oferta de abrigo para sua mulher e filhos por Julio Monereo, amigo e cirurgião pediatra madrileno, pelo qual ainda hoje está grato (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 123).

Aparentemente, a greve estava próxima do seu fim sem que se atendesse às exigências dos profissionais, sendo que os médicos mais jovens já enfraqueciam a sua posição por falta de salários. Lembramos que os dois principais sindicatos adversos à Ordem, o SIM e a FNAM (esta última aparentemente composta, segundo António Gentil Martins, pelas mesmas pessoas) estariam a boicotar a greve convocada pela Ordem (Apêndice A). Até que se deu uma proibição,

⁵⁶ Graças ao trabalho dos arquivos da RTP, temos acesso ao comunicado do governo em reação a esta greve na figura de Alfredo Bruto da Costa, na altura ministro dos Assuntos Sociais (RTP 1, 1979).

potencialmente muito mal pensada do Secretário de Estado da Saúde, da entrada nos Hospitais de todos os médicos que fizessem greve, o que causou uma situação de emergência tal que, no dia seguinte, num domingo, o Governo aprova à pressa o Estatuto do Médico (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 122). Vejamos as suas palavras, de forma a melhor avaliar uma crítica a uma exposição que tinha utilizado algumas frases que considerou historicamente incorretas:

Situação inédita, o Governo reuniu, de urgência, num domingo de manhã, para aprovar o Estatuto, já que no sábado anterior o Secretário de Estado da Saúde, Mário Marques (abençoado, pois assim salvou uma greve que durava há cerca de 3 semanas e já em vias de rotura!), proibira os Médicos em greve de entrar nos Hospitais (o que levou o Hospital de S. João a ficar apenas com 7 médicos e dirigido por um Estomatologista!), sendo totalmente falsa e claramente irresponsável e mesmo difamatória a indicação, na imprensa, referida pela CGTP, de que os dirigentes da Ordem se preparavam para fazer greve às urgências! (A. G. Martins, 2014, p. 6)

Como um aparte, podemos talvez considerar que este solitário estomatologista com certeza terá estado mais do lado de uma tendência revolucionária do que reformista! Continuando, de forma também a ver as declarações dos seus correligionários da Ordem que se transcreveram:

Greve esta sobre a qual a “Exposição agora existente na SRS do OM [Secção Regional do Sul da Ordem dos Médicos] demonstra bem a forma de pensar, de estar e de agir dos seus organizadores ao reproduzir textos que a referem como: “Greve descabida e inoportuna por não ter em vista os reais interesses da esmagadora maioria! ...” “greve desencadeada e comandada por conhecidos políticos reacionários ligados ao CDS e PPD e ao MRI”...”O Projecto do Estatuto do Médico serviria de cobertura política a projectos reacionários e revanchistas”...”corresponde aos objectivos antidemocráticos, antipatrióticos e antipopulares dos grupos políticos que apoiam e estimulam os dirigentes da Ordem” [...] Refere também o texto que pode ser lido na Exposição organizada pela SRS da OM... “Ainda antes de Gentil Martins ter mandado os seus seguidores

regressar ao trabalho”, os Sindicatos procuravam negociar com o Governo... Frase completamente gratuita, pois obviamente os médicos regressaram ao trabalho normal, quando a greve acabou (e não por ordem [...]) do presidente da Ordem). (A. G. Martins, 2014, p. 6)

Relativamente a outras conquistas da Ordem, organizou, com o Bastonário da Ordem dos Advogados, o Conselho Nacional das Profissões Liberais, a que associou também a Ordem dos Enfermeiros e outras entidades, e criou o GIPE (reunião dos presidentes das Ordens da Grécia, Itália, Portugal e Espanha) (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 123). A lembrar ainda que em três das quatro eleições para a Ordem teve amplas maiorias até à final onde foi derrotado (na primeira, 81,32%; na segunda, 84,19%; e na terceira, 77,7%). A sua derrota na quarta eleição a que se candidatara deveu-se, na sua opinião, a uma situação política impulsionada pela então ministra da Saúde, Leonor Beza⁵⁷.

Será necessário explicar, no entanto, que o governo se recusava a receber a Ordem, uma situação que também não foi resolvida com o seu sucessor, Dr. Machado Macedo, que para além do mais não considerava que fizesse parte das funções da Ordem a representação sindical. Interessante, talvez, será ver como este candidato e vencedor da quarta eleição teria promovido e apoiado inicialmente a candidatura do próprio António Gentil Martins. Para além disso há a contenda com o horário da candidatura de Machado Macedo no próprio dia em que acaba o prazo, feita depois do encerramento oficial da portaria, tão tardiamente como às 11 da noite, numa altura em que ainda não havia propriamente procedimentos virtuais e automatizados. (Apêndice A)

Há aqui, quiçá, uma jogada «de bastidores», que nos ultrapassou a uma primeira leitura. Teria havido, a certa altura, um desentendimento entre António Gentil Martins e aquele que seria o seu braço direito, Dr. Costa e Sousa. Fernando José Costa e Sousa tinha tido uma relevante carreira no mundo do associativismo médico em Portugal. Nascido em 1934, licenciou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa em 1959, tendo-se especializado em Cirurgia Geral. Fundou, em 1967, o Hospital Particular de Lisboa, do qual foi Presidente do Conselho da Administração. Tornou-se, mais tarde, Secretário de Estado da Saúde do VI Governo Constitucional (Silveira,

⁵⁷ Para uma descrição e análise do próprio sobre as circunstâncias relativas à da sua derrota, aconselhamos a leitura de Martins e Reis (2015, pp. 124-126), mas também a exploração desta ideia no nosso Apêndice A.

2013, p. 107), segundo nos conta António Gentil Martins, esta posição deveu-se à sua sugestão ao então Ministro dos Assuntos Sociais e da Saúde. Por fim, resta-nos dizer que inaugurou, em 1991, as novas instalações da Ordem dos Médicos com Machado Macedo (Ordem dos Médicos, 2023). A sua figura é aqui contextualizada com um motivo, sendo relevante para a sua relação com António Gentil Martins e com a Ordem dos Médicos.

Pois bem, Costa e Sousa, que na altura era presidente da Secção Regional do Sul (que se tivermos em conta que é a maior e possivelmente que exercerá maior influência na Ordem, é algo que deve ser tomado em consideração) apoia o seu opositor, Machado Macedo. Questionámos António Gentil Martins acerca deste corte de relações entre ambos ao fim de uma colaboração pessoal e ao nível de ideias de oito anos e meio, algo que foi particularmente esclarecedor. Diz-nos António Gentil Martins que uma vez, perante um público de jovens médicos, Costa e Sousa dá um discurso contrário ao que teria sido acordado entre estas duas partes. Quando se tenta aferir o que sucedeu, António Gentil Martins é confrontado com a realidade fria e política, aproximada ao Maquiavelismo, a justificação é hedionda para o seu carácter: ele apenas tinha dito “o que eles queriam ouvir e não o que iríamos fazer.” (Apêndice A). A partir deste momento, António Gentil Martins quebra completamente esse laço, não querendo mais integrá-lo em nenhuma equipa no futuro, isto porque nos diria que seria suportável, no fundo, perder por impopularidade e não ser reeleito, mas nunca pelo facto de estar a mentir àqueles que representava. Diz-nos António Gentil Martins que, de facto, o seu antigo companheiro era um político, e tão naturalmente nesse papel chegou a Secretário de Estado da Saúde, algo que na altura seria o equivalente a Ministro, mas como nos recorda António Gentil Martins, esta posição tinha-lhe sido recusada por ele primeiro. Mas este afastamento tem ainda a intriga de uma carta pública na altura da final eleição por parte de Costa e Sousa, documento esse elogioso, pois talvez soubesse que se fosse um apoio mais direto do outro lado e combativo a António Gentil Martins pudesse talvez angariar polémica e inimizades. Nesta carta sugeria que seria necessário um novo bastonário que conseguisse ultrapassar esta incompatibilidade e incomunicabilidade com Leonor Beleza (Apêndice A). Numa conversa posterior à entrevista tentámos aferir qual o motivo desta incompatibilidade com a Ministra. António Gentil Martins garantiu-nos que não se tratava de questões pessoais, mas sim políticas. A única explicação seria a sua discordância com o Sistema que a Ordem defendia, e que para mais se tratava da própria forma da Ministra Leonor Beleza que seria (citando diretamente desta conversa) “totalmente autoritária”.

Ainda assim, Gentil Martins concorreu quixotescamente: “apenas por princípio, embora consciente que iria perder, como de facto aconteceu: com os dois sindicatos, duas secções regionais e o Governo contra mim, seria sempre uma luta desigual!” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 127). E a campanha talvez se deva a um espírito independente, e uma rigidez absoluta pela defesa do que se acha correto, lembramo-nos dos valores transmitidos pela sua mãe: “Fi-lo porque, até ao fim, defendi (e ainda defendo...) que quando acreditamos que as coisas estão mal devemos sempre tentar dar-lhes a volta.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 128).

Entre as várias coisas que se orgulha dos seus mandatos foram: o reinício dos Congressos Nacionais de Medicina, a realização anual do juramento de Hipócrates aos estudantes de Medicina e a ligação e quase “apadrinhamento” da Ordem à Assistência Médica Internacional (AMI)⁵⁸ e ao seu presidente Fernando Nobre (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 129).

⁵⁸ Tendo por sua vez também recebido um Diploma de Honra da mesma instituição (Nobre, 1993).

3.17 Raízes Antigas e Hipócrates

Explorámos num subcapítulo anterior a ideia da influência de um pensamento católico na forma de agir de Gentil Martins, mas bem antes do Cristo (e de uma visão cristã da mesma) já havia Medicina, como sabemos. Uma outra figura da História, mais antiga, se evidencia no pensamento de Gentil Martins. Falamos, portanto, naquele que é o pai da Medicina Ocidental, Hipócrates, autor do *Corpus Hippocraticum*. Vimos frequentemente em Gentil Martins expressões de reflexão, afeto e admiração pela figura e pensamento hipocráticos, algo que passa pelo combate contra a ideia da Medicina como uma mera forma de gerar riqueza, evidenciando o valor intemporal do juramento de Hipócrates: “A ideia de que a Medicina «não é um negócio como outro qualquer» faz parte da história da profissão, também desde o juramento de Hipócrates, embora alguns gestores não o compreendam.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 114).

Mas o pensamento não é vazio e desprovido de prática, mesmo perante a inflexibilidade das estruturas administrativas, enfrentando o limite da lei. Quando explicou porque estabeleceu várias tabelas de preços na Ordem dos Médicos, que depois foi multada pela Entidade Reguladora de Saúde por violar leis de concorrência, até a sua motivação é próxima e coerente:

[...] que os doentes pagassem dentro dos limites estabelecidos para os vários actos médicos [...] com valores mínimos e máximos [...] Para um mesmo procedimento (uma consulta, retirar o apêndice, operar o coração, etc.) haveria cinco níveis de pagamento, a eleger de acordo com a capacidade financeira dos doentes. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 129)

A notar que esta fixação implica não um, mas vários preços, para um plano que fosse justo também para os doentes com menos meios, que não tivessem de ser sujeitos ao valor “real” e, conseqüentemente, mais elevado do trabalho do médico. Neste caso, a fixação cumpriria quase o motivo oposto do que seria o comum de uma fixação de honorários – o excluir daqueles que não teriam o dinheiro para pagar o serviço.

Podemos ver esta ideia contrária à fixação de honorário por motivos exclusivistas, para além do conhecido juramento, no texto de *Preceitos no Corpus Hippocraticum*:

Não é preciso, portanto, cuidar da fixação dos honorários, pois consideramos sem utilidade tal preocupação para quem está atormentado, principalmente em caso de doença aguda. Ela não estimula o bom médico a buscar o que é vantajoso: adquirir mais reputação. É melhor, portanto, censurar quem está salvo do que extorquir dinheiro dos que estão em perigo de morte. (Cairus & Júnior, 2005, p. 212)

Esta prática por parte de Gentil Martins é também confirmada numa carta de uma antiga paciente, não datada, mas muito esclarecedora:

Quando fomos pedir contas (por aquilo que não tem preço) [referindo-se ao tratamento recebido], o Senhor Professor falou-nos desta forma:

- Por estas operações eu costumo dizer às pessoas que entre 10 a... 20, 30, 40, 50...? Contos as pessoas dão o que puderem. Nunca ouvi, ou alguém me disse ter ouvido coisa igual!... (M. Pontes, personal communication, n.d.)

Esta mesma realidade é corroborada por Liseta Alves, mãe de dois pacientes, que admite que apesar de terem sido atendidos numa clínica privada, Gentil Martins “[...] nem se preocupou saber se tínhamos dinheiro para pagar, porque o que estava em primeiro lugar era salvar-lhe a vida [a um dos seus filhos].” (L. Alves, personal communication, March 5, 2015).

Há também o testemunho de Raquel Reis, que indica na sua visão dos honorários até uma espécie de «sistema de honra», na qual as pessoas poderiam elas próprias definir pagamentos: “[...] na hora de apresentar os honorários de uma tão importante cirurgia, deu a escolher entre 3 valores para que os meus pais decidissem aquele que estaria de acordo com as suas posses.” (R. Reis, personal communication, March 24, 2015). Para além destes três relatos, existem outros vários a confirmar, no fundo, a primazia do tratamento sobre os meios económicos, os limites da classe e as barreiras sociais.

Esta visão hipocrática conectar-se-á também a uma visão mais clássica do tratamento do Outro no qual tanto o domínio da técnica como da tecnologia constituem muito menor importância do que

o próprio ato de tratar: “Há que ultrapassar o deslumbramento com os progressos da ciência e da tecnologia [...] para nos concentrarmos no diálogo com o doente.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 80). Estamos perante uma visão perene e humanista da Medicina. Esta sublinha a importância da humanização dos cuidados, não só no imaginário de Gentil Martins, mas também no efetivo campo da medicina, não necessariamente como um fenómeno moderno, mas sim como uma realidade antiga, que já fazia parte da deontologia dos médicos (Martins & Reis, 2015, p. 77). Esta crítica estende-se também à problematização da própria figura do médico, como se depreende das suas entrevistas públicas:

[Entrevistador] Continua a defender que os clínicos que fazem abortos “são licenciados em Medicina”, e não são médicos?

[António Gentil Martins] Faço uma distinção clara entre o ser licenciado em Medicina e o ser médico. O médico tem uma ética própria. E quem não a for capaz de respeitar, não é médico [...] um médico é uma pessoa que respeita a vida humana. (A. G. Martins, personal communication, abril 2008, p. 14)

Quando se tornou bastonário da Ordem dos Médicos, como mencionado no fim do anterior capítulo, voltou a realizar o juramento de Hipócrates todos os anos pelos novos licenciados, demonstrando aos jovens médicos a importância de um juramento deste género (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 129). Juramento esse que defendeu publicamente várias vezes ao longo da sua vida, inclusive tão recentemente como em 2017 numa entrevista *online* no Observador: “A eutanásia é condenada há 2.500 anos pela ética médica, desde Hipócrates. E todos os médicos, quando acabam o curso, fazem o juramento de Hipócrates, em que dizem que o doente é a sua primeira preocupação e que nunca matarão”(Martins, 2017).

Nem o fenómeno popular e frequentemente frívolo do debate televisivo escapa à defesa cuidada do médico de Cós, como nos é dito no relato de Madalena Simas: “Num programa de televisão “Prós e Contras” em que estava na primeira fila da plateia ao ser questionado pela Jornalista Fátima Campos Ferreira levantou-se e mostrou o seu juramento de Hipócrates emoldurado, leu excertos [...]” (M. Simas, personal communication, February 20, 2015)

Esta posição acerca da complexa questão da eutanásia não é recente. Através das suas memórias e considerações sobre o dever do médico para com a Vida, defende que a prática da eutanásia transforma-se numa completa impossibilidade para o médico: “Choca-me não pela liberdade de os doentes o pedirem, mas por ir contra tudo aquilo que é o dever ético do médico [...] é dever do médico (e desde Hipócrates [...] ajudar os doentes.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 96). É nesta base que se opõe não só à morte dos pacientes que a desejam, mas também ao aborto. De notar que esta posição não parte de uma visão cristã da Vida (pelo menos nas suas posições públicas), mas de uma posição informada pela ética Hipocrática. Mais do que uma posição perante o elemento sacral da Vida, esta é uma posição quase perante a sacralidade de Hipócrates.

Esta constância filosófica ao longo da sua carreira estendeu-se até ao comentário dos candidatos para bastonário da Ordem dos Médicos, eleição essa que tivemos a sorte de acompanhar quase «em direto» no período das nossas entrevistas, tal era a sincronicidade. Apresentaremos apenas umas poucas considerações, mas recomendamos a leitura dos Apêndices a este trabalho para um entendimento mais holístico:

T: Queria perguntar acerca disso também, porque parece que um candidato estava muito inclinado para essa visão de uma liberdade individual de poder ser «eutanskiado», e outro com uma visão quase popular, de querer entender o que os médicos acham e depois é que se decidiria, não é?

AGM: Qualquer dos dois não me satisfaz. O que eu pus no meu comentário foi que nenhum deles me satisfaz. Eu devo dizer que o meu voto foi no Carlos Cortes, o de Coimbra, que aliás, vai à frente e ganha de certeza. Estou convencido que ganha, a diferença são dois mil e tal votos. Eu estou convencido que o Carlos Cortes ganha, mas não me satisfaz que ele diga que é a consciência individual de cada pessoa, embora afirme que pessoalmente nunca a praticaria. Não é, a partir do momento que eu jurei a Hipócrates. Ou então o juramento não tem valor, para que é que serve? O que é um juramento? É aquilo que já lhe disse no outro dia, qual é a palavra que você não ouve há muito tempo? A palavra chama-se “honra”. Eles fizeram um juramento. Se o fizer, sou obrigado a cumprir o que o juramento implica. Ora, o juramento de

Hipócrates não aceita a eutanásia, então, como é que vão pôr a eutanásia à consciência individual? Se não tivessem feito o juramento de Hipócrates, que agora é obrigatório... também fui eu que o tornei obrigatório a partir do 25 de Abril [risos]. Tinha acabado, já não havia juramento de Hipócrates. Eu repus o juramento de Hipócrates porque entendo que ser médico é diferente. Não é melhor nem pior, mas é diferente, ou tem de ser diferente.

T: Envolve um código deontológico mais sólido?

AGM: Tem de ser especial, quer dizer, eu não quero dizer que toda a gente pense da mesma maneira, mas há coisas que são especiais. O médico tem de viver para tratar os doentes, não é para ter um emprego. Se o médico só quer ter um emprego, não serve. [...] (Apêndice C)

Somos confrontados, nas suas considerações sobre estes assuntos, também com o problema da semântica no *Código Deontológico* e a alteração do termo «aborto» para eufemismos. A ideia de Gentil Martins é a de que esta transformação semântica tentaria afastar responsabilidades dos médicos do juramento de Hipócrates (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 98), algo que notoriamente gera um grande desapontamento a este lutador pela Vida e pelos doentes. O leitor talvez mais versado no pensamento contemporâneo poderá recordar-se das *Política de Verdade*, de Michel Foucault. De facto, discurso constitui poder, mas poder também constitui discurso (Foucault, 2007), e é o que poderá estar presente nesta situação – a força política e ideológica a formular o enquadramento mental de todos os sujeitos dissidentes em determinada matéria até que estes a aceitem como verdade basilar e inquestionável, e a partir da mudança linguística operar uma outra mudança conceptual. Mas para um leitor dos clássicos, talvez até um melhor exemplo, dos pensadores malfadados «sofistas» que já entendiam a partir de Heraclito que a gramática não é neutra, tal era o caso que o famoso Lícofron teria suprimido completamente o verbo «ser» do seu pensamento e forma de falar de forma a suprimir a própria ontologia (Romeyer-Dherbey, 1986, pp. 53–54). Algo talvez até próximo a uma magia cabalística das palavras ou das expressões escritas em runas tornadas em selo ou sigilo – nomear-se algo até ela se tornar o real, ou reprimi-lo linguisticamente até que não exista.

3.18 Independência, debate e soluções

Relembramos o leitor que para Gentil Martins, e para o país, o mundo a partir do dia 25 de Abril de 1974, radicalmente mudou. Um homem que era apolítico, relativamente desligado dessa parcela da vida pública, é praticamente obrigado a participar nela. Antes da Revolução, Gentil Martins já teria participado, no entanto, através da atividade associativa. Esta experiência no espaço público de edificação comunitária sempre lhe fez sentido desde que não comprometesse a sua independência (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 107). A independência é, aliás, a palavra-chave. Nunca se tendo conectado a nenhum partido político, Gentil Martins teve de fazer com que o seu legado não se conectasse a projetos políticos pelos quais não tinha consideração suficiente. Disso é exemplo a sua recusa ao convite para Secretário de Estado da Saúde no Governo de Sá Carneiro, que parece confrontar-se com essa sua ideia de independência (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 111).

Retornando ao período de instabilidade no período imediato ao 25 de Abril, denotamos o seu medo pela família, o facto de estar a habitar numa zona que estava sob ocupação militar, necessitando de autorização para circular (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 108). A tomada da Assembleia do Hospital da Estefânia por forças contrárias à Ordem dos Médicos, em 29 de abril de 1974, é bem o exemplo do que sucederia em muitas instituições, e contribuindo para a sua integração na «oposição», de forma meio acidental, a estas forças por ser católico e “anticomunista convicto” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 109). Qualquer pessoa ligada à Ordem estava agora conectada invariavelmente com o fascismo⁵⁹, apesar de não haver nada que fizesse da Ordem uma instituição do Salazarismo. É precisamente no meio destas fortes tensões ideológicas que Gentil Martins passa a liderar a Ordem. De facto, neste período estavam tão altas as tensões que, lendo o testemunho do Dr. Fernando de Pádua, conseguimos quase entender que antes de todas as outras motivações teria de haver alguma coragem a sustentar as suas ações:

[...] nunca esquecerei a meio das convulsões do 25 de Abril vê-lo [sic] defender com bravura os seus valores e convicções [...] cá de cima no anfiteatro da Reitoria da Universidade vi ele persistir na luta mesmo

⁵⁹ E muito se pode dizer até na potencialmente errónea conotação de um regime tecnocrático e reformista, apesar de ditatorial, com o fascismo, uma ideologia de Estado revolucionária. Este debate, no entanto, não pode ser tido numa única nota de rodapé. Para ver uma formulação de fascismo português, na oposição a Salazar, veja-se Pinto (2015).

quando ameaçado por pistola! (F. Pádua, personal communication, March 7, 2015).

O primeiro grande problema político entre estas duas partes tem que ver com uma nova visão do médico como trabalhador como já explorada antes (A. G. Martins, 2017a, p. 110). A oposição representada na Ordem então surge não só para defender uma certa imagem do médico, neste conflito ideológico, mas também os direitos dos próprios doentes. Uma segunda grande tensão política que se torna explícita na ótica de Gentil Martins é a questão da origem e um plano para o futuro de um Serviço Nacional de Saúde (SNS). Para o bastonário da Ordem dos Médicos, o SNS não surge de uma mera geração espontânea ou impulsionada por um qualquer espírito revolucionário, nem vem do 25 de Abril, nem de António Arnaut: “Tudo começou muito tempo antes, no princípio e na prática, embora só após a Revolução se tenha completado (se bem que quanto a mim, não da melhor forma).” (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 114–115).

António Gentil Martins defende a ideia de que a política nacional de saúde começa com Ricardo Jorge, um modelo de previdência social a partir da moda bismarckiana. Ao limite, até a direção da ordem dos médicos, em 1941, já aludia à necessidade de formar um Serviço Nacional de Saúde. Depois disto, em 1946 surgem os Serviços médicos sociais das então denominadas Caixas de Previdência, que inclusive tinham visitas domiciliárias e presença regular de médicos especialistas. A Ordem, no relatório de Carreiras médicas de 1964, já defende um novo sistema de saúde universal, e para além disso, houve um primeiro esboço e um futuro sistema nacional de saúde, em 1971, por Gonçalves Ferreira, criador dos primeiros centros de saúde acessíveis a todos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 115). Sem contar com esta cronologia apresentada por Gentil Martins, gostaríamos também de recordar que a ADSE (Assistência de Doença aos Servidores Civis do Estado) é criada em 1963 (ADSE, 2020), e apesar de isso não constituir um SNS para todos os cidadãos, não deixa de fazer parte desse mesmo serviço, especialmente tendo em conta a percentagem de trabalhadores portugueses que trabalham para o Estado (população que hoje em dia se aproxima de 15% (Pordata, 2022)).

Estas defesas de Gentil Martins surgem para que nos apercebamos que há todo um caminho, uma História que nos leva a determinados lugares, e acima de tudo que ninguém é «dono» do conceito

do SNS, nem da Medicina portuguesa. O Dr. Gentil Martins não poupa as duras críticas a António Arnaut:

[...] surge então a denominada «lei Arnaut», que, com o apoio do secretário de estado, o médico Mário Mendes, Arnaut, então ministro dos assuntos sociais, faz publicar sem o mínimo consenso até político, prometendo tudo a todos e referindo que não teve necessidade de fazer contas, pois estava a cumprir um preceito constitucional... não me custa admitir as boas intenções e generosidade, mas era obviamente irrealista e mesmo demagógico. [...] como é bem sabido, a saúde em Portugal é tudo menos gratuita para a população, já que somos um dos países da Europa onde os cidadãos pagam maior percentagem de custos dos seus cuidados de saúde. (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 115–116)

Podemos ver que esta posição recentemente não se alterou⁶⁰. Numa recente carta aberta a todos os partidos com assento parlamentar a estas questões, António Gentil Martins diz-nos que:

Defendemos um Sistema de Saúde, não como monopólio do Estado, como sugerido pelo generoso Ministro António Arnaut, totalmente irrealista e irresponsável (ao propor um Serviço de Saúde gratuito e afirmando que era ao Ministro das Finanças que competia fazer contas) como se demonstrou ser necessário alterar a *Constituição da República*. Arnaut afirmava ser o SNS um grito de liberdade. Mas foi uma Ministra socialista, Ana Jorge, em 2010, a declarar que o atual modelo era bom, mas não permitia liberdade de escolha. (A. G. Martins, personal communication, February 1, 2021, p. 1)

Na continuação destas ideias, António Gentil Martins, numa carta ao Conselho Nacional da Ordem dos Médicos em 2018, desenvolve a sua crítica a esta posição menos pragmática e quiçá “irresponsável”, como a coloca, de Arnaut:

⁶⁰ Para além do exemplo recente apresentado, teremos também de apontar para as nossas três entrevistas (Apêndices A, B e C), nas quais o ponto principal seria sempre, invariavelmente, a mudança do SNS para um modelo mais híbrido.

E não se pode esquecer o trabalho técnico de Mário Mendes, aparte o mérito do carimbo, esse, iniciativa de António Arnaut.

Todos parecem esquecer que até a Constituição teve de ser alterada para que a Saúde, de gratuita passasse a sê-lo apenas tendencialmente...

Foi contra esta irresponsabilidade que sempre lutei, pois desejo não um Serviço de monopólio do Estado (como repete Arnaut no seu último Projecto em colaboração com João Semedo) mas sim um Sistema de Saúde Universal [...] Também é óbvio que os actais Seguros de Saúde são totalmente imorais e inaceitáveis, com os seus “tectos de despesa” para ter preços mais apetecíveis e um lucro mais fácil (como diz a Dra. Isabel Vaz, a Saúde é um negócio como outro qualquer...). (A. G. Martins, personal communication, July 30, 2018, p. 1) ⁶¹

Para além do que Gentil Martins chama a “demagogia” à volta do SNS, temos numa recente carta alertando para uma série de pontos adicionais que aponta no sentido de uma necessidade de reforma no sistema: reforçando a importância da liberdade de escolha na Medicina; que não será “válido tratar de forma igual aquilo que é diferente”; que um SNS mais modelado a partir de um modelo alternativo proposto não seria mais caro (A. G. Martins, 2015b, p. 1); que o SNS como se encontra acaba por aumentar o fosso entre os privilegiados e os que não o são, retirando a escolha dos que menos podem pagar; que o Estado poderia funcionar apenas como regulador; que é, apesar de ser mais caro, necessário aumentar os recursos atribuídos à saúde (A. G. Martins, 2015b, p. 2); que um sistema “Convencionado” recompensaria melhor o maior esforço dos profissionais, fazendo com que a classe profissional fosse também melhor tratada (A. G. Martins, 2015b, p. 4); e, por fim, que há uma completa ausência de vontade política para mudar⁶² “[...] os Políticos, da Direita à Esquerda, não têm tido a coragem de fazer [uma mudança ou reforma no SNS], com

⁶¹ “um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito” (*Constituição Da República Portuguesa, Artigo 64.º Saúde, 2º a), 1976*) tendo essa alteração sido feita pelo *Artigo 36º do/a Lei Constitucional n.º 1/89 - Diário da República nº 155/1989, Suplemento nº 1, Série I de 1989-07-08*, em vigor a partir de 1989-08-07.

⁶² Quando voltámos a colocar a questão nestes termos na nossa entrevista (Apêndice A), pareceu-nos que as suas considerações se mantêm acerca desse mesmo desejo político de transformação ou reforma do SNS.

receio de perder as eleições seguintes, face à ideia, largamente propagandeada, de que o S.N.S. é a joia da coroa do 25 de Abril.” (A. G. Martins, 2015b, p. 6)

Mas é um facto que muitos ligados a este *status quo* identificam Arnaut com o SNS como o Rei Sol com a lei, desde Carlos Cortes (antigo Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos e atual Bastonário da Ordem dos Médicos) (Arnaut & Garcia, 2017, p. 178), à antiga ministra de Saúde Maria de Belém Roseira (Arnaut & Garcia, 2017, p. 180), a António Macedo, fundador e presidente do PS, que lhe chamou em tempos “o seu SNS” (Arnaut & Garcia, 2017, p. 182). É, portanto, evidente o porquê da resposta de Gentil Martins, que não considera de todo uma única pessoa o SNS, e mesmo se o considerasse, haveria de evidenciar as suas deficiências independentemente de quem o chefiasse. Ainda assim, perante estas críticas ao sistema em si, tende sempre à defesa dos médicos como classe profissional trabalhando num SNS com falhas profundas, sendo este SNS de (ou o próprio) António Arnaut ou não.

A ideia que se opõe a este sistema, no entanto, é relativamente simples, e apregoada pela Ordem dos Médicos enquanto Gentil Martins a liderou: a defesa de um sistema que permita maior liberdade de escolha (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 116). O que parece que estava em causa era sobretudo a própria sustentação ideológica do SNS defendida pela Ordem dos Médicos acerca de como aquele deveria ser, contestando um modelo estatizado da medicina, o que justifica a apresentação de modelos criadores de uma “medicina livre e personalista, mas organizada e financeiramente realista.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 121). Que modelo estaria então a ser proposto?

É interessante verificar que, enquanto António Arnaut, obviamente por motivos ideológicos, optou por um sistema Beveridgiano (inspirado no sistema inglês da época), há países como a França, a Bélgica, a Áustria, a Holanda ou a Alemanha que optaram por um sistema Bismarckiano de seguro/doença. E é importante notar que em França, com um Governo socialista e um ministro de Saúde comunista (Jacques Ralite), o sistema de saúde não mudou, mantendo-se «convencionado» e com liberdade de escolha (o dinheiro seguindo o doente), porque a população francesa assim o exigiu [...] (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 118)

No fundo, a sua crítica principal é a de que o SNS não nos dá a liberdade anunciada pelos *slogans* de Abril, oferecendo-nos um falso direito, que nem temos a liberdade de tratamento como em outros sítios, nem a gratuitidade que tanto apregoaram (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 121). Se os seguros de saúde eram “uma fraude” (Arnaut & Garcia, 2017, p. 218) como nos diz Arnaut em 2008, isso faz da ADSE, o que pode ser visto na prática como um seguro de saúde (Guimarães, 2021), uma fraude também? Independentemente da batalha ideológica, temos acesso a um apaziguamento entre as duas partes, pelo menos na declaração de Arnaut, em 2009: “O Gentil Martins era Bastonário na altura em que o SNS foi lançado, tivemos grandes discussões sobre o tema. Hoje é um dos defensores, foi conquistado para o Serviço Nacional de Saúde” (Arnaut & Garcia, 2017, p. 224). Faria apenas notar que grande parte das críticas tecidas por Gentil Martins aqui citadas, já o são de um livro de 2015, anos a seguir a esta declaração, e que grande parte das nossas entrevistas, António Gentil Martins não nos parece propriamente “conquistado”. Perante falências do SNS de 2020 para a frente, não só pelo seu confronto com uma situação de limite de uma pandemia global, mas também com uma série de outros problemas, que vão desde o potencial encerramento de maternidades (DN/Lusa, 2022), demissões e incompatibilidades de Ministros da Saúde (Frias, 2022; Gomes, 2022), ou até problemas estruturais das carreiras médicas (Sousa, 2022), um observador atual arriscar-se-ia a dizer que o debate (e combate) pelo SNS está longe do fim. Aliás, poderemos até ler as suas palavras finais aquando venceu o prémio Miller Guerra em 2015:

Até agora perdi a batalha, mas estou seguro de que a guerra não está perdida. E é essencial planear a médio e a longo prazo, se não queremos comprometer as gerações futuras, com decisões erradas e mal fundamentadas. (A. G. Martins, 2015a, p. 2)

Todo este debate, no entanto, não nos afasta de um civismo que é de salutar entre ambas as partes, talvez dois combatentes de levas antigas, quase recordando um duelo de cavaleiros, ou até um heroísmo clássico, de dois *hostis*⁶³, ou adversários existenciais (ou ganhará um modelo, ou o outro, mas a coexistência é impossível) que ainda assim nutrem consideração um pelo outro;

⁶³ Podendo até ser lido como inimigos políticos ou públicos (Schmitt, 2020, p. 56).

Senhor Prof. Doutor Gentil Martins,

Só há dias recebi o documento que intitulou “o sistema de saúde e os 30 anos do SNS”, visto que o enviou para o Ministério da Saúde onde não tenho morada há 31 anos...

[...] O meu amigo continua a defender as suas teses, e eu as minhas. Num tempo em que muitos se adaptam às conveniências [...] reconheço-lhe a coerência. Eu também sou o mesmo de antigamente.

Cordiais cumprimentos

António Arnaut (A. Arnaut, personal communication, October 21, 2009)

Será necessário atender às tensões entre ambos os homens, que acabam por obviar o combate que qualquer leitor de Schmitt pudesse definir como teologias políticas, ou seja, duas visões, premissas iniciais, incompatíveis, que sustentam toda a base filosófica para o resto da crença (Schmitt, 2005)., No fundo, referimo-nos ao dogma que sustenta tudo o resto, e falamos de dogmas bem diferentes. Gentil Martins, apesar de independente, está claramente à direita de Arnaut. António Arnaut foi “civicamente formado [em Coimbra] por velhos democratas e maçons” (Arnaut & Garcia, 2017, p. 26), esteve presente no “congresso fundador” do Partido Socialista (PS) em 1973, na Alemanha (Arnaut & Garcia, 2017, p. 28). Em 1972, foi convidado para a maçonaria por Fernando Vale (médico e fundador do PS), mas só ingressou depois do 25 de Abril de 1974 (Arnaut & Garcia, 2017, p. 46). Arnaut foi eleito Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano (GOL) em 2002 (Arnaut & Garcia, 2017, p. 343). Por outro lado, Gentil Martins é católico, declara-se anti-comunista, também não nutriu grande simpatia pela maçonaria quando convidado, como já tivemos a oportunidade de ler em capítulo anterior. Pode-se dizer que comparado com Arnaut, Gentil Martins apresenta uma visão mais tradicionalista.

Aliás, pode apontar-se a esta ligação maçónica até para a fundação do projeto do SNS como o conhecemos. Diga-se de passagem, que parece apenas natural que tanto maçons como políticos consigam orientar-se em tais jogos de bastidores, tal será a importância dos segredos para ambas as orientações espirituais. Se por um lado nos é dito, numa das suas biografias, que as instituições e os média de direita, acusatoriamente e de forma a difamar, insinuariam que Arnaut “punha o

avental para tratar da lei do SNS” (Godinho & Delgado, 2017, p. 185), por outro também admitem que a Maçonaria seria o local “onde foi discutido” o projeto político do SNS (Godinho & Delgado, 2017, p. 41). E uma coisa seria o debate, que talvez pela polémica ou quaisquer outros motivos pudesse ser difícil ser tido em público, outra coisa é a jogada de corte própria de um romance de intriga política:

Para impedir qualquer tipo de hesitação por parte da Administração Pública e generalizar o quanto antes as novas orientações de acesso aos cuidados de saúde, o ministro [António Arnaut] ordena à Comissão Instaladora dos Serviços Médico-Sociais que tome as medidas necessárias para aplicar as disposições constantes do despacho [conhecido por «o despacho Arnaut»] que começa a produzir efeitos no dia seguinte ao da sua publicação em *Diário da República*. [...] Arnaut sabia que o momento era aquele, uma espécie de agora ou nunca. Por isso manteve o despacho em segredo. Enviou-o para publicação sem sequer consultar o gabinete do primeiro-ministro e «fez um pedido» a um «amigo fraterno», leia-se, membro da Maçonaria, que trabalhava na Imprensa Nacional Casa da Moeda para que fosse publicado o quanto antes, ou seja, enquanto havia Governo. (Godinho & Delgado, 2017, p. 15)

Mas nem tudo separa estes dois homens. Arnaut é também membro do honorário do Rotary Club (Arnaud & Garcia, 2017, p. 153), e considera-se um patriota (Arnaud & Garcia, 2017, p. 63). São talvez dois lados de uma mesma moeda, e em algumas instâncias, figuras estranhamente próximas. Ambos são homens que estão dispostos a defender as suas ideias ao limite. É inegável que ambos acreditam piamente nos seus projetos, e que estão dispostos a defendê-los.

Quem lê algumas destas anteriores passagens e defesas de Gentil Martins pode correr o risco, no entanto, de considerar que será um puro reacionário, que não valoriza coisa alguma que tenha vindo com a queda de um regime e a instauração do vigente, mas isto não corresponde à realidade. Aliás, temos acesso a posições públicas bastante liberais ao nível dos líderes apregoados: “Líderes políticos [favoritos] Adriano Moreira, Gandhi, Nelson Mandela e John F Kennedy” (Farinha,

2015, p. 10)⁶⁴. Gentil Martins é, de facto, um pensador muito independente, mas, nas suas defesas temos muitas vezes uma compreensão única e bem medida que não se delimita facilmente perante as nossas atuais e simples balizas ideológicas. Na página em que faz uma defesa da figura da mãe e tece considerações sobre as mulheres no local de trabalho, de uma forma estrondosamente progressista, também se preocupa com a natalidade nacional e o facto de as senhoras não estarem a ter filhos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 143); Numa página, diz o que respeita em Álvaro Cunhal (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 144), apesar de se declarar um anticomunista, e na seguinte o que respeita em Salazar (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 145). Estas posições, evidentemente, são encontradas em todo o corpo de entrevistas que António Gentil Martins deu na comunicação social, como por exemplo uma entrevista recente num canal de *Youtube* no qual, por um lado, faz uma real defesa da independência do Partido Comunista Português do Governo na complicada questão da eutanásia, e por outro diz sem qualquer complexo (independentemente da conotação atual do lema) “defendo o «Deus, Pátria, Família» de antigamente”⁶⁵ (KuriacosTV, 2021). Numa das nossas entrevistas, António Gentil Martins aborda estas questões e explana a sua visão da política e dos partidos:

AGM: Eu não sou de partido nenhum político, nem quero ser de nenhum partido político.

T: Sim, não lhe ia perguntar isso, e até tenho um bocado a consciência que o Professor valoriza essa independência, portanto não ia por aí.

⁶⁴ Diga-se, de passagem, sobre a conexão com Adriano Moreira que a admiração desta outra parte é recíproca, como sabemos através de um *e-mail* no contexto da nomeação de Gentil Martins para o Prémio Miller Guerra: “O Professor Gentil Martins é não apenas um profissional exemplar, que fez acompanhar a intervenção do saber com a humanidade do interesse devotado pelo outro. Um exemplo de cristão” (A. Moreira, personal communication, March 6, 2015).

⁶⁵ A Expressão, evidentemente, tem muito que se lhe diga. Se por um lado temos um interessante esforço investigativo sobre “Deus, Pátria e Família” na sua conexão com a literatura portuguesa pós-moderna (e consequentemente sobre a forma como a cultura a apreende) no qual sublinharemos uma nota de rodapé que conterà a sua génese (Marques, 2009, p. 43), por outro lado é também de valor recordar o seu retorno à praça pública, tanto do outro lado do oceano atlântico como deste por parte daquela que é a direita parlamentar mais securitária de ambos os países. No Brasil, vemos a sua utilização pelo antigo Presidente Bolsonaro, talvez com algumas inspirações dos integralistas brasileiros de Plínio Salgado (Veiga, 2022), e em Portugal André Ventura, do partido Chega (sobre o qual já há uma interessante investigação, se bem que quiçá algo desatualizada tendo em conta a rapidez e transformação do mundo da política (Marchi, 2020)) volta também a utilizar a expressão, mas com uma variante mais populista (no sentido real e ideológico do termo, não como «demagógico») adicionando “trabalho” (Global Media Group, 2021). Podemos estar perante uma modificação ou reapropriação de um lema que sendo lugar-comum na época do Salazarismo poderá mudar de significado ou apontar de forma algo jocosa, como dirão os anglo-saxónicos *tongue in cheek*, para o seu significado anterior.

AGM: Não, eu quero ser independente e dizer aquilo que acredito na altura. Aquilo que é, quer venha do Partido Comunista, do Partido Socialista, do CDS, do Chega, do que for, tanto me faz. Eu tenho é de acreditar que está certo, seja de onde vier. Se alguém disser uma coisa que eu acho certa... Eu também posso estar errado, é sempre o mesmo problema, eu só tenho é de dizer aquilo em que acredito. Portanto, acho que pertencer a um partido político, de certo modo, condiciona as pessoas na sua liberdade de expressão, porque realmente se o partido a que se pertence toma uma posição com a qual não se concorda... Quer dizer, é desagradável ir contra o meu grupo.

T: Mas também é natural haver oposições dentro dos partidos e pessoas que também não concordam completamente umas com as outras.

AGM: Pois, mas eu prefiro estar perfeitamente claro que não estou nem ali nem acolá.

[...] E tanto me faz que seja o partido A, B, C ou D que diga isso. Para mim, é isto e mais nada.

Portanto, partidos políticos? Muito obrigado, não. Não estou interessado. É evidente que quando houver eleições, com certeza que voto no que se aproximar mais daquilo que eu acredito. Normalmente, infelizmente, não há nenhum que seja 100% o que eu gostaria, mas também não vou criar um partido político de certeza [risos]

T: Já ouvi ideias mais... [riso]

AGM: Não, não vale a pena. (Apêndice C)

Um dos episódios que demonstram as suas fortes tomadas de posição no espaço público é quando é criticado, em 1982, por ter votado a favor da manutenção da Associação Médica da África do Sul:

As minhas razões para votar pela manutenção da Associação Médica Sul-africana foram simples. Não devemos confundir a responsabilidade

dos médicos com as políticas dos governos: não podemos culpar os médicos pelo regime político em que estão inseridos, desde que cumpram as suas normas éticas [...] fui depois por eles convidado a visitar os seus serviços médicos, podendo assim constatar, no local, a validade da posição que tomara. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 123)

Temos a confirmação desta ideia e posição também na correspondência trocada com a Associação Médica da África do Sul:

[...] A. G. da Silva Martins came to South Africa to see if black patients received proper care.

He is convinced that this is in fact the case.

He is also convinced that the WMA [World Medics Association] acted rightfully when the MASA [Medical Association of South Africa] was readmitted to the world body.

He admits that the Biko-case was not properly handled, but what happened here happens in other countries too. One cannot condemn the other without condemning your own actions.

He referred to the abuse of psychiatry and the killing of people, such as in Africa where leaders are killed by their own people.

The MASA was definitely not responsible for the Biko-case. Medical associations cannot be blamed for the actions of their governments. (M. Van Wyk, personal communication, August 23, 1982, pp. 1–2)⁶⁶

E como esta complicada defesa, temos outras: uma crítica à insuficiência da liberdade (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 144); uma defesa, em certa medida, do salazarismo como sistema; e a crítica ao 25 de Abril como “profundamente destrutivo” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 145);

⁶⁶ Para o leitor interessado no caso específico, a correspondência trata o assunto da morte de Steve Biko, ativista político contrário ao *apartheid*, que morre na prisão. Para leituras adicionais, veja-se (Hill, 2015)

considerações sobre os problemas contemporâneos das tensões religiosas e da imigração (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 146), e uma crítica talvez a um dos maiores e mais fortalecidos dogmas das reinantes teologias políticas, a ideia enfadonha e intelectualmente preguiçosa do politicamente correto (A. G. Martins & Reis, 2015).

Tentámos abordar António Gentil Martins na nossa entrevista acerca de um desses temas, a substituição demográfica, tendo anotado o facto de não termos tido resposta (Apêndice C). António Gentil Martins depois acabou por nos responder via *e-mail* a esta nossa questão, comentando que não estava familiarizado com o termo, mas formalizando a sua opinião:

“Quanto ao 2.º ponto; não pensei na alteração genética mas sim nos aspectos culturais e religiosos, dada a democracia em que são os números de votos (Pessoas...) que contam. Já Kadafi dizia que não era necessária uma guerra com a França, pois bastava irem indo para lá (embora aceitando que pudesse levar muito tempo...! Aliás, não sei se é verdade, mas parece que em França já há mais Mesquitas que Igrejas...!? Penso que as actuais estatísticas mostram que os “naturais” de Portugal têm um número de filhos muito inferior aos dos imigrantes que acolhemos.” (A. G. Martins, personal communication, May 5, 2023)

É muito notório que a polémica não o assusta, quando considera uma posição justa, e o quão difícil é ter posições destas atualmente num espaço público que sofre de tamanha liberdade de ação e progressivamente menos da de pensamento. Mas, ainda assim, faz a sua defesa da democracia, de uma visão específica da liberdade, com menos controlo e vigilância, sem “mentira”, mas sempre com uma tensão. O desencanto do pós-25 de Abril é dos que passaram pelo regime anterior, por que «os novos» não sabem que nem tudo o que se fazia na altura Estado Novo era necessariamente negativo, e aceitam a realidade da História como um caminho. Pode dizer-se que para alguns que não viveram essa etapa da história do país, que possam talvez vê-la sem as nuances que Gentil Martins apresenta. O passado não se apaga simplesmente, não desaparece apenas porque queremos. Gentil Martins aponta, no fundo, para a nossa doutrinação coletiva ou para o cultivo de valores (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 147).

Dito isto acerca da potencial discórdia ideológica de todas as partes participantes no espaço público, não é por poderem existir várias perspetivas sobre uma mesma realidade que não deixe de haver um polo de consenso de realidade – a verdade⁶⁷. No seu sentido mais objetivo, tem muita importância para Gentil Martins, como é reiterado ao longo do seu discurso, mas inclusive confirmado na sua ação. Na troca de correspondência e ideias com o Dr. Luís Gouveia Andrade, entendemos a preocupação que ambos partilham sobre o tema da desinformação na saúde:

O tema do jornalismo da saúde, como tantos outros, é central nas sociedades modernas em que a informação tem um tremendo poder de influência sobre as populações. A sua proposta parece-nos muito pertinente e poderia evitar muita desinformação a que diariamente assistimos. (L. G. Andrade, personal communication, January 12, 2015).

A ter em conta que o Dr. Gouveia Andrade tinha publicado nesta altura um artigo sobre estes mesmos temas (L. G. Andrade, 2015), acreditamos que Gentil Martins tenha trocado correspondência pelo seu interesse pessoal pelo tema com adicionais propostas para a resolução do problema.

Acrescentamos que, de forma a abordar a sua visão da liberdade como conceito, tivemos acesso a uma série de versos escritos pelo próprio, datados de 2021 num contexto de concurso literário entre autores da Chiado editora que nos permite também uma visão para o seu mundo interior:

Liberdade sempre boa

Na boca de quem a diz

Só é pena seja pouca

No nosso amado País

Liberdade considerada

⁶⁷ Talvez para uma primeira grande crítica a um relativismo epistemológico faça até sentido apontar para o diálogo socrático *Teeteto* (Platão, 2015). No fundo, se procurarmos atentamente, muitos dos debates que temos hoje por resolver poderão já ter sido solucionados pelos antigos.

Um direito Universal

Quando de facto a não temos

Alguma coisa estará mal (A. G. Martins, 2021^a, p. 1)

Combatendo um pouco uma nossa tendência natural para a crítica literária, e questões de apreciação à parte, queremos constatar a diferença entre essa parcela mais inicial do seu poema com o desapontamento com a própria liberdade:

Liberdade bem cumprida

É uma regra a defender

Só é pena no entanto

Ainda estar por aparecer

Liberdade é voz corrente

Na boca dos aldrabões

Quem nos dera poder crer

Na verdade das acções

Liberdade é bem um mito

Que a revolução promoveu

Só é pena no entanto

A desilusão que nos deu (A. G. Martins, 2021^a, pp. 2–3)

E torna-se, portanto, óbvio que na sua visão a liberdade desta terceira república é uma decepção, uma farsa, algo que não corresponde de todo à realidade do funcionamento das instituições no pós-25 de Abril. A crítica vai-se cimentando até nos confrontarmos com a radical incredulidade final:

Liberdade garantida

Implica democracia

Porém o que nós só vemos

É franca rebaldaria

Liberdade, liberdade

Quem a tem sabe-lhe a pouco

Mas quem entender que existe

Certamente estará louco

Liberdade finalmente

Vestindo uma veste escura

Assim ela procurando

Disfarçar a ditadura (A. G. Martins, 2021^a, p. 3)

Por fim, há na forma de ver de António Gentil Martins um inerente pessimismo no que toca aos processos de modificação do mundo, como nos aponta na nossa última entrevista:

T: Nota-se na sua forma de pensar e na forma como aborda as mudanças no mundo, que não tem propriamente uma visão...

AGM: Eu sou muito radical.

T: Mas não tem propriamente uma visão otimista.

AGM: Não, tenho uma visão muito pessimista [...] (Apêndice C)

Para enquadrar, talvez, este pessimismo, partilhamos uma ideia de Jaime Nogueira Pinto acerca da antropologia filosófica da Direita, que apesar de explicitada perfeitamente na seguinte citação, se encontra um pouco por toda a sua obra:

O verdadeiro homem de direita é, sem entrarmos na profundidade dos pessimismos antropológicos e nas dicotomias do maquiavelismo e do angelismo, alguém que sempre tem perante os olhos o problema dos custos da mudança, o problema dos efeitos perversos dos grandes sonhos e das ideologias da generosidade e do mundo melhor. (Pinto, 2018)

Se alguém terá credenciais neste país acerca de como se caracteriza “o verdadeiro homem de direita” será o autor acima citado, e utilizamos este entendimento para defender a tese de que António Gentil Martins será, quer o saiba ou não, filosoficamente, esse homem.

3.19 O Professor e as suas considerações sobre o ensino

É também no período do pós-25 de Abril que Gentil Martins começou a dar aulas. Em 1986, passou a ser Professor Associado Convidado da unidade curricular de Cirurgia Pediátrica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, dando aulas práticas no Hospital D. Estefânia. Destas atividades académicas, apenas se reformou em 2000, também por obrigação (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 130). Dentro do contexto académico, foi conferencista inúmeras vezes, convidado a 46 cidades de 17 países à data de publicação da sua autobiografia. Participante de um filme médico, e 11 vídeos do mesmo género, autor e coautor de várias obras, que vão desde a cirurgia plástica, à pediátrica, passando pela história da Ordem dos Médicos, e livros biográficos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 172).

Acerca do seu ponto de vista relativo ao ensino, nota-se a defesa de um ensino antigo, projetado na ideia de que havia antes da Revolução de Abril de 1974, com uma perspetiva mais completa do ensino, não só do conhecimento transmitido, mas também dos valores e da disciplina. Segundo o Dr. Gentil Martins, sentia-se uma “ [...] aura de respeito pela escola e pela arte de ensinar [...]” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 42). No fundo, é também a ideia de que havia um maior apreço pelas instituições, incluindo as instituições de ensino, algo que Gentil Martins considerou relevante para o seu crescimento e aprendizagem. Esta interpretação está também ligada às suas duras críticas ao rumo do país, que na sua ótica passam por uma certa degeneração a um estado de corrupção, compadrio, egoísmo, idolatria pelo dinheiro e toda uma série de realidades desconstrutivas (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 43). Uma outra base para o seu pensamento relativamente ao ensino é a ideia do exemplo como realidade fundamental da pedagogia – aquele que não consegue demonstrar por exemplo também não consegue transmitir o conhecimento (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 42). E Gentil Martins é esse exemplo.

Gentil Martins considera também que a mera proeza técnica e a grande valorização da nota de entrada no curso de medicina são insuficientes para a formação de um médico, e propõe um interessante novo sistema de formação, cuja base fosse também o voluntariado (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 78), recordando-nos os anos de voluntariado e associativismo pelos quais o próprio passou. Isto porque será, quiçá, mais necessário para uma noção da Medicina o servir, o tratar, do que simplesmente ser estudioso. Mas ao mesmo tempo, é necessário que se tenha consciência da qualidade desta classe: “Preocupa-me a progressão sem avaliação”(A. G. Martins & Reis, 2015,

p. 83). Por isso, defende a existência de exames a realizar pela Ordem dos Médicos, fazendo com que o mérito e a excelência apenas permitam a ascensão na carreira através do nível de especialista⁶⁸. O seu próprio processo até á especialidade foi longo e árduo, mas nada é oferecido, tudo envolve a responsabilidade própria e muito trabalho.

Por fim, será talvez relevante abordar as suas publicações e conferências académicas em listagem. Utilizámos o seu *Curriculum Vitae*, que tínhamos disponível, e complementámos com outros artigos que ainda não teriam sido publicados na altura:

Trabalhos publicados:

Científicos:

Tumor Mumificado de Malherbe, *Arquivo de Patologia do Instituto Português de Oncologia* Vol. XXVIII, nº3 123-204, 1955,

Ensaio de tratamento pela Sarcomicina, *Clínica Contemporânea*, Vol X, 1 e 9-15, Março e Junho 1956.

Cardiac Arrest, *Rivista di Chirurgia Pediátrica*, Vol II nº 2 105-110, 1960.

Subserosal Hematoma of the ileum, *Archives of Diseases in Childhood*, Vol.35 nº 183 509-511, Outubro Innes Williams David, 1960.

Periprostatic Haematoma and peri-prostatic abscess in the Neo-Natal period., *Archives of Disease in Childhood*, Vol.35 nº 180, 176/181-1960,

Adenocarcinoma of the uterus in infancy, *The British Journal of Cancer* Vol XIV 165-168, 1960.

Burn Contractures, *British Journal of Plastic Surgery*, Vol XIII nº 2 152-157, Julho, 1960.

Lateral Cervical and Preauricular Sinuses: their transmission as dominant characters. *British Medical Journal*, Vol I 255-256, jan, 1961.

⁶⁸ Apontamos também para o nosso Apêndice A.

Neoplasias da Infância, *O Médico*, 488, 1961 Lateral

Solitary Diverticulum of the C6lon in Childhood, *American Journal of Diseases of Children*, of 101, 218-240, fev. 1961.

O diagn6stico em Cirurgia Neo-Natal - o valor da Radiografia simples, *Revista da Sociedade Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, Ano XXV n.º 11 nov. 1962.

Le traitement des anus vulvaires, *Annales de Chirurgie Infantile*, Tomo 4 nº1 46/53, 1962.

O tratamento do Xeroderma Pigmentoso. *Jornal da Sociedade de Ci6ncias M6dicas de Lisboa*, Tomo CXXVIII n.º 10 pp. 759-773, 1964.

The treatment of Nevi in Children: Aesthetic Units and landmarks *Deutsche Stomatologie Heft 9,14, Jahrgang. 1964/1965*

Surgical Indications for Head and Neck C6ncer in Children, em *C6ncer of the Head and Neck*, Butterworths, John Conley, pag 369-476 1965

The Challenge of Xeroderma Pigmentosum - Abstract Dermatology *Dermatology Digest*, 1965.

The Challenge of Xeroderma Pigmentosum, *The British Journal of Surgery*, Vol.52, n.º 7, 525-530, Jul. 1965.

Tumores da Cabeça e Pescoço na Inf6ncia, *Arquivo de Patologia do Instituto Portugu6s de Oncologia*, Vol. XLI n.º 3 289-317. 1967

O tratamento dos nevus: a import6ncia das Unidades Est6ticas, *Actas do 1º Congresso Luso Brasileiro de Cirurgia Pl6stica*, 9-31 Lisboa, 1967,

O tratamento dos Hiposp6dias, *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de Cirurgia Pl6stica*, 9-31 Lisboa, 1967.

Alteracions Chromosomiques chez un enfant oligophr6nic *Arquivo de Patologia IPOLFG Vol XL 1 1968* (com Furtado Dias, M T, Gil Jorge M G, Valença de Sousa J, Enteropatias cir6rgicas do Rec6m-nascido e

lactente. *Revista Portuguesa de Pediatria e puericultura* XXXII n^{os} 7,8 e 9 1969.

Enteropatias Cirúrgicas do Recém-Nascido e Lactente, *Revista Portuguesa de Pediatria e Puericultura*, Ano XXXII nos 7 a 9, Julho a Setembro, 1969.

Tumores da cabeça e pescoço na Infância *Arquivo de Patologia do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil* Vol XLI n.º 3 289-317, Dezembro 1969.

Hiperplasia do Timo e Miastenia, *Revista Portuguesa de Pediatria*, Vol 1 n.º 3 1970, (com Valença de Sousa João).

Hemangioma and thrombocytopenia, *Journal of Pediatric Surgery* Vol 5 No 6 1970.

O tratamento do Xeroderma Pigmentoso, *O Médico*, Vol.LXVII, n^o 1128, 75-81, 1973.

O tratamento dos nevos: a importância das Unidades estéticas *O Médico* n^o 1130 pp 201/204 Vol. LXVII 1973.

A acção cirúrgica nas suas funções profiláctica e terapêutica na deficiência mental, *Centro de Assistência Psiquiátrica* 1996, capítulo 10, 360-381, 1977.

Experimentacion, in *Actes, Coloquio on "Le Médecin et les Droits de l'Homme" Council of Europe*, Santa Margherita, Ligure, part I, 14, 317243, 1982.

Tentativa de Planificação de uma Campanha de educação popular *Revista Portuguesa de Pediatria* Vol 14 : 17 1983.

Transposição Cólica no Recém-Nascido, *Pediatria Quirúrgica Panamericana*, Vol XVI n^o 1-4 Ano, 1988.

Extrophy of the Bladder, *Atti VI Giornate Internazionali di Chirurgia Pediátrica*, Verona, 9-10 Junho, 1989

Epithelial Salivary Gland Tumours of Children and Adolescents in Southern Portugal I Fonseca I, Soares J *Oral Surgery, Oral Medicine and Oral Pathology*, Vol 72 N° 696-701 1991.

Aplicações da Citologia Aspirativa no diagnóstico das lesões tumorais das crianças - *Acta Médica Portuguesa* 4: 71-75 1991 (Margarida Mendes de Almeida, Maria Evelina Mendonça, Mário Sousinha, António Gentil Martins, João Valença de Sousa, Jorge Soares).

O Médico e a Eutanásia - *Revista da Ordem dos Médicos* II Série Volume 4 n° 3 Maio/Jun, 1991.

Requirements for the training of a Pediatric Hematologist/Oncologist (*SIOP's Committee in Standards of Care and Training in Pediatric Oncology*). 1991.

Exstrophy of the bladder *Plastic Surgery* Vol I U T Hinderer. 1992.

Psychosocial Guidelines in Pediatric Oncology (*SIOP's Committee on Psychosocial Issues in Pediatric Oncology*). 1993

Optimal Care for the child with Cancer: a summary statement ((*SIOPs Working Committee on Psychosocial Issues in Pediatric Oncology*)). 1993

Refusal, non-compliance and abandonment of treatment in children and adolescents with Cancer (Non-Conventional Therapies in Childhood Cancer Guidelines for Distinguishing Non-Harmful From Harmful Therapies (*SIOPs Working Committee on Psychosocial Issues in Pediatric Oncology*)). 1993.

Guidelines for Therapeutic Alliance Between Families and Staff. (*SIOPs Working Committee on Psychosocial Issues in Pediatric Oncology*). 1993.

Hepatoblastoma - a propósito de um caso Clínico - *Rev Port Ped* 25:213-218. 1994.

O Cancro na Criança Saúde, *C M Palavras ligadas*, 14-08-1996.

Medicina Privada/Medicina Convencionada *Port Cardiol* 15 suplemento (V) 13-18 1996.

Linfangioma Quístico Mediastínico : Um caso clínico *Acta Pediátrica Portuguesa* n.º 1 Vol 28 67-70. 1997.(com Marshall B, Isidro G, Boavida M G)

Loss of Heterozygosity at Chromosome, 9 p 21 in Primary Neuroblastomas : Evidence for two deleted Regions *Cancer Genet Cytogenet* 96:134-139 1997.

Síndrome do Haemangioma Hemorrágico (Kasabach-Merritt) 1997

Spinal Cord Vascular injuries following surgery of advanced Thoracic Neuroblastoma: an unusual catastrophic complication (com Boglino C, Ciprandi G, Soucinha M, Inserra A), *Medical and Pediatric Oncology* 32:349-352 1999.

Guidelines for assistance to siblings of children with Cancer (A Report of the SIOP Working Committee on Psychological Issues in Pediatric Oncology) *Medical and Pediatric Oncology* 33:395-398,1999.

Guidelines for a Therapeutic Alliance Between Families and Staff (a Report of the SIOP Working Committee on Psychological Issues in Pediatric Oncology) *Medical and Pediatric Oncology* 30:183-186, 1998.

Guidelines for Assistance to terminally ill Children with Cancer ((A Report of the SIOP Working Committee on Psychological Issues in Pediatric Oncology) *Medical and Pediatric Oncology* 32:44-48, 1999.

P73 expression in Neuroblastoma: a Role in the Biology of Advanced Tumors? (com Matos P, Isidro G, Vieira E, Forjaz Lacerda A Boavida M G) *Pediatric Hematology and Oncology* 18:1-10, 2001.

Non-Conventional Therapies in Childhood Cancer: Guidelines for Distinguishing Non-Harmful from Harmful Therapies (A Report of the SIOP Working Committee on Psychological Issues in Pediatric Oncology) *Medical and Pediatric Oncology* ,42:06-108, 2004.

The treatment of sarcomas, Pediatric Surgery Book, Zacharias Zachariou, Berne; 2008

Optimal Care for the Child with Cancer (SIOPs working Committee on Psychosocial Issues in Pediatric Oncology) Janeiro de 2008.

Identification of a novel CTR9 germline mutation in a family with Wilms tumor (com Ana T Pinto, Rita Domingues, Branca M Cavaco) *European Journal of Medical Genetics* 61, 294-299, 2018.

Testicular relapse in ALL - Guidelines must be changed *Leukemia*, 2018.

Família *Acção Médica* ano LXXXIV n.º 111 1 Setembro, 55-59, 2020.

Testicular Relapse in Acute Lymphoblastic Leukemia:(ALL): a simple problem of common sense - *Hematol Blood Disord* ,Volume 4 Issue 2, 2021.

Nephroblastomas The protocols should be changed –*HSOA Journal of Hematology, Blood Transfusions and Disorders*,7:025, ,2020.

More Radical, Although Still Conservative, Pre-operative Chemotherapy and Surgery *Journal of Hematology & Hemotherapy* Volume 5 / Issue 1 / 100013, 2020.

Gluteoplasty for rectal incontinence *International Journal of Pediatric Surgery*, Volume 2 Article 1014, 2021

Localized esophageal resection: the best surgical technique *International journal of Pediatric Surgery*, Volume 2 Article 1013, 2021

Funnel Chest: a new technique for repair *International Journal of Pediatric Surgery*, Volume 2 Article 1014, 2021.

The surgery of femoral sarcomas: the tripod Technique. *International Journal of Pediatric Surgery*, Volume 2 Article 1017, 2021.

A new approach for pelvic tumors invading the rectum *Journal of Oncology, Research, Reviews and Reports (online)* , 31-07-2021.

The prevention of the Tethered Cord Syndrome, *The Journal of Spine & Surgery*, 10, 7, 2021

Hypospadias: different types and basic principles of repair *East African Scholars Journal of Medicine and Surgery* Volume 3 Issue 11 Nov. 2021.

The mesh graft technique for the treatment of phimosis *East African Scholars Journal of Medicine and Surgery* Volume 3 Issue 11 Nov. 2021.

Mega-urethra and hypospadias *East African Scholars Journal of Medicine and Surgery* Volume 3 Issue 11 Nov. 2021.

The buried Penis with phimosis, *East African Journal of Medicine and Surgery*, Volume 3 Issue 1 Dez. 2021.

Vaginoplasty with the labia minora *Acta Scientific Anatomy* Vol 1 Issue 3, Xeroderma Pigmentosum: a defying problem, *Archives of Surgical Dermatology*, Vol 5 Issue 1 pages 44-50, April 2022.

A simple treatment for the Patulous Anus *Clinics of Surgery*, ISSN: 2638-1451 Volume 7, 2022.

Retinoblastoma: a new technique for orbital exenteration, *Journal of Oncology Research & Reports*, Volume 3(2):1-3, 2022.

The correction of Plagiocephaly, *Journal of Neuro and Oncology Research*, Volume 2:1 (2022) JNOR-2(1)-003, 2022.

The challenge of Omphaloischiopagus Siamese Twins, *Acta Scientific Anatomy*, Volume 1 Issue 3 Mar. 2022.

Vaginoplasty with the labia minora, *Acta Scientific Anatomy*, Volume 1 Issue 3 March 2022.

Neo-bladder after Cystectomy, *Journal of Oncology Research Reviews and Reports*, Volume 3 (2):1-4 May 2022.

Tumors of the mandible: A New Technique for Graft Repair, *Clinical Surgery Journal, Case Report / Volume 5 Iss 2*, 2022.

The correction of displaced Breasts in omphalopagus Siamese Twins

The correction of Omphalo-ischiopagus Siamese Twin, *Acta Scientific Anatomy, Volume 1 Issue 3*, March 2022.

The Neonatal correction of tibial bowing – EC, *Orthopedics Mini Review*. 13.10, 2022.

The Umbilicus: an essential aesthetic element *Clinical Surgical Journal - Case*

Report Vol 5 Iss 2, 12-05-2022.

Some extraordinary cases of giant hemangioma in children, *ERWEJ Vol 2 Issue 3*, 2022.

Giant Tongue Hemangioma, *ERWEJ, Case Report*, 2022

(A. G. Martins, 2022c, pp. 11–14).

Para além dos seus estudos académicos publicados, existem também os seus trabalhos de outra natureza, isto sem contar com os vários documentos de grupos de trabalho, cartas abertas, crónicas e entrevistas, no geral:

O Desportista e o Médico *Revista Portuguesa de Medicina Desportiva* 1 137-141. 1983.

Unidade e Liberdade *Editorial da Revista da Ordem dos Médicos -nº4*, Abril 1986.

Medicina Convencionada / Medicina Privada *Rev. Port Card*.15 (suplemento IV):13-18 ,1996.

Estilos de Vida: o presente e o futuro *Revista do IPJ nº 2 Agosto* 2006.

A história da Cirurgia Pediátrica em Portugal - *a history of Surgical Paediatrics* -2009

A evolução da condição do Atleta Olímpico *Reunião anual AOP*, Miranda do Corvo, 2013.

Identificação do Género no Desporto XXVII Reunião anual da AOP, Miranda do Corvo, 2013.

Gentil Martins, António A entrevista de Vida, *Newsletter AMCP*, Jan. 2019.

A Pandemia COVID -19 *Revista da SPGG*, 1 de Abril 2020.

Estar activo aos 90 *Revista Visão*, Julho 2020.

Família *Acção Médica* Ano LXXXIV Nº 111, Setembro 2020.

Carta aberta sobre o Sistema de Saúde, 2021.

Carta aberta à Ministra da Saúde, 14-10-2020.

(A. G. Martins, 2022c, p. 15).

Isto sem contar com as publicações de que é coautor, do qual não conseguimos obter algumas das datas:

Publicações [como] Co-autor de Livros:

Colóquio sobre "Le Médecin et les Droits de l'Homme", *Conselho da Europa-Experimentação* (em Santa Margarida Ligure, parte 1, 14, pag 231/243, 1982.

Tratado Latino-americano de Cirurgia Plástica, Reconstructiva e Estética - Filipe Coiffman Masson-Salvat Medicina (*Epispadias e Exotrofia vesical* (1ª Edição, Volume II, 20.11 pag. 1343-1366) e (3ª Edição Volume VI, pag. 3731-3756), *Congenital anomalies of the vagina and Masculinizing Genitoplasty* (1ª-Edição Volume II 20.11 pag. 1366/1372)

e (2ª Edição Volume VI pag 3792-3804 and 22, 380-399) – 3 Edições - 2002, 2006, 2010.

Atlas of Pediatric Surgery Vol I & II *Vaginal Reconstruction*, 2005.

Tratado de Cirurgia - Patologia e Clínica C. Alves Pereira e Joaquim Henriques 2ª Edição, 2005.

Atlas of Pediatric Surgery Vol I & II *Vaginal Reconstruction*, 2005.

Ordem dos Médicos- Passado e Presente, Carlos Vieira Reis, 2006.

Atlas of Children s Surgery *Essentials*, G.H. Willital, Pabst Science Publishers 2006 and Polish Translation C. Stoba -"Conservative Surgery in Unilateral Nephroblastomas" (405-406) and "Vaginoplasty with lábia minora flaps"(328-332), 2007

Idem: *China Medical Science Press* (461-462 e 415-419).

Pocket Book of Pediatric Surgery Zacharias Zachariou - *The treatment of soft tissue sarcomas and Orthopedic Malformations*, Berne, 2008.

The History of Surgical Pediatrics, World Scientific Publishing, Robert Carachi Dan G. Young Cenk Buyukunal, 2009.

Textbook of Pediatric Urology Davendra Gupta Nova Delhi *The treatment of Hypospadias*,"*Vaginoplasty with labia minora flaps* (2011 presentations) and "*Bladder substitution*", 2013.

Reflexões e Contributos para a Reforma do Sistema de Saúde em Portugal, Adalberto Santos Fernandes (347/355), 2013.

Atlas of Children s Surgery Essentials 4015 vaginal reconstruction 461 Partial Nephrectomy for Nephroblastomas *China Medical Science Press*, 2014.

Intersexual States, Martinez-Mora Doyma Chapter 22, pag 419-433)
Feminizing genitoplasty with labia minora flaps and with scrotal pedicle flaps.

Plastic Surgery Dictionary (Richard Stark).

European Manual of Pediatric Surgery.

O espírito dos Hospitais Civis de Lisboa.

Revisor de Textos para o Jornal of Pediatric Surgery (1944).

Membro do Conselho de Redacção da Acta Pediátrica Portuguesa (2002).

Coautor em Jornais e Revistas:

Livro de Aniversário da Federação Portuguesa de Voleibol, Serviços de Apoio Social da PT, A força da Ficção, Vidas e Estórias, Envelhecer sem ficar velho,(Maria José Costa Felix), Dossier da Cirurgia Plástica Revista Donas de Casa) Família Montez (nota introdutória) (A. G. Martins, 2022c, p. 10).

A ter ainda em conta as suas conferências que não chegaram a ser publicadas:

Queimaduras na Infância : como evitá-las.

The history of Ano-rectal malformations.

O tratamento dos Hipospadias.

A rare form of Neurocristopathy, Congenital Central Hypoventilation Syndrome, Ganglioneuroblastoma and Hirschprung s Disease (with J. Falcão Estrada, A. Ambrósio e D. Barata).

Quando se deve pensar em Cancro.

Pediatric Cancer.

The fight against Cancer in Portugal with particular reference to Pediatric Cancer.

Abdomen agudo no doente oncológico pediátrico.

A Cirurgia Plástica em Portugal.

Departamento de Cirurgia HDE Relatório 1976 e Proposta para o futuro.

Departamento de Cirurgia HDE Relatório 1977 e Proposta para o futuro.

Identificação do Género no Desporto (XXVII Reunião anual AOP – Miranda do Corvo 2013).

HDE Departamento de Cirurgia (2 diferentes, mas na mesma época).

Cirurgia Pediátrica Ambulatória.

Notes for pre and post-operative treatment (1958).

O Hospital de D. Estefânia e a História da Cirurgia Pediátrica em Portugal (2002).

The history of Pediatric Surgery in Portugal.

Notes for pre and post-operative treatment (1958).

The History of Ano-rectal malformations.

Um caso de Ganglioneuroblastoma.

Hipertensão Portal Extra-Hepática Revisão Teórica e apresentação de um caso Clínico. (Esmeralda Cleto, António Gentil Martins, Maria Eduarda Coimbra).

Hepatoblastoma (um caso Clínico).

Partial Nephrectomy in Nephroblastomas.

Cirurgia Estética -Cirurgia da Felicidade.

O caminho para o Sucesso.

Medicina e envelhecimento.

Envelhecimento activo e saudável.

Natalidade.

Identidade (A. G. Martins, 2022c, p. 15).

Ainda a ter em conta que, entre 1980 e 1986, foi o editor da revista da *Ordem dos Médicos* (A. G. Martins, 2022c, p. 17).

3.20 Responsabilidade do Médico e do Líder

Pelas considerações anteriormente mencionadas, recorda-nos de como procede ao tratamento pessoal aos doentes, tendo sempre dado a indicação de que o chamassem a qualquer problema de um seu doente, mesmo se implicasse acordá-lo a meio da noite, mesmo se fosse contrário às imposições burocráticas, e mesmo não ganhando mais dinheiro por isso: “mas apenas porque o doente era da minha responsabilidade” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 81). Na prática da cirurgia, era sempre Gentil Martins que iniciava e terminava as operações, não permitindo outros médicos terminarem o seu trabalho, porque: “A responsabilidade seria sempre minha.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 81).

A responsabilidade é um conceito que haverá de ser tão relevante para o médico quanto isto, mesmo com atrasos operatórios, as operações seguintes nunca eram desmarcadas por esse motivo, e ao limite ela provém também do Outro, visto que a dada altura pediu aos ajudantes que o chamem à atenção caso já não tenha real consciência das suas limitações. Mesmo tomando toda a responsabilidade, tem de se ter a humildade de reconhecer que poderá haver limitações pessoais que a ultrapassem (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 81). No fundo, responsabilidade não é apenas a espada de Dâmocles preparada para matar o decisor; ao limite, o decisor tem também o poder de se afastar, de decidir que o peso da responsabilidade pode ser maior do que a permissão da natureza sobre a forma humana. O processo normal da decadência e envelhecimento, a perda de capacidades, eventualmente a morte: de facto até a responsabilidade terá um limite.

Nas suas considerações sobre a responsabilidade, temos também uma particular ideia sobre a liderança: “Um líder assume a última responsabilidade” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 83). Como na figura daquele que ensina, o líder tem de entender fundamentalmente a importância de liderar por exemplo, mas para além disso terá de ter uma abordagem meritocrática com a valorização dos seus trabalhadores, deve aprender a motivar e a agradecer, e ganha a partir daí uma nova responsabilidade (mais ainda!): “Somos responsáveis por aqueles que treinamos.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 83). Se, no entanto, imaginarmos a última responsabilidade, quase nos recordaria de antigas realidades da liderança, de ideias dos dois corpos dos reis (um de carne e outro sagrado: um para sofrer caso a última responsabilidade tenha de cair sobre os ombros de alguém, outro para ser ungido (Kantorowicz, 1998)). Ser um líder, ter mais poder tutelar sobre outros, implica uma maior e radical responsabilidade.

Sobre esta responsabilidade, é também importante ter em conta que até tardiamente após a reforma era exercida, sendo a abdicação da mesma um fenómeno muito recente, pois sabemos que ainda faria algum trabalho nesse sentido quando é publicada a sua autobiografia, graças ao seu orgulho de uma mão estável, mas também às considerações das nossas entrevistas nas quais já admite ter parado:

Eu, pessoalmente, deixei de exercer medicina, porquê? Porque não tinha a certeza de poder fazer corretamente as coisas e mesmo nos últimos tempos só fazia aquilo de que eu tinha a certeza, tanto quanto é humanamente possível, de fazer bem feito. Se eu tivesse dúvidas, já não fazia. Cirurgia estética nos últimos anos não fazia, mas ao longo da carreira fiz imensa! Não fazia porquê? Porque não tinha a certeza se ia arranjar aquela coisa bonita que eu tinha visualizado e que a pessoa gostava. A pessoa só faz uma coisa dessas se quiser; é um bocado supérfluo, não é obrigatório. Pode-se querer ficar mais bonito, pronto; é legítimo querer ficar mais bonito, mas pode-se ou não se pode. O médico só pode fazer aquilo de que tenha certeza que faz em boas condições. Porque se não tem a certeza de fazer em boas condições, é melhor estar quieto. É uma responsabilidade enorme; a saúde das pessoas não é para brincar, portanto, isso agora é condicionado.

(Apêndice A)

Parece-nos evidente que a maior responsabilidade que se pode ter é a vida de alguém em mãos, quer estas tremam muito, pouco ou nada. E se nós por vezes sentimos o mesmo num sentido mais figurado a escrever uma *vida*, imagine-se de quem as tenta salvar literalmente.

3.21 Uma Filosofia da Vida

Vimos, em capítulos anteriores, que grande parte do seu pensamento provém de uma matriz, por um lado católica, por outro clássica e hipocrática, que informa a sua posição acerca da natureza da Vida, o limite da sua proteção como médico e agente no espaço público. Para além disto, coloca-se o conhecimento técnico sobre a vida humana que permite a Gentil Martins formular uma defesa da vida do berço (ou até antes disso) até à cova/sepultura.

Como abordaremos num outro capítulo deste trabalho, António Gentil Martins trabalhou para operar e salvar as vidas de gémeos siameses a partir do final dos anos 70 em operação arriscada e de grande complexidade. Nas suas considerações sobre elas notamos uma inquietação perante a desvalorização da Vida:

Infelizmente hoje em dia, com a ecografia pré-natal, já não nascem gémeos siameses nos países ditos avançados. São em geral, quanto a mim erradamente, abortados, esquecendo-se que muitas dessas crianças, bem acompanhadas e tratadas, podem vir a ficar pessoas inteiramente normais. [...] O nosso papel enquanto médicos é preservar a vida, e para mim sempre foi claro que salvar estas crianças era o meu dever. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 92)

Mas o aborto, para Gentil Martins como estudioso e médico, não é apenas imoral, mas anticientífico: “[...] a verdade científica permanece. E esta mostra hoje inequivocamente que o ser humano começa com a junção do óvulo com o espermatozóide e que a partir desse instante existe um desenvolvimento contínuo [...]” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 96), facto que seria confirmado pelo processo de fertilização *in vitro*. Logicamente, lembra-nos que se o feto é já um ser humano, que pela *Constituição da República Portuguesa*⁶⁹ e pela *Declaração Universal dos Direitos do Homem*⁷⁰, tem a garantia do direito inviolável à sua vida.

⁶⁹ “A vida humana é inviolável” (*Constituição Da República Portuguesa, Artigo 24.º Direito à Vida, I.º, 1976*).

⁷⁰ “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.” (*Declaração Universal Dos Direitos Do Homem, Artigo 3.º, 1948*).

Por estes motivos, é também altamente crítico da eutanásia, das barrigas de aluguer (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 97), mas acima de tudo, como pediatra e pela total ausência de escolha por parte do ser humano não nascido, do aborto. Para Gentil Martins, todos estes atos são protegidos ideologicamente pelos piores motivos, sendo o pior de todos o pragmatismo da morte sobre a realidade, hoje cientificamente conhecida, do fluxo contínuo da vida até à morte natural. Isto é o recusar-se do seu dever, o de tratar o Outro. Esta problemática, que começa no aborto, estende-se a uma tensão muito complexa que é transversal à sua ação como médico pediatra; (extensível, por exemplo, à questão que António Gentil Martins já tinha também colocado no que toca aos direitos dos médicos e pacientes) qual a primazia ao nível dos direitos? “penso que, nestes casos, olha-se excessivamente para a discussão sob o ponto de vista dos direitos dos adultos e não dos direitos das crianças.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 97). Perante uma situação entre um progenitor que aborta por ter o direito à primazia do seu próprio corpo, a resposta de Gentil Martins é apontar para o abortado, e explicitar esse mesmo direito.

Talvez a melhor forma de explicitar esta sua visão esteja presente numa antiga crónica:

Ninguém ainda alguma vez contestou que a vida humana era um todo contínuo, de evolução continuada e progressiva, sem paragens ou interrupções.

Assim, apenas por razões filosóficas, políticas, religiosas ou quaisquer outras, subjectivas ou discricionárias, procurando justificar o aborto, foram surgindo pseudojustificações, para afirmar que o embrião ou o feto, ainda não eram Seres Humanos, embora, potencialmente, lá pudessem vir a chegar...

Uns diziam que a vida tinha começado pelo “Big Bang”: mas qual seria a verdadeira origem da vida de cada um dos que assim opinava? Não teria sido a relação entre o seu pai e a sua mãe? (A. G. Martins, 2012)

3.22 Considerações sobre a Medicina

Nas suas considerações finais sobre a profissão, admite-nos que a Medicina é a melhor e a pior profissão do mundo. Permite ao médico uma satisfação eufórica nas vitórias, mas também lhe oferece um desespero intenso nas derrotas (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 88), e estas não são infrequentes ou leves. Gentil Martins pensa e repensa as suas perdas (e claramente na sua responsabilidade), bem como o que valeria a pena ou não fazer, se tivesse feito mais ou menos. Qual seria a diferença?

Um episódio de interesse, perante a necessidade de salvar um doente, acaba por criar uma técnica de correção, uma das suas muitas inovações na área, um único ato excepcional, mas o paciente, embora tivesse sido bem tratado e ter recuperado, torna-se deprimido até à idade adulta, tendo-se suicidado aos 22 anos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 94). Como esta história, na vida de um médico existem várias, e é impossível não considerar o peso da Vida, o seu desperdício, as suas idiosincrasias. Por outro lado, lembramo-nos o episódio d'«O Milagre de Fátima», em que uma criança em fase terminal acredita ter recuperado depois de uma peregrinação, mas que acabou por não funcionar, tendo falecido na mesma (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 75–76).

Podemos imaginar que os golpes de incontáveis crianças sofredoras terão na própria atitude e vida de Gentil Martins, que se vai apercebendo também do impacto psicológico das doenças nas crianças, famílias, e quem sabe, no médico também?

A doença representa sempre uma agressão psicológica mais ou menos violenta, dependendo da gravidade da própria doença, mas sobretudo da personalidade da pessoa e das suas circunstâncias. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 76)

O problema fundamental em qualquer operação, [...] é que o cirurgião só pode actuar de acordo com o que a natureza permite. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 92)

Graças a Deus, nunca estive irremediavelmente doente e quando penso na minha morte, gostava que fosse rápida. Afecta-me a ideia de viver em sofrimento, de perder capacidades. (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 89–90)

3.23 Homenagens

O seu trabalho em prol do Outro foi reconhecido, tendo sido homenageado incontáveis vezes, das quais destacamos: a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, atribuída em 2009 pelo Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva (Caras, 2009), e Grande Oficial também da mesma Ordem, em 1984; Medalha de Ouro do Ministério da Saúde, atribuído pela ministra Manuela Arcanjo, em 2001 (Arcanjo, 2001); o Grande Colar da Direção Geral de Saúde; Prémio Nacional de Saúde (2016), Prémio Dra. Raquel Ribeiro (Família e Comunidade); Prémio Júlio Cesar Andrino; INParties Gold Award (INParties, 2022); Fórum Saúde Século XXI⁷¹; a Medalha de Honra da Ordem dos Médicos Portuguesa; Medalha de Mérito da Real Ordem da Nossa Senhora de Vila Viçosa por Dom Duarte, Duque de Bragança (Bragança, 2007); as chaves da cidade de Miami e do condado de Dale nos Estados Unidos da América; destacado como uma das 100 figuras de maior relevo da História de Portugal pela RTP. Foi também homenageado na décima edição do *The Marquis Who's Who Publications Board* (1991/1992), uma listagem que pretende compilar biografias dos indivíduos que mais alcançaram na sua vida em todo o mundo (The Marquis, 1991); premiado também pela *Barons Who's Who*, no ano 2000 como membro oficial “The Europe 500” (Barons Who's Who, 2000); reconhecido pelo *American Biographical Institute* como membro à sua *Research Board of Advisors* desde 2006 (H. C. Collins, 2006); membro da Comissão de Ética no Desporto e Prémio de Ética no Desporto; tudo isto sem contar com os prémios relativos à própria cirurgia pediátrica (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 173). Nesse sentido, ganhou a Medalha da Sociedade Portuguesa de Cirurgia Pediátrica, tendo sido também fundador e membro benemérito (ex-membro n.º 16) da Academia Portuguesa de Medicina [comentário]. Os seus prémios mais conectados ao seu trabalho médico, temos felizmente também acesso a uma listagem mais completa do seu próprio *Curriculum Vitae*:

2º Prémio (salva de prata) Prémio Mendes Ferreira, do UICD (Colégio Internacional de Cirurgia Digestiva, com o filme sobre “Separação de

⁷¹ Algumas destas homenagens foram adicionadas após um dos seus comentários ao nosso trabalho. Se não forem suportadas por outra documentação, o seu livro ou *Curriculum Vitae*, é porque provavelmente apenas conseguimos confirmar a partir dessa fonte de comentários ao nosso texto. No entanto, isto não deverá constituir necessariamente uma menor confiança na informação visto que invariavelmente a fonte será a mesma, o testemunho de António Gentil Martins.

gêmeos Siameses Omphalopagus” (com distinção também obtida num festival de filmes médicos, na Jugoslávia (1979).

[...]

Prémio Silva Pereira (em conjunto com Francisco Gentil Martins e Mário Sousinha), do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil (1972).

Prémio Cirúrgico Rosado Pinto, HDE (1990 e 1999) (o melhor trabalho cirúrgico apresentado nas Reuniões anuais (anos de 1990, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1998) e Menção Honrosa na Reunião bi-anual de 1994.

Prémio de Mérito (“Prevenção em Oncologia”) L.P.C.C. 2012

Prémio Miller Guerra (Carreira Hospitalar – humanização na prática médica) (atribuído pela 1ª vez)

Prémio Médico de Confiança – estudo da Revista *Seleções Readers Digest* 2016-24% 2017-41% e 29% ,2018.

[...]

Prémio Nacional de Saúde, 2016.

Prémio Prof. Dr. Sobrinho Simões (LPCC) (vida dedicada à Oncologia) 2017

Prémio dos 35 anos da Sociedade Portuguesa de Oncologia (fundador em 1982) 2017.

Prémio “Defesa pela Vida” 2017 (Federação Portuguesa de Apoio à Vida).

Profissional do Ano (2004/2005) Clube dos Rotários (Portela)” Reconhecimento profissional por relevantes serviços prestados à Comunidade”.

Prémio Centenário do Rotary Clube Internacional (Distrito 19606), por Excelência Profissional (2005-2006).

2º Prémio da CNHQSS (com base no Serviço de Pediatria do IPOLFG)
(A. G. Martins, 2022c, pp. 7–8).

Para além dos frutos do seu trabalho e visão, continuou sempre a trabalhar enquanto pôde. Entre 1981 e 1983, foi Presidente da Associação Médica Mundial; em 1986, no ano em que saiu da Ordem, passou a ser diretor de um dos serviços do Departamento de Cirurgia no Hospital D. Estefânia; enquanto lecionava na Faculdade, colaborava com associações e organizações internacionais (desde organizações de Peritos da UE até como conselheiro da OMS) para a oncologia pediátrica (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 170).

O seu reconhecimento internacional é explícito em várias conferências internacionais, mas gostaríamos de destacar, por exemplo, a sua pertença como membro honorário à Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica (Associação Médica Brasileira, 1972), uma homenagem no 18.º aniversário da Casa de Moçambique (Enrique João, 2006); Foi Membro de honra da Société Internationale D’Oncologie Pédiatrique (SIOP); International Society of Pdiatric Surgical Oncology (IPSO); Consejero de Honor da Corporación Medica Española; International Society of Aesthetic Surgery.

Para além de conferências e pertenças a várias organizações internacionais, chamamos também a atenção para uma publicação em representação do comité executivo da IPSO escrita no sentido da sua homenagem. Depois de uma breve biografia, muito resumida, com os seus feitos, termina com:

It is with affection as well as admiration and respect that IPSO extends its congratulations ad warmest best wishes to Professor António Gentil Martins: friend, colleague, pioneer – and a man of many parts. (Rao & Plaschkes, 2000, p. 448)

A destacar também a sua importância em outra associação de âmbito internacional – O Movimento Internacional Lusófono (MIL) (Nova Águia, 2019); também na Sociedade Portuguesa de Pediatria e na Liga Portuguesa Contra o Cancro, da qual foi presidente três anos.

3.24 As boas separações

Retornando ao seu trabalho cirúrgico, parece-nos oportuno referir também uma série de operações inéditas, que propulsionaram a fama do Dr. Gentil Martins quase ao nível do heroísmo *folk*. Referimo-nos às bem-sucedidas experiências da separação de gémeos siameses, ou gémeos unidos. Algo que na altura estava próximo do impossível. Antes de Gentil Martins, no nosso país, já se tinha tentado pelo menos uma separação do género, mas sem sucesso⁷².

Antes das operações, sempre convivemos como sociedade com gémeos unidos. É talvez necessário ter em conta até a sua adoração religiosa em tempos antigos como na figura de Jano, deus do panteão romano da alteração e mudança, representado com duas faces, olhando em direções contrárias. Mas quem fala desta divindade mais próxima esquece-se, talvez, das suas versões anatólias, eslavas, e orientais (Kobylarz, 2014). É, portanto, pouco provável que não existissem gémeos a partilhar parte do mesmo corpo na antiguidade, mesmo aceitando todas as leituras mais simbólicas destes fenómenos. Houve uma série de tentativas desde a antiguidade de explicar a existência deste tipo de gémeos, e inclusive tentativas, bravas, mas frequentemente infelizes, de os separarem. A primeira tentativa documentada foi no século X, em Constantinopla (Kobylarz, 2014), e nenhuma das tentativas seguintes seria bem sucedida até 1689 com o esforço de Johannes Fatio (Kompajne, 2004).

É complicado, no entanto, obter um consenso sobre como medir o sucesso destas operações, poder-se-ia dizer que já em 945 d.C. houve uma separação bem-sucedida, na qual apenas morreu um dos gémeos, mas confrontamo-nos depois com a realidade da sua iminente morte apenas três dias depois (Kobylarz, 2014; Pentagalos & Lascaratos, 1984). A taxa de sucesso deste tipo de operações é muito baixa, mesmo hoje-em-dia a taxa de sobrevivência situa-se em 60% nos gémeos que são submetidos à separação (Brizot et al., 2011). Não consiste numa operação corrente, feita de ânimo leve, mas sim de uma complicada tarefa que nunca tinha sido executada com sucesso neste país.

⁷² Esta afirmação poderá ser contenciosa para alguns, pois quando Moçambique era ainda uma província portuguesa, um par de gémeos teria sido operado por um cirurgião pediatra português e sobrevivido. Segundo o testemunho de António Gentil Martins, este soube da operação do Dr. João Aragão e Rio anos após a sua primeira operação. Sobre esta figura algo discreta, ainda não conseguimos encontrar documentação que apoie o testemunho.

Foi no ano de 1978, onde qualquer tentativa seria perigosa e com pouca probabilidade de sobrevivência para os pacientes. Gentil Martins, como bom estudioso, fez bem a sua pesquisa antes de se aventurar. Um dos autores que destaca para a sua formação neste sentido foi Bernard Duhamel, na literatura sobre malformações congénitas. Para além desses estudos mais teóricos, foi também a Londres especificamente para ver um vídeo relativo à temática (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 90–91).

A ideia do Dr. Gentil Martins para a primeira operação era conseguir, por todos os meios e habilidades, salvar as duas gémeas, sabendo que de outra forma não conseguiria ficar bem com a sua consciência (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 91). Foi um processo moroso, 12 horas de operação. Para além disso, por causa da natureza rígida do seu método, mal tinha dormido na noite anterior, mas ainda assim prosseguiu. De uma forma que seria muito «sua», deu uma enorme relevância ao elemento estético da própria operação, algo que iremos abordar mais tarde nesta biografia, e deu-se ao trabalho de se preocupar com o pormenor da reconstituição do umbigo ausente (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 91).

Tendo em conta a importância deste tipo de cirurgia para a vida das várias pessoas envolvidas, não nos surpreende a afirmação de Magda Fernandes, uma das gémeas tratada por Gentil Martins: “[...] foi o meu renascer. O renascer de um ser individual que ganhou a possibilidade de lutar pelos seus objectivos profissionais e pelos seus sonhos [...] Grata para a eternidade.” (F. Magda, personal communication, March 22, 2015).

Separou, no total, 7 pares de gémeos, tendo sobrevivido 9 crianças, um acontecimento que, até para os padrões de hoje, é excepcionalmente raro. Uma das mortes deveu-se ao facto de um dos gémeos já estar morto, o outro por isso não sobreviveu. Outro par operado faleceu logo após a sua cirurgia bem-sucedida, por causa de um defeito enzimático (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 91). Este defeito devia-se à elevada temperatura de 41 graus dos pacientes após a operação, que acabou por não ter sido detetada pela anestesista. Outra morte parece ter sido causada por questões burocráticas⁷³ (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 92). O problema fundamental, para Gentil Martins, é a limitação/permissão da natureza. Há, no fundo, batalhas que já estariam perdidas, pessoas que, independentemente do esforço do médico, não sobreviveriam. Como exemplo, teve três pacientes

⁷³ Obrigou-se a tratar a criança em questão numa unidade de cuidados intensivos de adultos, algo que Gentil Martins dá a entender que poderá ter contribuído para seu falecimento. Tivesse talvez sido mais acompanhada numa ala específica de crianças e com cuidados mais direccionados, possivelmente sobreviveria.

com um único coração, que estaria tão malformado que não serviria para nenhum deles. Notamos que estas circunstâncias tão definitivas lhe são extremamente custosas (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 92).

Depois de ter tido um sucesso tão fora de comum, como seria espectável, recebe todo o tipo de louvores e congratulações, tanto de além mar dos seus colegas no Brasil (Stephenson Mattos, personal communication, September 20, 1989), como dentro das fronteiras, como aqui exemplificado:

Encarrega-me a Senhora Ministra da Saúde [na altura, Leonor Beleza] de comunicar a V. Ex^a o seu apreço e satisfação pelo êxito da operação de separação das gémeas feita nesse hospital.

Mais solicita a Senhora Ministra que transmita também à equipa que procedeu à intervenção as suas felicitações pelo elevado nível técnico e científico demonstrando que em muito dignifica a medicina portuguesa. (Manuel de Lemos, personal communication, September 8, 1989)

3.25 E depois da reforma?

Talvez a derradeira expressão do seu vanguardismo na vertente profissional e médica se note na experimentação tecnológica. Em 1996, tentou modernizar o SNS também através da telemedicina, mas sem êxito na altura: “em colaboração com o director do Serviço de Electroencefalografia do IPO e um especialista informático” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 81), tentaram fundar o projeto *Telemednet*, de forma a implementar um serviço de apoio ao diagnóstico médico, cujas bases seriam a de um sistema de informação e uma plataforma de comunicação multimédia (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 81). Apesar de a ideia parecer estar encaminhada, talvez até com apoio político e com extensão aos países de língua portuguesa, o projeto acabou por não se concretizar. Tentou ainda estabelecer mais projetos de telemedicina em 1998 e 2001 no Hospital D. Estefânia, inclusive com contactos internacionais, mas as insuficiências técnicas não permitiram que estes avançassem. Apesar de a administração ser informada destas insuficiências, “em 2006 tudo acabou por aparente falta de verbas” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 82).

Antes disso, em 2002 tentara, junto da DGS, que se atribuisse um valor financeiro às ações de telemedicina. Também estendeu a tentativa, nos anos seguintes, da criação da prática da telemedicina no IPOFG de Lisboa. Outro esforço sem sucesso, embora eventualmente a telemedicina fosse lá também implementada anos depois (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 82). O motivo pelo qual houve tamanha luta contra a corrente deve-se à sua visão da telemedicina como uma forma de também favorecer parcerias internacionais e até de prestigiar as nossas próprias instituições (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 82–83) algo que não foi bem tratado e entendido na altura. Atualmente, nos tempos de aceitação dos processos tecnológicos, é comum o trabalho remoto, mas também a telemedicina, com inúmeras aplicações para dispositivos pessoais, para praticamente todas as áreas da saúde. Poderíamos imaginar, talvez, o quão avançada estaria a nossa Saúde se tivesse desenvolvido todas estas ideias nesta altura.

Hoje, vale a pena mencionar a sua extensa atividade após as forçosas reformas do ano 2000, ficando-se com uma ideia do que mantém Gentil Martins tão preso à vida: “Importante é não estar parado, não ficar todo o dia sentado. E, ao mesmo tempo, exercitar o espírito: ler, ouvir música, pensar em coisas, discutir problemas, estar atento aos outros...” (Félix, 2013, p. 125). Mesmo a reforma que em muitas vertentes abomina e combate, querendo ainda ser útil, deve ter sabido bem, nem que seja apenas no dia do seu jubileu. Imagine-se, pois, o cenário:

No passado dia 10 de Julho cessou funções no Hospital D. Estefânia, por ter atingido o limite da idade, o Prof. António Gentil Martins, ex-bastonário da Ordem dos Médicos (mandatos 1977-79, 1980-82 e 1983-85). Na semana anterior, mais de duas centenas de colegas e amigos do agora jubilado encheram por completo o auditório da Ordem, na Avenida Gago Coutinho, em Lisboa, numa homenagem - «reunião de amigos» - cheia de simbolismo. Após a introdução e apresentações, a cargo da Dra. Ana Paula Lucas, usaram da palavra os Profs. Mário Gentil Quina (primo do homenageado, também ele já jubilado pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa) [será também importante mencionar ao leitor que Mário Gentil Quina, para além de um médico cirurgião de renome, foi também um atleta Olímpico dos jogos de Roma de 1960, tendo recebido a medalha de prata na classe *Star* de barcos à vela, e tendo participado em três outros jogos. Faleceu pouco depois desta homenagem, em 2017 (Petiz, 2017)], José Mateus Marques (do Hospital D. Estefânia), Maria Gertrudes Gomes da Costa (da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa), Rui Rosado (do Hospital de D. Estefânia) e Jorge Soares (do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil), bem como o actual bastonário, Prof. Germano de Sousa. A sessão terminou com um emocionado improvisado de agradecimento do próprio Prof. Gentil Martins. Recorde-se que dias antes, António Gentil Martins havia sido galardoado em Coimbra, durante o *X Congresso Nacional de Medicina*, por proposta do Conselho Regional do Sul, com a Medalha de Mérito da Ordem dos Médicos. (Medi.com, 2000)

Felizmente, a vida não acaba na reforma, e a aprendizagem e o desenvolvimento também não cessam apenas porque sim. Depois de termos conhecido António Gentil Martins, é evidente a sua vasta atividade e agenda preenchida, desde cerimónias de homenagens, entrevistas, artigos para entregar, lançamentos de livros, a cartas abertas e críticas a fazer nos seus grupos de trabalho.... Consideramos que se trata de uma demonstração de como se manter bem vivo ao longo do tempo mesmo para além da reforma – uma preenchida agenda.

Na vida para além do trabalho, na defesa dos que já trabalharam e já muito sabem, o Dr. Gentil Martins entendeu que o mundo não se suspende quando se sai da chamada “idade ativa”. Colaborou, como nos é dito por Alberto Regueira em conferências várias do CIDSENIOR, um movimento de cidadania sénior:

[...] vi nele uma personalidade [...] totalmente comprometida com a defesa dos direitos (e dos deveres também) dos cidadãos sénior na sociedade portuguesa, consciente do enorme contributo que ainda estamos em condições de assegurar ao nosso País, à imagem e semelhança do que ele há décadas tem feito no seu sector de eleição, embora não exclusivo – a Saúde Pública. [...] encontrei no Dr. Gentil Martins um dos participantes mais comprometidos e entusiastas nesse projecto [relativo ao projeto “Contribuições para a reforma do Estado”]. Das 11 conferências [...] creio que o Dr. só faltou a uma e por estar no Brasil.” (A. Regueira, personal communication, February 17, 2015)

A atividade, por sua vez, evidencia um certo vigor ou vitalidade, mas também um certo espanto geral para quem a vê do «outro lado». Numa crónica de 2009 dum pequeno jornal local, Reynaldo Mendes é surpreendido ao ver que António Gentil Martins, já septuagenário, ajuda uma senhora com os seus volumes e malas da saída do comboio até ao metro. Esta surpresa para o autor não é, evidentemente, apenas acerca da sua dinâmica em idade mais avançada, mas ajuda:

[...] emergiu do labirinto um cavalheiro que sem dar tempo a recusa, pegou num dos volumes mais pesados, transportando-o da linha 6 em que o comboio entrou até ao átrio da estação que dá acesso ao metro onde ele se dirigia. Era uma figura alta, com idade supostamente superior aos 70 anos e muito comunicativo, ao ponto de nos desejar um Feliz Natal e ótimas Boas Festas [...] só então compreendi que se tratava de António Gentil da Silva Martins [...] Já viajava noutra meio de transporte e ia meditando na humildade daquela figura pública e de quanto ela pode servir de exemplo [...] (Mendes, 2009, p. 16)

Em 2015, venceu o prémio Miller Guerra (na sua segunda edição), tendo sido proposto pelo Dr. José Mário Martins, na altura Chefe do Gabinete do Bastonário da Ordem dos Médicos, como confirmado numa carta datada de cinco de Maio desse mesmo ano (J. Martins, personal communication, May 5, 2015). Dessa candidatura, houve a angariação de toda uma série de testemunhos e cartas relativas ao seu trabalho, o seu esforço de humanismo, e a sua vida. Na sua candidatura, contou com o abaixo-assinado de 807 apoiantes (A. G. Martins, 2015c). Na lista de depoimento desses mesmos apoiantes segue frequentemente a sua justificação, entre os quais destacaria o testemunho de Emanuel Jorge Melim: “Este homem salvou a minha filha... não é preciso dizer mais nada” (Vários, 2015, p. 4); de Idalina Mendes Garcia: “Um Senhor, um Humanista, um Homem, um Médico” (Vários, 2015, p. 5); de Manuel Resende: “Um Santo do céu que desceu à terra” (Vários, 2015, p. 8). Terá o leitor de imaginar que como existem estes três testemunhos pessoais de reverência a Gentil Martins, existem mais centenas, e muitos deles com uma paixão, respeito e gratidão que quase se aproximam à adoração.

Ao longo dos relatos e mensagens de apoio, surge a ideia não só de uma bondade, caridade e humanismo presentes na sua ação, mas também o desenvolver da amizade pelo doente, o seguimento da sua vida:

[...] ainda há pouco recebi um contacto telefónico do Dr. Gentil Martins, que me emocionou sobremaneira, para saber se estava tudo bem comigo, com a minha filha, com os meus pais, enfim... um médico, mas sobretudo, um amigo cuidadoso [...]. (N. Novais, personal communication, March 20, 2015)

Torna-se explícito também o acompanhamento de Gentil Martins aos seus pacientes, e o seu cuidado como uma espécie de injeção de forças: “Quando menos esperava, ligava-me, dando-me força ajudando-me com as suas palavras de conforto e animo [sic] preocupando-se, sempre, com o meu estado clínico.” (M. Almeida, personal communication, February 26, 2015).

Em 2016 ganhou o prémio Prémio Dra. Raquel Ribeiro (Envelhecimento Activo e Solidariedade entre Gerações.) na categoria “Família e Comunidade” (A. G. Martins, 2022c, p. 8; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2023).

No dia 7 de Abril de 2022, Gentil Martins (num evento conjunto com Dra. Maria de Belém Roseira) foi agraciado, no dia mundial da saúde, com um doutoramento *honoris causa* da Universidade Europeia (Ordem dos Médicos, 2022). De uma forma, demonstrando ainda a sua relevância no plano académico e médico, de outra forma como homenagem. A cerimónia em questão contou com várias intervenções de grande interesse e relevância, e foi objeto de um *streaming* em direto, disponível para a posteridade através do canal de *Youtube* da Universidade (Universidade Europeia, 2022). Tendo tido acesso ao manuscrito do próprio discurso, conseguimos reproduzir aqui uma parcela de interesse e novidade, pelo menos no que toca também à própria natureza dos esforços académicos de António Gentil Martins:

Curiosamente, em 1969, já lá vão 53 anos, em Madrid, no Congresso da fundação da Sociedade Internacional de Oncologia Pediátrica, apresentei um trabalho inovador e controverso, embora agora universal: a “poliquimioterapia” dos Nefroblastomas, Isto na época em que dominava a Escola Francesa, da Radioterapia.

Uma Revista Americana solicitou-me autorização para publicar o trabalho, o que recusei, argumentando que seria a base para a minha Tese de Doutoramento, o que acabei por nunca concretizar dado ter optado por outras prioridades e o tempo não ser elástico: os Doentes, os Hospitais, a Faculdade, a Ordem dos Médicos e a Família.

Agora, contudo, e como que por milagre, nunca tendo feito o Doutoramento “Clássico”, tenho agora o privilégio de ver concretizar-se esse sonho perdido: o Doutoramento que me é concedido pela Universidade Europeia. (A. G. Martins, 2022b, p. 4)

Depois de tanto ter feito, e tanto ter desenvolvido no país, e para além do mais ter tido o reconhecimento das nossas instituições e figuras de Estado, calculamos que não haverá melhor representante do louvor que haverá por Gentil Martins do que aquela do próprio povo, aquele que foi tratado, beneficiado e protegido. Exemplificado na carta de uma humilde senhora de Pero Pinheiro, da qual me irei abster de colocar «sic» de forma a não estragar a experiência estética da leitura da mensagem de uma poética accidental:

Não tenho palavras para lhe dizer o quanto me fez feliz receber uma carta do Sr., de um amigo que fez tão grande generosidade de uma coisa que passei na minha vida tão triste, mas envergonhada, que fui mal agradecida, quando o vejo na televisão fico muito contente e digo “olha o meu grande amigo” [...] Graças a Deus, fiz 85 anos no dia 7 de Janeiro – atrapalhada das pernas, andarilho, agarrada as paredes [...], mas a cabeça está bem. Desculpe os erros. (M. I. F. Sérgio, personal communication, May 10, 2014)

Como esta carta, imaginemos outras mais, várias que o colocam ao nível da santidade, ou como diria a senhora Maria dos Anjos Jesus Henriques Pontes numa carta não datada: “Ao longo da vida, este Homem foi construindo um banco no Céu” (M. Pontes, personal communication, n.d.).

3.26 Sobre o espírito desportivo e seu o futuro

Decidimos, antes de abordar o percurso desportivo num subcapítulo mais adiante, desenvolver primeiro aquilo que são algumas considerações recentes sobre o futuro do desporto por António Gentil Martins. A divisão foi estabelecida pelo papel que é desempenhado em duas vertentes, no próximo subcapítulo como atleta, e neste como membro do Comité Olímpico e defensor dos seus ideais. Por esse motivo, vamos primeiramente abordar o seu papel no associativismo desportivo.⁷⁴ Atualmente, encontramos António Gentil Martins preocupado com questões referentes às normas e práticas do Comité Olímpico Internacional, Gentil Martins enviou um *e-mail* ao mesmo e a várias outras pessoas ligadas à instituição. A mensagem é cristalina: o Comité Internacional tende a dar responsabilidade às federações para decisões que António Gentil Martins vê como da responsabilidade do Comité Internacional, e para mais, nas últimas declarações que tinham saído, nomeadamente à participação de pessoas trans, não haveria praticamente nenhuma referência a ciência ou biologia (A. G. Martins, personal communication, November 18, 2021).

Num texto escrito um pouco antes (“Os Jogos Olímpicos e o futuro...”), no mês de agosto desse mesmo ano, Gentil Martins demonstra as suas posições e preocupações. Efetivamente, o que está em causa é a alteração do próprio ideal Olímpico:

Na velha Grécia, no respeito das suas crenças religiosas, existiam as “Tréguas Olímpicas”, cessando todas as lutas no período dos Jogos Olímpicos (antes, durante e depois). Contudo, devido à progressiva pressão para obter benefícios e vantagens financeiras, facilmente se chegou à corrupção, com progressivo enfraquecimento dos ideais de honra e glória, a tal ponto que cerca de mil anos após o seu início em 762 a.C., eles acabaram por terminar durante o Império Romano (762 d.C.). (A. G. Martins, 2021b, p. 1)⁷⁵

⁷⁴ Sobre as questões que serão mencionadas a seguir, apontaremos também para a leitura dos nossos Apêndices B e C.

⁷⁵ A (não) visão atual sobre o conceito de «Honra» é algo que pesa muito a António Gentil Martins. Numa das nossas entrevistas, é notório o problema do desaparecimento completo desta ideia na vida contemporânea (Apêndice B)

Evidencia-se uma certa repetição deste ciclo histórico na leitura de António Gentil Martins. Gentil Martins entra nos problemas que envolvem o dinheiro e a história dos Olímpicos: como por exemplo o facto de em certas modalidades, apenas atletas de um determinado estatuto económico poderem de facto conseguir participar; o facto de pelo menos haver precedente para que os atletas não devessem poder fazer dinheiro das suas habilidades atléticas fora dos Jogos Olímpicos (A. G. Martins, 2021b, p. 1); ou até o facto de a própria organização logística dos Jogos ser difícil e cara, e as somas que envolvem (A. G. Martins, 2021b, p. 2). Acima de tudo, no entanto, o problema parece ser não um económico, mas de declínio, lembrando-nos que já também não se praticam desde os Jogos de Los Angeles as competições intelectuais que seriam mais do que próprias do espírito Olímpico (que incluiriam a Arte, Música, Poesia, Literatura, todas estas categorias que o autor considera relevantes serem integradas como forma também de evolução e atualização) (A. G. Martins, 2021b, p. 1). A ter em conta que este declínio dos valores Olímpicos se verificaria também na própria visão da representação e propaganda/demonstração política dos atletas, ou melhor, na permissibilidade da mesma fora da aldeia Olímpica. É claro para António Gentil Martins que isto será uma violação do espírito e dos valores Olímpicos, e para além do mais das “Tréguas Olímpicas” como referenciadas anteriormente (A. G. Martins, 2021b, pp. 2–3). Como nos aponta no fim do texto:

[...] estaremos suavemente a aproximarmo-nos do final dos Jogos Olímpicos, como sucedeu na antiga Grécia [...]? Os Jogos Olímpicos deixarão de ser neutros e um caminho para a Paz. Felizmente ainda se manterão os aspectos Circenses e os Campeonatos do Mundo... (A. G. Martins, 2021b, p. 3)

Relativamente à participação Olímpica de pessoas trans, Gentil Martins terá criado recentemente um documento a compilar todos os relevantes materiais de estudo para se retirar elações acerca desse mesmo tema. Infelizmente, referimo-nos a um documento que nos chega não datado, mas que apontaremos para algo anterior a 20/12/2022, visto que outra documentação nos permite «triangular», pela utilização desta mesma informação enviada para uma instituição internacional. António Gentil Martins recordou-nos que começou por abordar este tema tão cedo como em 2016, quando escreve a Dr. Richard Budgett, o Presidente do Departamento Médico e Científico do

Comité Internacional Olímpico (A. G. Martins, personal communication, September 24, 2016). Nessa troca de ideias, António Gentil Martins já tece algumas das críticas que apresenta mais formalmente neste próximo documento. Um desses pontos contenciosos deve-se aos níveis de testosterona que teriam sido decididos pelo Departamento chefiado por Budgett, que para António Gentil Martins não fazem sentido:

We suggest that, considering that the normal levels for male and female of testosterone are respectively 9.99nmol/L to 34.tnmol/L and 1nmol/L to 2.5nmol/L, that the level accepted be lowered from 10nmol/L to simply 5nmol/L, if (wrongly, in my opinion), the IOC insists that transgenders are still allowed to compete as females, if even in the last year, their testosterone has been kept at “female levels”. (A. G. Martins, personal communication, September 24, 2016, p. 2)

A solução aqui apresentada seria a de que nenhuma competição para mulheres pudesse estar acima dos 5nmol/L para corresponder aos níveis comuns, na generalidade, das competidoras. Dessa forma, ninguém com um nível muito mais elevado poderia ter uma exagerada vantagem biológica na competição. Para além do mais, num outro tema, António Gentil Martins defendia também neste primeiro documento que 12 meses serão insuficientes para baixar o nível de hormonas da pessoa, discordando também da decisão que o permitiria (A. G. Martins, personal communication, September 24, 2016). Considere-se a seguinte situação: se um atleta cresce (biologicamente) como um homem, passando pela puberdade com muito mais testosterona e conseqüente musculatura, não seria também normal que tivesse a «vantagem» biológica desses anos que as outras atletas não tiveram?

Este novo documento de 2022 é também apoiado por uma visão informada pela biologia e cujos temas a analisar seriam os “Homens LCBGQ+ pretendendo actuar nas competições do sexo feminino [e] O hiperandrogenismo” (A. G. Martins, 2022a, p. 1) Acerca destes dois temas, achamos por bem clarificar a distinção – As pessoas trans poderão estar em processos de alteração da sua escolha, ao invés que as mulheres com hiperandrogenismo apenas têm um distúrbio endócrino que as faria ter um excesso de testosterona quando comparadas às mulheres sem esse distúrbio. O que foca o documento, para além de uma definição biológica destas realidades físicas

do próprio atleta, é também o que se poderia chamar um esforço de evitar o que António Gentil Martins chama “a simulação e a fraude, na ambição desmedida de ser o melhor” (A. G. Martins, 2022a, p. 1), uma crítica que é apontada aos homens (biologicamente) LCBGQ+ que pretendiam participar como mulheres biológicas. Neste esforço há a demonstração das diferenças musculares e hormonais entre os sexos, mas também a demonstração empírica das evidentes diferenças entre os diferentes sexos, como por exemplo nas diferenças dos recordes mundiais de homens e de mulheres. Não tendo necessariamente o desejo de entrar em temas complexos, resta-nos dizer acerca deste trabalho que, na sua conclusão, chega ao resultado acerca destes dois temas distintos que [1] as pessoas trans não devem “em nenhuma circunstância [...] poder concorrer em provas femininas” e [2] (neste campo apenas ao sexo feminino) que as atletas com hipergenitalismo deverão poder ter acesso a duas categorias: “uma com valores inferiores a 2.5nmol/L e outra com valores superiores”, traduzindo, quer uma categoria com valores mais «comuns» (à falta de melhor expressão) de testosterona para o sexo feminino e uma categoria que poderia, naturalmente e sem dopagem, produzir mais (A. G. Martins, 2022a, p. 5). Esta segunda categoria, no entanto, nunca poderia ser acima do mínimo dos homens de 9,9 nmol/L, e seria apenas justificada se houvesse atletas suficientes na situação de hipergenitalismo.

Entendemos que este tema é de extrema sensibilidade nos tempos que correm, por motivos tanto políticos como académicos. Apercebemo-nos que às identidades, inclusive às identidades de género, é progressivamente dada maior importância culturalmente, e que tal como nos diz António Gentil Martins em muitos outros contextos, toda a gente tem o direito ao desporto (até o faz neste mesmo estudo (A. G. Martins, 2022a, p. 1)). Mas seguir neste caso a lógica científica é também entender que poderá não haver apenas a leitura dos Estudos de Género, das mais modernas perspetivas das ciências sociais, mas que também haverá um espaço para o debate no que toca ao sexo e as ciências biológicas e médicas. António Gentil Martins sabe que estas considerações terão todas de ser tomadas em conta para as difíceis decisões que as instituições como federações desportivas ou mesmo o Comité Olímpico Internacional terão de tomar e, por isso mesmo, depois da formulação do estudo decide enviar as suas conclusões a esse Comité Internacional, bem como à *World Olympians Association* (WOA). Nesta correspondência, António Gentil Martins e o seu grupo de trabalho defendem as suas propostas que consideram erradamente polémicas, e aceções acerca da natureza biológica dos atletas participantes (AAOP, personal communication, December 10, 2022).

No entanto, é claro também que os seus problemas com a representação olímpica não se ficam por aqui. Em 2022, trocou correspondência com a AAOP também no sentido de integrar os atletas de Federação Russa e da Bielorrússia nas competições olímpicas. A sua visão é a de que o princípio Olímpico de tréguas inclusive deverá constituir uma absoluta obrigatoriedade da neutralidade política no que toca aos Jogos Olímpicos. Torna-se então evidente que estes atletas, desde que cumpram as regras como quaisquer outros, se afastem de doping e que mantenham o ideal do atleta olímpico, não merecem de todo ser discriminados pelas instituições que representam este ideal. Note-se que esta posição é apoiada naquilo que são os princípios fundamentais olímpicos do primeiro artigo (pontos 1.2, princípio da neutralidade política e 1.4, rejeição de discriminação de qualquer tipo e por qualquer motivo) (A. G. Martins, personal communication, October 7, 2022). Este debate surge no seguimento de uma condenação da AAOP das ações da Rússia no teatro de operações, datada de 27 de Fevereiro de 2022, condenação essa que, levada ao limite, poderia significar o efetivo boicote à sua participação (SAPO, 2022).

3.26 Vida para além da Medicina: A lira, o disco e as considerações estéticas

Esta secção da biografia trata o elemento “extra-curricular” da vida de Gentil Martins, algo que nos dá uma visão bastante mais completa do homem, e da sua visão do mundo. Decidimos juntar, como diria Sócrates⁷⁶, as «duas cordas» que poderão ser mais tensas ou relaxadas, a música e a ginástica (no seu termo mais antigo e menos específico)

Enquanto jovem, como muitos outros, Gentil Martins interessou-se por música e desporto. No lar, toda a família era virtuosa em um qualquer instrumento, e Gentil Martins, entre os 10 e os 16 anos, ficou encarregue do violino. Participou num programa de jovens na Emissora Nacional, oferecendo aos ouvintes uma sonata de Corelli. Quando envelheceu um pouco, na altura da sua entrada na Faculdade, apercebeu-se que preferia escutar quem tocasse verdadeiramente bem: “[...] só durou até eu entrar para a Faculdade de Medicina e deixar de gostar de me ouvir [...]” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 36) Considerava a sua disciplina de Anatomia no 1º ano de estudos médicos como um verdadeiro *numerus clausus* da Medicina, e incompatibilidade com o ser-se um aceitável violinista⁷⁷. O que menos apreciou neste seu percurso artístico, como muitos outros jovens também, foi a prática de solfejo, que fez durante três anos no Conservatório Nacional de Música, tutorado por Maria Belissa da Silva. Tornou-se, ainda assim, fundador da Juventude Musical Portuguesa (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 37).

Relativamente ao desporto, tem um percurso ainda mais extenso, tendo começado com o voleibol pelo Olímpico e depois pela equipa Clube Internacional de Football (CIF). O CIF terá sempre relevância para Gentil Martins como o seu clube predileto. Também pelo CIF, foi campeão de Lisboa de Badminton em pares mistos, modalidade que o próprio introduz em Portugal. Foi vice-campeão em Lisboa de ténis de mesa, em infantis. Fez atletismo, tornando-se vice-campeão universitário de 400 metros barreiras. Foi, no entanto, com o tiro onde mais se destacou. Internacionalizou-se como campeão de Portugal de carabina livre (a 50 metros) e de espingarda de guerra (a 300 metros). Para além destas modalidades, também com pistola de precisão a 50 metros. Passa a ser atleta olímpico nos jogos em Roma (1960) “com pistola de velocidade

⁷⁶ Sobre esta relação, convidamos o leitor a ler *A República* com a nota de rodapé 130 de Gala. As cordas da alma humana poderão ganhar tensão ou libertá-la. Um interessante apontamento metafísico (Platão, 2021, pp. 158–159).

⁷⁷ Relembramos que quando carecem de alguma fonte citada, as afirmações de António Gentil Martins virão dos seus comentários ao nosso texto.

(silhueta)”. Será impossível não traçar o paralelo ao pai, outro grande atleta, e de tiro também. Recordamos que António Augusto não se ficava por aí, um homem a quem Gentil Martins chama frequentemente «o mais completo atleta português de sempre» campeão de Portugal e recordista em salto em altura, comprimento e largura, bem como lançamento de peso, do dardo e do disco, tendo também sido o primeiro atleta a representar Portugal nos Jogos Olímpicos em duas modalidades diferentes; tiro à pistola livre e pistola automática e lançamento do disco. Recordamos também que António Augusto Martins foi atleta olímpico em 1920 (Antuérpia), 1924 (Paris) e 1928 (Amsterdão), e no ano em que não houve tiro nos Jogos Olímpicos, ganhou o campeonato de tiro com espingarda, na posição de pé.

Um bom exemplo da interceção entre a sua relação com o pai e o desporto evidencia-se no tiro, mas quiçá também nas relações que o desporto proporciona. António Gentil Martins falou-nos, infelizmente apenas fora das nossas entrevistas, do “Pai Montez”. De quem falava era de António Duarte Montez, que a dada altura se tornou, para além de atleta de tiro, proprietário da Espingardaria Central (uma notória e conhecida loja na zona do Rossio). Citaremos uma parcela mais ampla de um artigo de jornal apenas para tentarmos contextualizar esta relação da melhor forma possível:

Era na sua loja e na Sociedade de Tiro n.º 2 que tinha os seus melhores amigos. O melhor destes era também o seu mais temível adversário no tiro desportivo. António da Silva Martins, esse amigo, médico emérito e colaborador de Egas Moniz, foi considerado o atleta português mais completo de sempre. Era o pai de António Gentil Martins, que havia de seguir os seus passos, na medicina e no Olimpo. Por causa do trespasse da espingardaria, Montez não pôde acompanhar o amigo António Martins aos Jogos Olímpicos de Antuérpia, ficando desde logo a promessa de que viajariam juntos para Paris, em 1924, assim os tiros permitissem. [...]

Em 1928, nos Jogos Olímpicos de Amesterdão, António Montez estava também entre o lote dos atiradores. Mas, nessas Olimpíadas a modalidade de tiro foi excluída. Nada que impedisse António Montez de ampliar o seu pecúlio de títulos, só interrompidos por António Martins, mais novo, que estava no auge. A competição, porém, apenas

sedimentava a amizade que os unia. Foi um acidente na carreira de tiro de Pedrouços que quebrou este laço. António Martins, que era um homem meticoloso, estava a acertar a mira da sua carabina, esquecendo-se de que esta estava carregada. A bala perdida deixou uma viúva e três órfãos: Francisco, Alice e António Gentil Martins, que tinha poucos meses de vida. Desde esse fatídico 3 de outubro de 1930, António Duarte Montez nunca deixou de usar um laço negro.

E, discretamente, nunca perdeu o trilho à família Gentil Martins. «Tinha 13 anos (1943), quando António Montez apareceu na minha vida, entusiasmando-me para o tiro», recorda António Gentil Martins, hoje com 82 anos. «As armas e as munições eram muito caras e eu não tinha dinheiro. Ele ajudou-me muito. Devo a ele a minha participação nos Jogos Olímpicos de 1960, em Roma. Era o meu tutor e patrocinador. Chamava-lhe "pai" Montez.» (Cabral, 2013)

Num dos seus comentários ao nosso trabalho, António Gentil Martins recordou-se desta relação, tendo inclusive mencionado que o «pai Montez» lhe tinha emprestado as suas armas, que lhe tinha dado munições até ao jovem António Gentil Martins ter dinheiro para as comprar já com o seu ordenado de médico, e também que lhe tinha facultado a sua primeira pistola, na carreira de tiro do [x] Comercial quando tinha 14 anos.

António Montez foi recentemente homenageado pela família com uma publicação e, como é claro, António Gentil Martins teve de participar e dar a sua amigável palavra. Num documento com as suas considerações, conseguimos retirar considerações importantes não só sobre o peso do “Pai Montez” na sua vida e desenvolvimento, como também na formação de um ideal desportivo que fosse limpo e que contivesse até numa potencial rivalidade, uma grandiosa amizade:

Uma das coisas que sempre mais me impressionou foi ver chegarem-lhe as lágrimas aos olhos sempre que falava do meu Pai [...]. Dessa excepcional amizade, que já se traduzira pelo facto de após a morte de meu Pai ele ter passado a usar sempre um laço negro, terei sido eu certamente, dessa genuína amizade, o maior beneficiário. [...] também defendia [...] que os outros atiradores são apenas outros concorrentes e

não nossos adversários, a todos aconselhando e ajudando, numa genuína solidariedade desportiva e humana. (A. G. Martins, 2021c)

Acerca da realidade do desporto, vale a pena ler uma certa consideração do próprio: “[...] a minha vida desportiva teve muitas outras frentes, pois gostava imenso de competir e nada de perder.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 37). É esta ânsia de vitória que vemos em todas as outras vertentes da sua vida. Foi campeão de Lisboa, em ténis de mesa, juvenis pela equipa da CIF e também campeão de Portugal de voleibol (1.^a divisão) pelo mesmo clube.

Há, para além do mais, o episódio que derradeiramente demonstra a junção da música ao desporto numa completa experiência estética, quando na Aldeia Olímpica de Roma escuta Adhemar Ferreira da Silva, o próprio “Orfeu Negro”⁷⁸, a tocar o seu “violão” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 38). Acabou, pela sua experiência, por tornar-se fundador e presidente da Associação dos Atletas Olímpicos Portugueses durante os seus primeiros anos (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 38).

E todo este mundo, de vida para além da Medicina ou da vida política, se parece até consolidar numa visão muito própria da estética que se nota também no seu trabalho, como nos explica: “[...] a cirurgia estética era a minha segunda paixão, enquanto cirurgião, pois a ideia de tornar as coisas feias em bonitas sempre me fascinou. Um gosto pela estética, que ganhei talvez na música, nas obras clássicas que me levavam frequentemente a concertos no Teatro Nacional de São Carlos – no chamado «galinheiro», que era mais barato” (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 58–59).

Mas para além disso, temos uma pequena e interessante consideração estética como ligada à saúde – uma suplanta a outra notoriamente:

[entrevistador] como vê as operações a que muitas pessoas se sujeitam para melhorar a imagem?

[Gentil Martins] Se a pessoa se sente mais feliz, vale a pena, mas sem exageros... Não aconselho, a não ser que a pessoa tenha nascido com um nariz muito feio ou tenha o peito deformado. Se quer tirar as rugas, se calhar, pergunto se não sabe envelhecer naturalmente. Mas tenho a obrigação de respeitar a decisão da pessoa. Contudo se for uma rapariga

⁷⁸ Protagonista do filme de 1959 de Marcel Camus do mesmo nome.

de 30 anos a pedir uma operação para rugas da face, recuso-me a operá-la e aconselho um psiquiatra. (A. G. Martins, personal communication, abril 2008, p. 14)

Por fim, faz talvez sentido voltar ao início, e perguntarmo-nos o que proporcionou uma vida assim? Como é que tudo isto se sucedeu? Como é que um homem chega aquilo que é o seu sentido para a vida, a sua vocação? Lembramos que o Dr. Gentil Martins nos contou que considerou o sacerdócio em tempos, mas decidiu antes ter filhos. Apesar da tradição de Medicina na família, que é evidentemente pesada e dinástica, também considerou engenharia (Martins & Reis, 2015, p. 35). A sua vocação ficou decidida a partir de um acontecimento traumático, que revelou um sentimento inabalável de completa fraqueza e desespero, talvez perante a morte, talvez perante o caos ofertado pelas constelações. O jovem Gentil Martins vê, com 11 ou 12 anos, um homem que tinha sido atropelado a esvaír em sangue à sua frente. “só naquele momento senti na realidade o apelo que tinha movido quase todos os homens da minha família: queria ser capaz de fazer alguma coisa numa situação daquelas e não me sentir, como me senti então, totalmente impotente” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 36).

No fundo, podemos problematizar este acontecimento, será a impotência perante essa morte específica, ou perante A Morte (generalizada)? Será então parte deste desejo de negociar com o horror desconhecido, de que uma única vez nesta batalha a Vida possa ganhar? Será por isso que travará para sempre uma batalha pela Vida, intransigente, sem nunca se vergar ideologicamente, protegendo o seu juramento até aos limites máximos? Talvez como o clássico Orfeu (não o de Adhemar Ferreira), querendo confrontar-se aos limites tentando superar ou até anular o que o atormenta desde a juventude também no exemplo do seu pai, tentando sempre salvar o Outro da sua inevitável morte. E na sua mão vemos a mesma precisão de quem toca a lira até ao submundo, uma mão que toma a ação pensada até ao fim sem qualquer questionamento, uma mão de controlo exímio perante a morte, que corta perfeitamente o corpo para o curar, que dispara contra um alvo distante se preciso, uma mão que nunca treme, como nos recorda Marta Reis:

Aos 84 anos, a mão não lhe treme, e é essa a imagem que retenho de muitas horas de conversa com Gentil Martins [...] Gentil Martins observa a sua velhice na mão que não treme e sente-se ele próprio, nem

mais nem menos. Sabe que os outros vêem o seu rosto e pensam diferente. Mesmo operando menos sabe que o seu dever é continuar a pensar, a ser, a estar. (A. G. Martins & Reis, 2015, pp. 18–19)

Talvez faça mais sentido ler as suas próprias e simples considerações: “Não me sinto velho, a minha mão não treme.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 141)

3.27 *Memento Mori*

Pensar a Vida implica pensar-se o seu oposto, isto é, a decadência, a entropia, a morte. Perante a experiência constante e inevitável da velhice, tece considerações: “A idade levanta-nos mais dúvidas, mas permite-nos aprofundar melhor aquilo que acreditamos.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 141).

Perante uma reforma obrigatória, Gentil Martins mantém-se extremamente ativo, mas não deixa de ter o receio de desaparecer perante uma narrativa que este poderá não ter a escolha de formular: “talvez os mais novos não saibam quem eu sou nem o que eu tenho feito” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 141). E: “a história é o que fica escrito e nem sempre o que realmente acontece.” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 148).

Por fim, propaga-se através de documentos, de realidades de papel, de currículos e apontamentos, tentando ver a vida também como experiência documentada, mas também a defesa de uma narrativa autobiográfica:

Hoje em dia o seu «grande drama» é o que fazer aos imensos papéis que tem em casa. “Leio todo aquele material e pergunto a mim mesmo o que é que eu faço a tudo aquilo que eu não tenho coragem de deitar fora.”(Félix, 2013, p. 132)

Não costumo pensar na morte, só gostava que fosse rápida. Nunca temi a morte verdadeiramente, talvez pela fé. É a dor que me assusta. O melhor será «acordar morto», como diz o povo. Mas sabendo que para aí caminho, penso no que deixo, nas carradas de documentos, entre artigos científicos, recortes, imagens, intervenções [...] A quem serão úteis, como as do meu pai foram para mim, quando as casas são cada vez mais pequenas, e as nossas «memórias» ficam limitadas à Internet. Qualquer um, com realismo, poderá prever o seu destino. (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 148)

António Gentil Martins voltou a este tema quando nos convidou a sua casa:

[...] há muitas que eu conheço e que estavam escritas sobre o que eu fiz, mas tenho aí dramaticamente milhares e milhares de folhas. Eu não sei o que lhes vou fazer. Provavelmente os meus herdeiros deitam tudo para o lixo porque não têm hipótese. Pense neste quarto cheio de papéis [AGM está a indicar o tamanho da sala onde o entrevistámos] de papéis assim... quer dizer, é quase impossível ver aqueles papéis todos, e uns poderão ser mais importantes do que outros, mas a quantidade é tal que eu próprio tenho dificuldade em seleccionar aquilo. E custa-me imenso deitar fora, seja o que for, porque não sei quando me irei lembrar de precisar ver quaisquer informações. (Apêndice A)

Restará talvez questionarmo-nos, o que acontecerá a todos estes documentos? Como deverão ser organizados? Será que se consegue formular já um início de um plano para tal? Tentaremos responder a algumas destas questões no próximo capítulo.

Deseja deixar-se registado e documentado para o próximo como lição – que seja frontal, coerente, correto (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 150) – que o leitor aprenda com ele, que siga o seu bom exemplo, para que possa ser um bom líder uma outra vez. Mas não tem receio de ser esquecido (ou o receio existe, mas talvez inconfessado), nem acredita que será. Entregará o seu corpo, talvez como um documento final, à Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, onde lecionou para depois de morto ainda poder “servir para alguma coisa” (A. G. Martins & Reis, 2015, p. 149). e, desta forma, gerar mais algum exemplo, mais alguma Vida.

4 Como ordenar esta *vida*? Proposta para uma macroestrutura de um quadro classificação

Finado o nosso estudo biográfico, o quanto ele se poderá finar, resta-nos uma série de questões: antes de mais, para que serve no geral conduzir este tipo de estudos? Apresentamos uma perspetiva de Jake Hodder, que nos deixa claro que existe um problema na arquivística atual: a de uma convivência entre a superabundância e completa ausência (Hodder, 2017). A ideia de abundância seria derivada às atuais e hipermodernas enormes parcelas de informação que o arquivo de hoje deverá conseguir gerir; já a sua ideia de ausência parece derivar de uma visão da História quase como inexistente, como ruína, como os restos dos artefactos perdidos no tempo – simplificando, poderíamos talvez chamá-la a «História como cacos». Para um destes problemas, Hodder apresenta uma solução: a biografia. Porquê a biografia e não outra qualquer “módulo” de criação de contexto? Ela pode, por um lado «resolver» o problema dos cacos da História, reconstruindo as parcelas para sempre perdidas nas areias do tempo, as vidas dos antigos. Hodder, neste caso, aponta quiçá para uma visão da biografia arqueológica (Kaeser, 2013; Murray, 1999)

Por outro lado, uma específica biografia de alguém, que partilhe de espaços transfronteiriços, que tenha tido várias funções em espaços e tempos diferentes, algo que nos obrigaria naturalmente a confrontarmo-nos com a superabundância de informação, torna também um projeto mais exequível, limitando o escopo da pesquisa em fontes primárias relativas apenas a uma *vida*. Num certo sentido, já teoricamente se pode dizer que a biografia é útil para alguns problemas que existem nos arquivos.

Depois, como é que nos ajuda a criar uma ordem efetiva no campo do arquivo pessoal? Consideramos relevante propor a seguinte ideia: que os arquivos pessoais poderão beneficiar de um entendimento holístico de uma *vida*, para a organização dos mesmos. Pensamos que talvez não deva ser apenas o arquivo a servir os biógrafos nessa instância, mas propomos também que os biógrafos sirvam, de certa forma, os arquivos. Acreditamos que, a partir do entendimento que uma biografia poderá gerar de uma pessoa, se consiga depois formular uma proposta de organização.

A conseqüente pergunta será se conseguimos, a partir dele, formar uma proposta de organização? Talvez não apenas com uma biografia, ou seja, um investigador talvez não consiga organizar um arquivo sem tê-lo em mãos, mas isso não significa que não possa ajudar tendo em conta o

conhecimento que retira desse trabalho anterior. Um biógrafo, ao escrever, já cria uma organização mental de várias dimensões de uma *vida*, algo que poderá ser utilizado para organização. Essa organização já se encontra, quiçá, na forma como ordenamos capítulos e contamos uma história.

Dando um passo atrás para podermos depois avançar mais seguramente, é de valor tentar apresentar para já uma definição que seja atual e funcional do que é o ato de classificação, para depois conseguirmos saber como proceder no sentido da organização de um arquivo. Como anteriormente nos disse um poeta, «Todo o mundo é composto por mudança», e talvez assim tenha sido também no mundo da classificação. As suas clássicas leis estão bem documentadas e apontaremos para trabalhos que as apresentam de forma a não prejudicarmos o entendimento completo desta questão ao leitor que a queira estudar, mas confrontados com uma realidade já muito avançada da arquivística, resta-nos procurar uma definição que funcione hoje, e quiçá para o futuro. Escolhemos, por isso, tentar apreender o indivíduo pelas suas funções, e a partir dessa visão buscámos uma conceção de catalogação.

Tendo por referência as funções, a classificação consiste em identificar e agrupar os documentos e a informação de âmbito arquivístico em classes e ou categorias de acordo com a estrutura funcional e respectivas subfunções ou actividades das diversas entidades produtoras da administração pública, independentemente da sua natureza. (Silva, 2013, p. 2)

Note-se, no entanto, que apesar da utilização específica da definição, neste caso, para a organização ao nível da administração pública, isso não significa que não se possa tentar aplicar em situações diferentes, aliás, isso apenas defenderia a própria natureza mais aberta do próprio sistema:

pode entender-se a classificação como a operação intelectual para a identificação e estruturação hierárquica dos documentos e da informação de um sistema de arquivo, aberto, que reflecte as funções e actividades dos organismos, [independentemente da sua natureza central, regional ou local], intervenientes nos distintos processos de negócio, alicerçados nos princípios da interoperabilidade completude, transversalidade e abordagem suprainstitucional (exosistémica). O princípio da ordem

original continuará a ser operativo, assim como os documentos só terão razão de ser, como hoje, pertencentes a um conjunto. (Silva, 2013, pp. 14–15)

Como nos esclarece o autor, é da própria natureza exosistémica deste novo paradigma de classificação, ou seja, «para o seu exterior» em oposição a esotérica «para o seu interior», ora, nunca seria uma abordagem suprainstitucional se apenas se utilizasse no contexto da administração central. É talvez importante apontar, no contexto do texto, que o autor tenta «libertar» de certa forma, a classificação do «fundo»⁷⁹.

Voltando então de uma definição de classificação para o nosso trabalho em questão, poderemos estabelecer algo como um quadro de classificação? Se não, que tipo de esquema ou organização seria mais apropriado? Acreditamos que sendo uma fase muito primordial de organização, que se faça antes uma proposta mais geral, em termos macro. Não temos, de facto, conhecimento do que comporta o «nosso» aquivo em questão, mas temos uma ideia abstrata. Neste capítulo, desenvolvemos uma proposta, que trata, no fundo, de uma tentativa de explicitar um modelo conceptual para a organização do arquivo pessoal

Propomos que seja um modelo hierárquico. Um primeiro nível deste modelo poderá ser dividido nas várias parcelas das funções da *vida*: como exemplos, documentação de natureza pessoal⁸⁰; documentação de natureza académica; documentação relativa à Ordem dos Médicos, e nesse tipo de atividade sociopolítica no espaço público; documentação relativa à atividade do desporto, incluindo no Comité Olímpico; e várias outras.

Cada uma destas secções de primeiro nível poderia, mais tarde, ter uma subdivisão para a tipologia de Documentação, como por exemplo; comunicações, artigos, etc. – Este segundo nível teria de

⁷⁹ Para o leitor interessado numa breve «história da classificação», esta encontra-se também enquadrada no trabalho citado anteriormente (Silva, 2013). No mesmo sentido, mais perspectivas dentro do campo da Ciência de Informação, apontamos também para os textos (Barros & De Moraes, 2012; Featherstone, 2006; Foscarini, 2006; Wright, 1940). Para o leitor que tenha interesse numa abordagem metodológica ao tema da classificação, esta pode encontrar-se em (Gordon, 1999) (se bem que com uma maior ênfase em estatística e matemática probabilística do que nas suas aplicações de criação de sistemas de organização de informação ou taxonomias)

⁸⁰ Teremos de ter algum cuidado no caso da natureza mais pessoal do arquivo que não se trate de uma secção, por exemplo, familiar. Algo que derrotaria o próprio propósito de um arquivo pessoal, tornando-o num arquivo familiar. No fundo, se for um, não pode ser o outro. Esta é uma das sérias problemáticas com as quais o arquivista poderá ser confrontado quando confrontado com um arquivo.

ser formulado após acesso ao próprio arquivo pessoal, tendo em conta que não temos propriamente a total consciência do que o constitui.

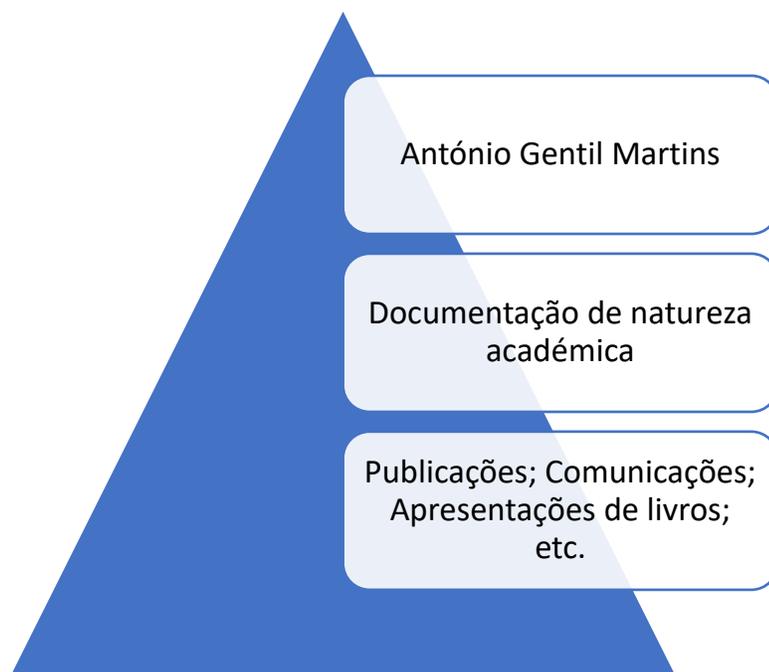


Figura 4 - Exemplo de uma das relações hierárquicas na proposta de uma Macroestrutura de classificação para a organização do arquivo pessoal de António Gentil Martins.

Evidentemente a proposta teria de se adaptar consoante a tipologia de documentação que o arquivo contém, e para além do mais, poderá ter de ser mais flexível. Há certas publicações que poderão ter, por exemplo, uma natureza académica, mas que terão sido feitas no decurso das funções no Comité Olímpico, ou poderão ter objetivos políticos de alteração do espaço público – nesse sentido, o gestor de informação terá de fazer escolhas no processo de organização. No fundo, o que a nossa proposta faz é olhar para as funções e papéis conhecidos do objeto de estudo de forma a criar uma forma de pensar a organização do seu arquivo, eventualmente por facetas (Slavic & Gnoli, 2017). Tem a sua natureza hierárquica, e poderá ser utilizada de forma mais abstrata numa identificação básica da organização necessária. Não entendemos que seja desejável partir para uma proposta de um quadro de classificação sem o entendimento do que constitui o próprio arquivo, mas acreditamos que esta macroestrutura possa ajudar quem o queira fazer no futuro, lembrando que estas categorias partiram exclusivamente do estudo biográfico e da documentação que tivemos acesso até à data.

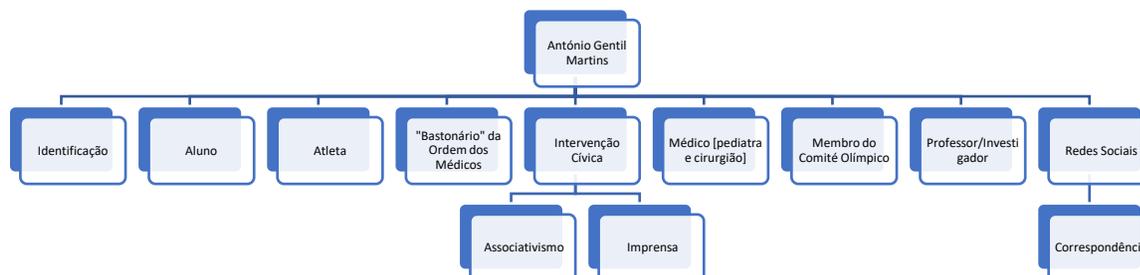


Figura 5- Representação Gráfica da nossa proposta de Macroestrutura funcional ao nível dos papéis e funções de António Gentil Martins

Como o leitor poderá ver no organograma representado na Figura 3, as categorias que escolhemos para a macroestrutura podem ser vistas também de outro ponto de vista - De António Gentil Martins retirámos os seguintes papéis e funções: [1] Uma categoria basilar à qual chamámos identificação. No fundo falamos de documentação que confirme a sua existência de forma mais basilar – documentação oficial da pessoa como uma certidão de nascimento, por exemplo. Mas é evidente que dentro do contexto de identificação, há uma maior flexibilidade para o arquivista, quem diz que uma biografia não possa estar presente nessa categoria também?⁸¹ [2] Identificámos o papel de aluno a partir da biografia, algo que poderá ter alguma presença documental, especialmente se o arquivista escolher, por exemplo, incluir o internato como uma realidade de preparação académica como atualmente faz a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS, 2023). [3] Incluímos também o papel de António Gentil Martins como atleta, mas é preciso ter em conta que é uma categoria geral, que poderá tanto incluir as suas conquistas olímpicas como as mais amadoras. [4] Reconhecemos a sua função como “Bastónario” da ordem dos Médicos (entre

⁸¹ Recordamos aqui ao leitor a teorização de Bordieu sobre a biografia apresentada no subcapítulo 1.2 «Sobre a Biografia».

aspas porque na altura a posição seria de Presidente e não Bastonário por motivos histórico-políticos, não tendo qualquer tipo de desejo de retirar a importância ao título). Esta posição acreditamos que acarretará bastante documentação, para além de ser um papel específico e de destaque como representante da classe médica portuguesa. [5] Este papel intitulámos de Intervenção Cívica, que consideramos merecer uma certa subdivisão de [5.1] nos seus vários papéis ao nível associativo e em [5.2] na sua presença contínua no mundo da imprensa. [6] Reconhecemos ainda, não de menor importância, o seu papel mais profissional e técnico como médico pediatra e cirurgião (no qual, com certeza se poderá incluir a cirurgia de natureza mais estética). [7] propomos separar o atleta do membro do comité olímpico, acreditando que os papéis, apesar de terem a evidente intersecção do mundo do desporto, não são os mesmos, e que a própria natureza da documentação associada a ambos poderá ser bastante diferente. [8] Para além de todas estas funções e papéis, não é de ignorar também a sua importância como Professor e Investigador, tendo a sua própria secção. [9] talvez na sua secção mais passível ao mal-entendido, queremos deixar claro que as «Redes Sociais» em questão não se trata das pululantes plataformas *online*, mas sim num complexo espaço de intersecção entre António Gentil Martins e o Outro – as emaranhadas relações criadas que por vezes não se cingem apenas ao associativismo, ou ao desporto, ou ao tratamento de doentes. Por vezes as barreiras são difíceis de definir em certos casos, e achámos por isso por bem propor uma categoria que desse espaço para essa exploração por parte do arquivista. No [9.1] separámos um tipo de documentação, ao contrário de todos os outros, por acharmos que poderá merecer o seu próprio espaço exatamente por essa complexa teia de intersecções na forma de correspondência, quer esta seja física ou virtual.

Reunimos, para a nossa proposta, um primeiro esquema que poderá ser depois desenvolvido. Este esquema é perfectível (ou como diria um leitor menos caridoso, incompleto e passível de ser modificado), ou seja, não se conta que seja o modelo final. Escolhemos também não explorar detalhadamente o tipo de informação a ser documentada (com a exceção de [9.1]), não só por não sabermos a natureza total da mesma, como também para não influenciar negativamente o trabalho que terá de ser desenvolvido da criação de um quadro de classificação, que poderá ser feito a partir desta estrutura mais geral. No fundo, tentamos apresentar esta estrutura também de forma que a classificação a ser feita a seguir possa ser feita com alguma flexibilidade.

Nesse sentido, consideramos que a biografia pode ajudar o arquivo e *vice-versa*, e que outras experiências deste género poderão ser replicadas no futuro se houver tal desejo. Ainda se pode até

colocar a questão «ao contrário», se o arquivista tiver em mãos uma *vida*, no formato de um arquivo pessoal, estendemos a questão ao leitor, porque não tentar entendê-la primeiro, e apenas tentar organizá-la a seguir?

Conclusão: A mimese, o passado e as largas costas

*Vamos, portanto, meu querido pai; sobe para as minhas costas;
Eu mesmo te carregarei aos ombros e tal esforço não será peso para mim [...]*

(Virgílio, 2022, p. 127)

As convenções académicas pedem-nos que respondemos a uma pergunta que nos surgiu no início deste estudo: de que modo é que António Gentil Martins é representativo de um tempo e espaço? A nossa visão é a de que a história da sua vida não só demonstra a importância que teve no espaço público, mas também o entendimento do próprio espaço público. Estudando-o, somos obrigados a entender uma série de debates fundamentais nos alicerces da História contemporânea Portuguesa, como por exemplo dos temas divisivos sociais da eutanásia ou aborto, de qual seria (ou será) o Serviço/Sistema Nacional de Saúde, etc. Mais do que o debate, num estudo biográfico aprofundado somos também obrigados a conhecer o contexto do sujeito, e um contexto é todo um país: desde o «pai Montez» e a sua loja no Rossio; à sua intersecção com Rosa Casaco, implicado no homicídio do General Humberto Delgado; às posições do antigo prior, Padre Abel Varzim; à sua sogra fundadora da *Cáritas* em Portugal, Maria Fernanda de Almeida Ivens Ferraz Jardim; aos inúmeros anónimos que lhe escrevem, agradecendo o seu tratamento. Acreditamos num modelo «Boswelliano» da biografia, no qual quando esta é acabada se torna muito evidente que a história de um homem nos pode dizer muito acerca da História de um país. Poderá ser esta História compreensiva, ou seja, completa? Achamos evidente que não, mas com biografias suficientes poder-se-á ir completando um *puzzle* que chamamos de Portugal. Se achamos que António Gentil Martins representa alguma classe profissional? Com certeza, se já o fez no seu trabalho na Ordem dos Médicos. Achamos que para um entendimento, não só dessa classe, mas de uma cultura circundante, é relevante estudar e ler a *vida* de António Gentil Martins, achamos que o seu testemunho é decisivo para uma série de posições mais liberais e também conservadoras do pós-25 de Abril.

Sobre o primeiro objetivo específico, o de criar um estudo biográfico, consideramos que foi cumprido, ainda que nunca de forma suficiente (as nossas falhas serão exploradas um pouco mais à frente). Sobre o segundo objetivo, o de identificar as diferentes facetas (papéis e funções) do biografado, consideramos também ter sido cumprido ao longo do estudo biográfico, desde o seu papel como Médico, a Bastonário da Ordem dos Médicos, passando pela sua imagem como figura pública, o seu papel no desporto nacional e internacional, o seu trabalho como Professor e académico, e até o seu pensamento.

Sobre o terceiro objetivo, “avaliar o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal”, consideramos que demonstrámos a relevância da biografia no processo de organização, podendo demonstrar as várias funções do nosso objeto de estudo de forma a propor já uma forma

macro de organização. Algo que nos leva ao quarto objetivo, o de desenvolver uma proposta tendo em conta essa informação derivada do estudo biográfico, que consideramos que foi desenvolvida no capítulo anterior. Lembramos que é uma proposta hierárquica (com várias categorias que depois teriam tipologias documentais subalternizadas), apesar de macro, que poderá servir para um quadro de classificação mais completo a desenvolver no futuro.

Ao nível de um potencial desenvolvimento de trabalho futuro, de natureza académica ou até técnica, gostaríamos de propor a quem tivesse o interesse de desenvolver esta classificação do arquivo pessoal de António Gentil Martins, que esta até pudesse ser feita com o apoio, por exemplo, de uma de várias instituições para as quais António Gentil Martins teve o seu relevo. Por esse motivo proporíamos a continuação deste trabalho: através da Ordem dos Médicos, por ter sido um histórico Bastonário da mesma; através do Comité Olímpico, por ter sido um atleta olímpico e ainda um membro de relevo muito ativo na associação; ou até na Universidade Católica Portuguesa, pela sua conexão e defesa do catolicismo e a outras importantes figuras do catolicismo em Portugal, tal como pelo seu caminho em associações católicas. Estenderemos esta sugestão na esperança de que este arquivo pessoal não fique ao “abandono” como António Gentil Martins teme.

Já acerca do objetivo geral: conhecer o estudo biográfico como método para a organização do arquivo pessoal: consideramos relevante começar por apontar ao conhecimento inicialmente da biografia como género, complexo e imenso, como desenvolvido na nossa revisão de literatura, e depois uma abordagem da sua metodologia e «boas práticas». Mais do que apresentar uma compreensão generalista da biografia na Literatura, História, e toda uma outra série de corpos de conhecimento, também fizemos o esforço de a entender como método para as humanísticas e ciências sociais. Esta parcela quiçá mais prática não se estende apenas à biografia como método, mas a uma série de outras técnicas que se poderiam subalternizar a ela, como a investigação documental ou a entrevista. Para além disso, para se conhecer algo que se relacionará com um arquivo pessoal, invariavelmente também é necessário abordar o próprio conceito de arquivo pessoal, e achamos que essa questão foi abordada num subcapítulo próprio para tal.

A *vida* de um homem nunca se acaba de escrever, estende-se eternamente por teias intermináveis, redes e conexões, demonstrando talvez mais acerca da natureza da Vida, do que da vida específica a ser documentada. Poderíamos escrever um homem eternamente, procurar todos os detalhes,

vasculhar o seu caixote do lixo, e ainda assim pecar por ausência. Pedimos ao leitor que após a viagem pela vida em questão que tome uma série de pontos em consideração:

Tendo acedido a muita informação através uma autobiografia, tendo tido acesso também a documentação pela mão do próprio, tendo conhecido o nosso objeto de estudo pessoalmente, tudo isto poderá ser considerado para qualquer investigador, um verdadeiro luxo. No entanto, é inegável um certo pacto faustiano, em tal proximidade com um lado corremos riscos. Como abordámos anteriormente, é frequente que os relatos em primeira pessoa não sejam os possuidores de uma totalizante verdade, e que as tendências, perspetivas ou pre-conceitos dos sujeitos participantes nesta obra contínua de uma *vida* sejam muitas vezes até ignoradas pelos mesmos. Sabemos que porventura poderemos pecar por pensamentos, palavras, atos e omissões, e pedimos o devido perdão ao leitor, mas isso não significa que não tenhamos ainda assim tentado uma visão mais distante, e por mais impossível que seja, mais panorâmica. Sabemos que o total era impossível de apresentar, mas esperamos que o nosso esforço de um estudo mais crítico pelo menos consiga ajudar alguém. Recordamos que a ideia do estudo seria não da apresentação de todos os acontecimentos, ou de uma leitura que viesse de «todos os lados», mas que fosse uma «apreensão o mais panorâmica possível». Para além das águas desta fonte, deste primário testemunho, procurámos usar outras, e esperamos dessa forma ter mitigado um pouco a nossa tamanha proximidade ao testemunho basilar.

Esta realidade leva-nos a outra: de facto havia uma biografia antes de conhecer António Gentil Martins, e outra depois. É realmente impossível para um biógrafo não ser influenciado de forma nenhuma por uma *vida* que terá de escrever. Primeiro edificamos uma imagem específica de uma pessoa, imagem essa que deveremos representar, e no momento seguinte a pessoa chega e destroça essa imagem como um profeta à frente de uma estátua idólatra. Muito tempo foi passado tentando resolver este problema de “que personagem criar?” para eventualmente nos termos de aperceber que ela já está criada e não foi por nós, que o nosso trabalho é o de encontrá-la onde está.

Para além dessa *hubris* do biógrafo, um outro problema é o da proximidade e capacidade de influência. Tendo conhecido o biografado, este poderia perfeitamente influenciar-nos, quer queira quer não. E é preciso admitir nessa instância: fomos profundamente influenciados pela presença viva e material de António Gentil Martins, para além de tudo o resto que antes conheceríamos da figura. Transformou-nos na forma de ver e falar, em alguns pensamentos, mais ou menos

esperançosos, e também nos impressionou uma certa combatividade e coragem. Esperemos apenas que para além dessa eventual influência que se consiga ver o bom que haja nesta obra para além dela. E por ser importante admitirmos as falhas, teremos de dizer que certas distâncias são impossíveis, especialmente quando um investigador chega ao terreno.

Chegando à dimensão mais analítica da *vida* em questão, consideramos que há uma extensão mimética e quiçá dinástica. É impossível contar a história de António Gentil Martins sem primeiro contar a do seu pai. Mas nesta ideia de mimese, há também a natural visão, ou tentativa, de superação. Uma luta eterna. Recorda-nos, possivelmente, da filosofia de Vida, das formas de Georg Simmel (Simmel, 2010). Uma entidade ou forma cria uma descendente forma, que tornará a anterior obsoleta, e assim será o processo infundável, condenando a forma inicial a uma natural decadência ou morte. É desta trágica superação que nos lembrávamos constantemente enquanto líamos e escrevíamos.

Como escrevemos anteriormente, esta visão da ultrapassagem do pai, a forma anterior, poderá sempre ser difícil, se não, não teríamos as lendas antigas dos deuses parricidas, o arquétipo que Freud rouba à tragédia grega de Édipo ou até o vigoroso, mas fulminante Friedrich Nietzsche a «matar Deus». Mas esta tensão que existe nem sempre é combativa, como nesses extremos casos, pode perfeitamente ser edificante. O que estes maus filhos não entenderão é que o pai poderá querer ser ultrapassado. Talvez este «problema do pai» não seja apenas algo que se aplique no caso de António Gentil Martins, mas também a todo o cânone ocidental. Mas, mais difícil, até poderá ser quando o pai toma outras figuras para além do literal pai, quiçá pela sua originária ausência, quando ele é projetado noutros valores, instituições e pessoas, e cresce o conceito até um entendimento holístico do mundo do *Patriarcha*.

Teremos, no entanto, de expandir este entendimento de mimese do próprio carácter e até à sua presença física, recordando-nos de quando o jovem António Gentil Martins replicou a postura do pai em fotografia, ou quando, com o irmão, tentou a ginástica para ser um pouco mais «musculoso» como o pai⁸². Vemos também esta mimese na chamada, a réplica do arquétipo do médico, o desejo do tratamento do outro, o choque e o sentimento hediondo de impotência perante a impossibilidade de estender a vida mais um pouco. Mas também mimese no esforço médico, porque não falamos

⁸² Infelizmente esta admissão não se encontra nos apêndices no sentido em que foi feita «entre entrevistas», mas António Gentil Martins admitiu-nos que teria feito ginástica, durante um período, com o seu irmão, um pouco também à imagem do seu pai.

apenas de médicos, mas de profissionais tecnicamente exímios, como vemos exemplificado nas operações da separação dos gémeos e as várias inovações. Vemos também a mimese dos valores, na jovem viúva a passar os valores de António Augusto; vemo-la no seu caminho ao associativismo, na influência também de Francisco Gentil e da Igreja. Talvez, de uma perspetiva algo subjetiva, se possa também de falar na mimese de uma importância social e histórica; tanto do pai como do avô. Mas não deixamos de pensar que se todas as vidas fossem suficientemente bem exploradas que não encontraríamos também a sua relevância na História de uma comunidade, talvez com a chegada de que numas teríamos de procurar um pouco mais do que em outras.

Por todas estas réplicas de homens e valores passados, chega-nos à ideia que talvez seja isso a própria cultura; uma série de repetições mais ou menos bem-sucedidas que geram novos resultados únicos. Terá António Gentil Martins superado o pai? António Gentil Martins acha que não, mas também considera que nunca o poderia fazer, que estaríamos perante algo próximo de um semideus. Talvez alguns pensadores do passado (veja-se Platão e a sua *República*, mas vários outros) tivessem razão, e a forma original fosse sempre melhor, sem um pecado original, quiçá limpos pela História e pintados pelas cores da nostalgia. Talvez apenas não consigamos notar os defeitos a tamanha distância. Talvez não seja possível superar o passado de todo, não por ter sido melhor, mas porque existe num plano mais belo e eternizado, da importância do mitológico. Talvez seja importante ter modelos inultrapassáveis, de forma a apontar às suas moradas celestiais, de forma a atingirmos sempre mais. Talvez seja essa também a importância dos heróis, de serem arquétipos cravados nas nossas costas ao longo das epopeias das nossas vidas.

Fomos procurando ao longo deste trabalho, um herói que bem representasse António Gentil Martins, uma imagem. Consideramos hoje que talvez nem Orfeu de Ovídeo, nem Telémaco de Homero, mas sim Eneias de Virgílio⁸³, que fugindo da cidade em chamas ainda carrega o pai às costas.

⁸³ Lembramos que tal como Orfeu, Eneias (no sexto livro da *Eneida*) também faz a sua viagem ao submundo, confrontando-se com a morte dos seus amados.

Referências

Fontes

- AAOP. (2022, December 10). *To the International Olympic Committee (IOC) and the WOA* [Personal communication].
- ACSS. (2023). *Internato Médico*. ACSS Ministério da Saúde. <https://www.acss.min-saude.pt/2016/09/12/internato-medico/>
- Almeida, M. (2015, February 26). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra* [Personal communication].
- Alves, L. (2015, March 5). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra* [Personal communication].
- Andrade, L. G. (2015, January 5). O papel da comunicação social na informação sobre saúde. *Jornal Médico*. <https://www.jornalmedico.pt/opiniaio/30334-luis-gouveia-andrade-o-papel-da-comunicacao-social-na-informacao-sobre-saude.html>
- Andrade, L.G. (2015, January 12). *Jornalismo da Saúde* [Personal communication].
- Arcanjo, M. (2001). *Diploma do Ministério da Saúde—Medalha de Serviços Distintos “Ouro.”*
- Arnaut, A. (2009, October 21). *Carta de António Arnaut* [Personal communication].
- Associação Médica Brasileira. (1972). *Diploma—Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica*.
- Barons Who’s Who. (2000). *Certificado—Barons Who’s Who New Century Award*.
- Bragança, D. D. P. de. (2007). *Certificado da Medalha de Mérito da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*.
- Cabral, L. P. (2013, April 20). *Espingardaria Central: A sociedade do tiro*. <https://www.dn.pt/revistas/nm/espingardaria-central-a-sociedade-do-tiro--3176882.html>

- Cidadãos por Abrantes. (2021, August 11). *Quem era o Pai de Rosa Casaco?*
<https://porabrant.es.blogs.sapo.pt/quem-era-o-pai-de-rosa-casaco-6018833>
- Constituição da República Portuguesa, Artigo 24º Direito à vida, Iº, (1976).
- Constituição da República Portuguesa, Artigo 64º Saúde, IIº a, (1976)
- Corrêa Nunes, A. (2015, March 7). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra*
[Personal communication].
- Cortes, C., & Nunes, R. (2023, January 31). *O que defendem os convidados à Ordem dos Médicos?*
Observador. <https://observador.pt/programas/explicador/o-que-defendem-os-convidados-a-ordem-dos-medicos/>
- Cruz, M. (2023, January 27). *Comité Olímpico de Portugal apoia a reintegração de atletas russos e bielorrussos.* Observador. <https://observador.pt/2023/01/27/comite-olimpico-de-portugal-apoia-a-reintegracao-de-atletas-russos-e-bielorrussos/>
- D. Duarte de Bragança. (2004). *Diploma de Honra—Comité Ano Internacional da Família.*
- Declaração Universal dos Direitos do Homem, Artigo 3º, (1948).
- DN/Lusa. (2022, September 3). *Falta de especialistas pode obrigar ao encerramento de maternidades.* <https://www.dn.pt/sociedade/falta-de-especialistas-pode-obrigar-ao-encerramento-de-maternidades-15136176.html>
- Dn/Lusa. (2023, March 8). *Médicos iniciam esta quarta-feira dois dias de greve. FNAM exige respeito.* <https://www.dn.pt/sociedade/medicos-iniciam-esta-quarta-feira-dois-dias-de-greve-fnam-exige-respeito-15963943.html>
- d'Orey, M. (2015, February 2). *Candidatura do Professor Francisco Gentil Martins ao prémio Miller Guerra promovido pela Ordem dos Médicos e a Fundação Sharp Dohme* [Personal communication].

- Enrique João. (2006). *Casa de Moçambique—Certificado*.
- Farinha, P. (2015, January 11). António Gentil Martins. *Notícias Magazine (Diário de Notícias)*, 10.
- Federação Nacional dos Médicos. (2013, November 6). *Sobre a FNAM*. FNAM.
<https://www.fnam.pt/a-fnam/sobre-a-fnam>
- Frias, R. (2022, August 30). *Marta Temido apresentou demissão. Substituição "não será rápida"*.
<https://www.dn.pt/politica/marta-temido-apresentou-demissao-ao-primeiro-ministro-15124127.html>
- Glenn E. Estess Sr. (2005). *Certificado—Prémio Centenário do Rotary por Excelência Profissional*.
- Global Media Group. (2021, November 28). *Ventura adapta lema de Salazar: "Deus, pátria, família e trabalho"*. <https://www.dn.pt/politica/ventura-adapta-lema-de-salazar-deus-patria-familia-e-trabalho--14361948.html>
- Gomes, M. (2022, October 3). *Apanhado em nova incompatibilidade, Pizarro afirma que empresa que gere está em dissolução*. PÚBLICO.
<https://www.publico.pt/2022/10/03/politica/noticia/apanhado-nova-incompatibilidade-pizarro-afirma-empresa-gere-dissolucao-2022745>
- Governadoria do Distrito Rotário 1960. (2005). *Panfleto/Convite—Governaria do Distrito Rotário 1960—Jantar de Homenagem ao Prof. Dr. Gentil Martins*.
- Governo da República Portuguesa. (2022). *Reformas estruturais no SNS estão previstas no Programa do Governo*.
<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=reformas-estruturais-no-sns-estao-previstas-no-programa-do-governo>

- Guimarães, S. (2021, September 10). *Dez notas sobre a ADSE*. Observador.
<https://observador.pt/opinioao/dez-notas-sobre-a-adse/>
- H. C. Collins. (2006). *Certificado—The American Biographical Institute*.
- Inácio, A. M. (2021, February 17). *Razia de chumbos no Internato Médico de Saúde Pública*.
<https://www.dn.pt/sociedade/razia-de-chumbos-no-internato-medico-de-saude-publica-13352466.html>
- INParties. (2022). INParties: HOTEL MELIÁ LISBOA AEROPORTO - FESTA DO 14º ANIVERSÁRIO INParties e INParties GOLD AWARDS 2022. *INParties*.
<https://inparties.blogspot.com/2022/02/hotel-melia-lisboa-aeroporto-festa-do.html>
- Joaquim Ribeiro. (2014, May 2). Responsabilidade em Saúde segundo o médico Gentil Martins. *Badaladas*, 6.
- Jornal de Notícias. (2014, July 12). *Dolores Aveiro tentou aborto quando estava grávida de CR7*.
<https://www.jn.pt/pessoas/dolores-aveiro-tentou-aborto-quando-estava-gravida-de-cr7-4022859.html>
- Jurecek, S. (2023). Home. *Childhood Cancer International*.
<https://www.childhoodcancerinternational.org/>
- KuriacosTV (Director). (2021, March 30). *ISTO É O POVO A FALAR | Que Democracia? | Entrevista Dr. Gentil Martins*. <https://www.youtube.com/watch?v=URFMQee62N8>
- Lopes, M. (2023, January 30). *TC declara eutanásia novamente inconstitucional devido a “intolerável indefinição” do conceito de sofrimento*. PÚBLICO.
<https://www.publico.pt/2023/01/30/politica/noticia/tc-declara-eutanasia-novamente-inconstitucional-2036963>

- Magda, F. (2015, March 22). *Testemunho Tânia e Magda Fernandes sobre o Professor Doutor Gentil Martins* [Personal communication].
- Manuel de Lemos. (1989, September 8). *Ministério da Saúde—Gabinete do Ministro* [Personal communication].
- Martins, A. G. (2000, June). *O pediatra que fez renascer a Ordem* (J. P. da Cunha, Interviewer) [Revista da Ordem dos Médicos].
- Martins, A. G. (2003, March 12). *Reacções ao Congresso: Carta Aberta do Prof. António Gentil Martins* [Carta aberta].
- Martins, A. G. (2008, abril). *Ser licenciado em Medicina não é ser médico* (E. Cruz, Interviewer) [Jornal de Leiria].
- Martins, A. G. (2012, outubro). *Afinal onde começa a vida humana? Que direitos? E quando? Cuidar Sorrindo, 2.*
- Martins, A. G. (2014). *Respeitar a Verdade e a História.*
- Martins, A. G. (2015a). *Discurso—Prémio Miller Guerra* [Guião de Discurso].
- Martins, A. G. (2015b). *Carta aberta aos candidatos que se propõem: S.N.S - que modelo para Portugal ??*
- Martins, A. G. (2015c). *Candidatura ao Prémio Miller Guerra de carreira médica 2015—Lista de coproponentes.*
- Martins, A. G. (2016, September 24). *Carta a Dr. Richard Budgett* [Personal communication].
- Martins, A. G. (2017a, January 15). *Gentil Martins: “Achava que uma pessoa aos 86 anos estaria gaga. Felizmente não me sinto assim”* (M. Carriço, Interviewer) [Jornal Observador].
<https://observador.pt/especiais/gentil-martins-achava-que-uma-pessoa-aos-86-anos-estaria-gaga-felizmente-nao-me-sinto-assim/>

- Martins, A. G. (2017b, July 15). *Médico Gentil Martins: "Ronaldo é um estupor moral, não pode ser exemplo para ninguém"* (N. Azinheira, Interviewer) [Interview].
<https://www.jn.pt/pessoas/in/medico-gentil-martins-ronaldo-e-um-estupor-moral-nao-pode-ser-exemplo-para-ninguem-8639588.html>
- Martins, A. G. (2017c, October 3). *António Augusto da Silva Martins – Ordem dos Médicos*.
<https://ordemdosmedicos.pt/homenagem/antonio-augusto-da-silva-martins/>
- Martins, A. G., Ribeiro, C. S., Sousa, G. de, Silva, J. M., Guimarães, M., & Nunes, P. (2018). *Declaração dos Bastonários da Ordem dos Médicos sobre a Eutanásia*.
<https://ordemdosmedicos.pt/wp-content/uploads/2016/10/Declara%C3%A7%C3%A3o-dos-Bston%C3%A1rios-da-Ordem-dos-M%C3%A9dicos-sobre-Eutan%C3%A1sia.pdf>
- Martins, A. G. (2018, July 30). *Carta ao Conselho Nacional Executivo da Ordem dos Médicos sobre um editorial da revista do Ordem* [Carta].
- Martins, A. G. (2018, November 10). *E-mail a António Vaz Carneiro* [Personal communication].
- Martins, A. G. (2020). *Curriculum Vitae: 20-01-2020*.
- Martins, A. G. (2021, February 1). *Carta Aberta Sobre o Sistema de Saúde* [Carta aberta].
- Martins, A. G. (2021a). *Politicamente muito negativo..... ! [Uma Série de Versos para um concurso literário da Chiado Editora]*.
- Martins, A. G. (2021b). *Os Jogos Olímpicos e o futuro...*
- Martins, A. G. (2021c). *Manuscrito—Livro António Montez*.
- Martins, A. G. (2021, November 18). *IOC Framework* [Personal communication].
- Martins, A. G. (2022a). *Documento: Homens LCBGQ+ e Hiperandrogenismo*.
- Martins, A. G. (2022b). *Manuscrito de discurso: Doutoramento Honoris Causa—Universidade Europeia*.

- Martins, A. G. (2022c). *Curriculum Vitae 17-07-2022*.
- Martins, A. G. (2022, October 7). *Correspondência com a AAOP - Fundamental Principles*
[Personal communication].
- Martins, A. G. (2023, May 5). *E-mail a Tomás Cunha* [Personal communication].
- Martins, J. (2015, May 5). *Candidatura ao Prémio Miller Guerra 2015—Dr. António Gentil Martins* [Personal communication].
- Medi.com. (2000, July 31). Auditório cheio na jubilação do Prof. Gentil Martins. *Medi.Com*.
- Melo, P. (2017, June 1). *Museu Egas Moniz* [Text]. <https://www.ulisboa.pt/patrimonio/museu-egas-moniz>
- Mendes, R. (2009, February 6). De Vez em Quando: Gesto que define um carácter. *O Povo Do Cartaxo*, 16.
- Moreira, A. (2015, March 6). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra*
[Personal communication].
- Nobre. (1993). *Diploma de Honra—Assistência Médica Internacional*.
- Nova Águia. (2019, May 24). 31 de Maio | Jantar Homenagem ao Prof. Doutor António Gentil Martins. *MIL: Movimento Internacional Lusófono*.
<https://movimentolusofono.wordpress.com/2019/05/24/31-de-maio-jantar-homenagem-ao-prof-doutor-antonio-gentil-martins/>
- Novais, N. (2015, March 20). *Candidatura de Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra*
[Personal communication].
- Ordem dos Médicos. (n.d.). *Um Sistema Nacional de Saúde*.

- Ordem dos Médicos. (2022, April 8). *Gentil Martins recebe título de Doutor Honoris Causa – Ordem dos Médicos*. <https://ordemosmedicos.pt/gentil-martins-recebe-titulo-de-doutor-honoris-causa/>
- Ordem dos Médicos. (2023). *Presidentes do Conselho Regional do Sul*. Ordem Dos Médicos: Região Do Sul. <https://www.omsul.pt/membros/galeria-de-presidentes-do-crs>
- Pádua, F. (2015, March 7). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra* [Personal communication].
- Petiz, J. (2017, September 9). *Morreu Mário Gentil Quina, medalha de prata nos Olímpicos de Roma (1930-2017)*. <https://www.dn.pt/portugal/morreu-mario-gentil-quina-medalha-de-prata-nos-olimpicos-de-roma-1930-2017-8758330.html>
- Pontes, M. (n.d.). *Carta de Maria dos Anjos Jesus Henriques Pontes* [Personal communication].
- Pordata. (2022, September 28). *Emprego nas Administrações Públicas em % da população activa*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Emprego+nas+Administra%C3%A7%C3%B5es+P%C3%BAblicas+em+percentagem+da+popula%C3%A7%C3%A3o+activa-3128>
- Pordata. (2023, April 4). *Taxa bruta de mortalidade e taxa de mortalidade infantil*. <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+bruta+de+mortalidade+e+taxa+de+mortalidade+infantil-528-2950>
- Presidência do Conselho. (1938). *Decreto-Lei 29.171*. <https://files.dre.pt/1s/1938/11/27300/15291534.pdf>
- Regueira, A. (2015, February 17). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra* [Personal communication].
- Reis, R. (2015, March 24). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra* [Personal communication].

- RibeirinhasTV (Director). (2012, July 27). *Dia dos Avôs festejado pelos rotários de Estarreja com presença de Gentil Martins*. <https://www.youtube.com/watch?v=yuHDUGiyAfl>
- Roseiro, B. (2023, February 9). *Uma “guerra” dentro da guerra: Como o Comité Olímpico está a tentar colocar os atletas nos Jogos*. Observador. <https://observador.pt/2023/02/09/uma-guerra-dentro-da-guerra-como-o-comite-olimpico-esta-a-tentar-colocar-os-atletas-nos-jogos/>
- RTP 1 (Director). (1979, August 13). *Greve dos Médicos*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/grevedos-medicos/>
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. (2023). *Prémio Envelhecimento Ativo Dr.^a Maria Raquel Ribeiro—Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Prémio Envelhecimento Ativo Dr.^a Maria Raquel Ribeiro - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. <https://scml.pt/premios-e-investigacao/envelhecimento-ativo/>
- SAPO. (2022, February 27). *Olímpicos lusos querem boicote a competições com russos e bielorrussos*. SAPO Desporto. <https://desporto.sapo.pt/geral/artigos/olimpicos-lusos-querem-boicote-a-competicoes-com-russos-e-bielorrussos>
- Sérgio, M. I. F. (2014, May 10). *Carta de Maria Isabel Fernandes Sérgio* [Personal communication].
- Shepard, S., & Marinucci, C. (2021, April 24). *Caitlyn Jenner running for California governor*. POLITICO. <https://www.politico.com/news/2021/04/24/caitlyn-jenner-running-for-california-governor-484537>
- SIM (1979). Acta nº1 da Comissão Pró-Sindical do Sindicato Independente dos Médicos. <https://www.simedicos.pt/pt/sim/apresentacao/>

- Simas, M. (2015, February 20). *Candidatura do Dr. Gentil Martins ao Prémio Miller Guerra* [Personal communication].
- Sousa, J. P. A. e. (2022, October 4). *Os “problemas estruturais” do SNS e as carreiras médicas*. PÚBLICO. <https://www.publico.pt/2022/10/04/opiniao/opiniao/problemas-estruturais-sns-carreiras-medicas-2022757>
- SPCPRE. (2022). *SPCPRE - Direções e vogais dos capítulos*. <https://spcpre.pt/direcoes-e-vogais-dos-capitulos/>
- Stephenson Mattos. (1989, September 20). *Unidade da Cirurgia Infantil e Pediatria—Hospital da Beneficência Portuguesa* [Personal communication].
- The Marquis. (1991). *Certificado—The Marquis Who’s Who Publications Board*.
- Tobia, J. (2018, April 3). *Brian Belovitch’s Journey From Man to Woman and Back Again—PAPER*. <https://www.papermag.com/perpetual-transition-brian-belovitch-2555638364.html#rebelltitem17>
- Universidade de Coimbra. (2023). *História da Ciência na UC*. Universidade de Coimbra. https://www.uc.pt/org/historia_ciencia_na_uc/autores/FRANCO_franciscoares
- Universidade Europeia (Director). (2022, April 7). *Cerimónia de atribuição do título de Doutor Honoris Causa*. <https://www.youtube.com/watch?v=X1LJly0iOSw>
- Van Wyk, M. (1982, August 23). *Carta da Associação dos Médicos da África do Sul* [Personal communication].
- Vários. (2015). *Candidatura ao Prémio Miller Guerra de carreira médica 2015—Lista de depoimentos de coproponentes*.

Veiga, E. (2022, July 10). *Como “Deus, Pátria e Família” entrou na política do Brasil – DW.*

dw.com. <https://www.dw.com/pt-br/como-deus-p%C3%A1tria-e-fam%C3%ADlia-entrou-na-pol%C3%ADtica-do-brasil/a-63371501>

WOFAPS. (2022). *Associations of Pediatric Surgery.* <https://www.wofaps.org/associations-of-pediatric-surgery/>

Estudos

- ADSE. (2020). *História – ADSE*. <https://www2.adse.pt/institucional/historia/>
- Ali, T. (2022). *Winston Churchill: His Times, His Crimes*. Verso.
- Anderson, P. (1992). *O Fim da História de Hegel a Fukuyama*. Jorge Zahar Editor.
- António Gentil da Silva Martins. (1983). *O Desportista E O Médico—António Gentil da Silva Martins* [Revista Portuguesa da Medicina Desportiva].
- Arendt, H. (1964). *Eichman in Jerusalem: A report on the banality of evil*. The Viking Press.
- Ariès, P. (1962). *Centuries of Childhood*. Alfred A. Knopf.
- Arnaut, A., & Garcia, I. de C. (2017). *António Arnaut: Fotobiografia*. Minerva Editora.
- Aslan, R. (2014). *O Zelota: A Vida e o Tempo de Jesus da Nazaré* (1ª). Quetzal Editores.
- Atkinson, R. (2012). The Life Story Interview as a Mutually Equitable Relationship. In *The SAGE Handbook of Interview Research: The Complexity of the Craft* (2nd ed., pp. 115–128). SAGE Publications.
- Autor desconhecido. (1997). *The Tale of Sinuhe, and Other Ancient Egyptian Poems 1940-1640 BC* (R. B. Parkinson, Trad.). Oxford University Press.
- Banner, L. W. (2009). Biography as History. *The American Historical Review*, 114(3), 579–586. <https://doi.org/10.1086/ahr.114.3.579>
- Barros, T. H. B., & De Moraes, J. B. E. (2012). *Archival classification and knowledge organization: Theoretical possibilities for the archival field*. 272–276.
- Barthes, R. (1978). *Crítica e Verdade*. Edições 70.
- Bellardo, L. J., & Bellardo, L. L. (1992). Personal papers. In *A Glossary for Archivists, Manuscript Curators, and Records Managers*. Society of American Archivists.
- Bendiner, E. (1989). Renaissance Medicine: Alchemy and Astrology, Art and Anatomy. *Hospital Practice*, 24(6), 247--276.
- Benjamin, W. (2017). *O Anjo da História*. Assírio & Alvim.

- Borges, L. C. & Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar. (2018). *Governos Portugueses: Composição e Legislação*. Assembleia de República.
- Boswell, J. (2018). *A Vida de Samuel Johnson (Doutor em Leis)* (J. Filardo, Trans.; Vol. 1–3). Edição de Autor.
- Bourdieu, P. (1986). L’illusion biographique. *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, 62–63, 69–72. <https://doi.org/10.3406/arss.1986.2317>
- Brizot, M. de L., Liao, A., Lopes, L., Silva, M., Krebs, V., Schultz, R., & Zugaib, M. (2011). Conjoined twins: Prenatal diagnosis, delivery and postnatal outcome Lopes LM, Silva MM, Krebs V, Schultz R, Zugaib M. *Rev Bras Ginecol Obstet*, 33(5), 211–218.
- Buckland, M. K. (1997). What Is a “Document”? *Journal of the American Society for Information Science*, 48(9), 804–809.
- Butlin, J. F. (2021). Archives – an Invaluable Resource. *History of Economics Review*, 78(1), 60–69. <https://doi.org/10.1080/10370196.2020.1861759>
- Caine, B. (2010). *Biography and History*. Palgrave Macmillan.
- Cairus, H., & Júnior, W. (2005). *Textos hipocráticos: O doente, o médico e a doença*.
- Calado, J. (2022). *Mocidade portuguesa* (2ª). INCM.
- Carlyle, T. (1970). History as Biography: Carlyle. In *The Varieties of History from Voltaire to the Present*. MacMillan and Co Ltd.
- Carlyle, T. (2002). *Os Heróis* (2ª Edição). Guimarães Editores.
- Carvalho, S. A. C. de. (2018). *O arquivo pessoal como construção auto/biográfica: A (re)construção da narrativa de vida do arquivo pessoal Godofredo Ferreira* [Tese de Mestrado]. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- Cerejo, A. (2000). O Padre Abel Varzim e o seu tempo. *Lusitania Sacra*, 12, 461–491.
<https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2000.7436>
- Cervantes, M. de. (2017). *Dom Quixote de la Mancha* (M. S. Pereira, Trans.; 4^a). D. Quixote.
- Chamberlayne, P., Bornat, J., & Wengraf, T. (2000). Introduction. In *The Turn to Biographical Methods in Social Science* (pp. 1–30). Routledge.
- Cicourel, A. V. (1964). III Interviewing. In *Method and Measurement in Sociology* (pp. 73–104). Collier Macmillan Publishers.
- Colebrook, C. (2010). *Deleuze and the Meaning of Life*. Bloomsbury.
- Cowman, K. (2012). Chapter 6: Collective Biography. In S. Gunn & L. Faire (Eds.), *Research Methods for History* (pp. 91–107). Edinburgh University Press.
- Crapanzano, V. (1984). Life-Histories: Lives: An Anthropological Approach to Biography. L. L. Langness and Gelya Frank: Life Histories and Psychobiography: Explorations in Theory and Method. William McKinley Runyan. Carmen: The Autobiography of a Spanish Woman. Hans C. Buechler and Judith-Maria Buechler.: Son of Tecún Umán: A Maya Indian Tells His Life Story. James D. Sexton: Nisa: The Life and Words of a !Kung Woman. Marjorie Shostak. *American Anthropologist*, 86(4), 953–960.
<https://doi.org/10.1525/aa.1984.86.4.02a00080>
- Cunha, R. M. M. (2013). *Arqueologia Industrial: Panorama da Indústria Moageira Portuguesa no Século XX, e a Empresa de Moagem do Fundão* [Tese de Doutoramento]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Dang-Nguyen, D.-T., Liting, Z., Riegler, M., & Gurrin, C. (2018). Challenges and Opportunities within Personal Life Archives. *ICMR*, '18, 11–14.
- Delgado, H. (1933). *Da Pulhice do «Homo Sapiens»*. Tipografia Minerva.

- Dujardin, V. (2013). La biographie scientifique: Une modalité d'exploration et de valorisation des archives personnelles. In F. Hiraux & F. Mirguet (Eds.), *Les archives personnelles: Enjeux, acquisition, valorisation* (Publications des Archives de l'Université Catholique de Louvain).
- Eagleton, T. (1998, August 30). The tale of a tub thumper. *The Guardian*.
<https://www.theguardian.com/books/1998/aug/30/biography.jonathanswift>
- Eichhorn, K. (2015). The Archive Function: A Feminist Critic's Lost Thesis on the Archive. *Australian Feminist Studies*, 30(83), 37–49.
<https://doi.org/10.1080/08164649.2014.998452>
- Eliade, M. (2002). *O Xamanismo e as técnicas arcaicas do êxtase*. Martins Fontes.
- Emerson, R. W. (2004). *Representative Men: Seven lectures*. Project Gutenberg.
<https://www.gutenberg.org/ebooks/6312>
- Evola, J. (1996). The Literary Prejudice. In *The Mystery of The Grail; Initiation and Magic in the quest of the Spirit* (pp. 3–5). Inner Traditions.
- Falk, S. (2020). *The Light Ages. The Surprising Story of Medieval Science* (First American Edition). W. W. Norton & Company.
- Featherstone, M. (2006). Archive. *Theory, Culture & Society*, 23(2–3), 591–596.
- Félix, M. J. C. (2013). *Envelhecer sem ficar velho*. Oficina do Livro.
- Filice, H. F. (2017). *Achilles and The Batman on the Plane of Immanence: Deconstructing Heroic Models*. Syracuse University.
- Foscarini, F. (2006). Records classification and functions: An archival perspective. *KO KNOWLEDGE ORGANIZATION*, 33(4), 188–198.
- Foucault, M. (2007). *The Politics of Truth*. Semiotext(e).

- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. The Free Press.
- Galope, F. (2014). *O herói português da I Guerra Mundial: De anónimo nas trincheiras a lenda nacional, a história de Aníbal Milhais, o soldado Milhões*. Matéria-Prima.
- Godinho, L., & Delgado, A. L. (2017). *António Arnaut Biografia* (1ª). Edição de Autor.
- Gordon, A. D. (1999). *Classification* (2nd ed.). Chapman & Hall/CRC.
- Guinam, P. (2004). Christianity and the origin of the Hospital. *The National Catholic Bioethics Quarterly*, 4(2), 257–263. <https://doi.org/10.5840/ncbq20044243>
- Haan, B. de. (2014). The Eclipse of Biography in Life Writing. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 177–195). Brill.
- Haan, B. de, & Renders, H. (2014). Towards Traditions and Nations. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 11–24). Brill.
- Hamilton, N. (2014). A Nobel Prize for Biography. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 232–235). Brill.
- Herzog, K. (2017, June 28). *The Detransitioners: They Were Transgender, Until They Weren't*. The Stranger. <https://www.thestranger.com/features/2017/06/28/25252342/the-detransitioners-they-were-transgender-until-they-werent>
- Hill, S. L. (2015). Biko's ghost: The iconography of black consciousness. In *Biko's Ghost: The Iconography of Black Consciousness* (p. 386).
- Hobbs, C. (2001). The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. *Archivaria*, 126(35), 126–135.
- Hodder, J. (2017). On absence and abundance: Biography as method in archival research. *Area*, 49(4), 452–459. <https://doi.org/10.1111/area.12329>
- Homero. (2018). *Odisseia* (2ª). Quetzal Editores.

- Horn, G.-R., & Gerard, E. (Eds.). (2001). *Left Catholicism, 1943-1955: Catholics and Society in Western Europe at the Point of Liberation*. Leuven University Press.
- Ingarden, R. (1965). *A Obra de Arte Literária* (3ª). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Instituto Português de Heráldica. (1985). *Anuário da Nobreza em Portugal: Vol. Vol. III*.
- Iumatti, P. T., & Nicodemo, T. L. (2018). Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: Um balanço crítico. *Revista Brasileira de História*, 38(78), 97–120.
<https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n78-05>
- Kaeser, M. A. (2013). Biography, science studies and the Historiography of archaeological research: Managing personal archives. *Complutum*, Vol. 24(2), 101–108.
http://dx.doi.org/10.5209/rev_CMPL.2013.v24.n2.43371
- Kantorowicz, E. (1998). *Os Dois Corpos do Rei: Um Estudo Sobre Teologia Política Medieval*. Companhia das Letras.
- Knapp, G. (2020). Trajectories of Personal Archiving: Practical and Ethical Considerations. *Geographical Review*, 110(1–2), 65–77. <https://doi.org/10.1111/gere.12339>
- Kobylarz, K. (2014). History of treatment of conjoined twins. *Anaesthesiology Intensive Therapy*, 46(2), 116–123.
- Kompajne, E. (2004). The First Successful Separation of Conjoined Twins in 1689: Some Additions and Corrections. *Twin Research*, 7(6), 537–541.
<https://doi.org/10.1375/twin.7.6.537>
- Kuhn, T. (1960). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago University Press.
- Le Bon, G. (2020). *A Psicologia das Multidões* (1ª).
- Le Goff, J. (2009). Introduction. In *Saint Louis* (p. XX–XXXII). University of Notre Dame Press.
- Lee, E. (2019). Diagnosing the Archive. *Archives of American Art Journal*, 58(1), 70–77.

- Lee, S. (1911). *Principles of Biography*. Cambridge University Press.
- Linenthal, E. T. (1980). From Hero to Anti-Hero: The transformation of the Warrior in Modern America. *Soundings: An Interdisciplinary Journal*, 63(nº1), 79–93.
- Lloyd-Jones, S. (2003). Integralismo Lusitano and Action Française. *Portuguese Journal of Social Science*, 2(1).
- Lobo, A. da S. S. C. (2011). *Origens do Sebastianismo*.
- Lopes, R. (2007, January 29). *S. Miguel do Rio Torto: Actualidade e História: João Augusto da Silva Martins Júnior (“Martins Júnior”): Republicano, Jornalista e Escritor*.
<http://saomigueldoriotorto.blogspot.com/2007/01/joo-augusto-da-silva-martins-jnior.html>
- Loriga, S. (2011). *O Pequeno X: da biografia à história*. Autêntica Editora.
- Magnússon, S. G., & Szióártó, I. M. (2013). *What is Microhistory?: Theory and Practice* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203500637>
- Maistre, J. de. (2010). *Considerações sobre França*. Edições Almedina SA.
- Marchi, R. (2020). *A Nova Direita Anti-Sistema: O Caso do Chega* (2ª). Edições 70.
- Marques, C. M. da S. (2009). “*Deus, Pátria e Família*” na literatura da pós-modernidade: Uma abordagem de “o nosso reino” de Valter Hugo Mãe. [Tese de Mestrado, Universidade Aberta].
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1503/3/TMEPM_CarlosMarques.pdf
- Martins, A. G., & Reis, M. F. (2015). *Ser Bom Aluno não Chega* (2ª). Clube do Autor.
- Martins, I. M. J. G. (2016). *António Augusto da Silva Martins—O mais completo atleta português de todos os tempos* (1ª). Chiado.
- Mathews, R. (2010). Hilaire Belloc, Gilbert and Cecil Chesterton and the Making of Distributism. *Recusant History*, 30(2), 299–319.

- Maureira Velásquez, M., & Tirado Serrano, F. (2019). THE LAST LESSON OF MICHEL FOUCAULT: A VITALISM FOR A FUTURE PHILOSOPHY. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, 19(nº 2).
- Maurras, C. (1913). *L'Action Française et la Religion Catholique*. Nouvelle Librairie Nationale.
- McKemmish, S. (1996). Evidence of me. *The Australian Library Journal*, 45(3), 174–187.
<https://doi.org/10.1080/00049670.1996.10755757>
- Mearns, D. C. (1957). Historical Manuscripts, Including Personal Papers. *Library Trends*, 5(3), 313–321.
- Mello, G. S. e. (2013). A Revolução (1974-1977). In *A Faculdade de Direito de Lisboa no seu Centenário: Vol. I-A Instituição* (pp. 385–441). Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Mello, G. S. e. (2019). Introdução à Teoria da Nobreza. In *Vultos & Perfis* (pp. 15–23). Bookbuilders.
- Miller, J. L. (2008). Biography. In *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods* (Vol. 1–2). SAGE Publications.
- Mishima, Y. (1986). *Sol e Aço* (4ª). Editora Brasiliense S.A.
- Moniz, A. E. (1949). *Confidências de um Investigador Científico* (Edição Fac-Similada Fundação Glaxo Wellcome das Ciências de Saúde). Ática.
- Moreira, A. (2019). A Escola Ibérica da Paz. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 75(2), 777–792. JSTOR.
- Moreira, M. J., & Henriques, F. (2016). Demographic and Health Changes in Portugal (1900—2013). *Hygiea Internationalis*, 12, 9–39. <https://doi.org/10.3384/hygiea.1403-8668.161219>

- Murray, T. (1999). Epilogue: The Art of Archaeological Biography. In *Encyclopedia of Archaeology, The Great Archaeologists* (pp. 869–883). ABC-Clio.
- Nakayama, D. K. (2018). Sir Denis Browne, the father of modern pediatric surgery. *Journal of Pediatric Surgery*, 53(3), 576–579. <https://doi.org/10.1016/j.jpedsurg.2017.10.057>
- Oliveira, A. (2003). O Dr. António Martins. *Neuronotícias: Boletim Da SPN; Sociedade Portuguesa de Neurologia*, 16(Ano 14), 6–7.
- Oliveira, L. M. V. de. (2012). *Descrição e pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Móbile.
- Papadopoulos, A. (1995). Obituary: Mario Gonzales Ulloa. *Aesthetic Plastic Surgery*, 19, 381–382.
- Pentagalos, G. E., & Lascaratos, J. G. (1984). A SURGICAL OPERATION PERFORMED ON SIAMESE TWINS DURING THE TENTH CENTURY IN BYZANTIUM. *Bulletin of the History of Medicine*, 58(1), 99–102. JSTOR.
- Pereira, Z. M. C. (2018). *O universo dos arquivos pessoais em Portugal: Identificação e valorização* [Doutoramento]. Universidade de Évora.
- Pimentel, I. F. (2007). *A história da PIDE*. Círculo de Leitores.
- Pinto, J. N. (2018). Do Outro Lado da Colina [1996]. In *A Direita e as Direitas*. Bertrand.
- Platão. (2015). *Teeteto* (4^a). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão. (2021). *República* (2^a). Bookbuilders.
- Platt, J. (2012). The History of the Interview. In *The SAGE Handbook of Interview Research: The Complexity of the Craft* (2nd ed., pp. 9–26). SAGE Publications.
- Pollard, R. A. (2001). The Appraisal of Personal Papers: A Critical Literature Review. *Archivaria*, 52, 136–150.

- Prévotat, J., & Mayeur, J.-M. (2002). ITINÉRAIRES || Les catholiques et l'Action française. Histoire d'une condamnation 1899-1939. *Revue Historique*, 304(2 (622)).
- Rao, B., & Plaschkes, J. (2000). A Tribute: António Gentil Martins. *Medical and Pediatric Oncology*, 35, 447–448.
- Rapley, T. J. (2001). The art(fulness) of open-ended interviewing: Some considerations on analysing interviews. *Qualitative Research*, 1(3), 303–323. <https://doi.org/10.1177/146879410100100303>
- Reis, C. (1981). *Técnicas de Análise Textual* (3ª Revista). Livraria Almedina.
- Renders, H. (2014a). Biography in Academia and the Critical Frontier in Life Writing Where Biography Shifts into Life Writing. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 169–177). Brill.
- Renders, H. (2014b). Roots of Biography From Journalism to Pulp to Scholarly Based Non-Fiction. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 24–43). Brill.
- Renders, H. (2014c). The Biographical Method. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 222–226). Brill.
- Renders, H., & Haan, B. de. (2014). Introduction: The Challenges of Biography Studies. In *Theoretical Discussions of Biography: Approaches from History, Microhistory, and Life Writing* (pp. 1–9). Brill.
- Richardson, R. J. (2012). Entrevista. In *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas* (3ª, pp. 207–219). Editora Atlas S.A.
- Romeyer-Dherbey, G. (1986). *Os Sofistas*. Edições 70.
- Rosa Casaco, A. (2003). *Servi a Pátria e Acreditei no Regime*. ACD Editores.

- Russo, M. T. (2020). The human body as a problem in post-modern culture. *Church, Communication and Culture*, 5(1), 74–91. <https://doi.org/10.1080/23753234.2020.1713010>
- Santo Agostinho. (1995). Livro XVI. In J. D. Pereira (Trans.), *A Cidade de Deus* (Vol. 3). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santo Agostinho. (2004). *Confissões* (2ª). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Santos, P. B. (2014). Opções políticas dos católicos: Significados do «estar à direita» durante o Estado Novo (1945-1974). In R. Marchi (Ed.), *As Raízes Profundas Não Gelam? Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas* (1ª, pp. 291–326). Texto Editores lda.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1–15.
- Scharnhorst, G. (1999). In Defense of Western Literary Biography. *Western American Literature*, Volume 33(Number 4), 345–353. <https://doi.org/10.1353/wal.1999.0018>
- Schmitt, C. (2005). *Political Theology: Four Chapters on the Concept of Sovereignty*. The University of Chicago Press.
- Schmitt, C. (2020). *O Conceito do Político*. Edições 70.
- Schubert, A. (2018). What do historians really think of biography. *Letras de Hoje*, 53(2), 196–202.
- Schweiger, H. (2012). Global Subjects: The Transnationalisation of Biography. *Life Writing*, 9(3), 249–258. <https://doi.org/10.1080/14484528.2012.689948>
- Scott, J. W. (2011). *The Fantasy of Feminist History*. Duke University Press.
- Sena, J. de. (1988). As Confissões de Rousseau e o problema da sinceridade. In *Confissões* (Vol. 1, pp. 7–15). Relógio D'Água.

- Silva, C. G. da. (2013). A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: Uma análise comparada. *Arquivo Municipal de Lisboa*, 16.
- Silva, C. G. da. (2020). O lugar dos ‘arquivos pessoais’ na Arquivística Internacional. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vol. 33(n.º 2), 95–108.
https://doi.org/10.14195/2182-7974_33-2_4
- Silveira, P. M. A. (2013). *Os Secretários de Estado da Democracia Portuguesa: Perfis Sociopolíticos e Carreiras Governativas* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Simmel, G. (2010). *The View of Life: Four Metaphysical Essays with Journal Aphorisms*. The University of Chicago Press.
- Slavic, A., & Gnoli, C. (2017). *Faceted Classification Today: Theory, Technology and End Users*. Ergon Verlag.
- Sogno, C. (2016). Chapter 6—Curiositas nihil recusat: A Playful Defense of “low” Biography against “high” history. In *Shifting Cultural frontiers in late antiquity*. Routledge.
- Sutton, M. (2002). *Nationalism, Positivism and Catholicism: The Politics of Charles Maurras and French Catholics 1890-1914*. Cambridge University Press.
- Thompson, P., & Bornat, J. (2017a). Chapter 8: Memory and the Self. In *The Voice of The Past* (4th ed., pp. 238–266). Oxford University Press.
- Thompson, P., & Bornat, J. (2017b). *The Voice of the Past* (4th ed.). Oxford University Press.
- Todd, J. (1949). Distributism. *New Blackfriars*, 30(351), 273–282.
- Virgílio. (2022). *Eneida* (C. A. André, Trans.). Quetzal Editores.
- Vizincezey, S. (1992). *Verdade e Mentira na Literatura* (1ª). Editorial Presença.
- Voegelin, E. (1946). Bakunin’s Confession. *The Journal of Politics*, 8(1), 24–43.

Williams, G. L. (1984). What Is a Document? *The Modern Law Review*, 11(nº2), 150–162.

Williams, W. C. (1963). *Pictures from Brueghel and Other Poems*. MacGibbon & Kee.

Woolf, V. (1970). The Art of Biography. In *The Death of the Moth and Other Essays* (pp. 187–197). Harcourt Brace Jovanovich, Publishers.

Wright, A. R. (1940). Archival Classification. *The American Archivist*, 3(3), 173–186. JSTOR.

Wyatt-Brown, B. (2005). *Who Owns the Dead? Biography, Archives, and Ethics*.

Zuquete, A. (1984). *Nobreza de Portugal: Vol. Vol III*. Editorial Enciclopédia.

Apêndices

A - Entrevista 1 – 18/01/2023

T: - Tomás Cunha

AGM: António Gentil Martins

T: Queria, primeiro, perguntar acerca da Ordem dos Médicos, também já teve a oportunidade de ler algumas coisas que escrevi, se calhar já sabe mais ou menos, o que é que eu tenho a nível de dados...

AGM: Sim, mas em relação à Ordem tem pouca coisa, e eu pus lá [nos comentários a um primeiro rascunho da biografia] coisas que eu nunca pus, mas que agora, quarenta anos depois, ponho...

T: Vale a pena?

AGM: Porque é que eu não fui eleito no quarto mandato, por exemplo. É muito simples, o meu braço direito alterou tudo. Ao fim três mandatos, era ministra Leonor Beleza. Eu tinha pedido para ser recebido por ela várias vezes, uma meia dúzia e ela nunca tinha recebido, e eu não conseguia diálogo com o Governo, portanto, com o Ministério da Saúde. E, então, eu tinha por hábito com o meu braço direito, o Dr. [Fernando José] Costa e Sousa, que era político, de facto.

Tínhamos as mesmas ideias sobre o Serviço Nacional de Saúde sobre o que deveria ser o Serviço Nacional de Saúde em Portugal, até porque o Serviço Nacional de Saúde foi proposto, já no primeiro relatório da Ordem dos Médico. Esse primeiro relatório do primeiro Bastonário, já em 1941, propunha a existência de um Serviço Nacional de Saúde. Quando se fez o atual estatuto da Ordem dos Médicos, foi dois anos antes do ministro Arnaut criar o Serviço Nacional Saúde. A Ordem defende um Serviço Nacional de Saúde, só que eu não diria “serviço”, mas um SNS “Sistema” Nacional de Saúde. Nós éramos contra o projeto do Arnaut em que era o Estado que fazia tudo, que mandava em tudo, e em que era tudo de graça. Curiosamente, a tal ponto que foi se mudar a Constituição portuguesa só porque não podia ser tudo de graça, como é evidente. A saúde custa dinheiro, deve e tem de se poupar o mais possível para poder ser bem aproveitado. Portanto, nós éramos contra um sistema em que o Estado fizesse tudo. O que nós queríamos era que o social, o privado, e o Estado todo, em conjunto, de uma forma equilibrada e honesta, pudessem organizar a saúde do país e não apenas o Estado monopolizar tudo.

A própria pandemia, de certo modo, demonstrou que era preciso toda a gente colaborar para o mesmo e não apenas o Estado a resolver a situação. Curiosamente, uma coisa que eu também refiro, que o meu avô, quando criou o Instituto Português de Oncologia, criou e promoveu logo a criação da Liga Portuguesa contra o Cancro, consciente de que o Estado nunca poderia resolver todos os problemas e, portanto, era preciso que a sociedade civil se envolvesse para que a coisa funcionasse da melhor maneira. Só o Estado era insuficiente. Essa mesma ideia, eu penso que é perfeitamente válida. O Estado é muito importante, como controlador, e enfim, nós temos de ter uma direção, temos de ter um governo, mas, de qualquer modo, a ideia do governo é para ajudar o conjunto do país, não é para ajudar meia dúzia de pessoas.

Bom, de qualquer maneira em termos de coisas para pôr no currículo, como lhe vou mandar, a título confidencial, de facto o currículo atualizado e as considerações [...] opiniões que foram sendo dadas, há uma coisa que eu gostaria de ter, mas que não sei, estou a ver se consigo encontrar. Tenho-a com certeza tão bem guardada que não encontro, que é o habitual. «A gente» quando tem coisas muito bem guardadas, e com muito cuidado para nunca desaparecerem, depois não as encontra. É, quando eu tive o Prémio Miller Guerra, uma senhora que fez justamente a biografia, resumindo a minha atividade para justificar a atribuição do prémio, incluiu múltiplas opiniões de imensa gente, imensa coisa que teve interesse, porque recebi o prémio. Isso penso que é uma coisa que pode ser útil a título informativo. Quero dizer que você dali, se o entender, pode tirar alguma coisa. Aliás, eu vi que você tirou muitas opiniões pessoais, inclusivamente algumas que eu nem conhecia.

T: Sim, de anónimos.

AGM: Portanto, há muitas que eu conheço e que estavam escritas sobre o que eu fiz, mas tenho aí dramaticamente milhares e milhares de folhas. Eu não sei o que lhes vou fazer. Provavelmente os meus herdeiros deitam tudo para o lixo porque não têm hipótese. Pense neste quarto cheio de papéis [AGM está a indicar o tamanho da sala onde o entrevistámos] de papéis assim... quer dizer, é quase impossível ver aqueles papéis todos, e uns poderão ser mais importantes do que outros, mas a quantidade é tal que eu próprio tenho dificuldade em seleccionar aquilo. E custa-me imenso deitar fora, seja o que for, porque não sei quando me irei lembrar de precisar ver quaisquer informações.

Mas ainda voltando à coisa de há bocado, porque é que eu não fui eleito no quarto mandato? Muito simples; eu sempre defendi que a Ordem tinha de defender os médicos. Porque se os médicos não forem defendidos, se não tiverem uma carreira ou se não tiverem condições de trabalho, os doentes não são bem tratados. Os doentes para serem bem tratados, os profissionais que os tratam também têm de ser bem tratados. Mas o meu sucessor entendia que a Ordem é demasiado digna para se «meter» nas questões sindicais.

Portanto, a defesa dos médicos era para os Sindicatos, não era para a Ordem. A Ordem seria nobre demais para essas coisas. E então, entretanto, o que acontece? Eu era candidato pela quarta vez, já tinha apresentado a candidatura, e tinha um braço direito. Nós combinávamos sempre o que íamos dizer aos jovens médicos, eu que era Presidente Nacional e ele que era Presidente da Secção regional do Sul, que era a maior do país, já que tinha praticamente metade dos médicos do país: Coimbra era uma secção pequena, o Porto era maior, mas Lisboa era de longe a maior de todas. E, portanto, esse presidente da secção Regional do Sul tinha uma certa influência. E como ele concordava comigo, e eu com ele, nós, durante oito anos e meio, trabalhámos juntos e muito bem. E tudo o que se fez, bem ou mal, foi feito, no fundo, pelos dois. Talvez eu um bocadinho mais, mas enfim, de qualquer modo, estávamos de acordo. E um dia, era preciso fazer uma apresentação aos médicos mais jovens, e ele foi lá e disse tudo ao contrário! Perante isso eu disse-lhe assim: “Fernando, então... tu disseste tudo ao contrário do que tínhamos combinado?”, e o Fernando respondeu-me simplesmente como bom político: “isso é o que eles queriam ouvir, «a gente» depois faz como quer”. Eu disse: “então desculpa, pois, a partir de hoje deixamos de trabalhar juntos. Porque eles podem correr comigo por acharem que estou errado, agora não porque sou aldrabão. Por ser aldrabão, tem paciência, isso é que não. Portanto, deixaremos de trabalhar juntos; na próxima eleição não farás parte da minha equipa.”

Ele, então, como sabia que eu tinha um certo prestígio dentro da profissão, fez um manifesto de que ando à procura, mas ainda não encontrei, e que gostava de encontrar. Manifesto esse dizendo que eu era realmente uma pessoa muito importante, que tinha feito um bom trabalho, mas que, dado que estava incompatibilizado com a ministra Leonor Beleza (que não me recebia) e era preciso que a Ordem retomasse contacto com ela. Portanto era preciso que eu deixasse de ser Presidente e que houvesse um Bastonário que conseguisse dialogar com a Ministra Leonor Beleza, o que infelizmente não aconteceu sequer... Entretanto, ela acabou por sair, antes de ter o diálogo com a Ordem.

Então [Costa e Sousa] escreveu essa carta porque também não podia ir contra mim formalmente, oficialmente e publicamente. Era bom político, a tal ponto que foi nomeado Secretário de Estado. Porque naquela altura, no tempo de [Francisco] Sá Carneiro, não havia Ministério da Saúde, havia o Ministério dos Assuntos Sociais, que tinha consigo um Secretário de Estado, que corresponde ao atual Ministro da Saúde. Costa e Sousa foi nomeado por indicação minha, porque quando fui convidado para a Secretaria de Estado e disse que não, muito obrigado, e sugeri Costa e Sousa.

T: Porque é que o Professor recusou ou não teve tanto interesse nessa posição?

AGM: Porque eu achava que era importante representar os médicos e era preciso que houvesse alguém que defendesse os médicos além dos doentes e, ao mesmo tempo, defendesse um Sistema de Saúde válido. Se fosse o Ministro da Saúde, podia fazer muita coisa, mas deixava de ser o representante dos médicos o que eu gostaria de continuar a ser. Para mim, era mais importante representar os médicos do que propriamente ser político. E mais, porque eu não gosto de ser político, eu gosto de dizer o que penso quando penso e quando me apetece. Um político, normalmente, está condicionado ao conjunto e à posição do Governo. Portanto, eu quero dizer o que eu achar, e o que eu acho pode estar certo ou errado, não sou infalível, infelizmente. Adorava ser, mas não sou. Agora, gosto de dizer o que eu sinto, e acho que um político nem sempre o pode fazer, porque há outros interesses. Eu digo a minha opinião, estando certo ou errado, e prefiro ser Presidente da Ordem dos Médicos do que Ministro da Saúde (nessa altura era Secretário de Estado).

Mas o que estava a dizer, e o curioso, é que eu indiquei o Costa e Sousa porque pensava que ele tinha as mesmas ideias do que eu, ainda por cima era político e eu disse: “eu não dou para isso, eu só digo aquilo que penso. Mas como ele é capaz de se adaptar às situações, tudo bem.” E o que é que aconteceu? O ministro dos Assuntos Sociais queria ter a certeza de que Costa e Sousa era um bom candidato, que na figura de Costa e Sousa tinha um bom Secretário de Estado. Então, comecei eu a receber imensas chamadas telefónicas de colegas a perguntar: “o que é que tu achas do Costa e Sousa? O ministro está interessado... falou-nos e que quer saber a nossa opinião: se o Costa e Sousa é bom.” E então todos eles me perguntavam a mim antes de responder ao Ministro. Diziam-lhe, pois, que o Costa e Sousa era bom, e então, o Ministro ficou tranquilo, porque tinha os seus conselheiros todos a dizer que o Costa e Sousa era bom. Eu achei graça porque o Ministro, no

fundo, foi enganado. Na verdade, não foi, porque eu estava convencido que estava realmente garantida qualidade para o Sistema de Saúde.

Depois, também aconteceu uma coisa muito curiosa. Costa e Sousa tinha criado o Hospital Particular de Lisboa, foi dos primeiros hospitais privados. Era na rua Avenida Luís Bivar. Escolheu para neurologista da clínica um médico. Ele nomeou um amigo dele para o lugar de neurologista do Hospital Particular. Ele era dono do Hospital Particular, mas também era Secretário de Estado. Só que quem queria o lugar foi quem vem a seguir a ser Secretário de Estado da Saúde. E a primeira coisa que fez quando chegou ao lugar foi demitir Costa e Sousa, porque ele, que era neurologista⁸⁴, não o tinha “deixado ir” para o Hospital Particular e tinha escolhido outro.

Mas isto ainda vem a propósito de que o Costa e Sousa então entendeu que nunca mais trabalharia com ele. Sabendo que não podia dizer mal de mim fez então um texto muito bonito a dizer que eu tinha de ser substituído para haver um bastonário que dialogasse com Leonor Beleza. Então quem é que é? É o Professor Machado Macedo, que era uma pessoa de grande prestígio, mas tinha sido o primeiro a assinar uma folha da minha quarta recandidatura. E fez a sua candidatura às onze da noite do dia em que terminava o prazo. Quanto a mim, não seria às onze da noite, seria quando fechasse a secretaria! Eu acho que o prazo termina no dia “X”, é no dia “X”, dentro do funcionamento normal, penso eu... mas não foi assim que aconteceu.

A partir daí, eu passei a ter a oposição de Costa e Sousa e de Machado Macedo, obviamente, até porque este entendia que a Ordem era demasiado digna para tratar das questões sindicais, porque a defesa dos médicos era sindical. Eu acho que não. Ou então é, dependendo do que se entende por sindicalismo. Eu acho que eu tenho de defender os médicos e eu não concebo uma Ordem sem defender os médicos, porque se eu não defender os médicos, eu não defendo bem os doentes. O doente que seja tratado por alguém que não esteja também ele próprio em boas condições nunca será tão bem tratado.

Então ele apresentou a sua candidatura, em que tinha o apoio dos dois sindicatos, do SIM [Sindicato Independente dos Médicos] e da FNAM [Federação Nacional dos Médicos]. Sindicatos esses, que, curiosamente, se opuseram à única greve que eu fiz, e que considerei ética. Nós

⁸⁴ Verificámos que o Secretário de Estado da Saúde do Governo seguinte foi Adalberto Paulo da Fonseca Mendo, fazendo dele sucessor de Costa e Sousa, e que o seu Ministro dos Assuntos Sociais, entre 9 de Janeiro e 14 de Agosto de 1981, era Carlos Mattos Chaves de Macedo (Borges & Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, 2018, p. 61) que era, por sua vez, médico neurologista.

tínhamos equipas prontas a atender sem levar o dinheiro qualquer doente que precisasse. Por outro lado, a greve era feita indo aos hospitais fazendo o serviço normal, exceto as situações não urgentes, mas fazendo tudo o que fosse preciso. Limitando-nos a assinar “greve”, mas o que era ótimo para o Governo, que não pagava porque estava lá “greve”, mas, por outro lado, não era mau para o doente, porque o doente era tratado na mesma... Bom, mas a greve médica é extremamente difícil, eu diria quase impossível para ser eticamente bem feita. O problema é que quando não há greve, as pessoas também não ligam muito. E a situação é difícil. Nós tivemos, eu tive, a sorte brutal do Secretário de Estado fazer um erro grave. Num Sábado de manhã, proibiu os médicos [que faziam greve] de entrar no Hospital, e ficaram 7 médicos no Hospital de São João, que tinha mil e tal... e pronto. Mas iam todos os dias ao Hospital, só que naquele dia estavam proibidos de entrar.

T: Pois, por causa do Governo?

AGM: O Secretário de Estado é que deu ordem, para as pessoas [serem] proibidas de entrar. Os em greve estão em greve, estão proibidos de entrar, portanto entraram 7 médicos e ficou a dirigir o Hospital um estomatologista.

T: O Professor a dada altura tinha escrito que até se tinha juntado ao sindicato, o SIM, mas que se separou ou que se afastou...

AGM: Não, não é bem isso. A seguir ao 25 de Abril, os revolucionários no dia 29 reuniram no Hospital D. Estefânia com os seus amigos, porque... estava uma convocação do dia 24 para o dia 29. Calcula que não era fácil, mas estavam lá os revolucionários. Então os revolucionários, dizem que foi votado por unanimidade a Ordem passar a ser Sindicato, o que é mentira porque eu estava lá e não votei. Portanto, não foi unanimidade, mas foi realmente uma esmagadora maioria porque eram todos os “deles”.

Se eu não trabalhasse no Hospital D. Estefânia, não sabia que havia lá essa assembleia. E essa assembleia disse que a Ordem [dos Médicos] não tinha de existir e era fascista porque tinha sido criada, já depois do 28 de Maio⁸⁵. Por outro lado, esqueceram-se que a palavra “Bastonário” era anterior ao 28 de Maio. Tinham sido os advogados que tinham criado a palavra. No entanto, a

⁸⁵ refere-se ao Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 também conhecido pelos seus executores como a “Revolução Nacional” que marca o fim da 1ª República Portuguesa e o início da Ditadura Militar, que depois se transformará no regime que conhecemos como o “Estado Novo”.

palavra “Bastonário” [foi suprimida do léxico] ... Assim eu fui só “Presidente da Ordem”, eu não fui Bastonário, fui “Presidente da Ordem dos Médicos”. Porque eram tão ignorantes, que consideravam que a palavra “Bastonário” era de depois do 28 de Maio, quando era anterior. Naquela altura, chegou-se a indicar que desaparecera a Ordem e há até uma fotografia, a dizer assim, “Sindicato Independente dos Médicos”, na sede da Ordem da Avenida da Liberdade. Uma fotografia muito bonita com o [António] Galhordas e outros... enfim, uma série daqueles revolucionários todos. E, portanto, a Ordem passou a ser Sindicato dos Médicos. E eu lutei contra o Sindicato dos Médicos para voltar a haver Ordem. Para não ser Sindicato, para ser Ordem com funções sindicais, porque a Ordem devia continuar. Isto durante o período, de 1974 em diante.

E houve várias assembleias gerais. O que acontecia é que normalmente os médicos mais velhos votavam a meu favor, mas iam para casa cedo, e os médicos mais novos votavam contra, eram revolucionários, e ficavam até ao fim. De maneira que nunca se atingiam os dois terços necessários para mudar essas loucuras (normalmente, a mudança é por dois terços da votação). Entretanto os revolucionários resolveram fazer um estatuto de Sindicato. Criaram o Sindicato, acabaram com a Ordem, e agora queriam criar o estatuto do Sindicato, o que é o perfeitamente correto. E quando eles fizeram isso, havia dois projetos de estatutos, um que era dos revolucionários e outro que era dos Socialistas, fundamentalmente comunistas e amigos. Nessa altura, eu tinha um grupo de amigos que discordávamos daquelas situações e, em 24 horas, fizemos um terceiro estatuto sindical. Estatuto sindical que, no artigo 3º ou 4º, já não me lembro bem, dizíamos que os eleitos se comprometiam a fazer um plebiscito para os médicos decidirem o que é que queriam: se queriam um estatuto da Ordem com funções sindicais, ou se queriam o estatuto do Partido Socialista, ou o Estatuto dos Revolucionários.

Foi nessa altura, nessa assembleia, a 7 de Fevereiro de 1976, que conseguimos que o nosso Estatuto fosse o aprovado. À parte do facto de um revolucionário ter dito que estava armado com uma pistola e não queria que eu destruísse o que lhe tinha custado tanto a criar. Coitado, até foi uma pessoa muito importante, no pós-25 de Abril e até há relativamente pouco tempo muito importante⁸⁶.

⁸⁶ Cortámos a identidade da pessoa em questão, mas confirmámos que de facto é uma personalidade de relevo na História deste país, e não temos motivo para duvidar do testemunho de António Gentil Martins. Queremos também lembrar o leitor que o testemunho de António Gentil Martins é corroborado também pelo testemunho de

Entretanto, fez-se um voto de desconfiança à mesa que era dos revolucionários e eu fui eleito Presidente da Assembleia do Sindicato, porque o que havia era o sindicato. Eleito Presidente da Assembleia do Sindicato, tinha a missão de fazer o plebiscito. Fiz o plebiscito, que deu 87% dos votos a favor da Ordem com funções sindicais. Muito bem, e começou-se a trabalhar nesse sentido. Entretanto um grupo, entre os quais [António] Galhordas e José Pinto Correia, foi fazer queixa ao Conselho da Revolução para que retirasse as funções sindicais à Ordem, porque o artigo 6º da Ordem referia que a Ordem defendia os médicos a todos os níveis, nomeadamente: Segurança Social e relações de trabalho. Então o importante jurista, Jorge Miranda, muito inteligente, retirou “nomeadamente” funções “sindicais”, mas deixou lá “a todos os níveis”. “A Ordem defende os médicos a todos os níveis, nomeadamente...”

T: então, incluí, mas não está lá nominalmente...

AGM: Eu disse... “não, está lá de facto, mas mantém que defende a todos os níveis”, portanto, defende a todos os níveis... se eles querem chamar sindicais, chamem. Eu não falo em sindical, mas sim a todos os níveis, é a todos os níveis! Portanto, ele retirou apenas, “nomeadamente”, funções sindicais. Oficialmente retirou funções sindicais, mas na prática não tirou.

Eu acho que a definição de sindical é um bocado vaga. Pode ter várias interpretações. Para mim, o “defender o médico”, não são “funções sindicais”. É defender o médico... Talvez eu não saiba português o suficiente.

Portanto, o Dr. Machado Macedo venceu, com o apoio dos dois Sindicatos e com o apoio de Costa e Sousa, (que era) a Secção Regional do Sul, que era a mais poderosa. Costa e Sousa recandidatou-se para a Secção Regional do Sul e foi eleito. E era lógico que fosse eleito, porque ninguém sabia da sua resposta, pois eu não contei isso a ninguém. Se eu tivesse contado que o Costa e Sousa tinha feito o contrário do que estava combinado, se calhar ele não tinha tido êxito. Achei que me deveria calar porque poderia até ser interpretado que a Ordem não estava a ser orientada por alguém que valesse a pena. Porque a maioria das pessoas era honesta!

Fernando Pádua como mencionado anteriormente neste trabalho (F. Pádua, personal communication, March 7, 2015).

Portanto, perdi as eleições, porque o Costa e Sousa tinha a sua própria força, Machado Macedo tinha o seu prestígio, um indivíduo com prestígio profissional, e embora tenha sido o primeiro a assinar uma folha para a minha recandidatura.

Também foi engraçado... candidatou-se às onze horas da noite, o que para mim não estava correto sob o ponto de vista técnico. Por exemplo, a candidatura termina no dia “tal”, portanto, nessa altura ainda não havia estas candidaturas eletrónicas. Não se poderia dizer que se candidatava a qualquer hora ... se fosse eletrónica até poderia dizer, penso eu, até à meia-noite. Mas o funcionamento normal da secretaria não é fazer o secretariado ficar lá até às onze da noite para receber as candidaturas. Mas isso é secundário, também. O que tem interesse para mim é que ele tinha apoio dos dois Sindicatos, tinha o seu próprio prestígio e, por outro lado, tinha a carta do Costa e Sousa a dizer que eu tinha de ser substituído para poder haver diálogo com a ministra. Até o argumento, aparentemente, é válido. Se eu não conseguia dialogar com a ministra, era importante que houvesse um Bastonário que conseguisse dialogar com ela porque eu era incompatível. Eu estava lá já há 10 anos a mexer naquilo tudo, e “embicava” ali, não saía dali. Penso que foi isso a principal razão de eu não ter sido reeleito pela 4ª vez. Isso é uma fantasia, porque até podia não ter sido. Nunca se sabe do resultado de uma eleição. Mas havia três argumentos importantes para impedir que eu pudesse ser reeleito.

T: Mas eu acho que não é totalmente fantasioso, no sentido em que pelo menos, pela expressão dos números anteriores, nada faria pensar que fosse assim radicalmente diferente.

AGM: De facto a não ser com a tal argumentação, que também é lógica. “Como ele não consegue dialogar, temos de ter um Bastonário que consiga dialogar. Ele era ótimo, tudo bom, mas realmente temos de ter uma solução e tem de ser com outra pessoa, porque já se viu que com ele não dá.” Portanto, este argumento eu acho que é muito válido.

T: Acerca, então, da Ordem a seguir ao Professor ter saído...

AGM: Depois? Eu acho que o Machado Macedo não prestou grande coisa, para ser franco, depois houve outros vários bastonários, uns melhores, outros piores. Acho que o atual [Miguel Guimarães] até tem sido satisfatório. Eu acho que ele tem sido bom. Tem tido uma situação extremamente difícil e a única coisa que me aflige⁸⁷.... Pedi a todos os candidatos, agora, que

⁸⁷ Nesta altura estávamos em plena campanha para a presidência da Ordem dos Médicos, numa primeira volta disputada entre Alexandre Valentim Lourenço, Bruno Maia, Carlos Cortes, Fausto Pinto, Jaime Branco, e Rui Nunes.

respondessem a duas perguntas, e infelizmente destes 6 não respondeu claramente nenhum deles. As perguntas eram muito simples: qual é o Sistema de Saúde que propõe para o país? Qual é concretamente? Eu quero que me digam concretamente, não quero que me digam “tudo a dar-se bem, tudo a funcionar em conjunto”, mas isso não é nada, são palavras. Eu quero dados concretos, uma solução concreta. A outra [pergunta é] se entende que a Ordem não deve ter funções sindicais e deve entregar toda a defesa dos médicos aos sindicatos? Se a Ordem prescinde da defesa dos médicos e a entrega aos sindicatos.

T: E nenhum deles respondeu de uma forma satisfatória?

AGM: Quer dizer... sim ou não, não. Todos dizem que a Ordem tem de defender os médicos, mas não respondem concretamente à pergunta. A pergunta é direta. A Ordem pode ou não exercer funções sindicais? Se chamam funções sindicais a defender os salários, etc. Eu acho que a Ordem tem de defender os salários dos médicos também, é mais um fator. Isso é sindicalismo? Então pronto, que seja sindicalismo, eu acho que a Ordem tem obrigação de fazer isso. Por isso é que a minha pergunta era: acham que a Ordem deve entregar parte das suas funções na defesa dos médicos aos sindicatos? A Ordem absteve-se de fazer a defesa dos médicos porque isso é ação sindical. A pergunta... No fundo, eram essas duas perguntas: se a Ordem deve entregar as funções sindicais aos sindicatos ou deve também exercê-las se for necessário, e depois é uma questão de interpretação do que são funções sindicais. Mas nenhum deles respondeu claramente a isso. Mas todos dizem que a Ordem deve defender os médicos. Mas não lhe chamam funções sindicais, é curioso, nunca dizem isso. Dizem sempre, de um modo geral, que a Ordem deve defender os médicos.

T: Mas a real pergunta é o que é que isso significa para cada um dos candidatos.

AGM: Mas isso eu não perguntei de facto [risos], isto foi a resposta que eles deram. E em relação ao Sistema, nenhum deles diz qual é o Sistema, a não ser a tal coisa: “a harmonia entre o Estado, o social e o privado”. Mas isso não me define nada, eu queria dados concretos. Porque palavras leva-as o vento, como diz o povo português, não é? E, portanto, eu queria que ficasse uma coisa perfeitamente clara: qual é o projeto que tem?

T: E acerca dessa visão de um projeto para alterar o SNS, estamos agora a ver algumas falências do nosso modelo de SNS, não é?

AGM: Há dois grandes modelos: o do Sr. [William Henry] Beveridge, que é o modelo socialista do Estado. Estabelecido em Inglaterra a seguir à [Segunda Grande] Guerra, o que foi compreensível até, o Estado tomava conta da saúde. E o Sistema de [Otto von] Bismarck, muito anterior, alemão, que era com liberdade de escolha, em que havia uma tabela, digamos assim, uma chamada “Convenção”. O acordo era feito entre a pessoa que prestava o serviço e a pessoa que pagava. É como têm basicamente na Alemanha, na Bélgica, na Holanda, na França, etc. É até uma coisa curiosa, quando Jack Ralite⁸⁸ (comunista) era ministro de Saúde em França, não quis mudar o Sistema de Saúde. Eu pensaria que um comunista punha o Sistema de Saúde do Estado, mas ele não: deixou as Convenções em França. Como é que o ministro comunista deixa as convenções em França? É que talvez as coisas não são tão más quanto isso, até para um comunista!

Há esse Sistema, digamos Bismarckiano, mas que já não é o “Bismarck” original. Quando se fala em Beveridge e Bismarck, não são a verdade em si, são aproximações, e depois, no meio dos dois conceitos é que estará, para mim, a solução. Será uma Convenção, um acordo, em que nem é uma coisa do Estado nem é coisa do Privado. Porque o Privado só também não serve.

O Privado, por exemplo, atualmente tem uma coisa perfeitamente criminosa, quanto a mim. É o chamado “teto do seguro”. Se você tem uma doença, se for uma doença simples, safa-se, se for uma doença complicada, é preciso que tenha pago muito dinheiro para se safar. Porque se fez um seguro em que não pagou muito dinheiro, só lhe dá para doenças pequeninas. Isto não pode ser! Ou dá para tudo ou não dá para nada, ou faz um seguro ou não faz o seguro. “Ah, mas o seguro assim pode ficar muito caro se houver previsão de doenças muito graves”. Então, paciência, as pessoas fazem o seguro se têm de pagar pouco. Então, não lhes serve para muito, porque se um dia têm uma doença a sério não há dinheiro que chegue, porque há um teto. “O Senhor já atingiu o valor a que o seu seguro dá direito...” [...] Isso para mim não serve.

Há uma senhora que diz um disparate terrível: que “a saúde é um negócio como outro qualquer. É uma frase muito célebre dela, da Dra. Isabel Vaz”⁸⁹. É público, quer dizer, não é uma coisa confidencial. Ora, eu acho que não é, não pode ser! E a profissão médica não é mais nobre que nenhuma outra, mas tem de ser diferente. Não é a mesma coisa...o ser de direito, de economia, ou

⁸⁸ Eleito como deputado em 1973 pelo Partido Comunista Francês, tendo-se tornado Ministro da Saúde, em 1981.

⁸⁹ Queremos também apontar para a menção à Dra. Isabel Vaz por António Gentil Martins num documento relativamente recente no qual as mesmas críticas estão presentes (A. G. Martins, personal communication, July 30, 2018, p. 1)

de veterinária, ou de outra profissão... o que quiserem... é uma coisa. Mas a Medicina em si tem de ser diferente. Não é melhor, não é mais digna. As profissões são todas boas, agora, esta tem de ser um bocadinho de diferente porque tem de pôr à frente dos seus interesses os interesses do doente. Para isso é que serve a medicina. Desde o Hipócrates, há mais de 2500 anos.

Uma das coisas que eu fiz quando entrei para bastonário foi repor o juramento de Hipócrates porque tinha deixado de haver. Os médicos deixaram de jurar todas aquelas regras básicas da medicina porque os sindicalistas não precisavam disso. E eu retomei o juramento de Hipócrates, que voltou e agora já é norma.

T: Isso também seria uma posição que o demarcava desses sindicalistas, por exemplo.

AGM: Exato, desmarcava-me com certeza, e é uma coisa muito curiosa. É que, quando foi aprovado o estatuto da Ordem em 1977, nessa altura desapareceu o Sindicato dos médicos, que tinha sido criado a seguir ao 25 de Abril. Desapareceu porque ficou a Ordem dos Médicos, de acordo com o plebiscito. Só 5,3% dos votantes no plebiscito é que queria o Sindicato. Então, o que acontece? É que fizeram a FNAM⁹⁰. E quem é que fez a FNAM? As mesmas pessoas que tinham feito o outro Sindicato (procurando eliminar a Ordem). Porque o que é curioso é que o Sindicato é aparentemente novo, mas com as pessoas do anterior [riso]. O Sindicato era teoricamente diferente, pois o outro Sindicato desaparece ao ser substituído pela Ordem.

E, entretanto, o SIM, era também uma coisa muito curiosa... Nós, quando fizemos o tal estatuto sindical, para depois fazer o plebiscito, éramos 12, mas na direção não sei por que razão, ficaram só 11. Tinha de sair um: “Ora que maçada, sair um... quem é que há de sair?” Foi muito discutido, muito conversado e chegou-se à conclusão que saía o António Bento [um dos fundadores e primeiro Secretário-geral do SIM (Sindicato Independente dos Médicos, 2022)], que era uma força da natureza. Era, digamos, de uma argumentação, uma atividade, e uma doação enorme. Simplesmente, às vezes exagerava um bocadinho em certas atitudes. Então chegou-se à conclusão que o melhor, a ter de sair um, seria o António Bento, que formou, então, o SIM, pois não lhe era habitual ficar parado. Era ele e mais 3 ou 4, naquela altura. E quando nós, pela Ordem, fizemos a greve pelo Estatuto do Médico, quer a FNAM quer o SIM procuraram boicotar a greve.

⁹⁰ Conseguimos apreender que a FNAM foi formalmente constituída em 1988. Para a versão dos acontecimentos do lado da própria FNAM, o seu próprio *website* apresenta uma página com um pequeno resumo da sua criação (Federação Nacional dos Médicos, 2013).

T: Os dois?

AGM: Chamando pessoas que estavam de férias. Pessoas para virem trabalhar para boicotar, como disse, a nossa greve, quer o SIM, quer a FNAM. O SIM, incipiente nessa altura, ainda era quase meia dúzia de pessoas; depois é que cresceu, mas ambos boicotaram formalmente a nossa greve, a greve da Ordem.

T: E diga-me só uma coisa, nesse boicote à greve...

AGM: Não, era só irem trabalhar e não escreverem “greve”.

T: Mas é um bocadinho irónico, os sindicatos estarem a boicotar uma greve.

AGM: Não, porque aquela greve...

T: É da Ordem?

AGM: É da Ordem, e segundo eles, a Ordem não podia fazer greves. E, portanto, eles iam trabalhar no Hospital e não marcavam greve. Nós marcávamos greve, mas eles não. Eles apresentavam-se normalmente. No fundo, estavam a boicotar a nossa posição. E se não fosse realmente o erro do Secretário de Estado, nós estamos tramados, porque estávamos há três semanas em greve. Eu reuni no sábado à tarde a Direção a dizer: “nós não podemos continuar, porque os médicos mais novos não ganham”. Os que eram mais velhos, tinham alguma estabilidade financeira e ainda conseguiam aguentar-se. Porque isso continuava normalmente; a greve era só no Estado, os consultórios privados continuavam abertos. A única coisa é que também se pediu, para quem pudesse, fechar os consultórios durante o período de greve, e que só fossem vistos os doentes graves ou urgentes, mas que os consultórios normais fossem encerrados. E como disse, creio já, em cada secção regional havia uma equipe de médicos dispostos a ir ver alguma situação urgente que fosse necessário, sem levar dinheiro, era só para dar assistência. Não conseguiram apresentar um único caso em que tivesse havido algum doente prejudicado por causa dessa greve.

Tem outro especto também [riso] o Costa e Sousa, que tinha na SRS um tesoureiro, que era o Dr. Luís Reis. Uma das coisas boas da Ordem era um seguro que nós tínhamos feito a uma companhia de seguros, a UAP. A Ordem tinha um seguro, mas cada médico fazia-o individualmente e pagava o seu seguro. E os lucros do seguro revertiam para a Ordem. E a Ordem não tinha nenhum responsável pelo seguro, já que na Ordem não estava ali ninguém para ganhar dinheiro.

T: Então a ideia é que o dinheiro tudo desde seguro ia para a Ordem?

AGM: Exato, o lucro do seguro iria para a Ordem exclusivamente, porque a Ordem não tinha um intermediário. Tinha sido uma questão de honra, digamos assim, não haver ninguém a receber dinheiro desse seguro. O dinheiro era para a Ordem, e a Ordem depois distribuiria por quem necessitasse. Só que com o Dr. Luís Reis passou a haver um intermediário, o Dr. Luís Reis.

E acontecia outra coisa - nós queríamos uma sede para a Ordem que não fosse aquela da Avenida da Liberdade. E andámos a correr, a correr, a ver hipóteses de casas – O Dr. Luís Reis também lutou imenso para que se arranjasse uma casa - e eu tinha “arranjado” uma casa já praticamente apalavrada junta com a ANOP, ali ao Campo de Santana, e dando para Avenida da Liberdade. Ficaria assim a sede da Ordem junta à Faculdade de Medicina e local onde a partir da tarde era sempre fácil estacionar automóveis. Nós íamos, em princípio com o dinheiro da Ordem, comprar isso. Mas o dinheiro não vinha porque a Secção Regional do Sul... Nós funcionávamos assim: cada secção regional dava para a Ordem uma percentagem daquilo que recebiam os médicos da sua zona. Assim, anualmente cada secção: Norte, Centro e Sul, todos os anos mandava o seu contributo. E de longe maior era o do Sul... Mas o dinheiro não vinha porque a Secção Regional do Sul tinha dúvidas de tesouraria...

T: Claro, Lisboa...

AGM: E naquele ano havia muitas dificuldades. Não conseguiam... disponibilizar a contribuição. Tinham de reformular as contas porque havia lá qualquer coisa... Curiosamente, quando eu saí da posição de Bastonário, apareceu logo dinheiro e compraram a sede boa que têm agora na Avenida [Almirante Gago Coutinho]. A atual sede que é muito boa, só que tem um anfiteatro horrível, porque é muito inclinado... Mas, fora isso, a sede é excelente. Simplesmente, o Dr. Luís Reis fez, como dissemos, imensos esforços para encontrar uma sede, tendo-nos sugerido várias sedes, que o Conselho Nacional não quis. Mas quando eu saí, apareceu logo aquela sede; que felizmente, eles puderam comprar, porque já havia dinheiro, que antes disso não havia disponível... o que era uma pena!

Depois o Dr. Luís Reis também me atacou porque a parte dos juristas, da Ordem, funcionava muito mal. Depois, eu tive de escrever no jornal, a responder ao Sr. Luís Reis, que ele esquecia que a entidade que controlava os juristas era a Secção Regional do Sul de quem ele era o tesoureiro. Eu, «Nacional», não controlava isso, mas ele atacava-me dizendo que o funcionamento dos juristas era

muito mau. “Mas é você e é a sua Secção Regional que controla isso, e está-me a dizer que eu é que sou o responsável?” Há muitas historietas desse género...

T: Por falar em Secção Jurídica, tinha dito quando nos encontrámos [numa primeira abordagem antes das entrevistas] que o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa tinha feito parte...

AGM: Mas isso é anterior. Isso foi logo no princípio. O Professor Marcelo foi nosso consultor jurídico para aí... sei lá, 1980 e pouco! Não sou capaz de dizer, já não me lembro, honestamente... foi há 40 anos. foi numa fase precoce e, aliás, ele era relativamente novo nessa altura, era licenciado há pouco tempo.

[-- Interrupção-- Parte 2 da primeira entrevista]

T: Gostaria de compreender qual é a sua perspetiva e o seu entendimento, pois parece-me que estamos numa altura em que politicamente não estamos muito distantes de discutir ou abordar outra vez as questões do SNS e as suas falências...

AGM: Bom, o problema para mim, é que o modelo em si é que não pode funcionar. Quer dizer, eu penso que tem de haver uma coisa intermédia entre o privado e o Estado. Ou seja, eu defendo as chamadas «Convenções», ou seja, você paga um prémio de seguro que é proporcional ao seu rendimento enquanto é saudável. Se você é muito rico, paga muito, se é pobrezinho paga pouco, mas todos pagam aquilo que podem. E para dar, no conjunto, aquilo que vai ser preciso gastar, vai-se ter de poupar o mais possível porque se se gasta demais, depois falha. Portanto, é fundamental ser poupado, saber em que é que se gasta e não gastar desnecessariamente. Onde houver a mais de um lado vai faltar no outro. Portanto, há um pagamento quando está saudável de um prémio de seguro, digamos assim, um seguro que é nacional e obrigatório. Depois, como é que esse «imposto assim, imposto assado» ... O princípio geral é este: paga-se enquanto se está saudável uma percentagem do seu rendimento que é igual para todos. A percentagem é a mesma, mas o valor da percentagem é diferente. E se o valor que se está a descontar admitamos que é 5% dos rendimentos? É um pouco género ADSE, mas não bem a mesma coisa. Não é para dizer que é paralela à ADSE, em que a pessoa paga uma percentagem que é igual para todos. Se a percentagem, por exemplo, for 5% e não chegar para aquilo que é preciso, passa a ser 5,5%, passa

a ser 6%, é o que for preciso. É um valor correspondente ao rendimento, mas enquanto se está saudável. Enquanto se está doente tem-se tudo o que é preciso, mas com preços justos, realistas e controlados.

Além disso, e se a pessoa tem muito dinheiro e pagou o seu seguro, mas não quer ir ao Estado por qualquer motivo? Paga a diferença. O Estado dá-lhe as mesmas condições que deu a todos, mas se ele quiser pode fazer outra coisa diferente. É um modelo que não é apenas do Estado, é justamente uma coisa intermédia entre o Estado e o Privado. Você tem apoio, esse apoio que é dado pelos serviços públicos ou privados, perante uma tabela. Imagine que você tem de ser operado a uma apendicite, vai ser operado no serviço do Hospital de São José pelo Estado. Admitamos que paga «100 contos», por exemplo, e quer ir ao Hospital da Luz. Pode ir desde que o Hospital da Luz tenha feito acordo. Mas não é obrigado a fazer acordo, é uma entidade privada. Há uma Sra. Que acha que a saúde é um negócio como outro qualquer, portanto, aí diz assim: “não, por esse preço é muito baixo para mim, quero ganhar mais.”

No outro dia, ouvi um Sr. de um Hospital muito importante dizer assim: “nós perdemos 400 milhões de euros este ano na saúde...” Perdemos quatrocentos milhões, que desgraça! Na verdade, não perdeu quatrocentos milhões, deixou de ganhar 800, portanto “perdeu 400” porque ele só recebeu 400 nesse ano. Repare a expressão: “Perdeu 400”. Não é a mesma coisa, mas eu achei engraçado «o tipo» fazer a conferência. Dizer: “este ano perdemos 400 milhões.”. Mas por isso é que eu digo que a medicina não é um negócio, a saúde não é um negócio, não pode ser. Na saúde, tem de se gastar aquilo que é preciso, mas só o que é preciso. Não é para fazer negócio, não. Há coisas que eu acho que não podem ser negócio. Tudo o resto, há muita coisa que pode ser um negócio, agora, na saúde? Não é uma questão de negócio, e não é para ganhar dinheiro, é para gastar tudo, mas apenas o que é necessário. E sabemos que mesmo nos países mais ricos não se pode dar tudo a toda a gente de graça, não há hipótese. Portanto, dá-se o máximo que se puder.

Hoje-em-dia, há quimioterapias e drogas muito importantes para tratamento do cancro, que têm resultados muito bons, mas muitas delas são caríssimas. Há uma coisa interessante, por exemplo, há uma Sociedade Internacional de Oncologia Pediátrica, a SIOP, *Société Internationale d'Oncologie Pédiatrique*. Então, eles procuraram fazer uma coisa que é um programa de tratamento para países mais pobres que não conseguem pagar aqueles valores mais elevados. Aconselham um tratamento um bocadinho menos eficaz, mas que é compatível. Ou seja, o

tratamento melhor cura um bocadinho mais, mas é preciso que haja dinheiro para isso. Porque se não houver dinheiro para isso, então eles procuraram estudar um modelo em que a terapêutica seja exequível financeiramente. Não será tão boa, não será a melhor de todas, mas é já razoavelmente boa e muito mais barata. E a capacidade do país não daria para pagar muito, a não ser a uma meia dúzia de pessoas. Mas o objetivo é a universalidade. O que se pretende é que seja igual para todos no sentido básico, e depois, quando se está saudável paga-se para que quando se está doente não tem de se ser sobrecarregado. Poderá ter de se pagar taxa moderadora? É uma coisa que terá de se ver: se é preciso pagar alguma coisa e porquê. De qualquer modo, nunca pode ser uma coisa que impeça o tratamento; isso é que não pode ser. Se tiver de se pagar alguma coisa mais... pronto isso terá de se ver e desde que seja compatível com a capacidade da pessoa.

Portanto, o importante para mim era a Ordem poder dar condições de trabalho aos médicos, dar um nível salarial razoável. Como é que você, por exemplo, pode ter um médico do Porto que se formou no Porto e agora quer vir para Lisboa? Como é que ele paga a renda da casa? Ainda por cima com o dinheiro que eles recebem! Portanto, tudo isso tem de ser uma coisa controlada, porque depende muito das circunstâncias. Agora, por exemplo, e já houve na altura isso, os médicos que vão para a província têm um bônus, têm um suplemento, porquê? Porque estão mais isolados porque têm mulher e filhos... E depois também há outro problema, é que as pessoas têm família e não se pode esquecer que o médico tem família e, portanto, eu tenho de dar a educação aos meus filhos. E agora vai para Freixo de Espada à Cinta, ou outro sítio qualquer, será que ele tem lá condições para dar um tratamento adequado aos seus filhos? É um conjunto que não pode ser visto só, isoladamente do resto. Eu acho que nós temos de ajudar os médicos e se os médicos estiverem em boas condições, depois poderão estudar e aperfeiçoar-se. Isto porque a medicina, sobretudo, é uma coisa que exige aperfeiçoamento contínuo.

Eu, pessoalmente, deixei de exercer medicina, porquê? Porque não tinha a certeza de poder fazer corretamente as coisas e mesmo nos últimos tempos só fazia aquilo de que eu tinha a certeza, tanto quanto é humanamente possível, de fazer bem feito. Se eu tivesse dúvidas, já não fazia. Cirurgia estética nos últimos anos não fazia, mas ao longo da carreira fiz imensa! Não fazia porquê? Porque não tinha a certeza se ia arranjar aquela coisa bonita que eu tinha visualizado e que a pessoa gostava. A pessoa só faz uma coisa dessas se quiser; é um bocado supérfluo, não é obrigatório. Pode-se querer ficar mais bonito, pronto; é legítimo querer ficar mais bonito, mas pode-se ou não se pode. O médico só pode fazer aquilo de que tenha certeza que faz em boas condições. Porque

se não tem a certeza de fazer em boas condições, é melhor estar quieto. É uma responsabilidade enorme; a saúde das pessoas não é para brincar, portanto, isso agora é condicionado.

Outra coisa, por exemplo, que, você repara, também acontece na idade da reforma: “sim senhor idade da reforma, é preciso que os médicos se possam reformar mais cedo. É uma profissão de risco e uma profissão de trabalho enorme”. E isso é verdade, mas o que é que acontece ao médico que se reforma aos 66 anos? Vai trabalhar para o privado, ou não é assim? Veja as pessoas que você conhece que se reformaram, o que é que estão a fazer, estão em casa quietos? Ou estão a trabalhar?

T: Pois, os que eu conheço estão a trabalhar, sim.

AGM: Deixaram de trabalhar? Deixaram de fazer medicina? Um tipo com 66 anos deixou de fazer medicina? Conhece algum?

T: Conheço uma senhora que se reformou e está no privado e conheço um senhor que se vai reformar agora, e esse não sei se vai parar ou não.

AGM: Vai para o sector privado de certeza! Poderá haver um ou outro que não vai para o privado, até normalmente aqueles que são ricos. Já têm muita coisa e que não lhes faz diferença, porque aquele que vive com algumas dificuldades fica mesmo a trabalhar porque precisa de trabalhar. Mas reformou-se, então, como já não fica no Estado, tem de ir para o privado, e tem de arranjar segurança, tem de arranjar um sítio onde trabalhar. Na prática, o que você verifica é que após a reforma as pessoas não param de trabalhar.

Então, porque é que têm de adiantar muito mais o período de trabalho? Eu fazia exatamente o contrário, deixava-os só se reformar quando quisessem. A reforma seria quando a pessoa quisesse reformar-se, teria um mínimo, é evidente. Não se podia reformar antes dos 66. No meu tempo, a reforma era aos 70, mas eu achava perfeitamente normal que pudesse trabalhar aos 75 ou aos 80 anos se estivesse em condições e quisesse. Obrigado, não, mas se quiser trabalhar para além da idade oficial da reforma, porque é que não há de trabalhar? É o que verificamos que, na prática, isso acontece. Você veja quantas pessoas que se reformaram não estão a trabalhar na mesma coisa, naquilo que sabem e naquilo em que são úteis, tudo certo. Só que estão reformados teoricamente, porque, na prática, continuam a trabalhar. Reformaram-se foi daquele ordenado fixo do Estado. Passaram a ter um ordenado variável consoante a sua capacidade. Eu também acho justo que uma

pessoa deva ser remunerada, em parte, de acordo com o trabalho que faz e com a qualidade do que faz, porque um indivíduo que é muito bom é natural que possa ganhar mais, e ser mais procurado do que o indivíduo que é incompetente. Portanto, acho que nós devemos também ser compensados pelo trabalho e esforço que fizemos. Porque não? Aliás, isto aplica-se em qualquer profissão.

Acho que qualquer indivíduo na sua profissão deve ganhar, em parte, de acordo com o trabalho e o tempo que dedica. Se uma pessoa quiser ir jogar *Bridge* em vez de fazer medicina, se calhar não terá tanto direito a ter mais remuneração. Jogar *Bridge* é muito giro, não faz mal a ninguém, mas não é essencial. E aí depende das condições das pessoas.

T: Na sua opinião relativamente ao SNS entendemos que seria necessária uma reforma, mas acha que haveria alguma vez vontade política para fazer isto?

AGM: Neste momento não há de certeza. Há pessoas que defendem o modelo estatal que eu acho que está errado. Eu gostaria de ver alguém que pensasse que tem de ser mudado o sistema... eu não gosto de usar o termo Bismarck e o termo Beveridge porque as pessoas agora acham que eu estou a defender “O Bismarck” original... não! Eu estou a dizer é que tem de ser uma coisa entre Beveridge e o Bismarck, mas mais do tipo Bismarck, mais virado para uma coisa que é para mim essencial, a liberdade de escolha. Liberdade de escolha do médico ou da instituição. Não é por uma questão financeira que uma pessoa pode escolher um ou outro. A pessoa tem de escolher o médico e a enfermeira, enfim, o profissional... E sobretudo na saúde, mas também em qualquer profissão, a pessoa deve poder escolher o que quiser. Na saúde, é absolutamente essencial que a pessoa tenha a liberdade, sem ser penalizado financeiramente. Deve ir ao médico que quiser, e à instituição que quiser, ao hospital que quiser. Pode ser este hospital, ou outro qualquer. Acho que isso é essencial, essa liberdade de escolha. E que seja de acordo com a capacidade de cada um. Tem de se mudar o sistema! As pessoas têm de perceber que isto está uma desgraça total.

T: Mas isso é uma crítica, ou pelo menos uma visão que...

AGM: A minha visão é só isto: neste momento, nós temos uma medicina para ricos e uma medicina para pobres, cada vez mais. A universalidade é uma vigarice pura. Dizer que temos um sistema universal é mentira! É muito bonito, mas é mentira, porque temos um sistema para pobres e outro sistema para ricos. Os que têm dinheiro, safam-se, e os que não têm dinheiro, esperam.

Eu tenho uma pessoa muito minha amiga que esteve um ano à espera de um exame ao estômago porque tinham dúvidas se havia alguma doença, e agora teve de fazer uma gastrectomia total. Tiveram de lhe tirar o estômago todo porque estava invadido por um cancro avançadíssimo. Esteve um ano à espera de fazer um exame que mostraria que ela tinha esse tumor no início e, portanto...

T: Seria uma resolução mais simples.

AGM: Uma solução relativamente simples. Perigosa sempre, pois um cancro é sempre perigoso... não é mortal hoje-em-dia, graças a Deus. Já há muita coisa que resulta, mas de qualquer modo, um ano à espera a deixar crescer um tumor, é inacreditável. Portanto, um sistema a funcionar assim, nem pensar. Então, temos de mudar o sistema e, para mim, é o sistema de Convenção. Por isso é que a Ordem fez uma coisa que se chama tabela de preços. Essa tabela de preços tinha máximos e mínimos. Mais do que um X, o médico também não deveria levar, que seria exorbitar. Mínimo de que outro valor também não, porque seria degradar a própria profissão, não é? Seria fazer concorrência financeira. Ora, nós não queremos que os médicos entrem em concorrência financeira, queremos que entrem em concorrência pela qualidade do que fazem, que é uma coisa diferente. É claro que se for melhor e trabalhar mais, até é lógico que também possa receber mais, penso eu.

Eu lembro-me que tive um colega muito simpático, dedicadíssimo, mas que queria concorrer a Chefe de Serviço, e eu disse: “é melhor não concorreres, porque se eu for teu júri, tu não passas.” Porque ele era ótimo em muitos aspetos, mas coitado, não tinha grande capacidade. Nós não somos todos iguais: uns são mais inteligentes, outros menos. Uns estudaram mais, outros estudaram menos, e a capacidade da pessoa pode ser maior ou ser menor; um “prémio *Nobel*” não é um médico qualquer. Portanto, nós temos de distinguir que há pessoas com mais capacidade ou menos. A carreira tem de compensar a pessoa de acordo também com o seu trabalho e com a sua qualidade, não é ser igual para todos. Por exemplo, um exame, em que ninguém reprova, tem algum valor? Você veja os internatos. Quantas pessoas reprovam? Aliás, era uma coisa que era boa você saber. Será capaz de saber quantos chumbos há nos internatos atualmente?

T: Não faço ideia...

AGM: Eu penso que quase zero. Gostava de confirmar isso. Eu penso que é quase zero nos internatos para especialista. Para ser médico especialista faz-se o chamado internato. Portanto, a especialidade de oftalmologia, u de urologia, do que for, esses internatos variam entre 4 e 6 anos,

conforme a especialidade. Está estabelecido um determinado padrão, cada especialidade tem o seu padrão e o seu tempo de treino. Ao fim de seis anos, têm o chamado exame final que terão de completar. Quantos reprovam nesse exame? Porque também tem uma justificação, é que se a pessoa reprovar nesse exame, se tem mulher e filhos ou tem problemas ou dificuldades financeiras, em princípio o reprovar é muito «chato», leva a prejuízos grandes. Se a pessoa passar, vai subindo da carreira, e fica especialista. Mas um exame de especialista em que não reprova ninguém⁹¹.... Dantes havia o exame da Ordem dos Médicos. A Ordem dos Médicos nomeava um júri que fazia o exame, mas agora, segundo me parece, a pessoa orientadora do candidato faz parte do júri. Qual é a independência que tem a pessoa que treinou para dizer que ele vai reprovar por estar mal preparado? A pessoa que o treinou? Acha que vai dizer? Será fácil?

T: Será um bocado difícil, porque depois também estaria a admitir o seu falhanço, claro.

AGM: Dantes era a Ordem que nomeava o júri, pronto, e depois era o júri independente que avaliava.

T: E há uma maior independência com o júri?

AGM: Não conhecia os candidatos. Os candidatos mostravam o seu *Curriculum*, faziam as suas provas... e pronto, e depois sim ou não. Era especialista ou não era especialista, embora continuasse a ser médico e com o direito a tratar doentes! Outra coisa que também não percebi foi o problema de agora “os médicos sem especialidade poderem estar a trabalhar”. Mas então com certeza, eles não deixaram de ser médicos. Depois, vão-se aperfeiçoando, fazem um internato para melhorar, para serem melhores médicos, mas não deixam de ser já médicos, já tiveram seis anos de curso! Então não serve para nada? Não exageremos, o ser especialista é ótimo, o ser Chefe de Serviço ainda é melhor, agora, tenham paciência... O não ser especialista ainda não lhe tira a capacidade de ser médico. E ele é que tem de ter a noção de até onde é que pode ir, porque ele, se calhar, para casos muito complicados não se sente preparado; isso faz parte do juramento

⁹¹ Ainda não conseguimos confirmar qual a normal taxa de aprovação deste exame nos vários internatos, mas sabemos de uma anomalia de 2020, num dos internatos em que praticamente todos os médicos reprovaram ou desistiram, sendo aprovados apenas 4 em 12 no Internato Médico de Saúde Pública (Inácio, 2021). Calculamos pelo facto de ter sido notícia, e de se declarar este caso como anómalo, que a taxa de sucesso seja habitualmente muito maior. O Artigo em questão diz-nos que a média normalmente seria de “um a dois chumbos por época”. Para além disto, reparamos que esta visão de António Gentil Martins já está presente tão anteriormente como no ano 2000 (A. G. Martins, personal communication, June 2000, p. 26), e continua a sua crítica numa carta aberta em resposta ao *XI Congresso Nacional de Medicina* relativamente ao tema “A recertificação dos Médicos é necessária” (A. G. Martins, personal communication, March 12, 2003).

hipocrático. Se não está o suficientemente preparado, não trata. Mas não lhe tiram a qualidade de ser médico e fazer a sua clínica normal, e depois as pessoas vão lá ou não vão, conforme querem e conforme o seu prestígio. Há imensos fatores, seja como for, um exame em que praticamente ninguém reprova eu acho que não tem validade. Se já trabalhou cinco anos, agora tem um «bónusinho», quer dizer, aumenta de ordenado, tudo bem. Já está há vinte anos, aumente mais qualquer coisa, mas não é dar-lhe um título, não é dizer que ele é isto, aquilo ou aqueloutro. É importante aquele treino, aqueles cinco anos ou seis são importantes, mas não tem de ter o título de especialista, não. Sim senhora, tem aquele treino, é muito bom, trabalhou seis anos daquele serviço, ótimo. É especialista? Isso pode ser ou não. É por que são todos diferentes; você vê em qualquer profissão, na vossa também, há uns que são melhores, outros que são piores. Tiveram sorte, nasceram mais inteligentes, a hereditariedade não depende de nós, é o que calha. Evidentemente, se você fizer um esforço maior, embora você não seja mais inteligente, você consegue mais, porque fez um esforço maior, mas também esse esforço deve ser compensado, acho eu.

B - Entrevista 2 – 25/01/2023

T: [antes de colocar a entrevista a gravar, Gentil Martins corrigiu um lapso que estaria presente numa versão inicial da biografia. Tínhamos trocado a ordem das equipas pelas quais jogou voleibol na sua juventude. Nessa sua correção informal tinha dito também que evidentemente que teria iniciado n’“O Olímpico”, dado o seu amadorismo na altura como jogador. Replicamos na pergunta a expressão que Gentil Martins tinha usado para si próprio] Professor, estava a dizer que primeiro jogou n’“O Olímpico”, voleibol, mas era porque jogava mal?

AGM: Uma pessoa para ir para uma categoria de um certo nível tem de ter um certo nível também. Eles não aceitam um indivíduo mal preparado para uma equipe que quer ganhar. Todas as equipes querem ter os melhores jogadores possíveis e os jogadores, no fundo, também gostam de estar nos clubes que têm melhor reputação. Uma campeã olímpica de salto à vara diz uma frase engraçada: “ser campeão não é suficiente para servir de exemplo às novas gerações.” [não conseguimos encontrar a fonte original desta citação específica, mas a ideia mantém-se]. Isto é extremamente importante, porque têm a mania dos *Role-Models* e é evidente que o atleta que se distingue é um *Role-Model* como é qualquer pessoa em qualquer modalidade, não desportiva. Quem for muito bom numa profissão qualquer acaba por ser um *Role-Model* porque toda a gente quer ser tão boa como ele. Ninguém quer ser só medíocre, portanto, agora há um bocado a mania que só o facto de se ser um olímpico se é um *Role-Model*. Não, tem de ser um bom olímpico! Se for um olímpico aldrabão, que nem devia ser um olímpico sendo aldrabão, já não pode ser um modelo para ninguém.

T: Então nessa instância há todo um sistema de valores.

AGM: Todo um sistema de valores que se aceita ou não se aceita. Eu fui muito contestado quando disse que o nosso [Cristiano] Ronaldo, que é o grande génio do desporto, não era um exemplo para ninguém, porque comprava filhos. Ora, eu não aceito que haja uma criança comprada e que a criança não conheça a verdadeira mãe. Podem arranjar depois uma adoção e tudo o que quiserem, mas a mãe verdadeira já não existe. Eu não aceito que isso seja correto. Dizer que isso é um exemplo? Como atleta é extraordinário, com persistência, com cuidado, até apoiando pessoas com dificuldades, tem todas as qualidades. Mas há uma que não tem, que não me permite dizer que ele seja um exemplo, é este, o de comprar crianças. Eu não posso aceitar em circunstância nenhuma, moralmente, que se comprem crianças. Até foi uma coisa curiosa a mãe ter dito que esteve para o

abortar, mas que o médico a desconvenceu e que escreveu isto⁹². Eu nunca pensei que ela escrevesse uma coisa dessas, mas estava no livro, feito por ela a dizer que tinha pensado em abortar a criancinha, mas que, depois, o médico a tinha convencido a não abortar. Veja o que é que tinha acontecido! Mas o problema fundamental é que para uma pessoa ser exemplo, para mim, tem de ser a todo o nível e em todos os valores. Para mim, isso é um valor que não existe.

T: Quando o Professor está a falar nesse exemplo quase, parece, que está a comparar essa situação ao grau da escravatura, o ato de comprar uma pessoa, não é?

AGM: Eu acho que não é aceitável que se compre, e sobretudo acho que a criança tem o direito próprio. Não é só o adulto que tem direitos, a criança tem direitos próprios, e a criança tem direito a ter uma mãe verdadeira. Por outro lado, teoricamente até lhe devia dedicar todo aquele interesse que uma mãe dedica a uma criança, mas o facto de uma pessoa comprar uma criança para mim invalida qualquer aspeto moral correto. É um erro grave. todos nós fazemos erros, mas há erros que eu acho que não são aceitáveis, e para mim não é aceitável. Mas pronto, sim senhora, todos os méritos, e tem muitos, mas esse, infelizmente, eu acho que não tem. Mas ninguém fala disso, e aliás eu fui muito atacado...

T: Era isso que eu lhe ia perguntar.

AGM: fui muito atacado por ter dito que ele não era exemplo. Quer dizer... até disse que era...[risos] Vê isso no jornal, na entrevista que eu dei ao jornal, vê-se lá o que é que eu disse... Não, “Estupor Moral”.

T: “Estupor Moral”, exato.⁹³

AGM: Era um estupor moral porque... comprava uma criança. Eu achava que isso não era...

T: E já agora, se me permite fazer outra questão também acerca dessas entrevistas. Sente alguma vez, ou sentiu, que fosse descontextualizado?

AGM: Não, não... O que eu dizia, normalmente era o que era reproduzido. As pessoas podiam concordar ou não, mas isso é outra coisa. Agora, em princípio, normalmente, não deturpavam coisas que eu dizia. Tanto quanto eu me lembro!

⁹² Conseguimos confirmar esta informação em (Jornal de Notícias, 2014), estará também presente na sua biografia “Mãe Coragem”.

⁹³ A entrevista que tanta polémica gerou pode ser encontrada em (A. G. Martins, 2017b).

T: E destas figuras que são para ser exemplo, destes atletas. Sente que mudou alguma coisa pelos anos, ou que antes eram, se calhar, mais representativos e agora menos?

AGM: Eu acho que se estão a perder certos valores do olimpismo. E vou-lhe dar um exemplo, eu tinha aqui assim para depois lhe mostrar [António Gentil Marins mostra-nos um documento]. Quando foi agora necessário decidir se os transgéneros podiam concorrer com mulheres, eu dizia claramente que não. Até estranhei quando foi a primeira declaração que houve da Associação dos Atletas Olímpicos, em que esta se referiu apenas à invasão da Ucrânia pela Rússia, discordando, mas não fazia referência àquilo que, para mim, era o essencial. Que era realmente que os atletas russos não podiam ser, como atletas, discriminados. Eles tinham de ter os mesmos direitos de concorrer aos Jogos Olímpicos. A Federação Russa, uma entidade política, aceito que não, agora, um atleta não pode nunca, dentro dos princípios olímpicos, ser penalizado por uma coisa que o governo do seu país faz. Ele como atleta é independente, a não ser que ele alinhe e diga: “sim senhora, está tudo certo, estão a fazer muito bem.” Mas se ele se mantiver apenas como atleta para concorrer a um jogo desportivo, ele tem todo o direito e não pode ser penalizado porque o governo do país dele faz disparates, ou faz coisas com que os outros não concordam. Portanto, eu achava que devia ficar perfeitamente claro não só o ter ou não condenado a invasão da Ucrânia; isso é uma coisa, é um assunto, mas o outro assunto não tem nada que ver com isso diretamente. Dentro dos princípios olímpicos, é errado que a pessoa seja penalizada pelo facto do governo do seu país fazer um disparate. Isso eu acho que é inaceitável e devia ser claramente dito. Porque acontece, por exemplo, e vem a propósito da mesma coisa em relação ao problema dos transsexuais. O Comitê Olímpico Internacional entendeu que a decisão dos transsexuais poderem, ou não, participar nas provas femininas dependia de cada federação. Quer dizer, em vez de ser o Comitê Olímpico Internacional que definia a posição e dizer: “não podem” ou “podem”. Quanto a mim, não podem, mas tomava uma posição. Em vez disso, delegou às federações para que cada uma decidisse como queria. Eu acho isso profundamente errado, acho que eles deviam ter definido a sua posição e não transferir para as quarenta e tal federações olímpicas. Ainda por cima, porque as federações olímpicas mudam frequentemente, e uma das coisas que está a acontecer é que as modalidades que são mediáticas e dão espetáculo passam a pertencer aos Jogos Olímpicos. E, a pouco e pouco, aquelas que não dão espetáculo desaparecem. É que a qualidade das provas, e o tipo de provas que participam, varia consoante o seu mediatismo.

T: E a popularidade?

AGM: São mediáticas, dão grande espetáculo? É bom, mas se não dão espetáculo, não vale a pena, é perder tempo. E é verdade, de certo modo, porque as que dão espetáculo dão dinheiro, e as que não dão espetáculo não dão dinheiro [risos]. Não há gente interessada, conseguimos ver, mas isto é um absurdo. Agora, o campeonato de futebol no Catar... quanto é que se pagava pelos bilhetes? Como é que é possível? As quantias que se pagaram por determinadas provas porque a pessoa já não tinha bilhete, então tinha de arranjar um bilhete... davam-se loucuras de dinheiro. O que não faz sentido nenhum, acho eu. Isto em relação à atitude do desporto e em relação ao próprio olimpismo. Portanto, o Comité Olímpico Internacional devia definir a sua posição e não dar às federações que cada uma tomasse a sua decisão, se deixavam ou não competir, e em que provas é que deviam competir ou não. É evidente que há provas, como por exemplo o tiro, que é uma das coisas que eu praticava, em que ser-se homem ou mulher não faz grande diferença. Faz alguma, mesmo assim, mas não é muito significativo. Agora, em corrida? Se virmos os resultados nos campeonatos do mundo e dos Jogos Olímpicos, provas idênticas por homens ou mulheres, os resultados são completamente diferentes. Porquê? Porque a natureza é assim. Não é para ninguém ter vantagem nisto ou naquilo, é que biologicamente há homens e mulheres com características diferentes. Agora, por exemplo, era preciso ver se os transgéneros poderiam ou não, ou deveriam ou não, moralmente participar nos Jogos Olímpicos em provas femininas. Eu procurei demonstrar, fiz um estudo sobre isso, que eu tenho aqui, e em que se verifica como a hemoglobina, quer dizer os glóbulos vermelhos, é muito maior no homem. As hormonas são diferentes, o homem tem muita testosterona, as mulheres têm pouca. Ambos temos as mesmas hormonas, só que em proporções muito diferentes. Portanto, o homem que passa a mulher, mas mantém as hormonas de homem, tem uma superioridade brutal sobre as mulheres; com certeza que tem, como qualquer homem tem sobre a mulher. O facto de ele ter administrativamente mudado não significa que tenha mudado as suas características. Até porque as suas características biológicas, no desporto sobretudo, começam na puberdade e na adolescência. Normalmente, quando as pessoas mudam de sexo, mudam já tardiamente. Ainda é conhecido aquele atleta do *decathlon* que mudou de sexo depois de ser campeão olímpico⁹⁴. A partir daí, se for concorrer, vai ganhar às mulheres todas [riso]. Ele já tinha

⁹⁴ Acreditamos que, neste caso, António Gentil Martins nos está a falar de Caitlyn Jenner, que anteriormente era Bruce Jenner. Para além de campeã Olímpica, é uma reconhecida figura pública de *reality TV* e ocasional comentadora política. Segundo alguns jornalistas políticos é muito provável a sua candidatura como Governadora do estado da Califórnia pelo partido mais conservador, os Republicanos (Shepard & Marinucci, 2021).

ganhado aos homens, então às mulheres... Só para dizer que é o Comité Olímpico Internacional, que devia definir isso.

Há outra coisa, por exemplo, que eu acho também profundamente errada. Como sabe, quando há os Jogos Olímpicos, cria-se uma estrutura para as pessoas aí viverem durante os Jogos Olímpicos, a chamada Aldeia Olímpica. Então, o Comité Olímpico Internacional disse que a partir do momento em que os atletas saíssem das portas dessa aldeia, já estavam livres de dizer o que lhes apetecesse e como lhe apetecesse: e eu digo que não, nem pensar. A partir do momento em que eu saio da minha casa a representar o meu país, a partir daí eu estou vinculado ao princípio olímpico de não entrar em discussões políticas, religiosas ou outras. Mas é a partir do momento que eu vou representar o meu país, não é só estando dentro da aldeia olímpica. Agora vou cá fora da porta, e já posso dizer tudo o que eu quiser? Certamente que não.

T: No fundo, seria desde que a pessoa saísse do país, não?

AGM: Isto porque nos jogos na antiga Grécia, uma semana antes de começarem os jogos e uma semana depois de acabarem os jogos, as pessoas circulavam normalmente no território do inimigo e tudo. Ninguém tocava em ninguém, mas ao fim dos oito dias é tudo «à pancada», que nunca mais se acabava. Mas durante a trégua olímpica, ninguém o fazia. Ora, para mim, a trégua olímpica é a partir do momento em que a pessoa sai do seu país para o ir representar nos Jogos Olímpicos. E, portanto, não é: “agora estou na aldeia olímpica. Ah, agora vou sair lá fora, saio a porta, já digo tudo o que me apetece.” Não, ele está ali como representante de um princípio e de uma ideia de paz, de colaboração, de competição leal de umas pessoas com as outras. Portanto, fora da porta, não deve poder fazer discussões. No seu país, faça o que quiser, mas enquanto está ali como representante do país, eu acho que não pode ser. Ora, o Comité Olímpico Internacional definiu que um indivíduo só é limitado, ou só tem de cumprir essas regras enquanto estiver dentro da aldeia olímpica, porque se sair da aldeia olímpica já pode dizer o que quiser.

T: E porque é que essas mudanças estão a operar nesse sentido?

AGM: Pergunte ao Comité Olímpico Internacional! Isso é só a minha posição pessoal em relação a determinados pontos, que eu considero que são extremamente graves. Eu acho que os Jogos Olímpicos vão acabar, porque há os campeonatos do mundo. Se há o melhor do mundo, para que é que são os Olímpicos? A inauguração dos Jogos Olímpicos é sempre um espetáculo extraordinário, mas isso são coisas que não têm nada a ver com o espírito olímpico, ou com a

pureza da ideia do desporto, e, portanto, acho que temos de fazer aí uma distinção. Se não se respeitarem as regras do olimpismo, o *Cirque du Soleil*, e coisas dessas, também são espetáculos lindos...

T: Posso voltar atrás só um bocadinho e fazer-lhe uma questão acerca dessas decisões do Comité Olímpico Internacional? [António Gentil Martins entrega uma série de documentos que incluíam justificações científicas para muitas das suas afirmações nesta entrevista]

AGM: Isso é só para você ver... só para ter uma ideia. Se lhe apetecer ver as justificações, porque eu acho que isso é assim. Estou a usar as explicações biológicas, científicas, porque as pessoas falam todas «de boca». Outra coisa, que eu também critico é que nestes documentos todos que têm aparecido não há uma única referência à ciência e à biologia. Nenhum se diz que é com base «nisto, nisto e naquilo» cientificamente, obviamente, por isso é que eu fiz este «comunicadinho».

T: Voltando um bocadinho atrás, também criticou a questão de o Comité Olímpico Internacional não ter tido uma posição sólida acerca da questão dos transgéneros, transexuais...

AGM: Ter deixado essa decisão para as federações.

T: Mas e se tivesse tomado essa decisão e de facto fosse uma decisão, se quiser, «pouco científica»?

AGM: Eu acho que tem de tomar uma decisão. Obviamente, eu acho que deve tomar uma decisão correta cientificamente. E deve basear-se e explicar, porque, no fundo, as pessoas devem explicar as suas atitudes. Não é só: “eu faço assim”, não, não é “eu faço assim”. “Eu faço assim porque tenho aqui esta base e esta base.” Qualquer decisão que se tome, em qualquer nível, sobretudo a nível internacional, tem de ter uma base e uma justificação. Por muito errada que esteja a justificação! Tem de haver justificação. A pessoa pode ter interpretado mal, eu espero que não, mas eu até posso admitir que haja um erro de interpretação, mas tem de haver uma justificação de uma atitude. Não é só dizer: “olha, é assim porque eu quero”. E a pessoa pode estar enganada, portanto, tem de dar os argumentos que o levaram a pensar daquela maneira. Mas estes «papeizinhos», que eu tenho aqui e que você pode levar depois; se lhe der jeito, vai olhar para eles... [Gentil Martins dá-nos mais documentos]

T: Agradeço.

AGM: Uma outra coisa que eu mandei para o *World Olympians Association*, a associação mundial do desporto... uma série de coisas.... Depois você dá-lhe uma «espreitadela» ...

[A este ponto da Entrevista, António Gentil Martins começa a entregar-nos mais uma série de documentos e a debater, no fundo, a utilidade dos mesmos no estudo biográfico]

AGM: Bom, portanto, agora sobre desporto, você pergunte o que quiser. [...]

[...]

T: Sim, esta parte da entrevista seria também para perceber qual é que seria a sua visão, aquilo que acha dos valores desportivos, e depois também estas questões todas, que são uma grande atualidade, também.

AGM: Por exemplo... isso também lhe posso emprestar... [António Gentil Martins entrega-nos mais documentação]. É que isso tem a ver é com o meu pai, que foi realmente o grande exemplo que eu tive na minha vida. Tudo o que eu fiz acabou por se basear no que, sobre o meu pai, a minha mãe me transmitiu.

T: Sim, isso seria muito importante, claro. Se quiser podemos falar um bocadinho do seu pai ou da sua «pinça» [a Pinça de Martins, desenvolvida pelo seu pai no trabalho com Egas Moniz]...

AGM: Não, mas está aí tudo resumidamente [na documentação]... e a coisa que eu fiz como notícia... Isso é uma coisa que você vê o que quiser. [entregando mais documentação]. Isto é sobre o Serviço Nacional de Saúde. [...] [nesta altura da entrevista há um desenvolvimento e maior entrega da documentação, explicando qual a sua natureza e proveniência. Tendo menos interesse como testemunho, tendo em conta que já a utilizámos no estudo biográfico, saltámos algumas parcelas da entrevista].

AGM: “Jogos Olímpicos e o Futuro” [um dos artigos que nos mostra] foi o que lhe disse.

T: Aquele artigo que me tinha falado, não é?

AGM: O que eu penso... Isso é controverso!

T: Pois a questão também... e Professor, pelo que eu percebi, e diga-me se eu estou enganado, não tem propriamente problemas nem receios de abordar temas controversos.

AGM: Não... eu digo os disparates que me apetece [risos]

T: Este [documento] parece ser mais ou menos no seguimento também...

AGM: No fundo, todos dizem mais ou menos a mesma coisa. Isto, por exemplo, em relação à posição do Comité Olímpico Internacional transmitir às federações a responsabilidade disso [a escolha sobre se atletas trans poderão ou não competir e em que categoria], quer dizer, não! Ele é que tem de tomar posição. E faz depois também uma pergunta se a Federação tiver uma posição com o qual o Comité Olímpico Internacional não concorda como é que resolve? Quem decide agora é a federação, e se a federação diz uma coisa que o Comité Olímpico acha que está errado. Como é que é?

T: Bem, se o Comité dá autoridade, a federação decide, certo?

AGM: Então o Comité Olímpico faz os Jogos Olímpicos contra o seu próprio parecer. É aceitável? Eu acho que não. Eu acho que eles têm de tomar posição, têm de ser «homenzinhos», desculpe o termo.

[Discute-se a natureza e origem de mais documentação]

T: Já tenho esta documentação toda e agradeço-lhe, Professor...

AGM: Não, quer dizer... Eu não quero que você perca muito tempo, mas aí está, digamos, o essencial das coisas. Mesmo o que eu penso do Serviço Nacional de Saúde. O importante não é tanto para a sua tese, é mais para os Srs. Políticos perceberem que há um sistema diferente e como você há bocado perguntava: “o que é que pensa atualmente?” É que agora já se começam a aproximar... Mas nem de um lado nem do outro começam a perceber que só o Estado ou só o privado não serve. Tem de haver uma coisa que aproveite o que é bom de cada um dos lados, porque ambos os lados têm coisas boas. A universalidade acho excepcional; agora, não posso é ter uma medicina para ricos e outra para pobres; isso é que não. A saúde das pessoas é diferente da maioria das coisas. A saúde é uma coisa fundamental, sem a qual, nada existe. Portanto, a saúde tem de ser uma prioridade em qualquer país. E depois, ao contrário do que dizia o Dr. Arnaut muito simpaticamente, não pode ser de «borla» e dar tudo a toda a gente porque não é possível. O país mais rico do mundo não pode dar tudo da última palavra, da última tecnologia ou da última coisa! Se não há dinheiro para isso, não vale a pena dizer que se dá tudo a todos. Está-se a mentir, está-se a enganar as pessoas.

Eu acho que a ideia da SIOP é excepcional, porque de facto vale mais tratar “menos bem”, mas é o que é honestamente possível, do que dizer que se dá tudo, ou que se faz tudo, e depois chegar-se à conclusão que afinal não se faz nada, e é tudo mentira. No fundo, enganam-se as pessoas.

T: Professor, já agora que «o apanho» a falar desses temas que de facto me interessam bastante, também como cidadão, também temos o governo a dizer para fazer reformas estruturais na saúde... [referenciando uma direção executiva que fosse uma reforma ao SNS]

AGM: Blá blá blá blá blá... Há quarenta anos, eu propus essa coisa que lhe dei agora [entre os documentos o projeto da Ordem para o SNS], e continuo a defender isso, o Sistema Convencionado. Um sistema intermédio em que há preços tabelados, em que para cada ato existem os valores definidos pelos Colégios de Especialidade. Os Colégios de Especialidade são os médicos que se dedicam a um determinado sector da saúde, mais especialmente. E então, eles definem as situações que são mais complicadas, são mais simples, são mais frequentes, e desse conjunto atribuem-lhe um valor médio. É um valor que, em princípio, é compatível com as finanças do país. Se o dinheiro chega, muito bem; se não chega, tem cada um de pagar mais. E a pessoa tem de pagar como se fosse um imposto, é obrigatório. A pessoa tem de pagar o suficiente para que haja capacidade de resposta, para que o sistema responda. Depois, os médicos têm de ser compensados pelo trabalho que fazem, o que também é fundamental. Se o médico não estiver bem tratado, não trata bem os doentes. De maneira que eles têm de apoiar os médicos, as enfermeiras: enfim, o pessoal de saúde tem de ser apoiado, não pode ser marginalizado, para que funcione da melhor maneira, porque se ele não o for, não funciona. Se não lhe derem condições de trabalho, não lhe derem uma carreira, não lhe derem a noção de que se ele atuar melhor será beneficiado por isso, se trabalhar mais e se trabalhar com maior competência vai ser beneficiado. É lógico, não é nada de genial, e acho que na saúde isso é um assunto que tem de ser feito. O ser-se um funcionário, ter um ordenado no fim do mês, sempre igual trabalhe bem ou mal, eu acho que não é o ideal.

T: Mas parece também um bocado que o debate à volta do SNS, e diga-me se estou enganado, porque eu sou um leigo, mas parece ideológico, no sentido em que há uma certa divisão dogmática, e tem de ser um determinado modelo. E tudo o que não for é neoliberal, é...

AGM: Fascista, pelo menos. [risos]. É evidente que nós temos é de aproveitar o que pensamos que é bom, independentemente de quem estiver no Governo. Nós temos de ter um Sistema de Saúde

que não mude com os governos. Será um sistema que é considerado o melhor e que todos pensem que, por isto e por aquilo, é o melhor sistema.

T: E nesse caso, um CEO do Sistema Nacional de Saúde faria sentido?

AGM: Quer dizer... tem de haver um ministro que saiba o que é que está a fazer.

T: Mas a ideia de um CEO que não fosse um ministro seria exatamente para dar uma continuidade ao SNS, certo?

AGM: Mas é que o grande mal tem sido não serem médicos... Bom, se você me disser que o CEO é um médico, eu aceito, mas tem de ser um médico a gerir a saúde⁹⁵. Não aceito que não seja um médico e acho que é um disparate não ser um médico a gerir a saúde. Porque deve ter uma noção diferente. É evidente que não é um médico qualquer, é um médico que tem de ter também uma preparação de gestão e de orientação. Mas há uma coisa que se tem verificado, por exemplo, nos Estados Unidos, é que os hospitais que são dirigidos pelos médicos têm melhores resultados do que os que são dirigidos por administradores. Com todo o respeito pelos administradores! Eu lembro-me perfeitamente que o meu avô, que fundou o IPO, dizia sempre a mesma coisa: “é preciso um médico com um administrador que o apoia”. E ele, aliás, tinha só um administrador. Não tinha uma dúzia, como agora cada hospital tem «uma data» de administradores. Ele era o diretor, e tinha um administrador que o apoiava em muitas coisas que evidentemente são independentes. Para ir comprar as batatas, não é preciso o diretor do hospital tratar disso, mas em todo o caso, o administrador já tem de ter a responsabilidade do fornecimento de tudo o que é preciso. Agora, escolher um aparelho de raio-X, já não é o administrador, é o médico que tem de seleccionar, e o administrador tem de dizer se há dinheiro para isso.

O meu avô, por exemplo, criou a Liga Portuguesa Contra o Cancro, quando criou o IPO, justamente porque entendia que o Estado nunca daria tudo o que era preciso. Portanto, era preciso que a sociedade civil se associasse e ajudasse também para que as coisas funcionassem bem. Não é o Estado que faz tudo; não é o privado que faz tudo. O privado que, ainda por cima, depois diz assim: “Bom, o Sr. já gastou para o seu nível de seguro, agora já vai para o Estado”. Isso também não

⁹⁵ Na altura em que se colocou esta questão, e também em que se redigiu a entrevista, o Diretor Executivo (ou como por vezes se propaga nos média, CEO) do SNS era Fernando Araújo que, de facto, é um médico especialista em imunoterapia. O atual Ministro da Saúde, Manuel Pizarro é também um médico. Acreditamos que as críticas que se seguem serão mais direcionadas a Marta Temido, que tem um currículo mais voltado para a administração.

serve, é imoral. Portanto, se nem o privado nem o Estado sozinhos resolvem a situação, temos de tentar uma coisa intermédia e que não mude, de facto, com cada mudança do Governo.

Os políticos são uma coisa e a saúde tem de ser uma coisa que vai a todos os sítios. A saúde é uma coisa que atinge todos os setores da economia. Tem de tocar a todos os níveis, mas a saúde tem de ser uma prioridade e que não mude de cada vez que mude o governo. Existe um melhor sistema, e agora vamos tentar ver qual é o melhor, e se o que está a funcionar não estiver bem, tem de ser mudado. Nesse sistema devem entrar representantes dos doentes, das pessoas, da sociedade, e devem também representar os profissionais, com certeza. Deve haver vários elementos desse núcleo do diretor, que tem de haver, como qualquer orquestra tem de ter um chefe de orquestra. Há os violinos, os violoncelos, as trompas e «não sei que mais», mas depois tem de haver uma coordenação disso. E lá está o Maestro a ver. De qualquer modo, têm de ser muitas pessoas de diferentes orientações, diferentes desejos e diferentes interesses no meio disso tudo, que se conjugam. E o Governo pode mudar à vontade, isso é outra coisa.

A saúde tem de ser universal e cobrir toda a gente; não pode ninguém ficar de fora e isso foi... Curiosamente o Dr. Arnaut proclamou o artigo em 1978 se não estou em erro⁹⁶, e a Ordem dos Médicos propôs isso e aprovou o seu estatuto em 1977 a defender um Sistema Nacional de Saúde. O Sistema, não era o SNS, era um sistema que permitisse justamente esse equilíbrio entre os setores privado e público. Era um sistema, não é o Serviço Nacional de Saúde que é «chapa 1». Estado, e acabou. O SNS para o Governo é Serviço Nacional de Saúde; para mim é Sistema Nacional de Saúde, um Sistema Nacional de Saúde universal, mas com características que conjuguem o privado e o público equilibradamente. Não é o Serviço Nacional de Saúde porque isso implica praticamente a chancela do Estado, é o Estado e acabou. O Estado tem a obrigação de fazer, mas está-se a ver todos os dias: um milhão «e tal» de pessoas não têm médico de família, e por aí fora. Então, como é que é? Está tudo bestial? Depois veem-se as greves todos os dias, das enfermeiras, e disto e daquilo. Só não se vê greve dos médicos porque os médicos procuram evitar isso⁹⁷. Aliás, já falámos no outro dia que eu fiz a única greve que eu acho que foi ética, porque, de facto, temos de tratar as pessoas. Eu não posso ter uma pessoa ao meu lado a morrer e não lhe fazer nada, era o

⁹⁶ António Gentil Martins aqui referencia o “despacho Arnaut”, que foi passado em 29 de julho de 1978.

⁹⁷ Recentemente, e depois desta entrevista, começamos a ver greves de médicos outra vez no mês de março de 2023 enquanto escrevemos esta parcela do nosso trabalho (Dn/Lusa, 2023). Não sabemos até que ponto se prolongarão ou repetirão.

que faltava! Por muita greve que eu queira fazer, não há hipótese, ou então não sou médico, sou outra coisa qualquer.

T: Já que estamos também na questão do SNS, fala-se muito dentro daquela lógica política do PAN, partido Pessoas Animais e Natureza, acerca de integração de medicina veterinária no SNS, levantando algumas questões como da proteção dos animais nesse sentido. O que é que o Professor acha, se é que tem alguma opinião acerca desse assunto?

AGM: Eu tenho uma opinião que, enquanto nós não tratarmos as pessoas bem, apesar do respeito que tenho pelos animais, eu tenho de os pôr em segundo plano. Eu não posso aceitar um tratamento idêntico entre os animais e os seres humanos. Enquanto eu não resolver o problema dos seres humanos, eu não concordo, por muito respeito e amizade que eu tenha pelos animais. Eles ao pé das pessoas, para mim, são secundários. Gostaria imenso de os poder tratar da melhor maneira, mas tenho de dar prioridade aos seres humanos. Para mim, é a minha prioridade; portanto, gostaria muito que eles fossem bem tratados, agora, daí dizer que vou fazer um serviço... Porque é que estou a dizer isto? É porque nós sabemos que nunca há dinheiro que chegue. Se houvesse dinheiro que sobrasse, e sobrasse para o tratamento dos animais, ficaria encantado da vida. Agora, se eu não tenho dinheiro que chegue para tratar os humanos; desculpem, primeiro tenho de tratar os humanos. Não quero com isto dizer que não admiro e que não gosto muito dos animais, mas apesar de tudo, tenho de dar prioridade aos humanos.

Eu tive cães também... e tinha um cão excepcional, mas se me tivessem dito: “escolhe entre esse cão excepcional e uma criancinha qualquer”, eu não duvidava dois segundos. Portanto, como infelizmente o dinheiro não chega, nunca é suficiente para dar tudo toda a gente, eu primeiro vou usar o dinheiro que tenho para tratar uma pessoa. E se alguém tem o seu cão, e o quer tratar? Com certeza, acho que deve tratar.

T: Se tiver essa possibilidade.

AGM: Por exemplo, repare, isso é uma coisa que é corrente. Eu sou contra a eutanásia, mas em toda a parte se matam os animais que estão gravemente doentes e que são incapazes. Já reparou? No fundo, os cães ou os gatos que têm uma doença incurável, ou que estão paralisados, ou «que não sei quê», são mortos. Mas eu já não concordo que a pessoa que esteja paralisada, que a matem.

T: Uma equiparação entre o animal e o humano, também pode gerar esse problema eventualmente?

AGM: Pois, e para mim são coisas diferentes. Eu tenho de ter uma atitude mais rigorosa com o ser humano do que para o animal. E porque é que, por exemplo, um cão há de ser mais do que um macaco, ou do que um elefante ou de que um jacaré?

T: Ou porque é que os animais selvagens são menos do que os animais de estimação?

AGM: Ah, porque eu gosto mais do gato, ou gosto mais do cão, que é os que estão aqui ao pé de mim. Eu não tenho macacos ao pé de mim e pronto... Mas então depende, se for um pássaro também, o que é que eu faço? Eu compreendo a boa vontade das pessoas de querer proteger os animais, mas há prioridades, e a minha seguramente não é essa.

T: E já que entramos na questão de eutanásia, agora está-se a debater muito outra vez⁹⁸...

AGM: Todos os bastonários da Ordem dos Médicos fizeram uma declaração conjunta contra a eutanásia. Aliás, a Ordem dos Médicos fez um parecer oficial, que entregou à Assembleia da República, também sobre a eutanásia, condenando a eutanásia e dizendo que os médicos não podem fazer eutanásia respeitando o juramento de Hipócrates - que é perfeitamente contra. Aliás, a *Constituição da República Portuguesa* também diz que há o direito à vida, e que é sagrado, mas para aceitarem a eutanásia têm de mudar a *Constituição*. Mas, para os nossos políticos, mudar a constituição não é problema nenhum. De qualquer maneira, os seis bastonários vivos, desde o Miguel Guimarães que agora sai, até eu que fui o mais antigo, ainda vivo, fizeram uma declaração com três pontos: Primeiro, em relação à eutanásia; segundo, em relação à assistência ao suicídio; e outro, à distanásia.

O que é a distanásia? É fazer tratamentos exagerados quando se sabe que aquele tratamento apenas vai prolongar a vida daquela pessoa em sofrimento. A pessoa abstém-se de o fazer, depois de explicar ao doente, obviamente, qual é a situação, e, portanto, deixar o doente tomar a sua decisão. Se quiser ser tratado, apesar de não haver hipótese nenhuma e de estar em sofrimento, isso é um problema e ele é que tem de decidir. É legítimo o médico não fazer tratamentos que sabe que não vão resultar, em nada, que podem prolongar a vida uns dias, mas com um sofrimento acrescido.

T: Também já ouvi o termo, ou a ideia de eutanásia passiva contra uma eutanásia ativa.

⁹⁸ Lembramos que esta entrevista foi a 25 de janeiro de 2023, quando estava em debate a lei da eutanásia, que seria reprovada uma segunda vez pelo Tribunal Constitucional apenas cinco dias após esta nossa conversa.

AGM: Não, é que não há eutanásia passiva. Não há eutanásia passiva, é uma mentira. O que há é a pessoa abster-se de fazer um tratamento que o doente recusa, isso não é eutanásia. O médico respeita a posição do doente, mas não ao ponto de o matar, isso é que não! Agora, se se propõe ao doente um tratamento: “olhe o Sr. tem esta doença, tem um cancro avançado. Vai fazer agora umas injeções e vai ficar melhor e tal...” Ele diz: “Não, não estou interessado, eu vou morrer de qualquer maneira, de maneira que morro mais cedo não faz mal, eu não quero o tratamento.” E então...

Por outro lado, uma situação que o médico sabe que não tem solução nenhuma, e insistir a fazer tratamento, é distanásia. É exagerar, porque, no fundo, vai-se apenas prolongar o sofrimento daquela pessoa. E se ela morrer naturalmente, foi a natureza que a deixou... que fez morrer, portanto; aí o médico não está em incumprimento do seu juramento de apoiar o doente até ao fim. Tem de lhe dar apoio, apoio moral, apoio psicológico, apoio às dores, os cuidados chamados cuidados paliativos, etc., mas não é obrigado a tratá-lo como cura em si. Não deve é prolongar o sofrimento inutilmente porque isso seria a distanásia.

Depois, o suicídio assistido é, no fundo, a eutanásia. Eutanásia é matar diretamente, o suicídio assistido é o médico provocar a morte. Em princípio, é violar o juramento de Hipócrates... Mas uma pessoa pode pedir ao vizinho do lado para lhe dar a injeção. O suicídio assistido pode ser feito por qualquer pessoa, não tem de ser médico, nem enfermeira nem coisa nenhuma; é dar-lhe uma injeção. Portanto, isso é suicídio assistido, eutanásia é matar diretamente.

Nós, Bastonários vivos da Ordem dos Médicos, somos contra essas três coisas. Duas que são matar a pessoa e a outra que é fazê-la sofrer mais tempo sem necessidade nenhuma, e não respeitar a sua vontade. Mas isso é um documento que existe, está publicado⁹⁹, e agora, quando houve uma discussão no parlamento, curiosamente, os bastonários vivos pediram para ser recebidos pela comissão, e não foram recebidos porque “já estava o assunto muito adiantado”, e que “já sabiam qual era a nossa posição”. Como já sabiam qual era a nossa posição, que nós, se quiséssemos, mandássemos um documento escrito. Nós pedimos para ser recebidos para dialogar, para conversar e trocar argumentos. Eles, não, queriam que mandássemos, se quiséssemos, um documento escrito. Ora a Ordem, já tinha mandado um documento escrito. Não era a Ordem, digamos, a organização geral, eram os Bastonários que também queriam pronunciar-se.

⁹⁹ Encontrámos esse documento disponível *online* (A. G. Martins et al., 2018).

T: É uma decisão que corre o risco de ser tomada politicamente sem essa representação mais técnica?

AGM: Sem dúvida... não, com certeza! É uma coisa como você disse há bocado, uma coisa política, uma coisa de ideologia e mais nada. Os médicos que fizeram o juramento de Hipócrates... aliás, fui eu que o comecei outra vez, porque a seguir ao 25 de Abril deixou de haver juramento de Hipócrates; os senhores revolucionários achavam que não era preciso.

T: Era muito clássico para a revolução, não é? [risos]

AGM: De maneira que eu acabei por promover isso outra vez, e depois nunca mais ninguém se lembrou que tinha «metido isso», curiosamente [risos]. Mas o juramento que nós juramos defender o doente até ao fim da sua vida, e tirar-lhe todo o sofrimento, apoiá-lo de todas as maneiras por muito incurável que seja a doença, por muito mal que ele esteja; ele terá de ser sempre apoiado até ao fim. Não é abandonado do género: “olha, já não há nada a fazer, deixa andar”. Não, tem de ser apoiado até morrer. Todos nós morremos, não é novidade nenhuma [risos].

T: Mas, ao limite, poderíamos dizer que estas escolhas políticas podem até alterar a forma como os médicos podem praticar esse juramento de Hipócrates, não é?

AGM: Não, o que você está a dizer, é até certo ponto verdade, mas há uma coisa que não é. Eles não podem ser punidos, desde que a lei permita a eutanásia. O médico não pode ser punido se a praticar. Se a praticar, ele que fez o juramento de Hipócrates, não deve cumprir a lei. O Código dos Médicos diz que eles são punidos se fizerem a eutanásia. Mas se a lei permite, eles não são punidos, não há uma pena a ser cumprida, é apenas condenado pela sua atitude. A atitude é condenada, mas não sofre consequências concretas, porque se a lei permite, a Ordem não pode penalizar uma pessoa que está a cumprir a lei. Agora, não pode é aceitar uma coisa que ela própria, em termos éticos, não aceita. Portanto, a Ordem condenará sempre esta atitude do médico, dirá sempre: “este médico está a proceder mal como médico”. Agora, como cidadão está a proceder bem porque se cumpre a lei. Se não fosse lei, por exemplo, um médico podia ser expulso, porque não está a cumprir o seu código ético.

O cumprimento do código ético é absolutamente fundamental na medicina, e se ele não cumprir o código ético, pode ser expulso da Ordem e deixar de poder exercer medicina. Não lhe é reconhecido o direito a fazer medicina. Mas é claro que, se a lei permite, a Ordem já não pode

fazer nada, não lhe pode tirar a capacidade de exercer medicina. No entanto, a Ordem marca a sua posição, porque acusa o médico de não estar a cumprir o juramento de Hipócrates, que jurou.

Mas é a tal palavra que eu lhe disse no outro dia que já ninguém ouve, a palavra “honra”. Onde é que você ouve? Há quantos anos não ouve você a palavra “honra”?

T: Ouvir talvez seja raro, mas quem vá ler aqueles livros antigos e ainda lá está.

AGM: Mas ao vivo? Agora? “Solidariedade”, “amizade”, “respeito”, “excelência”... você tem tudo. Mas “honra”? É só quando o ministro vai assinar o papel; aí sim, ele tem de assinar sob compromisso de honra, é a única vez! Mas é só quando escreve ali, porque depois, nunca mais fala da palavra, ela nunca mais existe.

C - Entrevista 3 – 01/02/2023

[Falávamos antes da entrevista sobre a documentação que Gentil Martins nos tinha emprestado para ajudar o nosso trabalho]

AGM: [...] O meu único problema é se morrer, entretanto, o que acontece a esta «baralhada» toda? Porque aquilo que você tem é uma centésima parte dos papéis que eu tenho. E há imensa coisa que não está em mais lado nenhum. As contestações que eu fiz ao longo de dezenas de anos... não é fácil. Eu cheguei a mandar alguma vez o currículo e as referências?

T: Tenho ideia que sim.

AGM: Bom, mas depois o currículo também tem de ser atualizado. Eu não sei, por exemplo, se já está eu ter sido nomeado doutor *honoris causa* ou não. Em relação ao currículo, há uma série de coisas que são novas, que foram aparecendo. Em relação àquilo que eu lhe mandei foi há dois anos ou «coisa que o valha», já não sei... Entretanto, houve muita coisa diferente, trabalhos publicados, por exemplo, só nos últimos dois anos foram 26 em trabalhos internacionais. Isso não está em lado nenhum, apenas agora no atual currículo, mas no anterior não está nada, não é? Como é evidente.

T: Ia-lhe perguntar nesta entrevista mais acerca da sua família, nomeadamente o seu pai. Se houvesse algum tipo de informação que não estivesse no seu livro de que quisesse falar... Se calhar ao nível até de certas recordações que tem com a sua mãe acerca do seu pai, por exemplo.

[António Gentil Martins não responde; pensativo recorda-se que tem mais documentação para nos dar. Pede desculpa, ausenta-se para outra sala por uns minutos. Notamos que não chega a responder às nossas questões iniciais sobre a família, e volta a falar de desporto mediante alguma documentação que nos apresenta]

AGM: Bom, isto é o meu agradecimento no dia da... [dia em que recebeu o título de Doutor *honoris causa* pela Universidade Europeia]. Eu devo ter aí umas coisas que podem ter interesse. Há outra coisa que eu acho tremendamente importante, mas que ninguém ligou nenhuma. Mas isso não... é um assunto que está ligado ao desporto. Não, é que considero perfeitamente incompleta a posição da nossa Associação Oficial dos Atletas, que considero estar mal-esclarecida. Fizeram muito bem em condenar a invasão da Ucrânia, mas não se pronunciaram sobre os atletas russos ou bielorrussos. Ora, os atletas não estão vinculados ao Estado, ou ao governo, são atletas. Aliás, dos

Jogos Olímpicos, o que acontecia é que estando todos em guerra, durante o período dos Jogos Olímpicos estava tudo em paz.

T: Era uma suspensão?

AGM: Era uma questão sagrada, e dentro dos princípios olímpicos, que são aí referidos, eu acho que nós tínhamos de tomar uma posição pública. Agora, o Comité Olímpico Internacional levou muito tempo, mas já decidiu que eles podem entrar. Eles não vão representar o governo, eles vão representar o desporto russo. São russos, podiam ser chineses, podiam ser outra coisa qualquer. Mas, portanto, desde que não façam dopagem e outras coisas, desde que não tenham procedimentos incorretos, eles têm todos os direitos como atletas nos Jogos Olímpicos. Noutras coisas poderão ter outras atitudes, mas aqui eu achava que a nossa Associação [dos Atletas Olímpicos Portugueses] devia esclarecer completamente, porque o ter condenado a invasão é uma coisa, agora não se referir aos atletas eu acho que era uma coisa fundamental.

T: Mas recentemente fizeram uma espécie de um volte face, não é? Porque acho que o Comité Olímpico Internacional de facto teve essa mudança e o Nacional acaba também por...

AGM: Não, a Associação dos Atletas Olímpicos não disse nada disso. Eu não conheço, vá ver «à net»

T: Pois, eu tinha ideia que tinha mudado porque o Internacional tinha mudado¹⁰⁰...

AGM: A única coisa foi no dia 27 de fevereiro de 2022, a Associação dos Atletas Olímpicos Portugueses (AAOP), apenas 3 dias após a invasão da Ucrânia a 24 de fevereiro de 2022, fez um comunicado condenando a agressão russa à Ucrânia, ponto. Não teve nada que ver com desporto para já. É uma atitude que, com certeza, podia tomar. Eu não tomaria, mas não está errado. Só que, o que não está claro, é o que acontece com os atletas, e é isso que eu achava, e escrevia essa carta que você tem aí, a propor que a Associação [dos Atletas Olímpicos Portugueses], para não ser eu individualmente, tomasse essa posição pública, o que eu não vi acontecer até agora; se você encontrar, ótimo. Efetivamente, eu acho que é absolutamente essencial.

¹⁰⁰ António Gentil Martins tinha, evidentemente, toda a razão. O Comité Olímpico Português toma essa posição anteriormente (M. Cruz, 2023), mas descobre-se depois que havia já um esforço mais central por parte do COI (Roseiro, 2023).

[António Gentil Martins aborda e dá-nos mais documentação, alguma já tinha sido dada na entrevista anterior. Trocamos alguns dados relativamente à mesma, que cortamos por ter menos interesse na entrevista]

T: [sobre um documento] Isto tem a ver com os candidatos para a Ordem dos Médicos?

AGM: Não, mas isso... isso já foi há imenso tempo...

T: Mas já houve um debate ontem no “Observador” entre os dois candidatos¹⁰¹.

AGM: Eu até já fiz uma posição sobre isso. Recebi da Ordem dos Médicos a indicação do debate, da mesma maneira em que recebi a indicação de que ia haver o debate, depois fiz um comentário à discussão dos dois candidatos. Mandeí o comentário para a Ordem, quer dizer, a Ordem convidou-me para assistir, e eu assisti, e depois no fim, na resposta, fiz um comentário à posição dos candidatos. Considerando que se uma pessoa faz o juramento de Hipócrates, para respeitar o juramento, não pode aceitar em nenhuma circunstância a eutanásia. E não é, como disseram os dois candidatos, um problema de consciência individual. Não é, a partir do momento em que se meteu a nossa honra no caso, eu tenho de cumprir, ou então eu não tinha jurado o juramento de Hipócrates. Eu só posso aceitar a eutanásia se não tiver jurado Hipócrates. Quer dizer, como é que eu vou aceitar? É um problema de consciência individual, com certeza, mas não como tendo jurado o juramento de Hipócrates. Se eu jurei o juramento de Hipócrates já estou condicionado, já não sou 100% independente. Não é da minha consciência, em cada momento. É evidente que é da minha consciência, mas nessa altura estou a violar a minha honra, acho eu. É uma opinião como outra qualquer...

T: Queria perguntar acerca disso também, porque parece que um candidato estava muito inclinado para essa visão de uma liberdade individual de poder ser «eutanskiado», e outro com uma visão quase popular, de querer entender o que os médicos acham e depois é que se decidiria, não é?

AGM: Qualquer dos dois não me satisfaz. O que eu pus no meu comentário foi que nenhum deles me satisfaz. Eu devo dizer que o meu voto foi no Carlos Cortes, o de Coimbra, que aliás, vai à frente e ganha de certeza. Estou convencido que ganha, a diferença são dois mil e tal votos. Eu estou convencido que o Carlos Cortes ganha, mas não me satisfaz que ele diga que é a consciência

¹⁰¹ Referimos o segundo debate entre os candidatos finais a 31 de Janeiro de 2023 (Cortes & Nunes, 2023) e não o primeiro debate na Rádio “Observador” com todos os candidatos da primeira ronda.

individual de cada pessoa, embora afirme que pessoalmente nunca a praticaria. Não é, a partir do momento que eu jurei a Hipócrates. Ou então o juramento não tem valor, para que é que serve? O que é um juramento? É aquilo que já lhe disse no outro dia, qual é a palavra que você não ouve há muito tempo? A palavra chama-se “honra”. Eles fizeram um juramento. Se o fizer, sou obrigado a cumprir o que o juramento implica. Ora, o juramento de Hipócrates não aceita a eutanásia, então, como é que vão pôr a eutanásia à consciência individual? Se não tivessem feito o juramento de Hipócrates, que agora é obrigatório... também fui eu que o tornei obrigatório a partir do 25 de Abril [risos]. Tinha acabado, já não havia juramento de Hipócrates. Eu repus o juramento de Hipócrates porque entendo que ser médico é diferente. Não é melhor nem pior, mas é diferente, ou tem de ser diferente.

T: Envolve um código deontológico mais sólido?

AGM: Tem de ser especial, quer dizer, eu não quero dizer que toda a gente pense da mesma maneira, mas há coisas que são especiais. O médico tem de viver para tratar os doentes, não é para ter um emprego. Se o médico só quer ter um emprego, não serve. Por isso, é que no meu livro se intitula *Ser Bom Aluno Não Chega*; o médico tem de ter outra atitude de querer ajudar os outros, porque, então, se não quiser ajudar os outros não é médico, é outra coisa qualquer. Faça outra profissão que lhe agrade, mas agora, se quiser ser médico, tem de se dedicar aos outros. E tem por vezes de se sacrificar de coisas do seu interesse para que o doente não seja prejudicado; ou então não seja médico, arranje outra profissão. Ninguém é obrigado a ser médico, e é uma pena só ter de ter os tais dezoito «e tal» valores e não ser a vocação, que é uma das coisas mais importantes. Eu acho a vocação mais importante, o que é difícil de avaliar, mas para mim é mais importante que a própria nota.

T: Já agora, já que estamos na questão da vocação, ia perguntar-lhe se alguma vez sentiu, nem por uma forma indireta ou subtil, algum tipo de pressão dinástica?

AGM: Não, de maneira nenhuma. Rigorosamente nada, por várias razões. Houve uma altura que cheguei a pensar em ser padre, mas entendi que não, gostava de ter filhos e criar uma família; portanto, nunca seria padre. Porque, para mim, ou se é padre a sério, ou não se é padre a sério. Depois estava na dúvida se queria fazer qualquer coisa, construir qualquer coisa. Estava na dúvida se devia ser engenheiro ou médico. Foi tal coisa que... isso você já disse [na biografia, muitos destes elementos já estavam presentes], do tal acidente que assisti; eu senti-me impotente, queria

ajudar, mas não sabia o que é que havia de fazer. E disse: “Não, da próxima vez vou ser capaz de ajudar e de resolver qualquer coisa.” Daí é que eu decidi ser médico, em vez de engenheiro, ou outra coisa qualquer.

T: O Professor também, se calhar, percebe a minha questão, que é: se o seu avô era médico, o seu pai era médico...

AGM: Não, é que francamente não teve nada a ver. Só teve em relação ao meu pai foi da atitude pessoal dele. Quer dizer, não o “ser médico”, que isso era-me indiferente, mas a maneira como ele reagia às situações, como é que ele ajudava os outros. Para mim, o importante do meu pai era a atitude como pessoa humana e não propriamente o facto de ser médico; podia ser outra coisa qualquer, mas tudo o que ele fazia para ajudar os outros, para inventar coisas, para imaginar coisas, quando não estava satisfeito com aquilo que acontecia e ia ver se poderia ser melhorado, ajudar os outros [a notar a repetição desta característica na caracterização do pai]. E sobretudo fazer isso sem alarme nenhum, discretamente, sem as pessoas darem por isso, praticamente. Todo esse tipo de atitude é que eu achei uma atitude fabulosa, e era isso que de facto eu gostaria de imitar independentemente de ser médico ou outra coisa qualquer, era a maneira de ser. Depois, o que ele tinha era condições que eu não tenho, de artista, etc. Eu aprendi a tocar violino, mas eu [riso] era uma banalidade. Ele tem desenhos fantásticos, francamente muito bons e estão no museu. Ele teve toda uma série de atitudes, o Egas Moniz só conseguiu fazer as suas coisas por causa dele. Portanto, nunca alardeou coisa nenhuma, e isso é que é muito importante. Porque há muitas pessoas que dizem: “Ah, eu sou formidável”. Não, não era isso, ele era naturalmente assim.

T: Pois, Professor, e ia-lhe perguntar também nesse contexto, se quisermos mais na questão dos valores que foram transmitidos. Parece-me também uma pessoa que não só deixou marca, num certo sentido, ainda paira, não é? Porque parece que nas coisas que escreve, e na forma como pensa que também está lá quase sempre.

AGM: A minha mãe soube-me transmitir todos os ideais que o meu pai tinha, inclusivamente, eu creio que já lhe disse, o meu pai chegou a ser da Maçonaria. Depois saiu da Maçonaria porque achou que aquilo não era aquilo que ele pensava que era. Teoricamente, à primeira vista, parecia muito bem, mas afinal de contas, eles estavam-se a defender era uns aos outros. Por isso, quando eu fui convidado para ir para a Maçonaria...

T: Isto seria na década de 70, não é?

AGM: Sim, quando estava na Ordem dos Médicos, foi numa altura muito «atrapalhada» naquela revolução. E nessa altura quando um colega meu me convidou, eu agradeci muito, mas disse que não queria, muito obrigado. Porque me lembrava do que a minha mãe tinha dito em relação ao meu pai. O meu pai tinha sido da Maçonaria, aliás, introduziu «não sei quem»; também me lembro que houve uma coisa qualquer, mas depois entendeu que aquilo não representava aquilo que ele tinha imaginado que era.

T: E já agora, já que estamos nesta questão, tem mais ou menos noção daquilo que seriam as posições políticas do seu pai, e se o influenciaram?

AGM: Não faço a mínima ideia. Não faço a mínima ideia que a minha mãe nunca tocou nesse assunto. Quer dizer, repare, eu quando o meu pai morreu não chegava a ter três meses, portanto toda a minha vida foi a minha mãe que me foi cultivando e indicando o que é que o meu pai fazia, o que é que o meu pai pensava. Não tenho outros elementos de informação francamente. E meu pai faleceu em 1930!

T: Claro, era só uma questão de curiosidade.

AGM: Não, quer dizer, mas não tenho, sinceramente essa informação. A minha mãe transmitiu o que ela achava que o meu pai, e, de facto, há aqueles livros, aquelas coisas sobre ele. Também não lhe posso dizer muito mais, mas se eu puder esclarecer, com certeza.

A minha mãe fez sempre voluntariado toda a vida. E teve a sorte, quando não foi para medicina como ela queria, de ter aprendido línguas e uma série de coisas que lhe permitiram depois empregar-se. Porque, naquela época, uma senhora da sociedade, há quase 100 anos, tinha umas certas restrições. Havia umas coisas que não eram suficientemente dignas na altura. Depois teve de trabalhar, mas inicialmente a sua formação era para ser «dona de casa», entre aspas, como se costuma dizer. Depois tinha três crianças para tratar, um com três anos, outro um ano e meio e outro com três meses. Está a ver? Tinha mesmo de trabalhar, não havia hipótese. E o meu pai não tinha juntado dinheiro, nunca lhe passava pela ideia, com 38 anos, com a carreira a começar, para ser professor da Faculdade. Era assistente da cadeira, ia ficar Professor Catedrático, mas, entretanto, morreu. Estava com uma carreira brilhante em cima, também, e nunca tinha pensado juntar dinheiro, em fazer fortuna. Até tinha dado sempre, como já várias vezes se referiu. Às vezes não levava dinheiro, outras vezes deixava-se substituir por outro para o outro poder ganhar dinheiro, porque o outro precisava de casar e ele não naquela altura não precisava; portanto, todo

esse tipo de atitude em relação aos outros, eu acho que era uma atitude fabulosa, e difícil de encontrar. Hoje-em-dia ainda menos!

T: Mas mais do que isso, calculo que deva ter sido muito difícil ter crescido sem uma figura parental.

AGM: Não, até certo ponto não porque todas as dúvidas que tinha, tudo que eu precisava, a minha mãe “cobria”, e esclarecia as minhas dúvidas. Por outro lado, também tive uma formação católica, e nessa formação também houve alguma influência, evidentemente. Há determinados princípios também na religião católica, a pessoa pode ser católica ou não ser, mas de qualquer modo, os princípios básicos são seguros. Se as pessoas cumprem é uma coisa, agora que os princípios estão certos, eu acho que os princípios e as regras estão certos; se as pessoas depois as violam e não as cumprem, isso já é outro assunto. Infelizmente acontece, mas somos seres humanos e todos nós fazemos disparates de vez em quando.

T: Considera-se um Católico «praticante»?

AGM: Considero-me um Católico «praticante»... Aliás, isso está escrito em todo o lado, mas... Agora, que também tenho os meus pecadinhos? Com certeza, quer dizer, não há ninguém que não. Por isso é que uma pessoa tem de se confessar [riso]. E normalmente vai-se confessar justamente pelas coisas que pensa que possa ter feito mal. Não, normalmente não é com a intenção de fazer mal, mas fazem-se seguramente coisas, más. É tentar evitar fazer o mal o máximo possível.

T: Entendo, e acho que é evidente, que as suas posições acerca da Vida têm muito a ver com o juramento de Hipócrates. Mas terão, se calhar, também alguma influência do seu catolicismo? Possui uma visão da Vida também que deriva da visão que a Igreja tem?

AGM: São níveis diferentes. Eu penso que a Igreja tem determinadas regras e eu acredito nas regras ou não acredito, mas penso que regras estão certas. Se as pessoas cumprem ou não, isso é outro problema. O juramento de Hipócrates, a partir do momento em que uma pessoa faz um juramento, a pessoa está vinculada a determinadas regras. No fundo, o juramento de Hipócrates é um certo número de princípios e de regras. É evidente que a Igreja não vai dizer que se possa matar uma pessoa, quer dizer: “é legítimo, agora mate lá uma pessoa”... com certeza que não. Não é preciso o juramento de Hipócrates para uma pessoa ter determinadas atitudes, agora, a partir do momento que faz um juramento, esse juramento vincula a pessoa, e não ela passar a não ser 100%

livre. Eu aí discordo dos tais candidatos da discussão e até do meu candidato. Disse oficialmente que apoio o Carlos Cortes, e agora vou continuar a apoiar o Carlos Cortes, apesar de não ter concordado com ele nesse aspeto. É a tal coisa, «do mal o menos», pronto.

Eu não concordo com nenhum deles, por exemplo, concretamente Rui Nunes. Uma vez escrevi-lhe uma carta a contestar Rui Nunes, porquê? Porque ele é professor de ética na Faculdade de Medicina do Porto. Escreveu um artigo onde dizia: “a maior parte dos meus alunos são a favor do aborto”. Eu perguntei-lhe: “você como Professor de ética, o que propõe aos alunos? O que é que lhes diz? Você acha que eles são todos a favor do aborto, mas o que é que você lhes diz? Eu gostava de saber! Diz que têm toda a razão e que continuem, ou vai procurar dizer que não façam isso? Qual é a atitude que você toma?” - Ele não respondeu. E eu a partir daí fiquei com uma «pedra no sapato». Eu não posso compreender como é que um professor de ética diz que os seus alunos pensam de uma maneira e ele não os contradiz, se discorda. Ou se concorda com o aborto, e acha que é ético, o problema é dele. Não concordo, mas é a opinião dele. Agora, tem de ser claro é na posição, não é dizer: “os meus alunos são a favor disto.” Então e você perante isso, o que é que diz? “Têm toda a razão”, ou diz-lhe, “olhem não façam isso por isto e por aquilo”? Errado ou certo, eu não estou a defender...

Eu sou contra o aborto, mas eu posso aceitar que outras pessoas pensem de uma maneira diferente. Não concordo, não vou defender como é evidente, mas é a opinião deles. São pessoas livres para ter a sua opinião, mas eu não posso é concordar. Já fui uma vez acusado por causa da homossexualidade... Eu penso que é uma doença. Aliás, 5854 psiquiatras acharam que não era doença e 3810 acharam que era, portanto, deixou de ser. Mas havia 3810 a dizer que era¹⁰². Eu penso que assim como posso nascer sem um dedo ou nascer sem «não sei o quê», também posso nascer com uma atitude mental errada, e essa atitude ser uma doença, como é o sadomasoquista: a pessoa que se mutila a si própria é normal? É evidente que não é normal.

T: É a ideia de ser uma parafilia?

¹⁰² Não é a primeira vez que António Gentil Martins fala acerca do assunto. Tivemos acesso a um *e-mail* dirigido ao Dr. António Vaz Carneiro no qual é escrito: “Penso que nem sempre a evolução é positiva... [relembramos ao leitor a nossa leitura do pessimismo que por vezes se encontra no pensamento de António Gentil Martins] [...] Até 1973 doença mental... Votação da APA [Associação de Psicologia Americana] em 1973. 5.854 a favor de não ser uma doença mental e 3810 a pensar que sim. Passou então a perturbação de orientação sexual até que em 1992 desapareceu da ICD-10 [a 10ª edição da Classificação Internacional de Doenças] da WHO [World Health Organization]. (A. G. Martins, personal communication, November 10, 2018)

AGM: É uma situação anómala, da mesma maneira que eu posso nascer sem uma perna, por exemplo. Em condições normais, isso não acontece; a situação normal é um homem ou uma mulher e depois terem criancinhas porque senão a humanidade acabava. Portanto, o normal, em princípio, é haver pai e mãe. Por exemplo, sou totalmente contra a criança não conhecer a verdadeira mãe, e já fui criticado também por isso...

T: A barriga de aluguer?

AGM: Por causa de barriga de aluguer. Porque eu acho que a criança tem direito a ter uma mãe legítima, e a mãe que teve a criancinha também teve nove meses, em princípio, com a criança na barriga, e não é uma coisa qualquer. Não, tem condições especiais.

T: Já vamos um bocadinho mais para a questão política, mas olhe já que estamos aqui nestas questões¹⁰³....

AGM: Eu não sou de partido nenhum político, nem quero ser de nenhum partido político.

T: Sim, não lhe ia perguntar isso, e até tenho um bocado a consciência que o Professor valoriza essa independência, portanto não ia por aí.

AGM: Não, eu quero ser independente e dizer aquilo que acredito na altura. Aquilo que é, quer venha do Partido Comunista, do Partido Socialista, do CDS, do Chega, do que for, tanto me faz. Eu tenho é de acreditar que está certo, seja de onde vier. Se alguém disser uma coisa que eu acho certa... Eu também posso estar errado, é sempre o mesmo problema, eu só tenho é de dizer aquilo em que acredito. Portanto, acho que pertencer a um partido político, de certo modo, condiciona as pessoas na sua liberdade de expressão, porque realmente se o partido a que se pertence toma uma oposição com a qual não se concorda... Quer dizer, é desagradável ir contra o meu grupo.

T: Mas também é natural haver oposições dentro dos partidos e pessoas que também não concordam completamente umas com as outras.

AGM: Pois, mas eu prefiro estar perfeitamente claro que não estou nem ali nem acolá.

¹⁰³ Quiçá um preconceito nos impele a ver estas matérias do foro das alterações sociais como inerentemente uma discussão política que se deve às nossas leituras de filosofia política. É evidente que António Gentil Martins olha para estas questões não como da área da política, o que efetivamente é também uma justa e válida leitura, possivelmente até mais normativa e simples de defender do que a nossa.

T: O Tribunal Constitucional muito recentemente teve uma decisão acerca da lei da eutanásia¹⁰⁴, a lei que os antigos bastonários da Ordem quiseram participar também nos seus pareceres técnicos e que não foram propriamente convidados. Não sei se tem alguma visão específica acerca do futuro do que seria a posição do Tribunal Constitucional.

AGM: Isso é extremamente complicado, porque eu não consigo perceber como é que, neste momento, o Governo atual teve uma maioria absoluta. Mas eu não quero entrar na política, de qualquer modo, tenho uma opinião pessoal e acho que isto está tudo errado. E nomeadamente no assunto que me diz respeito mais diretamente, que é a saúde, acho que não vamos a lado nenhum. Estamos a criar um serviço para pobres e um serviço para ricos; portanto, é profundamente errado. Fala-se numa universalidade que é uma vigarice pura. Eu acho que as pessoas que falam em universalidade atual são mentirosas, são aldrabonas, são vigaristas. Isso tudo, porque de facto o que a gente vê todos os dias é que as pessoas que têm algum dinheiro, safam-se, e as pessoas que não têm dinheiro estão tramadas. Isto é uma evidência, e parece que as pessoas não estão a ver isso. E o próprio Governo, seja este ou outro qualquer, não... não estou só...

T: Não está a singularizar necessariamente o Governo.

AGM: Não, não me interessa. Neste momento acho que estamos numa desgraça, mas estamos há muito tempo, desde o 25 de Abril que estamos numa desgraça. Tive controvérsias com o Dr. Arnaut, várias e acabou por se ter de mudar a Constituição, porque a saúde não pode ser gratuita, custa dinheiro. Portanto, é preciso ver até que ponto é que há dinheiro ou não há dinheiro.

T: E acha que ao limite, também se poderá mudar a Constituição por outras questões quaisquer, como por exemplo a eutanásia?

AGM: Pois, mas nessa altura foi preciso mudar. Só o Serviço Nacional de Saúde, que é a grande pérola da coroa, obrigou a mudar a Constituição porque, tal como foi proposto, era inviável. E neste momento, o atual Sistema de Saúde é inviável na sua universalidade. Porque quem tiver dinheiro safa-se; quem não tiver dinheiro não se safa. Ora isso é que é a universalidade? É evidente que não! E tanto me faz que seja o partido A, B, C ou D que diga isso. Para mim, é isto e mais nada.

¹⁰⁴ Falamos de uma decisão que tinha acontecido no dia 30 de janeiro, ou seja, muito próximo da entrevista (M. Lopes, 2023).

Portanto, partidos políticos? Muito obrigado, não. Não estou interessado. É evidente que quando houver eleições, com certeza que voto no que se aproximar mais daquilo que eu acredito. Normalmente, infelizmente, não há nenhum que seja 100% o que eu gostaria, mas também não vou criar um partido político de certeza [risos]

T: Já ouvi ideias mais... [riso]

AGM: Não, não vale a pena.

T: Nestas questões, pronto, não o ia chatear mais, acaba por ser mais curiosidade mesmo, não é...

AGM: Oiça, você pergunte o que quiser, porque você está tramado. Depois, no fim vou criticar tudo o que lá está!

T: A ideia é essa [riso].

AGM: Vou-lhe dizer, “nem pense!”, e pronto.¹⁰⁵

T: Então se não se importa, vi no livro acerca do seu pai, que o Professor escreveu, tinha também o outro lado da família um industrial.

AGM: Da moagem de Abrantes. O meu avô de Abrantes, o pai do meu pai.

T: Chegou a conhecê-lo?

AGM: Não, só conheci dois filhos: o Henrique que continuou a fábrica de moagem e foi Presidente da Câmara Municipal de Abrantes; o João Augusto Martins Júnior; e também um filho de Henrique a quem chamávamos «Quim». Até uma vez fui a França com ele, com esse meu primo, que era do corpo diplomático.

Mas o que houve de mais complicado foi uma discussão muito grande por causa do Rosa Casaco, porque houve um jornalista do *Expresso* chamado José Pedro Castanheira que depois, quando eu pedi para retificar um artigo, disse que já tinha sido há muito tempo¹⁰⁶. Dizia que Rosa Casaco era filho do meu pai, mas não era, ele era sobrinho do meu pai, filho do João Augusto Júnior Martins.

¹⁰⁵ Escolhemos não “cortar” este pequeno momento humoroso, não só para demonstrar o seu crescente conforto com o entrevistador, mas também para demonstrar aquilo que muitas vezes não se exalta quando se fala ou escreve sobre António Gentil Martins: um belo sentido de humor.

¹⁰⁶ Neste artigo em questão, que ainda não conseguimos encontrar, o jornalista terá dito que Rosa Casaco era filho ilegítimo de António Augusto da Silva Martins, pai de António Gentil Martins. Este artigo, que é considerado difamatório pelo nosso biografado, tem sido combatido pelo mesmo desde a sua publicação. Encontrámos uma sua entrevista relativamente a esta «polémica» (Cidadãos por Abrantes, 2021).

E inclusivamente, esse jornalista do *Expresso*, até errou o nome do meu pai, chamava-lhe António Martins Júnior. Ora, Júnior. era só o meu tio João. O filho do meu avô João passou a ser Júnior. Então, o jornalista referia “António Martins Júnior.”, mas nunca existiu nenhum António Martins Júnior. O que aconteceu é que o meu tio João teve dois filhos ilegítimos antes do casamento, um desses dois filhos era Rosa Casaco. Então vinham com grandes coisas que o meu pai era o pai do Rosa Casaco. E não era... Podia ter sido, tudo bem, só que o meu pai não era a pessoa para isso. Enquanto o meu tio João era mais «livre», entre aspas, o meu pai não. O meu pai tinha determinadas regras que seguia, e, portanto, esses devaneios o meu pai não os teve, como o meu tio João teve. Portanto, Rosa Casaco era filho do meu tio João, e quem me convidou para ir ao casamento da filha do Rosa Casaco foi justamente uma irmã do Rosa Casaco. Essa irmã é a minha prima Maria Elvira Martins, nascida também de mãe diferente e outro casamento do meu tio João. O meu tio João teve dois filhos ilegítimos, e depois, um rapaz e uma rapariga legítimos. Foi desses primeiros dos ilegítimos que nasceu Rosa Casaco, mas insistiam que tinha sido o meu pai.

T: Depois também havia uma polémica do seu envolvimento na PIDE.

AGM: Pois era o problema do... Nem o meu pai tinha nada que ver com isso! Quer dizer, um sobrinho ser o que for, bom ou mau, o meu pai não tinha nada que ver com isso. E mesmo o próprio pai dele também não teria muito, porque cada um de nós é muito individual. Não é obrigatório nós sermos como os nossos pais... Olhe, Adriano Moreira, conhece?

T: Conheço, sim.

AGM: Conhece a filha¹⁰⁷?

T: Conheço, claro.

AGM: Acha que são iguais?

T: [risos] Muito pelo contrário.

AGM: Não há dúvida nenhuma, é evidente que a tendência habitual, com a educação, pelo convívio, pelo exemplo - que o exemplo também é importante - normalmente condiciona as pessoas. Que haja uma influência muito grande, é habitual, mas não é sempre. E volto a dizer, o Adriano Moreira e a filha é a prova mais evidente do antagonismo total.

¹⁰⁷ Isabel Alves Moreira, parlamentar do Partido Socialista.

T: No espaço público, pelo menos.

AGM: Como filha que goste do pai, e o pai goste da filha, tudo certo. Que desculpem algumas coisas, tudo certo. Agora, não venham dizer que pensam da mesma maneira. Ou pensavam, coitado, Rosa Casaco já faleceu. Mas... nesse aspeto, Rosa Casaco tinha a sua individualidade, e pronto. Convidou-nos para ir ao casamento da filha; fomos ao casamento da filha, e quando eu quis que a filha esclarecesse o problema que de facto o pai era o Rosa Casaco, e que o pai do Rosa Casaco era o meu tio João... A filha de Rosa Casaco não podia ignorar isso, e quando nos convidou já foi assim, que nós fomos como primos, não fomos como irmãos [risos]. Mas depois ela recusou-se a falar no assunto.

Ela era casada com um diplomata, era diplomata na Guiné-Bissau na altura... Mas é que às vezes aparecem essas coisas, e vem a notícia e publicam na *Wikipédia* e essas coisas¹⁰⁸... Depois eu desmenti, depois desmentiram o que eu tinha posto. Eu depois pedi justamente à filha de Rosa Casaco para ela esclarecer isso para ter mais uma prova de uma pessoa que pensava ser idónea, mas ela não quis falar do assunto, não considero que esteja seu direito.

T: Há alguma tensão?

AGM: Eu não era muito popular, pelo menos.

Também tenho uma outra coisa que também as pessoas normalmente não sabem. É que quando o Rosa Casaco foi buscar o Humberto Delgado (na designada *Operação Outono*), o Rosa Casaco não queria que ele fosse morto. Rosa Casaco queria que ele fosse apresentar-se cá a Salazar. Humberto Delgado já estava bastante doente nessa altura. E também é bom pensar-se que o Humberto Delgado só se virou contra o Salazar quando ele não lhe deu o lugar que ele queria nos Estados Unidos, porque até aí o Salazar era formidável! Depois, quem matou... Quer dizer, o Rosa Casaco não sabia que Casimiro Monteiro e Tienza levavam ilegalmente armas... quer dizer, já previsto [para matar]... Portanto, ele viu-se de repente, perante membros do grupo que fizeram os disparos com silenciador e mataram Humberto Delgado e depois mataram a senhora que o acompanhava¹⁰⁹. Mas ele não sabia sequer que eles tinham levado as pistolas.

¹⁰⁸ Acreditamos que, nesta instância, António Gentil Martins nos fala não só nas páginas da *Wikipédia*, nas quais se propaga esta ideia de que o pai de Rosa Casaco seja também o seu pai, como também de parcelas da blogosfera que, sensacionalmente ou não, também defendem esta teoria que considera falsa.

¹⁰⁹ Arajaryr Campos.

T: Então ele não sabia que se ia matar Humberto Delgado, ele pensava que seria uma recolha?

AGM: Não, ele não sabia... Não, era pior! Ele tinha certeza que não era para isso, era para o entregar a Salazar. Simplesmente houve um membro do grupo, penso que Tienza, que disparou e matou Humberto Delgado, sem ter indicação nenhuma para isso, oficialmente. E mais, eles tinham deixado as armas formalmente na fronteira, e quem levou as armas tinha levado as armas ilegalmente, porque provavelmente... isto já são suposições, não se pode garantir... já iam preparados para matá-lo mesmo. Só que ele, Rosa Casaco, é que não. Ele que era o diretor, que era o chefe, e que se considerou, inclusivamente, aldrabado, e colocado numa situação em que eu não sabia o que é que havia de fazer, e que achou que a melhor maneira era disfarçar. Porque não tinha nenhum argumento para matar o homem. Ele tinha como missão oficial ir buscá-lo, não matá-lo. Só que haveria alguém no conjunto... São mais considerações... Era um «tipo» que era da PIDE, mas seria do Partido Comunista, bom... mas isso depois¹¹⁰... Bom, isso é uma história complicada. Nem vale a pena entrar muito porque não há provas... aliás, tendo Rosa Casaco manifestado o seu descontentamento, Casimiro Monteiro ter-lhe-á dito: “Inspetor, não se meta nisto. Isto não é consigo.”

[Gentil Martins aqui partilha uma história do foro pessoal que achámos por bem não partilhar, no sentido em que não ajuda a biografia]

T: [num pequeno comentário à história] Entra naquela questão da «honra», não é?

AGM: Da seriedade da pessoa, de saber como se deve comportar. De saber o que é correto e o que não é correto. Parece que as pessoas se esquecem disso, o que é perigoso, como é evidente.

T: Nota-se na sua forma de pensar e na forma como aborda as mudanças no mundo, que não tem propriamente uma visão...

AGM: Eu sou muito radical.

¹¹⁰ será importante talvez recordar o julgamento da Morte de Humberto Delgado e Arajaryr Campos que contou com vários suspeitos, para além de Rosa Casaco. Entre eles Ernesto Lopes Ramos, que teria «credenciais» antifascistas, apesar de ser agente da PIDE e que na altura do julgamento conseguiu fugir do país; Agostinho Tienza; e Casimiro Monteiro, que foi quem acabou por ter a maioria das acusações e condenações. Sendo uma matéria particularmente polémica e divisiva, não nos sentimos particularmente confortáveis em explanar taxativamente tudo o que se passou como se fosse do escopo desta investigação, ou como tudo ocorreu naquele sinistro dia em Badajoz, mas não deixamos de recomendar ao leitor a sua investigação e pensamento crítico acerca deste episódio da História Portuguesa.

T: Mas não tem propriamente uma visão otimista.

AGM: Não, tenho uma visão muito pessimista, devo dizer, até com esta coisa da homossexualidade. os «GT's» tantos [riso]

T: A comunidade LGBT?

AGM: A quantidade, agora! Cada um decide o que quer ser. Eu considerava que havia homens e mulheres; a humanidade foi sempre assim. Os animais são assim: os cães, os gatos... Todos são dois sexos completamente separados. E depois haverá anomalias como há anomalias físicas, como pode haver anomalias mentais. Qual é o problema? A pessoa não tem culpa de ter uma anomalia! Eu não acho que o homossexual tenha culpa; o que eu acho é que tem um desvio da personalidade, tem uma anomalia, como outra coisa qualquer. Se eu nascer sem uma perna, tenho alguma culpa? Mas, se eu nascer convencido que sou homossexual, também não tenho culpa nenhuma. Eu posso é achar que aquilo pode ser modificado, se possível, mas como eu também não posso tratar uma pessoa se não quiser ser tratada, pronto, ele não quer ser tratado. Agora, não vou é promovê-lo, tenham paciência., desculpem lá. Ter sexo para cima e para baixo com outro aqui, com homens, mulheres... Agora a quantidade de géneros diferentes, que é uma coisa perfeitamente louca.

T: Ou seja, essa visão de que há muitos géneros, ou que há muitas formas de se expressar essas identidades...

AGM: É um disparate completo, não tem nada a ver, a biologia é uma realidade. As pessoas estão a inventar coisas, estão a arranjar explicações. E agora querem que as criancinhas decidam se querem ser homens ou mulheres? Eu acho que as pessoas estão completamente loucas...

T: E o que é que o Professor acha acerca daqueles tratamentos hormonais e das operações de mudança de sexo? É porque isso também poderia ser visto como um tratamento.

AGM: Pois, mas vêm erradamente. Mais, agora já há uma Associação para aqueles que se arrependeram de ter mudado sexo¹¹¹. E que agora é extremamente complicado, porque se se mudar de sexo administrativamente não tem problema nenhum, porque a pessoa continua biologicamente

¹¹¹ Notamos que algo recentemente passou a haver uma série de correntes de “detransição”, com as suas comunidades *online*, associações e debate. Se por um lado existem testemunhos que oferecem as suas experiências pessoais (apenas a título de exemplo, poderemos apresentar Tobia, 2018), há também autores que tentam demonstrar que é importante reconhecer os problemas destas pessoas, e que não devem ser desumanizadas pela própria comunidade trans (Herzog, 2017).

a ser normal. Agora, se pessoas faziam intervenções cirúrgicas para mudar de sexo, aí é quase impossível voltar ao «inicial». Portanto, independentemente disso, não se podem pôr as criancinhas, assim como agora querem, de cinco ou seis anos, com a escolha de que sexo querem ter. “Quando agora o menino crescer é que decide se quer ser homem ou se quer mulher”, por amor de Deus! Só agora é que os novos «iluminados» descobriram que se decide o que é que se quer ser. Não, a natureza é a natureza, e temos de respeitar a natureza.

Portanto, eu posso ter ideias diferentes, mas mantêm-se uma data de doenças mentais - continua a haver doenças mentais! - Deixaram certas coisas de ser «doença mental» e deixaram isso por democracia, o que também é engraçado. Ouvi uma vez uma crítica muito curiosa e verdadeira sobre o nosso Senhor Jesus Cristo. Quando Jesus Cristo foi a julgamento, Pôncio Pilatos perguntou à multidão: “quem é que devia ser libertado?” e todos disseram que eram os ladrões que deviam ser libertados, mas condenavam era Cristo!¹¹² Isso é um bom exemplo de que a democracia às vezes tem umas pequenas falhas, e realmente os homossexuais deixarem de ser uma deficiência, uma anormalidade... Mas o doente não tem culpa nenhuma. Eu não sou contra o homossexual, eu acho é que não se pode promover uma coisa que pensa que está errada.

T: Este pessimismo também se estende não só a essa questão das questões de género ou da sexualidade, não é? Também tem a ver com aquela visão da substituição demográfica.

[a notar que António Gentil Martins não responde a esta questão, talvez por não estar familiarizado com o termo/teoria, talvez por não subscrever na sua totalidade.]

AGM: Eu volto à velha coisa do Martin Luther King. Não é o problema do barulho que fazem alguns, mas a passividade dos outros. O grande problema que nós temos é as pessoas serem praticamente apáticas, indiferentes, pelo menos aparentemente. E os que se movimentam muito, os que fazem muito barulho é que acabam por ganhar, o que é um disparate, mas é uma realidade. E o que se vê neste momento é que estamos a perder os valores todos.

T: E sente que uma «maioria silenciosa» partilha essas visões também e que, se calhar, não tem coragem de as dizer?

¹¹² Num certo sentido, a história até é pior, porque Barrabás, reza a lenda, era homicida segundo o Livro de Marcos 15:7.

AGM: Não, é que as pessoas não têm coragem de dizer porque são logo chamadas de tudo e mais alguma coisa desagradável, é evidente. E, portanto, as pessoas abstêm-se. Essa abstenção é um dos grandes perigos da situação atual, que eu não vejo ser modificada. Não vejo que realmente haja uma tendência para melhorar esta situação. Só vejo é que isso vai agravando, porque esse «lóbizinho», que era pequenino, vai crescendo, crescendo e crescendo. E aqueles que têm valores tradicionais, são considerados antiquados... O tradicional não interessa nada, isso está velho; e não estão atualizados! E são os grandes atualizados que são formidáveis. E as pessoas todas querem ser atualizadas, querem ser «do melhor»; portanto, esse grupo vai aumentando. Veja o exemplo, voltando à mesma coisa, que as criancinhas passem a ter a decisão sobre o sexo que querem ter, se é masculino ou feminino. Pôr isso nas escolas e começar a discutir isso nas escolas, eu considero extremamente grave e inoportuno. E considero que, apesar de tudo, deve competir à família e aos pais a educação das crianças, mais do que à escola. A escola é para informar, mas para educar, eu acho que tem de ser a família que principalmente educa. Não quer dizer que as escolas não tenham importância, têm imensa importância. Agora, eles estão lá mais para instruir e não propriamente para formar a personalidade.

T: Ou para apontar para uma determinada direção?

AGM: Exatamente, eu acho que não pode ser. Aliás, depois também varia, porque de escola para escola e de professor para professor também deve ser diferente. Mas, de qualquer modo, não compete à escola senão informar; a educação propriamente do feitio, dos valores, etc., tem de ser a família, e o exemplo, que a dá.